

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

MICAELE IRENE SCHEER

**VESTÍGIOS DE UM OFÍCIO: O SETOR CALÇADISTA E AS EXPERIÊNCIAS DE  
SEUS TRABALHADORES NA CIDADE DE PELOTAS (1940-2014)**

Porto Alegre

2014

MICAELE IRENE SCHEER

VESTÍGIOS DE UM OFÍCIO: O SETOR CALÇADISTA E AS EXPERIÊNCIAS DE SEUS  
TRABALHADORES NA CIDADE DE PELOTAS (1940-2014)

Dissertação apresentada como requisito para a  
obtenção do grau de Mestre pelo Programa de  
Pós-Graduação em História da Faculdade de  
Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia  
Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Claudia Musa Fay

Porto Alegre

2014

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

S315v	Scheer, Micaele Irene
	Vestígios de um ofício : o setor calçadista e as experiências de seus trabalhadores na cidade de Pelotas (1940-2014) / Micaele Irene Scheer. – Porto Alegre, 2014. 163 f.
	Diss. (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, PUCRS. Orientadora: Prof <sup>a</sup> . Dr <sup>a</sup> . Claudia Musa Fay.
	1. História. 2. Pelotas (RS) – História. 3. História Oral. 4. Sapateiros – Rio Grande do Sul. 5. Direito do Trabalho. 6. Indústria de Calçados. I. Fay, Claudia Musa. II. Título.
	CDD 981.6561

**Ficha Catalográfica elaborada por  
Vanessa Pinent  
CRB 10/1297**

MICAELE IRENE SCHEER

**VESTÍGIOS DE UM OFÍCIO: O SETOR CALÇADISTA E AS EXPERIÊNCIAS DE  
SEUS TRABALHADORES NA CIDADE DE PELOTAS (1940-2014)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-  
Graduação em História da Faculdade de  
Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia  
Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Aprovada em: 29 de agosto de 2014.

**BANCA EXAMINADORA:**

---

Professora Doutora Claudia Musa Fay (orientadora)

---

Professora Doutora Clarice Gontarski Speranza

---

Professora Doutora Lorena Almeida Gill

Porto Alegre

2014

*Aos meus pais e irmão.*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), por aprovar o meu projeto de pesquisa e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão de bolsa integral.

À minha orientadora, Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Cláudia Musa Fay, que me acolheu afetuosamente nesta instituição e contribuiu para o desenvolvimento desta pesquisa. Ao Laboratório de Pesquisa e História Oral da PUCRS, que me proporcionou um espaço de discussão, apoio e amizade. Agradeço à professora Núncia, ao professor Antonio e aos colegas, Léo, Geneci, Jaque, Paula, Gisa, Dani.

Ao Curso de Licenciatura em História da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) onde iniciei a minha trajetória acadêmica, participando de diferentes projetos do Núcleo de Documentação Histórica (NDH), com a orientação das professoras Lorena Almeida Gill e Beatriz Ana Loner, professoras que continuam contribuindo para os minhas pesquisas. Agradeço ainda ao NDH pelo acesso aos seus acervos.

Agradeço especialmente aos entrevistados, por aceitarem compartilhar suas experiências comigo e proporcionarem a realização desse projeto. E ao GT Mundos do Trabalho, por ser um espaço de debate e troca de conhecimento que muito contribuiu para as minhas reflexões.

Aos meus pais e meu irmão, pelo apoio e compreensão. Aos meus amigos: Morgana e Marcos, por me receberem nos períodos de pesquisa em Pelotas; Mariana, pelo companheirismo e presença em todas as fases do mestrado; Melissa, por me acolher em sua casa e me ouvir com carinho; Natiele e Priscila, por serem atentas às minhas angústias mesmo pela internet; e ao Eduardo, pela generosidade em compartilhar comigo o seu conhecimento. Agradeço ao Anderson, por fazer do período da escrita o mais doce e tranquilo possível.

*[...] nunca houve um só tipo de “transição”. A tensão desta recai sobre a totalidade da cultura: a resistência à mudança e o ascenso à mesma surge da cultura inteira [...]. O que necessita dizer-se não é que uma forma de vida é melhor que outra, mas sim que há aqui um problema mais profundo; que o testemunho histórico não é simplesmente de mudança tecnológica neutra e inevitável, mas também de exploração e resistência à exploração; e que os valores são suscetíveis de serem perdidos e encontrados.*

*E. P. Thompson*

## RESUMO

A pesquisa buscou vestígios da presença de sapateiros, compreendidos como oficiais que possuem o conhecimento e a habilidade de produzir calçados, na cidade de Pelotas (RS), desde a década de 1940 até os dias atuais. A investigação analisou os trabalhadores no cotidiano laboral, isto é, dos aspectos rotineiros as resistências à exploração do trabalho, e as táticas de manutenção do seu espaço no mercado de trabalho. A investigação distinguiu sapateiros, operários parcelares e os que sabem apenas reformar calçados, mas essas fronteiras foram consideradas como instáveis. O ofício foi encontrado nas diferentes fases do processo produtivo e de trabalho que o setor perpassou nas décadas pesquisadas, pois foi considerado o sapateiro a partir do seu conhecimento e não só pela prática diária, assim um operário que execute atividade específica ou reforma, pode ser um oficial. Foram os processos trabalhistas da Comarca de Pelotas que fundamentaram a análise entre os anos de 1940 e 1965, e as entrevistas de história oral que contribuíram com indícios para a investigação que alcançou os dias atuais. Essas fontes oportunizaram elementos para a discussão das experiências e das memórias de ofícios que estão em vias de desaparecer, mas que interagem com as condições estruturantes e reagem às diversas e graduais mudanças nos mundos do trabalho.

**Palavras-chave:** sapateiros, indústria calçadista, Pelotas, história oral, processos trabalhistas.



## RESUMEN

La investigación trata de rastrear de la presencia de los zapateros, entendidos como oficiales que tienen el conocimiento y la capacidad de producir los zapatos en la ciudad de Pelotas (RS), de la década de 1940 hasta nuestros días. La investigación examinó los trabajadores en el trabajo cotidiano, es decir, los aspectos rutinarios de la resistencia a la explotación laboral, y la táctica de mantener su espacio en el mercado laboral. La investigación distingue los zapateros, trabajadores parciales y aquellos trabajadores que sólo reparación de los zapatos, pero estos límites se consideran inestables. Lo oficio fue encuentra en las diferentes fases del proceso de producción y de trabajo que prevalece en el sector en las décadas estudiadas, ya que considera que el zapatero debe caracterizarse por su conocimiento y no sólo por la práctica diaria, por lo que un trabajador que realiza la actividad específica o la reforma, puede ser un oficial. Fueron los procesos de trabajo del Distrito de Pelotas subyacen el análisis entre los años 1940 y 1965, y las entrevistas de historia oral que contribuyeron a la evidencia de la investigación que llega hasta nuestros días. Estas fuentes oportunizaram elementos para la discusión de experiencias y recuerdos de artesanías que están desapareciendo, pero la interacción con las condiciones estructurales y responden a las diversas y graduales cambios en el mundo del trabajo.

**Palabras-claves:** zapateros, industria del calzado, Pelotas, historia oral, procesos de trabajo.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>10</b>
<b>1 A FABRICAÇÃO DE CALÇADOS BRASILEIROS: DA OFICINA ARTESANAL À INDÚSTRIA MODERNA</b> .....	<b>24</b>
<b>1.1 O mestre concebe e executa a sua obra: século XIX até 1930</b> .....	<b>26</b>
<b>1.2 Estruturação fabril e inserção no mercado nacional: o período da Era Vargas e dos governos populistas</b> .....	<b>42</b>
<b>1.3 O calçado brasileiro ganha o mundo: o impacto das políticas instauradas pela Ditadura</b> .....	<b>52</b>
<b>1.4 Metamorfoses nos mundos do trabalho e seu impacto sobre os sujeitos: os diferentes papéis dos trabalhadores na fabricação de calçados de Pelotas</b> .....	<b>56</b>
<b>2 SAPATEIROS REIVINDICAM SEUS DIREITOS E PRESERVAM SUA HISTÓRIA: NUANCES DO COTIDIANO FABRIL DO SETOR CALÇADISTA ATRAVÉS DOS PROCESSOS TRABALHISTAS (PELOTAS: 1940-1965)</b> .....	<b>61</b>
<b>2.1 Legislação trabalhista: a relação entre o trabalhador e a lei em debate</b> .....	<b>63</b>
<b>2.2 Processos Trabalhistas: apontamentos sobre a fonte</b> .....	<b>67</b>
<b>2.3 Trabalhadores e patrões nas fábricas calçadistas nas peças processuais</b> .....	<b>73</b>
<i>2.3.1 Espaço produtivo, ferramentas, maquinário e venda</i> .....	<i>75</i>
<i>2.3.2 Produtividade, tempo e remuneração</i> .....	<i>80</i>
<i>2.3.3 Perfil do trabalhador</i> .....	<i>91</i>
<b>3 MEMÓRIAS DE UM OFÍCIO: FABRICAÇÃO E REFORMA DE CALÇADOS EM PELOTAS (1960-2014)</b> .....	<b>98</b>
<b>3.1 Guardiões da memória de ofício: apresentação dos narradores e notas sobre a interpretação das fontes</b> .....	<b>101</b>
<b>3.2 Aprender fazendo: reflexões sobre a relação entre mestre e aprendiz e a valorização do trabalho com calçados</b> .....	<b>110</b>
<b>3.3 Produzir e reformar: memórias do cotidiano laboral</b> .....	<b>119</b>
<b>3.4 Bens de consumo: entre a tradição e a modernidade</b> .....	<b>125</b>
<b>3.5 Táticas de um ofício: a manutenção dos sapateiros no mercado de trabalho</b> ...	<b>129</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>136</b>
<b>FONTES</b> .....	<b>142</b>

<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>146</b>
<b>APÊNDICE .....</b>	<b>156</b>
<b>APÊNDICE A - Listagem dos trabalhadores arrolados na Comarca de Pelotas (1940-1965) .....</b>	<b>156</b>
<b>APÊNDICE B - Listagem dos trabalhadores arrolados das fichas-espelho da Delegacia Regional do Trabalho (1939-1943) .....</b>	<b>160</b>
<b>APÊNDICE C - Roteiro utilizado nas entrevistas .....</b>	<b>163</b>

## INTRODUÇÃO

“Todas as fases que marcam a pesquisa são construídas,  
e não dadas”.

Carlos Ginzburg

Saramago, ao escrever que “não demasiado antigas, há muitas profissões que desapareceram, hoje ninguém sabe para que serviam aquelas pessoas, que utilidade tinham”<sup>1</sup>, compreendeu a motivação da realização desta pesquisa. Em sua obra, ele apresenta a história de Cipriano Algor, um oleiro que trabalha com a filha na fábrica da família, localizada junto a sua casa, vende louças ao *shopping* da cidade, onde há tudo, mas tudo é artificial. O *shopping* deixa de adquirir os produtos feitos pelo oleiro, pois os consumidores desejam louças de plástico, que imitam as de barro e são mais baratas, assim o personagem observa sua inadequação àquela sociedade e o desaparecimento do seu ofício. Há Cipriano's alfaiates, relojoeiros, modistas, motorneiros, carpinteiros, barbeiros e, aqui, destaca-se os sapateiros.

Ofícios em vias de extinção são a primeira motivação, que foi agregada de outras inquietações. O início dessa pesquisa está no Núcleo de Documentação Histórica da Universidade Federal de Pelotas (NDH), com o projeto “À beira da extinção: memória de trabalhadores cujos ofícios estão em vias de desaparecer”, coordenado pelas professoras doutoras Lorena Almeida Gill e Beatriz Ana Loner. Nesta oportunidade foram realizadas entrevistas com trabalhadores de diferentes ofícios, mas em paralelo foi iniciada a constituição do banco de dados do acervo da Justiça do Trabalho, que abarca os processos trabalhistas das décadas de 1940 a 1990, com a finalidade de facilitar e promover futuras pesquisas.

O NDH é um espaço de formação acadêmica e de extensão, fazendo a guarda, preservação e pesquisa da história da região, congregando alunos e professores. Conta com significativo acervo em suporte papel e audiovisual, além do acervo bibliográfico. Desde 1990, tem coletado e organizado documentos, jornais e outros materiais que tratam da história dos movimentos sociais, das organizações políticas e estudantis. Destaque para o arquivo da Delegacia Regional do Trabalho do Rio Grande do Sul, o qual abarca as fichas-espelho das décadas de 1930 a 1960 e o acervo da Justiça do Trabalho da região de Pelotas, com quase 100.000 processos. O NDH também compreende desde 2010 o Laboratório de História Oral

---

<sup>1</sup> SARAMAGO, José. **A caverna**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 72.

da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), pois preserva desde 1994 significativo e diversificado número de entrevistas atreladas às suas pesquisas.

Os mundos do trabalho, a história oral e os processos trabalhistas foram elementos importantes na trajetória da pesquisa que será apresentada nesta dissertação. Os estudos das professoras Lorena Almeida Gill e Beatriz Ana Loner, que abordam perspectivas históricas a partir de grupos marginalizados (trabalhadores, imigrantes, doentes, mulheres e negros) na cidade de Pelotas, influenciam esse trabalho, e apresentaram autores, como: E. P. Thompson, Eric Hobsbawm, Karl Marx, Carlo Ginzburg, Alessandro Portelli, Verena Alberti e Michael Pollak, entre outros.

Por fim, um dos desdobramentos do projeto “À beira da extinção” foi o Trabalho de Conclusão de Curso da autora dessa dissertação, cujos resultados da investigação motivaram novos questionamentos, assim optou-se em continuar com a investigação no mestrado, sendo o projeto aprovado pelo Programa de Pós-Graduação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, com a orientação da professora doutora Claudia Musa Fay. Este novo espaço e orientação aproximaram o projeto inicial de outras perspectivas, como as discussões envolvendo a história empresarial, industrial, dos bens de consumo e da “análise textual discursiva”. Assim, a construção desta dissertação é percebida como um acúmulo de experiências e diálogos que perpassam diferentes universidades, professores e colegas.

\*\*\*

**A dissertação tem como objetivo geral analisar os vestígios do ofício de sapateiro na cidade de Pelotas, de 1940 até os dias atuais, através dos processos trabalhistas e das narrativas.** Inicialmente, a abordagem ficaria restrita à história oral temática, analisando trajetórias de sujeitos com um rico manancial de vivências ligadas a essa prática desde meados da década de 1960 até os dias atuais, que vão se perdendo aos poucos com o desaparecimento dos sapateiros. Entretanto, com o avanço das pesquisas e leituras, percebeu-se a exigência de adicionar outras fontes, para ampliar a percepção sobre o objeto de estudo; a exigência também foi regida pelo temor do anacronismo, pois constantemente relacionava-se as primeiras narrativas realizadas com o período das corporações de ofício, devido ao teor paternalista e as descrições sobre o ambiente de trabalho e sobre a divisão simplista das funções que as aproximavam de referências sobre as oficinas domésticas, com seus mestres e aprendizes, típicas do século XVIII e XIX. Não se questiona a veracidade dos aspectos

narrados pelos sapateiros entrevistados, mas percebe-se uma valorização daquele período de suas vidas, talvez por vincularem aqueles aos da sua juventude.

Buscou-se por outras fontes no mesmo período das narrativas, mas sem sucesso. Periódicos da cidade e processos trabalhistas foram pesquisados; os primeiros não indicavam a presença do setor calçadista, mas os segundos sim. Foram encontradas reclamações contra fábricas de calçados entre os anos de 1960 e 1980, entretanto poucas e paupérrimas de conteúdo. A maioria desses processos foi resolvida na primeira audiência, limitando-se à apresentação pontual de queixas, contra-argumento da empresa e o desfecho, elementos que não saciavam as interrogações dessa investigação. Esclarece-se, que não a quantidade, mas o teor destes processos é que desestimulou a utilização destes nesta pesquisa.

Resolveu-se, portanto, recuar cronologicamente e utilizar os processos trabalhistas de 1940 a 1965, período que compreende a implantação e popularização das leis trabalhistas, e, talvez por isso, conta com processos mais descritivos: os trâmites não eram longos, em média três audiências; a apresentação de provas era diversa; as declarações dos envolvidos estão registradas com maiores detalhes; os advogados das partes apresentavam seus argumentos recuperando elementos do cotidiano e da relação entre patrão e empregado; e a sentença também era proferida de modo explicativo pelo juiz. Em outras palavras, abordam aspectos que contribuem para a pesquisa do cotidiano e das experiências dos trabalhadores calçadistas pelotenses.

Enfim, optou-se por um estudo analítico através dos processos trabalhistas entre os anos de 1940 e 1965, e as entrevistas que compreendem o período a partir de 1960 até 2014. O período é longo, mas justifica-se por abarcar mudanças caras ao estudo sobre os mundos do trabalho. No período inicial havia manufaturas que produziam calçados na cidade de Pelotas, número que gradualmente diminuiu; hoje são encontrados estabelecimentos que reformam calçados e algumas pequenas fábricas de botas, que produzem calçados para uma clientela restrita. Além do mais, observado o método de história oral e o entendimento da importância do tempo presente para a rememoração dos depoentes, estendeu-se a discussão da dissertação até o ano de elaboração dessa redação e da realização das últimas entrevistas, 2014.

O conjunto de fontes empregado nesta dissertação é entendido como representativo, haja vista que, através das reflexões do termo “excepcional normal” de Edoardo Grendi e amplamente difundida por Carlos Ginzburg, considera-se que “se as fontes silenciam e/ou distorcem sistematicamente a realidade social das classes subalternas, um documento que seja realmente excepcional [...] pode ser muito mais revelador do que mil documentos estereotipados”, pois “funcionam como espias ou indícios de uma realidade oculta que a

documentação, de um modo geral, não deixa transparecer”<sup>2</sup>. Investigou-se em diferentes fontes as experiências, o cotidiano e a memória dos trabalhadores do setor produtivo de calçados e muitas investidas não contemplaram os objetivos da pesquisa, mas o *corpus* de análise compilado foi amplamente questionado e ofereceu indícios para a elaboração de reflexões em torno da proposta desta dissertação.

O autor, ao lembrar a produção do seu livro “Queijos e os vermes”, apresenta algo pertinente:

Os obstáculos postos à pesquisa eram elementos constitutivos da documentação, logo deviam tornar-se parte do relato; assim as hesitações e os silêncios [...]. Desse modo, as hipóteses, as dúvidas, as incertezas tornavam-se parte da narração; a busca da verdade tornava-se parte da exposição da verdade obtida (e necessariamente incompleta)<sup>3</sup>.

Justamente, expõe-se ao leitor o processo de constituição desta pesquisa, caminho cheio de obstáculos, desvios, retornos e encruzilhadas. Faz-se isso na introdução, mas outras reflexões também vão ser expostas no decorrer do trabalho, principalmente em relação aos “silêncios” das fontes analisadas, pois se pretende, como é pertinente na micro-história, aceitar “o limite explorando as suas implicações gnosiológicas e transformando-as num elemento narrativo”<sup>4</sup>.

A maior parte das “perguntas” feitas para as fontes foram elaboradas conforme eram realizadas as entrevistas e lidos os processos, situação dúbia, pois esta imprecisão gera inquietação e constante retorno às fontes. Por outro lado, não ter todas as perguntas estabelecidas fez com que não ocorresse uma busca por respostas, já que o olhar do historiador pode ser embaçado pela busca de elementos que corroborem suas hipóteses, limitando suas análises e marginalizando aspectos pertinentes.

Entretanto, os **objetivos específicos** devem ser traçados, o que foi feito após essa primeira sondagem nas fontes. A dissertação, portanto, pretende: esquematizar e analisar vestígios da presença dos trabalhadores no setor calçadista; vislumbrar o cotidiano do trabalhador e a estrutura das unidades produtivas, máquinas e ferramentas; analisar a relação do trabalhador com o tempo, produtividade e qualidade, e como estes aspectos interferem na sua relação com o patrão e com o bem produzido; compreender a interpretação que os próprios sapateiros fazem de suas trajetórias laborais e como percebem as mudanças nos

<sup>2</sup> GINZBURG, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: \_\_\_\_\_. **A micro-história e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1991, p. 177.

<sup>3</sup> *Idem*. Micro-história: duas ou três coisas que sei a respeito. In: \_\_\_\_\_. **O fio e os rastros**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 265.

<sup>4</sup> *Ibidem*, p. 271.

mundos do trabalho e nos padrões de consumo; e quais táticas utilizam para permanecer trabalhando.

Em suma, a dissertação pretende responder o seguinte questionamento: **Quais são os vestígios do ofício de sapateiro na cidade de Pelotas e que indiciam sua interação e resistência as condições estruturantes, principalmente no que tange ao processo de “metamorfose” nos “mundos do trabalho” entre 1940 e 2014?** Ressalta-se que essa categoria de estudo é complexa: é objetivo refletir, principalmente, a partir das experiências de trabalhadores, que são montadores, cortadores, costureiras e também gestores. Entretanto nas entrevistas o conceito de experiência deve ser interpretado através das memórias de senhores e no transcurso dessas observou-se uma situação dúbia: nas narrativas contatou-se que eles foram assalariados, mas alguns também foram ou são patrões, donos de “fabriquetas” e estabelecimentos de reforma. As memórias assim devem ser analisadas com cuidado no verso o conceito de experiência, visto que esse se refere apenas à classe operária.

É importante situar o leitor sobre aspectos inerentes ao setor produtivo estudado, citam-se alguns: a exigência de pouco capital para abrir uma “fabriqueta” de calçados; a dificuldade e lentidão no incremento de maquinaria; a maior parte da tecnologia empregada não substituiu o trabalhador; e a necessidade de empregar um contingente expressivo de trabalhadores, pois muitas atividades são manuais, o que possibilitou a continuação do ensino no chão de fábrica. Desde os anos de 1930, quando inicia a estruturação fabril do ramo em nível nacional, até hoje, pode-se observar a concomitância da existência de pequenas oficinas e indústrias modernas.

Peculiaridades que tornam a investigação histórica destes trabalhadores importante, pois atrelada à micro-história, instigam a questionar teorias gerais sobre o desenvolvimento industrial e o emprego de certos conceitos. Não é possível afirmar que as unidades produtivas se desenvolveram a partir de teorias gerais como as elaboradas por Tejo, Pesavento ou Singer<sup>5</sup>, ou por aquelas baseadas no desenvolvimento do capitalismo, como as de Braverman<sup>6</sup>. A heterogeneidade entre as unidades e também em seus interiores (alguns setores são mais mecanizados, ou suas atividades mais fragmentadas, que outros) impele ao historiador caracterizá-los facilmente como oficinas, fábricas, indústrias, ou seus trabalhadores como mestres oficiais ou operários como faz Marx<sup>7</sup>. A continuidade do trabalho manual (mesmo

<sup>5</sup> Ver mais: MERTZ, Marli. A burguesia industrial gaúcha e suas tentativas de organização: de sua origem a 1930. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 12, n. 2, p. 422-444, 1991.

<sup>6</sup> BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista**: a degradação do trabalho no século XX. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

<sup>7</sup> MARX, Karl. **O capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.



que agora fragmentado) e, portanto, também da destreza e habilidade como elementos importantes do trabalhador, questiona o processo apresentado como “unívoco e retilíneo, que invariavelmente destruiu capacidades laborais e as incorporou em objetos metais-mecânicos. Essa tendência ocorreu, mas o processo foi muito mais complicado e contraditório do que geralmente se supõe”<sup>8</sup>.

Pelotas foi escolhida, primeiramente, pelo acervo, uma vez que o NDH conta com acervo significativo sobre os trabalhadores, entre eles os processos trabalhistas da Comarca de Pelotas, as fichas-espelho da Delegacia Regional do Trabalho do Rio Grande do Sul e o acervo do Laboratório de História Oral, onde estavam acondicionadas três entrevistas com sapateiros pelotenses. Refletiu-se em voltar os esforços para Novo Hamburgo, por ser um polo nacional de destaque no setor, mas outras inquietações apareceram. Pelotas alicerça seu desenvolvimento pela produção do charque, que logo atraiu empreendedores do setor curtumeiro, então é instigante o questionamento sobre o porquê dos fabricantes dos manufaturados do couro não fortalecerem suas unidades produtivas e progredirem.

Além do mais, um dos principais objetivos era observar a perda de espaço dos “sapateiros” com o avanço da indústria moderna. Esses sujeitos nas cidades onde a produção de calçados manteve-se alta foram inseridos ao novo sistema, sendo os funcionários mais antigos indicados aos cargos de gerência das sessões ou incentivados a abrir oficinas próprias que prestassem serviços terceirizados e parcelares para as grandes indústrias. Situação diferente é percebida em Pelotas, onde as fábricas eram módicas desde a década de 1940 e foram fechando suas portas gradualmente; hoje, seus antigos proprietários e funcionários realizam consertos ou produzem calçados específicos (botas, calçados para o carnaval e teatro).

\*\*\*

Identifica-se este estudo com a História Social, por focalizar as ações dos sujeitos, estabelecendo uma perspectiva analítica e temática da história, uma história-problema, sendo “perspectiva” interpretada como a “tensão entre ponto de vista subjetivo e verdades objetivas e verificáveis”<sup>9</sup>. A História Social engloba inúmeras facetas, aqui aproxima-se daquela que se

---

<sup>8</sup> REZENDE, Vinicius Donizete de. **Tempo, trabalho e conflitos social no complexo coureiro-calçadista de Franca-SP (1950-1980)**. 2012. 383 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Campinas, Campinas, 2012, p. 3.

<sup>9</sup> GINZBURG, Carlos. Distância e perspectiva: duas metáforas. In: \_\_\_\_\_. **Olhos de Madeira: nove reflexões sobre a distância**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 197-198.

concentra “na compreensão da experiência das pessoas comuns, no passado, e de suas reações a esta própria experiência”<sup>10</sup>, vinculada ao marxismo britânico.

Hobsbawm questiona o caráter de especialidade da História Social, pois seu tema, a história da sociedade, não pode ser isolado, porém propõe que a base analítica dessa investigação seja o “processo de produção social”. Para o autor, “as relações sociais de produção e reprodução (ou seja, organização social em seu sentido mais amplo) e as forças materiais de produção não podem ser divorciadas”<sup>11</sup>, para assim compreender que há elementos estabilizadores e perturbadores, ou seja, adotar um modelo dialético de análise. Esta dissertação, justamente, propõe-se a analisar as rupturas e as continuidades que interferem nas vidas dos envolvidos com a fabricação ou reforma de calçados, e durante a redação da dissertação, os processos produtivos (organização tecnológica e infraestrutura) e os processos de trabalho (organização social) são distinguidos apenas pontualmente, para o leitor compreender que são aspectos distintos, mas também indissociáveis.

Hebe Castro apresenta algumas fontes propícias para investigar “pessoas comuns” na História Social, e entre os exemplos estão as aqui utilizadas: a oralidade e os processos. Destaca a importância da interdisciplinaridade e micro-história na História Social<sup>12</sup>, ambas abrangidas na elaboração desse trabalho.

Para Giovanni Levi, a micro-história é caracterizada pelos elementos: escala reduzida; debate sobre a racionalidade; pequeno indício como paradigma científico; o papel do particular sem o opor ao social; definição específica de contexto; condenação do relativismo; e atenção com a recepção e com o relato<sup>13</sup>. Jacques Revel afirma que a escala particular promove conhecimento, mas alerta que “variar a objetiva não significa aumentar (ou diminuir) o tamanho do objeto no visor, significa mudar sua forma na trama”, portanto a micro-história “não consiste apenas em representar uma realidade constante em tamanho maior ou menor, e sim em transformar o conteúdo da representação”<sup>14</sup>.

Revel aponta a micro-história como favorável à análise do social, por tornar “suas variáveis mais numerosas, mais complexas e também mais móveis”<sup>15</sup> e porque condena o funcionalismo prevê a análise da pluralidade dos “destinos particulares”, reconstituindo um

<sup>10</sup> CASTRO, Hebe. História Social. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). **Domínios da História**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 51.

<sup>11</sup> HOBBSAWM, Eric. Da história social à história da sociedade. In: HOBBSAWM, Eric. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 167.

<sup>12</sup> CASTRO, *op. cit.*, 1997, p. 51-52.

<sup>13</sup> LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter (org.). **A escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo: UNESP, 1992, p. 158.

<sup>14</sup> REVEL, Jacques. Microanálise e construção do social. In: \_\_\_\_\_. **Jogos de escalas**: a experiência da microanálise, Rio de Janeiro: FGV, 1998, p. 20.

<sup>15</sup> REVEL, *op. cit.*, 1998, p. 23.

“espaço dos possíveis”, sem perder de vista a configuração dada, mas a noção de “contexto” é redefinida, negam a sua concepção unificadora e homogênea. Visto a “multiplicidade das experiências e das representações sociais, em parte contraditórias, em todo caso ambíguas, por meio das quais os homens constroem o mundo e suas ações”<sup>16</sup>, propõe uma inversão do procedimento habitual da investigação histórica que parte do contexto, e “constituir a pluralidade de contextos que são necessários à compreensão dos comportamentos observados”<sup>17</sup>, admitindo que cada sujeito se inscreve nos contextos de formas variadas, não tendo oposição entre história local e global.

A redação desta pesquisa está organizada do modo que se acredita ser a mais clara, partindo de um capítulo que apresenta o contexto mais amplo, seguindo para os capítulos que analisam as fontes, contudo a realização da investigação deu-se no sentido contrário, como sugerido por Revel. Foram realizadas leituras “exploratórias” iniciais, mas a reflexão partiu das fontes, para depois intensificarem-se os estudos teóricos. A organização interna dos capítulos em “categorias” procurou favorecer a relação dos sujeitos com os contextos, assim como a fragmentação permite compreender o “todo pelas partes”.

Para Revel:

a experiência de um indivíduo, de um grupo, de um espaço permite perceber é uma modulação particular da história global. Particular e original, pois o que o ponto de vista micro-histórico oferece à observação não é uma versão atenuada, ou parcial, ou mutilada, de realidades macrossociais: é [...] uma versão diferente<sup>18</sup>.

O autor ainda afirma a pertinência dos estudos “micro” e “macro”, porém entende que a pesquisa sobre as experiências é um campo mais esclarecedor, por ser mais complexo e se inscrever em contextos diferentes. Giovanni Levi concorda com as afirmações de Revel; para ele, a escala reduzida não deve “sacrificar” o conhecimento particular perante o geral e alerta que não se pode centrar esforços apenas no primeiro, mas sim elaborar um “paradigma” que compreenda o particular sem renunciar à descrição formal e o “conhecimento científico do próprio particular”<sup>19</sup>.

Ginzburg contribuiu nesta perspectiva, expondo que:

A análise micro-histórica é, portanto, bifronte. Por um lado, movendo-se numa escala reduzida, permite em muitos casos uma reconstituição do vivido impensável noutros tipos de historiografia. Por outro lado, propõe-se indagar as estruturas

<sup>16</sup> *Ibidem*, p. 27.

<sup>17</sup> *Ibidem*, p. 27-28.

<sup>18</sup> *Ibidem*, p. 28.

<sup>19</sup> LEVI, *op. cit.*, 1992, p. 138.

invisíveis dentro das quais aquele vivido se articula. [...] Talvez tenha chegado o momento de, na noção de estrutura, acentuar antes as características de sistema, que engloba, como mostrou Jakobson, tanto a sincronia como a diacronia<sup>20</sup>.

Enfim, “nenhuma conclusão alcançada a propósito de um determinado âmbito pode ser transferida automaticamente para um âmbito mais geral”<sup>21</sup>. Destaca-se ainda a leitura da obra “Mito, emblemas, sinais” do mesmo autor, importante para esclarecer e sensibilizar o olhar defronte os indícios, vestígios e signos das fontes consultadas, compreendendo que o “conhecimento histórico é indireto, indiciário, conjectural”<sup>22</sup>, pois “se a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas – sinais, indícios – que permitem decifrá-la”<sup>23</sup>. Assim, conseguiu-se refletir a partir da história de homens e mulheres trabalhadores de empreendimentos de pouca expressão econômica na cidade de Pelotas a partir de 1940.

As experiências vislumbradas pela micro-história se manifestam no cotidiano. É pela atuação no cotidiano que o homem faz a história, ao mesmo tempo em que é feito por ela<sup>24</sup>, ou ainda, nas palavras de Petersen, “o cotidiano não se desloca do histórico, é antes um de seus níveis constitutivos: o nível em que a reprodução social se realiza na produção dos indivíduos enquanto tais”<sup>25</sup>. Para Agnes Heller, o ser é ao mesmo tempo particular e genérico, mas “a vida cotidiana é a vida de todo homem”<sup>26</sup>, e mais:

A vida cotidiana é a vida do homem inteiro; ou seja, o homem participa na vida com todos os aspectos de sua individualidade, de sua personalidade. Nela, colocam-se ‘em funcionamento’ todos os seus sentidos, todas as suas capacidades intelectuais, suas habilidades manipulativas, seus sentimentos, paixões, ideias, ideologias<sup>27</sup>.

Com as obras de Heller e Certeau<sup>28</sup>, o estudo do cotidiano desvincula-se dos limites das rotinas e dos hábitos, envolvendo também as tensões. O homem no cotidiano tem a possibilidade de não apenas sobreviver, mas agir. Para Matos:

as abordagens que incorporam a análise do cotidiano têm revelado todo um universo de tensões e movimento com uma potencialidade de confrontos, deixando entrever um mundo onde se multiplicam formas peculiares de resistência/luta,

<sup>20</sup> GINZBURG, *op. cit.*, 1991, p. 178.

<sup>21</sup> *Idem*, *op. cit.*, 2007, p. 269.

<sup>22</sup> *Idem*. Sinais: Raízes de um paradigma indiciário. In: GINZBURG, Carlo. **Mitos, Emblemas, Sinais**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 157.

<sup>23</sup> *Ibidem*, p. 77.

<sup>24</sup> HELLER, Agnes. **O Cotidiano e a História**. São Paulo: Paz e Terra, 1992, p. 16-17.

<sup>25</sup> PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. Dilemas e desafios da historiografia brasileira: a temática da vida cotidiana. In: MESQUITA, Zilá; BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.). **Territórios do Cotidiano**. Porto Alegre/Santa Cruz do Sul: UFRGS Edunisc, 1995, p. 61.

<sup>26</sup> HELLER, *op. cit.*, 1992, p. 17.

<sup>27</sup> *Ibidem*, p. 17.

<sup>28</sup> Ver mais: CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

integração/diferenciação, permanência/transformação, onde a mudança não está excluída, mas sim vivenciada de diferentes formas. Assim, não se pode dizer que a história do cotidiano privilegia o estático, já que tem mostrado toda a potencialidade do cotidiano como espaço de resistência ao processo de dominação<sup>29</sup>.

Para a autora, o destaque do cotidiano nos estudos do trabalho deve-se às investigações sobre o operário e a herança marxista. Além do mais, o trabalho é parte essencial para a sobrevivência e ocupa parte significativa das vidas dos homens; e as pesquisas avançam na compreensão das:

estratégias de resistência criadas e recriadas no cotidiano, bem como a capacidade de certos setores de explorar as inconsistências ou incoerências dos sistemas sociais e políticos, para encontrar brechas através das quais pudessem se introduzir, ou frestas em que conseguissem sobreviver.<sup>30</sup>

Chalhoub indica a importância de “entender de que forma as determinações mais amplas interferem, ao mesmo tempo que se forjam, nas situações micro-históricas concretas e, a longo prazo, apontam os vencedores da luta cotidiana pela sobrevivência e pelas possibilidades de ascensão social”<sup>31</sup>. O mesmo é percebido por Benito Schmidt ao ler Certeau: “deve-se ressaltar que este autor não pretende reduzir a sociedade às suas práticas cotidianas. Para ele, tais práticas precisam ser associadas a outros modos de funcionamento da realidade social: sistemas econômicos, de representação, etc.”<sup>32</sup>.

Estas práticas apresentadas por Certeau<sup>33</sup> como “artes de fazer” pelas quais “inventase o cotidiano”. Essas “artes” são as práticas comuns dos homens ordinários que se apropriam do espaço, invertem objetos, signos, leis, representações e códigos, usando-os a sua maneira. Os homens e mulheres abarcados pela investigação dessa dissertação não são anônimos, seus nomes são conhecidos, mas apropriam-se das “artes de fazer” em suas experiências para intervir na trajetória de suas vidas e no seu cotidiano.

A relação entre experiência e estrutura é citada nas leituras apresentadas sobre história social, cotidiano e micro-história. Em 1990, Emília Viotti da Costa publicou um balanço da

<sup>29</sup> MATOS, Maria Izilda Santos de. **Cotidiano e Cultura**: história, cidade e trabalho. São Paulo: EDUSC, 2002, p. 26.

<sup>30</sup> *Ibidem*, p. 25.

<sup>31</sup> CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da *belle époque*. Campinas: Unicamp, 2008, p. 57-58.

<sup>32</sup> SCHMIDT, Benito Bisso. Práticas e Táticas: Michel Certeau (re) inventa o cotidiano, **Biblos**, Rio Grande, v. 6, p. 84, 1994.

<sup>33</sup> Conforme: CERTEAU, *op. cit.*, 1994, *passim*.

historiografia sobre a classe operária na América Latina<sup>34</sup>, comparando os estudos anteriores com aqueles feitos na década de 1980, indicando uma mudança de enfoque. Nos anos 1980 os historiadores passaram a tangenciar as perspectivas estruturais e organizativas (sindicatos, suas lideranças e movimentos), buscando compreender a classe operária através dos trabalhadores que não estavam em sindicatos, suas ações e relações cotidianas, a cultura operária, ou seja, “enquanto no passado os historiadores falavam em estruturas, agora falam de experiências”<sup>35</sup>.

Entretanto, o diálogo entre estrutura e experiência é mais frutífero que a exclusão de uma destas perspectivas. Na opinião da autora, “os estudos mais bem sucedidos são exatamente aqueles que o autor conseguiu estabelecer uma ponte entre esses dois tipos de abordagens que outros consideravam irreconciliáveis”<sup>36</sup>. Percebe que a experiência não deve ser estudada apenas nos “termos de sua própria subjetividade e testemunho, não pode ser apreendida de forma isolada da história do capital e das lutas entre capital e trabalho”<sup>37</sup>.

Em que consiste o conceito de “experiência”? Nicolazzi<sup>38</sup>, Giovanni Alves e Renan Araújo<sup>39</sup> abordam o conceito através do diálogo com diferentes autores, mas a perspectiva utilizada na dissertação é a de E. P. Thompson, escolha motivada pela possibilidade de diálogo mais próximo, visto que a análise aqui proposta parte da experiência laboral e é consenso entre os autores consultados a preponderância dos modos de produção<sup>40</sup> e da “vida material” na construção do conceito de “experiência” elaborado pelo historiador inglês. Entretanto, essa interpretação sobre o conceito foi considerada principalmente no capítulo dois dessa dissertação.

Alves e Araújo entendem que, “ao buscar desvelar a dialética entre prática social e estrutura, agir humano e determinação, luta e condições sociais, E. P. Thompson distinguiu experiência I (experiência vivida) de experiência II (experiência percebida)”<sup>41</sup>; a primeira é identificada com o “ser social” e a última com a “consciência social”, mas para os autores não

<sup>34</sup> COSTA, Emília Viotti. Estrutura *versus* Experiência. Novas tendências do movimento operário e das classes trabalhadoras na América Latina: o que se perde e o que se ganha. **BIB**, Rio de Janeiro, n. 29, p. 3-16, jan./jun. de 1990.

<sup>35</sup> *Ibidem*, p. 4.

<sup>36</sup> *Ibidem*, p. 8.

<sup>37</sup> *Ibidem*.

<sup>38</sup> NICOLAZZI, Fernando. A narrativa da experiência em Foucault e Thompson, **Anos 90**, Porto Alegre, v. 11, n. 19-20, p. 101-138, jan./dez. 2004.

<sup>39</sup> ALVES, Giovanni; ARAÚJO, Renan. Thompson, Lukács e o conceito da experiência, **Revista Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 5, n. 10, p. 53-70, jul./dez. 2013.

<sup>40</sup> “Descartarmos a noção de econômico em seu sentido contemporâneo limitado e retornarmos à plena acepção de um modo de produção. Este [...] ainda nos oferece as consequentes relações de produção”. THOMPSON, E. P. Folclore, Antropologia e História Social. In: NEGRO, Antonio Luigi, SILVA, Sergio (org.). **E. P. Thompson. As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas: UNICAMP, 2001, p. 259.

<sup>41</sup> ALVES; ARAÚJO, *op. cit.*, 2013, p. 57.

há experiência vivida que não seja também experiência percebida. De tal modo, “é um instrumento categorial rico para apreendermos o que as pessoas, isto é, as individualidades pessoais de classe, estão fazendo de si mesmas frente às determinações da condição de proletariado”<sup>42</sup>, pois “constitui e nega, opõe e resiste, estabelece mediações, é espaço de prática, intervenção, obstaculizações, recusa, é processo de formação de identidades e classe [...]. Processos dialeticamente articulados que ela, a experiência, expressa de forma privilegiada”<sup>43</sup>.

Fernando Nicolazzi realiza uma análise da narrativa da experiência e remete à concepção de “fazer-se classe” de Thompson, para destacar dois termos-chaves: a “*experiência de classe*, em grande medida determinada pelas relações de produção nas quais os indivíduos são involuntariamente inseridos”; e a “*consciência de classe*, que se refere ao trato cultural da experiência (‘tradições, sistemas de valores, ideias e formas constitucionais’)”<sup>44</sup>, consideração similar àquela já apontada, mas que o historiador complementa, afirmando que “se a primeira é determinada, a segunda pode-se dizer determinante, pois orienta o sentido das ações realizadas”<sup>45</sup>.

Experiência é a mediação entre consciência social e ser social, ausente em Marx e Althusser, mas que Thompson elabora sem renegar o materialismo histórico. O historiador considera o impacto do modo de produção sobre a consciência dos indivíduos, mas procura ressaltar a “agência” humana no processo, que “experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida ‘tratam’ essa experiência em sua *consciência* e sua *cultura* das mais complexas maneiras e em seguida agem”<sup>46</sup>, logo, “retoma a imprevisibilidade da ação humana, na manipulação pelos indivíduos de sua própria experiência”<sup>47</sup>, sem a recusa da racionalidade do processo.

Enfim, nas palavras de Thompson, o erro está “em sugerir que as ideias ou os acontecimentos são, por sua natureza, redutíveis ao contexto causal que os explica”<sup>48</sup>. “Base e superestrutura [...] não tem conserto. Está dotada de uma inerente tendência ao reducionismo ou ao determinismo econômico vulgar”<sup>49</sup>. As experiências dos sapateiros quando trabalhadores assalariados mudam, “assim que o modo de produção e as relações produtivas

---

<sup>42</sup> *Ibidem*, p. 62.

<sup>43</sup> *Ibidem*, p. 57-58.

<sup>44</sup> NICOLAZZI, *op. cit.*, 2004, p. 112.

<sup>45</sup> *Ibidem*.

<sup>46</sup> *Ibidem*, p. 119.

<sup>47</sup> *Ibidem*.

<sup>48</sup> THOMPSON, *op. cit.*, 2001, p. 207.

<sup>49</sup> *Ibidem*, p. 256.

mudam [...] E essa experiência adquire feições classistas, na vida social e na consciência, no consenso, na resistência e nas escolhas de homens e mulher”<sup>50</sup>.

É pertinente a ressalva de que os processos trabalhistas apresentam sujeitos assalariados, insatisfeitos e enfrentando problemas em seu local de trabalho; patrões são citados, mas a fonte favorece indícios sobre os funcionários. Entre os entrevistados há uma situação mais plural: a maioria começou como aprendizes, tornou-se funcionário e depois abriu seu negócio próprio ou virou gestor. Destes, alguns continuam a produzir calçados, outros apenas os reformam. Dois entrevistados aprenderam apenas a fazer consertos e hoje são donos de suas sapatarias (reformadoras). Quando se analisa os fragmentos das entrevistas em que há identificação dos narradores com o período em que essas eram/são os proprietários dos estabelecimentos, o conceito de experiência na perspectiva *thompiana* foi abandonado. As entrevistas são compreendidas a partir da perspectiva da memória, apresentada no terceiro capítulo.

\*\*\*

Apresentadas as motivações, fontes e um esboço teórico, passa-se à exposição do corpo da dissertação. O método utilizado na elaboração dos três capítulos foi a “análise textual discursiva” desenvolvida por Roque Moraes<sup>51</sup>, método que consiste, primeiramente, em reunir o *corpus* documental (fontes e bibliografia) utilizado em cada capítulo e realizar uma leitura atenta para que ocorra um envolvimento e impregnação aprofundados. Ler já é interpretar e devem ser considerados o conhecimento, a teoria e a intenção do pesquisador, para depois desmembrar o conteúdo desse *corpus* em unidades de análises. Algumas unidades desta pesquisa foram constituídas *a priori*, isto é, resultaram dos conhecimentos prévios e das hipóteses de pesquisa; outras foram construídas a partir dos elementos vislumbrados na leitura deste *corpus*, mas que vão ao encontro dos objetivos da pesquisa. Esta etapa é chamada “unitarização”.

A próxima fase é a “categorização”, que consiste em aproximar “unidades de análise” similares e que possibilitem diálogos. A partir dessas categorias é “que se produzirão as descrições e interpretações que comporão o exercício de expressar as novas expressões

---

<sup>50</sup> *Ibidem*, p. 260.

<sup>51</sup> MORAES, Roque. Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva. *Ciência & Educação*, Bauru, v. 9, n. 2, p. 191-211, 2003.



possibilitadas pela análise”<sup>52</sup>. O metatexto representa a fase da “comunicação” que é composta pela relação entre teoria, prática, análise e compreensão, enfim, a redação final da dissertação.

O movimento de desordenar os textos e estabelecer uma nova ordem justifica-se pela tentativa de focalizar o todo por meio das partes, afastando a pesquisa do reducionismo. O retorno constante aos textos que compõem o *corpus* de análise amplia a nossa compreensão e provoca *insights*, muito importantes na pesquisa. Este método foi escolhido por ser adequado aos objetivos da investigação, que é de cunho qualitativo e analítico.

Desta forma, o primeiro capítulo é resultado do esforço de encontrar-se na produção acadêmica referências sobre esta categoria profissional em Pelotas, o que foi pouco frutífero. Optou-se então por explorar o processo histórico mais amplo, o que foi interessante para compreender em quais circunstâncias ocorreu o desenvolvimento econômico do setor calçadista no Brasil, mas principalmente no Rio Grande do Sul, e assim, localizar a cidade de Pelotas. Para melhor apresentação, o conteúdo divide-se em três categorias com base cronológica, mas também temática. A primeira analisa o século XIX até 1930, período em que predominavam as pequenas oficinas e o trabalho restritamente manual; o próximo compreende a fase da estruturação fabril e da abertura do mercado nacional, entre as décadas de 1930 e 1970; e por último, são feitas algumas considerações sobre o período da ditadura civil-militar, marcado pela importação e industrialização do setor. Para finalizar o capítulo, são analisados os papéis dos trabalhadores do calçado nas distintas fases produtivas.

O segundo capítulo tem como recorte os anos entre 1940 e 1965 e é composto por três categorias: espaço produtivo, ferramentas, maquinário e venda; produtividade, tempo e salário; e perfil do trabalhador. Como citado, as fontes utilizadas são os processos trabalhistas. Além dos temas sugeridos pelos títulos das categorias, foi preocupação do texto refletir sobre as discussões historiográficas envolvendo a Justiça do Trabalho (JT), a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), o populismo/trabalhismo, e as particularidades da tipologia das fontes.

O último capítulo partiu da discussão metodológica da história oral e da memória para encontrar as narrativas dos sapateiros entrevistados no tempo presente, que rememoram o passado laboral que data seu início em meados da década de 1960. Guardiões da memória de ofício, aprender fazendo, produzir e reformar, bens de consumo e táticas de um ofício são as categorias que ordenam e indicam as discussões estabelecidas.

---

<sup>52</sup> *Ibidem*, p. 197.

## 1 A FABRICAÇÃO DE CALÇADOS BRASILEIROS: DA OFICINA ARTESANAL À INDÚSTRIA MODERNA

A pesquisa desenvolvida nesta dissertação tem como recorte espacial a cidade de Pelotas, localizada na região sul do Rio Grande do Sul. Tendo em vista que não foram encontrados estudos sobre o setor calçadista desta cidade, foram feitas leituras sobre o polo calçadista localizado no Estado, na região do Vale do Rio dos Sinos, entretanto estes estudos históricos também são escassos, com destaque para as teses de Claudia Schemes e Rodrigo Perla Martins. Assim, foram utilizadas pesquisas de áreas próximas (sociologia, economia e administração), principalmente as realizadas por Sergio Schneider, Achyles Barcelos da Costa, Roberto Lima Ruas e Eugenio Lagemann.

Optou-se ainda por estabelecer diálogo com pesquisas desenvolvidas sobre o ramo em outros estados do Brasil<sup>53</sup> e com trabalhos que discutam o desenvolvimento da industrialização em perspectiva mais ampla, ou seja, independente de setores econômicos e abrangendo ora o Brasil, ora o Rio Grande do Sul.

O capítulo foi dividido em três períodos, cada um deles contextualizando o setor calçadista através das leituras citadas, para depois buscar em referências bibliográficas vestígios da presença de fábricas e oficinas produtoras de calçados de Pelotas. Outro objetivo foi compreender as peculiaridades do desenvolvimento econômico de Pelotas e os motivos que fizeram uma cidade produtora de couro não avançar na produção de manufaturados que utilizam esta matéria-prima, diferentemente da região do Vale do Rio dos Sinos, pois ambas compartilhavam a importância estatal na atividade coureiro-calçadista, como bem lembra Lagemann: “embora espalhada pelo estado, cedo essa atividade se concentrou em Pelotas, centro charqueador, e no Vale dos Sinos, área abrangida pela colônia de São Paulo”<sup>54</sup>.

Teorias gerais podem não contentar as especificidades da formação e desenvolvimento do ramo dos calçados, por isso foram identificadas investigações cujo propósito era compreender as problemáticas de pesquisa a partir das experiências de sujeitos interagindo com as condições históricas estruturantes.

Almejou-se, portanto, não “encaixar” o desenvolvimento da fabricação de calçados em explicações como as de Paul Singer (substituição de importações) e Sandra Pesavento (capital

---

<sup>53</sup> Destaque para as pesquisas realizadas sobre o polo calçadista de Franca, São Paulo, que serão citadas no desenvolvimento desta dissertação.

<sup>54</sup> LAGEMANN, Eugenio. O setor coureiro-calçadista na História do Rio Grande do Sul. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 7, n. 2, p. 79, 1986.

proveniente do comércio), amplamente discutidas pela historiografia, mas debater com estas durante o trabalho<sup>55</sup>.

Oficina, manufatura, fábrica, mestre, artesão e operário são conceitos que são usados com cuidado, porém são de difícil empregabilidade<sup>56</sup>. Aued escreveu a trajetória do sapateiro paraibano José Pereira dos Santos (1930-1990) e também encontrou problemas em definir conceitos. José foi aprendiz, aprendeu a fazer por inteiro o calçado, o que a pesquisadora chamou de “sapateiro completo”, e posteriormente se especializou na função de cortador, logo um “sapateiro apazalador”. Hoje a sua posição de “profissional” é questionada: devido à falta de um certificado de aptidão, os sapateiros seriam inseridos na dinâmica ocupacional. José seria um artesão, “uma vez que aprendeu o ofício com os mestres? Sim e não, pois ao mesmo tempo que aprendeu a ser sapateiro com os mestres isso sucede-se em uma fábrica. O termo fábrica (distinto da oficina, ambiente próprio dos artesões) tem como corolário a designação operário”<sup>57</sup>.

Aued acredita que, em termos rigorosos, o artesanato está vinculado à “existência de corporações, guildas de ofícios, mestres artesões e aprendizes, os futuros profissionais. Profissão é sinônimo de corporações”<sup>58</sup>, logo se José foi aprendiz de mestres em uma fábrica, “as pessoas e o local estão transmutados”, pois “a menção à palavra [fábrica] evoca outras associações: a concentração de operários, divisão de trabalho, separação intelectual e manual [...]”. Por fim, afirma que esses sapateiros lembram artesões “e, portanto muito distante do tempo peculiar da história. José Pereira dos Santos trabalha numa fábrica, que mais parece uma oficina”<sup>59</sup>. José ainda foi um industrial, pois na década de 1950 instaurou no quintal de sua casa uma fábrica artesanal de calçados, trabalhou ao lado dos funcionários na produção dos bens e era um militante comunista alinhado aos anseios dos trabalhadores assalariados. A situação descrita é similar ao que se percebeu nesta pesquisa.

<sup>55</sup> O debate entre estes autores pode ser observado no artigo: MERTZ, *op. cit.*, 1991.

<sup>56</sup> São utilizadas como referências para o emprego desses conceitos: SCHNEIDER, Sergio. **Os colonos na indústria calçadista**: expansão industrial e as transformações da agricultura familiar no Rio Grande do Sul. 1994. 363 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade de Campinas, Campinas, 1994; MARX, Karl. **O capital**. São Paulo: Boitempo, 2013; NEGRO, Antonio Luigi, SILVA, Sergio (org.). **E. P. Thompson**: as peculiaridades dos ingleses e outros artigos. Campinas: Unicamp, 2001.

<sup>57</sup> AUED, Bernardete W. Acerca da identidade coletiva do sapateiro militante. **Caderno de Pesquisa**, Florianópolis, n. 29, p. 9-10, 2001.

<sup>58</sup> *Ibidem*, p. 10.

<sup>59</sup> *Ibidem*.

### 1.1 O mestre concebe e executa a sua obra: século XIX até 1930

A pesquisadora Tania Lima analisa vestígios arqueológicos do século XIX, encontrados na Praça 15 de Novembro, no Rio de Janeiro. O enfoque são os calçados e a maior parte dos vestígios é de modelos simples, com sinais de restauro, evidenciando a presença de sapateiros remendões, provavelmente escravos de ganho que trabalhavam na praça e para a população pobre, mas livre. O escravo, mesmo sendo sapateiro, era proibido de se calçar. Para a pesquisadora, o ofício de sapateiro era desprestigiado e com pouca visibilidade social, por isso há poucos registros sobre estes trabalhadores. A autora lembra que para a religião católica, predominante no Brasil e em Portugal, o trabalho é um castigo e “*en el régimen esclavista, el trabajo se transformó automáticamente en sinónimo de esclavitud. Los trabajos manuales e mecánicos eran considerados ‘cosa de negros’*”<sup>60</sup>, e foi justamente por esta repulsa ao trabalho que os escravos aprenderam e executavam ofícios. O senhor era o maior beneficiado com o lucro propiciado pelo escravo, entretanto o cativo também acumulava certa quantia. Lima refere-se ao historiador Paulo Moreira, que observou que eram os sapateiros-escravos que conseguiam comprar sua liberdade mais frequentemente em Porto Alegre<sup>61</sup>. A cidade de Pelotas também abrigou sapateiros que eram escravos ou libertos, como será visto a seguir.

O Brasil manteve a tradição europeia de produção de calçados através dos imigrantes, principalmente italianos e alemães, que eram mestres sapateiros em seus países de origem e continuaram a exercer a atividade no Brasil, além de ensinarem o ofício aos escravos. A França era o referencial para o estilo dos calçados, porém a variedade de modelos era pequena e os sapateiros criavam seus modelos observando a chegada de estrangeiros no porto do Rio de Janeiro. No século XIX foram desenvolvidas máquinas, principalmente nos Estados Unidos, para facilitar a feitura de calçados, porém tardaram a chegar ao Brasil, por isso a amostra arqueológica revela calçados artesanais.

Com a iminência do fim da escravidão, as ondas migratórias intensificaram-se, inserindo o Brasil “no processo mais amplo de expansão do capitalismo mundial”<sup>62</sup>. Nos países europeus, como Alemanha e Itália, o desenvolvimento do capitalismo expulsou o camponês da terra e acabou com o pequeno artesanato, em virtude da centralização dos meios

---

<sup>60</sup> LIMA, Tania Andrade. Los zapateros descalzos: arqueología de una humillación en Río de Janeiro (siglo XIX). In: Felix Acuto e Andres Zarankin (org.). *Sed non Satiata II: acercamientos sociales en la Arqueología Latinoamericana*. Buenos Aires: Encuentro Grupo, 2008, p. 137.

<sup>61</sup> MOREIRA, 1996, *apud* LIMA, *op. cit.*, 2008, p. 137.

<sup>62</sup> PESAVENTO, Sandra. *História da Indústria Sul Rio-Grandense*. Porto Alegre: Riocell, 1985, p. 26.

produtivos. A concentração do capital proporcionou o surgimento das indústrias, porém não absorviam toda a mão de obra disponível. A emigração foi uma interessante opção para apaziguar as tensões nos países europeus, e um dos destinos foi o Brasil.

O destino principal dos imigrantes eram as lavouras de café paulistas, porém surgiu:

dentro da política global de imigração no Brasil, [...] uma ‘política de colonização’ – a formação de núcleos de produção agrícola que em regime de pequena propriedade, contribuísssem para a diversificação da estrutura produtiva brasileira e a para o abastecimento do mercado interno.<sup>63</sup>

Na região do Vale do Rio dos Sinos desenvolveu-se a agricultura combinada com o artesanato, destinados para as necessidades mais imediatas das famílias, mas com o tempo o excedente passou a ser vendido, fortalecendo as atividades<sup>64</sup>.

Para Achyles Barcelos da Costa, a produção de calçados do início do século XIX era marginal, um subproduto da produção de arreios e selas, feitos em pequenas oficinas, principalmente nas regiões que hoje correspondem à região do Vale do Rio dos Sinos (RS) e de Franca (SP). O autor cita Jean Roche, para esclarecer que estas unidades produtivas eram oficinas, pois seus aspectos organizacionais e técnicos eram simples, o capital aplicado era pouco e o calçado era o produto de menor expressão<sup>65</sup>. Para Pesavento, “tratava-se, basicamente, de uma produção mercantil não-capitalista, na qual o artesão, com ferramentas simples, produzia para o consumo local e para o mercado, com o auxílio de mão de obra familiar”<sup>66</sup>, entretanto o comerciante Augusto Jung já em 1842 vendia calçados feitos pelos imigrantes na capital do Rio Grande do Sul<sup>67</sup>.

O desenvolvimento do setor coureiro-calçadista no Rio Grande do Sul é remetido ao pioneirismo do curtimento do couro, favorecido pela criação de gado e produção do charque, principalmente na região do Vale e de Pelotas, mas enquanto a primeira contava com a presença de sapateiros e curtidores entre os recém-imigrados alemães, Pelotas teve sua economia pouco impactada por esses. Barão de Santo Amaro, em 1820, instalou em Viamão, sob a orientação de técnicos franceses, uma “fabrica de curtume”, motivado pela abundância

<sup>63</sup> PESAVENTO, *op. cit.*, 1985, p. 26-27.

<sup>64</sup> SCHNEIDER, *op. cit.*, 1994, p. 56-58.

<sup>65</sup> COSTA, Achyles Barcelos da. A Trajetória competitiva de calçados do Vale do Sinos. In: \_\_\_\_\_; PASSOS, Maria Cristina (org.). **A indústria calçadista no Rio Grande do Sul**. São Leopoldo: Unisinos, 2004, p. 10.

<sup>66</sup> PESAVENTO, *op. cit.*, 1985, p. 27.

<sup>67</sup> SCHEMES, Claudia *et al.* **Memória do Setor Coureiro-Calçadista: pioneirismos e empreendedores do Vale do Rio dos Sinos**. Novo Hamburgo: Feevale, 2005, p.10.

de matéria-prima<sup>68</sup>. Há indícios que a instalação do primeiro curtume, na região onde hoje é Novo Hamburgo, ocorreu em 1797, por Nicolau Becker<sup>69</sup>.

Na colônia de São Leopoldo ocorreu a maior concentração dos empreendimentos coureiro-calçadistas no estado, tendo, em 1853, 60 curtumes, 41 selarias e 33 sapatarias. Em 1874 pode-se observar a redução do número de curtumes (16) e selarias (7), devido ao alto valor do couro e pouco incentivo governamental, mas o número de sapatarias aumentou, eram então 44<sup>70</sup>. Um dos motivos pode ser o aumento de pedidos que foram direcionados para as tropas envolvidas na Guerra do Paraguai até o ano de 1864, e depois do seu fim, os fabricantes procuraram novos mercados e, aparentemente, tiveram êxito<sup>71</sup>.

Costa elenca fatores que influenciaram o desenvolvimento do ramo calçadista no fim do século XIX e no início do século XX: formação de núcleos comerciais, implantação de ferrovias e disposição de fontes artificiais de energia<sup>72</sup>. Em 1897 é indicada a presença de duas empresas calçadistas que utilizavam máquinas movidas a vapor no Vale do Rio dos Sinos e em 1912 ofertou-se energia com preço acessível, viabilizando o emprego de máquinas modernas<sup>73</sup>. Apesar da produção de calçados ser realizada em todo o país, devido à deficiência de comunicação e transporte foi nos estados do Rio Grande do Sul e de São Paulo que houve a maior concentração de empreendimentos e desenvolvimento do setor<sup>74</sup>.

Sobre as unidades produtivas gaúchas no período de 1890 até 1930, Schneider discorre:

Pode se dizer que a atividade coureiro-calçadista gaúcha, do período da República Velha, distingue-se qualitativamente do simples artesanato rural, tradicionalmente praticado por cada colono. Ao mesmo tempo, era ainda precoce e pouco desenvolvida sua estrutura produtiva para ser classificada como uma atividade industrial. De modo geral, não passavam de pequenos ofícios localizados no centro dos povoados aglomerados, relativamente bem espelhados por todo espaço da Colônia Velha. Utilizavam, exclusivamente mão de obra familiar e eram despojados de qualquer divisão interna de trabalho. Os instrumentos e ferramentas utilizadas no fabrico de botas, sapatilhas, tamancos etc. eram rudimentares e de propriedade dos donos do empreendimento. A produção era destinada às casas de comércio ('vendas') locais de Porto Alegre, sendo o próprio fabricante (dono do ofício) seu vendedor direto.<sup>75</sup>

<sup>68</sup> LAGEMANN, *op. cit.*, 1986, p. 70.

<sup>69</sup> SCHEMES *et al.*, *op. cit.*, 2005, p. 16.

<sup>70</sup> LAGEMANN, *op. cit.*, 1986, p. 71.

<sup>71</sup> SCHEMES *et al.*, *op. cit.*, 2005, p. 16.

<sup>72</sup> COSTA, *op. cit.*, 2004, p. 10.

<sup>73</sup> LAGEMANN, *op. cit.*, 1986, p. 73.

<sup>74</sup> COSTA, *op. cit.*, 2004, p. 10.

<sup>75</sup> SCHNEIDER, *op. cit.*, 1994, p. 109.

Os produtos feitos por estas unidades produtivas, conforme se fortaleciam no mercado, exigiram uma produção maior e constante, e os artesões começaram a contratar outros sapateiros, que primeiramente trabalhavam em suas próprias casas e com suas ferramentas. Com o tempo começou a ocorrer a concentração de trabalhadores em um mesmo espaço, mas o trabalho era executado individualmente, em uma “cooperação simples”. Na obra de Sidney Chalhoub encontra-se referência ao trabalho de Maria Cecília Baeta Neves, no qual se vislumbram aspectos da produção de calçados nos primeiros anos do século XX na cidade do Rio de Janeiro. A autora descreve a atividade como artesanal, reunindo cerca de 20 mestres que realizavam o trabalho individualmente, com o acompanhamento de aprendizes, sem a imposição de ritmo por instrumentos mecânicos. Chalhoub, ainda referindo Neves, apresenta:

De forma característica para uma época de transição para a ordem capitalista, a separação entre o capital e o trabalho ainda não estava definitivamente realizada: os ‘artesãos’ ou ‘artistas sapateiros’ que trabalhavam nessas oficinas, apesar de assalariados, eram donos de seus instrumentos de produção. Sendo assim, o ofício ainda era visto como uma ‘arte’, com as ferramentas sendo utilizadas como uma extensão do trabalhador e a qualidade do produto final despendido diretamente da inteligência e da qualificação profissional do ‘artista’<sup>76</sup>.

Posteriormente, essa reunião de artífices transformou-se, quando observaram que a separação de funções facilitava o trabalho e aumentava o rendimento da produção. “Decompõe o mesmo ofício individual em suas diversas operações parcelares [...] até que cada uma delas se torne uma função exclusiva de um trabalhador específico”<sup>77</sup>, alteraram-se algumas ferramentas e máquinas eram utilizadas pontualmente, principalmente em atividades nas quais era preciso força. O tempo de trabalho era fixado pela experiência, “um trabalhador ocupa diretamente o outro”<sup>78</sup>, pois suas tarefas são complementares. Atividades passaram a ser mais valorizadas que outras, ocorrendo uma hierarquia entre os trabalhadores, enfim, instauram-se as manufaturas.

Para Pesavento<sup>79</sup>, a acumulação de capital feita através do comércio favoreceu o surgimento da indústria gaúcha. A venda proporcionou aos proprietários de oficinas um lucro que pode ser investido nos empreendimentos; havia a possibilidade de comerciantes, após acumularem capital com a venda de diferentes bens (principalmente os provenientes da agricultura e vendidos para a capital), constituírem oficinas de manufaturados, como a calçadista. A autora complementa, afirmando que, para ter sucesso no processo de

<sup>76</sup> CHALHOUB, *op. cit.*, 2008, p. 98-99.

<sup>77</sup> MARX, *op. cit.*, 2013, p. 411.

<sup>78</sup> *Ibidem*, p. 419.

<sup>79</sup> PESAVENTO, *op. cit.*, 1985, p. 28-37.

industrialização, o capital precisou dialogar com outros fatores, como: força de trabalho qualificada, matéria-prima, aquisição de tecnologia e mercado consumidor. Todos esses fatores foram favorecidos pelo processo de imigração/colonização.

Nos anos finais do século XIX, a política econômica conhecida como “Encilhamento” taxou altamente os produtos importados e ofereceu crédito fácil, favorecendo a proliferação de estabelecimentos industriais no país, porém eles se mantiveram pequenos, tendo em vista que a mesma política não favoreceu a importação de máquinas modernas que poderiam contribuir para o aumento produtivo e a qualidade dos bens manufaturados. A baixa qualidade dos produtos foi contornada por algumas poucas fábricas, através do emprego de maquinário nacional, quando disponível, ou por empreendimentos de maior porte que conseguiram acumular capital suficiente para a importação de tecnologia. Inclusive empregavam profissionais estrangeiros. As unidades produtivas reuniam, sob o comando de um “burguês”<sup>80</sup>: os operários-artesões, ferramentas simples e algumas máquinas.

O “Encilhamento” encerrou com o fim do século XIX, “com a inauguração de uma política de restrição ao crédito e saneamento da moeda brasileira”<sup>81</sup>, as medidas envolveram o aumento de impostos e condições para o investimento estrangeiro, mas “as condições de melhoria de câmbio foram aproveitadas pelas empresas de maior porte, que importaram bens de capital e puderam assim renovar-se tecnologicamente”<sup>82</sup>, apesar disso o setor calçadista manteve o ritmo lento de incremento de maquinário<sup>83</sup>. É importante frisar que neste período ainda não há no Brasil um mercado nacional integrado, ocorrendo uma reserva de consumidores para a produção regional.

Pedro Adams Filho foi o empreendedor de maior destaque no setor de calçados da região do Vale do Rio dos Sinos no período. Sua trajetória foi singular, pois conseguiu aproveitar as políticas econômicas brasileiras que favoreceram a industrialização e a mecanização, por contar com um capital significativo e por seu espírito empreendedor<sup>84</sup>, diferentemente da maioria das oficinas. Por volta do ano de 1887, Adams, então com 18 anos, tornou-se aprendiz de seleiro de um mestre na cidade de Taquara do Mundo Novo, e para a historiadora Schemes, o jovem “passou alguns meses por lá apenas para aprender um ofício,

<sup>80</sup> O acúmulo de capital pode ter três origens, conforme Pesavento: oriunda da pequena oficina artesanal; de atividades comerciais; ou de um “burguês-imigrante”, que imigra tendo em sua posse, significativo capital. Conforme: PESAVENTO, *op. cit.*, 1985.

<sup>81</sup> *Ibidem*, p. 52.

<sup>82</sup> *Ibidem*, p. 55.

<sup>83</sup> Conforme: RUAS, Roberto Lima. **Efeitos da modernização sobre o processo de trabalho**: condições objetivas de controle na indústria de calçados. Porto Alegre: FEE, 1985.

<sup>84</sup> Sobre empreendedorismo ver mais em: SCHEMES, Cláudia; FAY, Cláudia Musa; PRODANOV, Cleber Cristiano. Arriscar e inovar: uma geração de empreendedores gaúchos do século XX. **História econômica & História de empresas**, Curitiba, v. XIII, n. 1, p. 157-186, jan./jun. 2010.



já que possuía dinheiro para investir em um negócio próprio”<sup>85</sup>, que inaugurou em 1888, na cidade de Dois Irmãos. “A oficina de Adams era um pouco maior que a média das oficinas da cidade e tinha doze pessoas trabalhando na produção de chinelos”<sup>86</sup>. É sugerido pela historiadora que o capital investido na oficina de Adams era proveniente das atividades comerciais de seu pai, que em Dois Irmãos possuía um armazém e vendia a produção local na capital.

O incentivo para produzir calçados apareceu como uma opção de aproveitamento das sobras de couro, após a produção dos principais produtos: arreios de montaria e tração. Os “subprodutos” agradaram os consumidores, aumentando os pedidos, tanto que em 1900 essa produção é destaque na publicidade da oficina feita em um jornal da cidade, que ainda ressaltou que todos os artigos eram feitos à mão. Com a chegada do trem em Novo Hamburgo, Adams resolveu transferir seu empreendimento para esta cidade e modernizar a sua oficina, contando o investimento de um sócio e favorecido pela política do Encilhamento. Eram empregados 112 funcionários em 1901<sup>87</sup> e em 1918 esse número chegou a 180, aumento esse agregado à aquisição de máquinas modernas, que intensificou significativamente a produtividade. O empreendedor passou a se dedicar apenas às questões administrativas, sendo seu irmão o gerente técnico. Schemes destaca ainda que, em 1912, Adams era agente do Banco da Província na cidade, posição que provavelmente favoreceu a aquisição de créditos para a sua fábrica.

Para Schneider, o que diferencia a produção capitalista industrial das outras formas de produção é a dissociação entre os que comandam e os que produzem: “na indústria há uma divisão técnica de tarefas que faz com que o produto final seja o resultado global do processo de produção [...] com estreita vinculação com o processo de acumulação de capital que permite o estabelecimento das relações capitalistas de produção”<sup>88</sup>. Deste modo, pode-se acreditar que o empreendimento de Pedro Adams Filho em Novo Hamburgo foi a primeira indústria de calçados da cidade da região do Vale do Rio dos Sinos, mas sabe-se que constituiu uma exceção, pois a maior parte das unidades produtivas estavam organizadas em cooperação simples ou manufatura. Lagemann afirma que o levantamento do Centro Industrial do Brasil de 1907 constatou ainda outras oito indústrias no ramo, sendo quatro em

<sup>85</sup> SCHEMES, Claudia. **Pedro Adams Filho**: empreendedorismo, indústria calçadista e emancipação de Novo Hamburgo. 2006. 445 f. Tese (Doutorado em História) – Pós-graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2006, p. 97.

<sup>86</sup> *Ibidem*, p.100.

<sup>87</sup> *Ibidem*, p. 101-103. Schemes afirma em sua tese que apenas outras duas empresas calçadista no Rio Grande do Sul, em 1900, empregavam mais de 100 funcionários, sendo uma localizada em Porto Alegre e outra em Pelotas.

<sup>88</sup> SCHNEIDER, *op. cit.*, 1994, p. 92.

Porto Alegre, duas em Pelotas, uma em Rio Grande e uma em Santana do Livramento<sup>89</sup>. Merece destaque o fato de Adams fundar um curtume em 1917 para abastecer sua fábrica e vender o excedente.

Para Pesavento, a Primeira Guerra Mundial proporcionou “uma nova fase de aumento de produção, fase na qual se desestimulou a importação e se tornou atraente o investimento na produção do mercado interno”<sup>90</sup>. Surgiram novos pequenos estabelecimentos, com pouca tecnologia empregada, com poucos funcionários assalariados e “que dependem, para a sua sobrevivência, do aumento da demanda, encontram condições de expansão justamente naqueles períodos em que se onera o custo do produto importado”<sup>91</sup>. Contudo, não só de benefícios caracteriza-se o período de guerra e entre as dificuldades estão os altos impostos de consumo, os elevados custos com fretes, problemas energético, além da precariedade das condições de vida dos trabalhadores, devido ao alto custo de vida, que culminou em greves, como as de 1917.

Schneider aponta números estatísticos que indicam o crescimento do número de fábricas de calçados: em 1907 foi apontada a existência de nove fábricas de calçados no Rio Grande do Sul; em 1912 são arroladas 622, com a média de cinco trabalhadores; já em 1920 são indicadas apenas 96, contando com 13 trabalhadores, em média<sup>92</sup>. Piccinini e Antunes afirmam que Novo Hamburgo possuía 66 fábricas de calçados em 1920, empregando 1.180 trabalhadores, ou seja, em média 17 por unidade<sup>93</sup>. Estes levantamentos são baseados em critérios pouco precisos sobre o que era uma fábrica, portanto os números devem ser considerados com parcimônia, pois sabe-se que a predominância dos pequenos empreendimentos é uma característica do setor, resultado do pequeno capital necessário para a instalação de unidades produtivas. Essa falta de definição sobre o que é uma fábrica e uma oficina pode explicar, em parte, o salto numérico de unidades produtivas no período acima citado.

Apesar de Pesavento indicar uma conjuntura pouco favorável para as pequenas empresas no pós-guerra, a produção da região do Vale do Rio dos Sinos se fortaleceu neste período<sup>94</sup>. O crescimento pode ser observado na declaração feita à Coletoria Federal: em 1921

<sup>89</sup> LAGEMANN, *op. cit.*, 1986, p. 72.

<sup>90</sup> PESAVENTO, *op. cit.*, 1985, p. 58

<sup>91</sup> *Ibidem*.

<sup>92</sup> SCHNEIDER, *op. cit.*, 1994, p. 110.

<sup>93</sup> PICCININI, Valmíria Carolina; ANTUNES, Elaine Di Diego. Trajetórias e estratégias sindicais dos sapateiros do Rio Grande do Sul, **Revista Eletrônica de Administração**, Porto Alegre, v. 6, n. 2, p. 12, jul./ago. 1997.

<sup>94</sup> PESAVENTO, *op. cit.*, 1985, p. 56-60.

a produção foi de 779.042 pares de calçados, já em 1929 o número foi de 2.700.769<sup>95</sup>. O problema energético foi amenizado com a instalação de mais uma hidrelétrica em 1927.

Sobre o pós-guerra, Pesavento aponta:

Em termos de realidade gaúcha, a etapa se caracterizou pela ampliação das firmas de maior porte já existentes, que realizaram aumentos de capital e investiram em aquisição de tecnologia no exterior, uma vez restabelecidas as condições de câmbio favorável. [...] A concentração empresarial marca, pois, o processo de incorporação das pequenas empresas pelas maiores ou a associação das pequenas unidades numa só firma, de proporção mais amplas<sup>96</sup>.

Em 1928, quatro empreendimentos do ramo dos calçados do Vale do Rio dos Sinos fundiram-se, formando a Hass Sociedade Anônima – Indústria e Comércio de Novo Hamburgo. A autora compara as exportações entre os estados do Rio Grande do Sul e de São Paulo na década de 1920 e percebe um *déficit* do primeiro em relação ao estado cafeeicultor, além do “envio de matérias-primas do Rio Grande do Sul para São Paulo, como o couro e a lã, que retornavam de lá manufaturados sob a forma de tecidos e sapatos”<sup>97</sup>. Na tentativa de favorecer todos os envolvidos (região da campanha e nordeste), o estado gaúcho concedeu isenções nas exportações de produtos manufaturados, mas aumentou o imposto de consumo estadual. Assim, as exportações de calçados para outros estados ultrapassaram a marca de 300 toneladas no período de 1920 a 1930, chegando em 1.050 toneladas entre 1931 e 1941, sem interferir na exportação do couro, que passou de 550 para 1.600 toneladas no mesmo período (1920-1941)<sup>98</sup>.

Observou-se, portanto, que neste período a produção de calçados se dava, principalmente, a partir de pequenas oficinas e manufaturas que foram iniciadas como um complemento à agricultura, pois havia artífices entre os imigrantes. O acúmulo de capital proveniente do comércio e a substituição de produtos importados foram estímulos para o crescimento e o surgimento de novos empreendimentos. Estas reflexões vão ao encontro das teses dos sociólogos Barbosa e Mendes, que questionaram a formação da burguesia industrial do Brasil, a partir do setor calçadista de Franca (SP). Para eles, a generalização de algumas vertentes interpretativas não compreende as particularidades do ramo estudado, que pode ser caracterizado pela possibilidade de constituir uma unidade produtiva com pouco capital; pelo avanço tecnológico módico ou inexistente; e pelo emprego significativo de mão de obra

<sup>95</sup> PETRY, 1959, *apud* LAGEMANN, *op. cit.*, 1986, p. 74-75.

<sup>96</sup> PESAVENTO, *op. cit.*, 1985, p. 65.

<sup>97</sup> *Ibidem*, p. 65-66.

<sup>98</sup> LAGEMANN, *op. cit.*, 1986, p. 75.

qualificada. Para os autores, a conservação da importância do conhecimento do oficial sapateiro combinada com algum capital possibilitou o acesso do sapateiro-artesão empregado em manufaturas ao posto de patrão nas primeiras décadas do século XX.

Os sociólogos constatam que o polo calçadista de Franca foi alicerçado através do pequeno capital de sapateiros que se fortaleceram gradativamente, não sucumbindo perante as duas fábricas que empregaram na fundação um capital mais significativo. Em 1930, a unidade franquiana que mais empregava tinha 31 funcionários, e no mesmo período a capital de São Paulo contava com fábricas calçadistas que empregavam até 430 pessoas, assim “não resta dúvida de que em 1930 os fabricantes locais quando muito se enquadrariam na categoria de manufatura”<sup>99</sup>. No Vale dos Sinos alguns funcionários também se desligaram das fábricas de maior porte e abriram suas próprias oficinas. No caso do empreendimento de Adams, Schemes alega que:

quando um de seus empregados saía da empresa para abrir um negócio próprio, procurava não competir com o antigo patrão, já que, muitas vezes, era ele que ajudava financeiramente essa nova fábrica, que produzia, preferencialmente, os femininos, o que acabou sendo uma tendência importante para a cidade até os dias atuais, visto que Adams dedicava-se ao masculino<sup>100</sup>.

Sobre Franca, os autores afirmam que os proprietários – na maioria, imigrantes ou seus filhos, e que estavam estabilizados na década de 1950 – seguiram trabalhando nos seus empreendimentos, mesmo depois de ultrapassada a fase artesanal, o que vai ao encontro das reflexões de Marx, quando este afirma que as habilidades do artesão continuaram sendo fundamentais na fase da manufatura<sup>101</sup>.

Por fim, foram buscadas referências sobre a produção de calçados e da categoria dos trabalhadores do calçado na cidade de Pelotas. Antes, é preciso esclarecer que até meados do início do século XX, o polo econômico de maior destaque no estado era o liderado pelas cidades de Pelotas e Rio Grande (sul), só depois passou a ser a região de Porto Alegre (nordeste), inversão que resultou da crise do charque. Enquanto Porto Alegre e as cidades da região foram ocupadas por imigrantes alemães e italianos, estabelecidos em pequenas propriedades rurais e que desenvolveram gradualmente o artesanato e o comércio, ao sul, em Pelotas e Rio Grande, prevalecia o latifúndio, a pecuária e a escravidão, sendo a imigração

---

<sup>99</sup> BARBOSA, Agnaldo de Sousa; MENDES, Alexandre Marques. Capital, trabalho e formação de classe na indústria do calçado. **Políticas Públicas e Sociedade**, Fortaleza, n. 5, p. 65, 2003.

<sup>100</sup> SCHEMES; FAY; PRODANOV, *op. cit.*, 2010, p. 167.

<sup>101</sup> Conforme: MARX, *op. cit.*, 2013, p. 420.

lusa um fator de menor impacto<sup>102</sup>. Essas zonas não mantinham relação econômica entre si, ligando-se diretamente aos mercados consumidores do resto do país, situação que muda durante a República Velha.

Loner indica particularidades de Pelotas:

Pelotas apresentava algumas diferenças em relação à Rio Grande e Porto Alegre, constituindo-se numa estrutura mista de industrialização, pois conciliava algumas indústrias de produtos derivados da pecuária, de grande porte e destinados à exportação com ‘inúmeros pequenos estabelecimentos de caráter artesanal, que produziam uma grande variedade de bens de consumo para o mercado regional’<sup>103</sup>.

A autora também compara Pelotas com Porto Alegre na década de 1890 e concluiu que havia:

semelhanças entre os tipos de estabelecimentos, apenas com Pelotas apresentando maior número de fábricas ou oficinas vinculadas à atividades extrativas ou derivadas da pecuária, e Porto Alegre apresentando, em cada tipo, um número maior de estabelecimentos. Somente entre o que era descrito como oficinas nota-se uma maior diversificação e quantidade a favor de Porto Alegre. Isso comprova que Pelotas possuía um potencial elevado para o desenvolvimento econômico, o que, aliado a Rio Grande deveria ter consolidado este polo como o principal do Estado, se fatores outros [...] não interferissem<sup>104</sup>.

Para Pesavento, tanto o setor da pecuária tradicional da zona da campanha quanto a produção da região colonial abasteciam o mercado interno brasileiro e geraram acúmulo de capital através da comercialização de seus produtos<sup>105</sup>. Conforme Loner, a exportação dos bens produzidos em Pelotas para outros estados era fundamental, devido ao contrabando fronteiriço, que inseria no mercado produtos de baixos preços, inclusive calçados<sup>106</sup>. Pesavento afirma que alguns estabelecimentos das cidades de Pelotas e Rio Grande (XIX) “já surgiram prontos”, através de significativo capital de empreendedores imigrantes, que se desenvolveram ao lado das charqueadas, que “apesar de constituírem a empresa manufatureira mais característica da região da pecuária tradicional, [...] representavam um setor econômico em crise no final do século XIX, enquanto que a economia colonial imigrante encontrava-se em ascensão”<sup>107</sup>.

<sup>102</sup> LONER, Beatriz Ana. **Construção de classe**: operários de Pelotas e Rio Grande. Pelotas: Gráfica Universitária UFPel, 2001, p. 43.

<sup>103</sup> LONER, *op. cit.*, 2001, p. 44-45.

<sup>104</sup> *Ibidem*, p. 52.

<sup>105</sup> PESAVENTO, *op. cit.*, 1985, p. 36.

<sup>106</sup> LONER, *op. cit.*, 2001, p. 45.

<sup>107</sup> PESAVENTO, *op. cit.*, 1985, p. 38.

A região da campanha não contava com um contingente significativo de mão de obra, pois as charqueadas absorviam grande número de trabalhadores, mesmo que sazonalmente. “No tocante à mão de obra mais especializada, as empresas da região eram muitas vezes obrigadas a mandar vir da Europa pessoal técnico habilitado”<sup>108</sup>, diferente da região colonial, onde muitos imigrantes eram artífices em seus países de origem. Além do mais, para a historiadora, a “população da campanha é rarefeita” e os salários das estâncias, por vezes, eram a moradia e a alimentação, não favorecendo a formação de um mercado consumidor. Os consumidores da região de colonização possuíam o capital gerado pela comercialização do excedente agrícola e/ou de produtos artesanais.

O trabalho da pesquisadora Beatriz Ana Loner também indica a localização geográfica e as condições de transporte como problemas para as cidades do sul do estado, como a obstrução da barra e o insuficiente calado do porto de Rio Grande, que tencionavam muitos produtos a serem escoados pelo porto de Montevideú, além do mais “enfrentavam concorrência dos produtos do contrabando e via diminuídos os lucros de seus portos”<sup>109</sup>. Porto Alegre, por sua vez, era favorecida por uma melhor rede de transportes (malha ferroviária do estado era vantajosa para a região) e possuía infraestrutura urbana maior para acomodar o avanço industrial.

A crise econômica da região foi gerenciada até o início da década de 1930, com políticas governamentais, criação do Banco Pelotense, cultivo de arroz, legumes e frutas, e pelo aumento da demanda gerada pela Primeira Guerra Mundial, mantendo a cidade entre aquelas de maior renda do Brasil. Porém, no decorrer da década a crise intensificou-se, e ocorreu a falência do Banco Pelotense e de muitas charqueadas, “abrindo um período de redefinição e readequação econômica, baseado na indústria da alimentação, desenvolvimento da agricultura do arroz e conservas”<sup>110</sup>.

Loner pesquisou a trajetória de dois sapateiros pelotenses entre 1880 e 1900, mas antes de apresentar os sujeitos biografados, a autora analisou dados sobre a constituição do ramo produtivo de calçados na cidade. Pesquisando em jornais, constatou que em:

1877, a cidade possuía, naquele momento, 38 sapateiros, um mercador de calçados a grosso e um a varejo, existindo 15 curtumes [em 1888] apresentava 45 oficinas de sapateiro, que novamente representavam a maior quantidade de estabelecimentos entre os artesões especializados. No recenseamento municipal de 1891 se manteve o

---

<sup>108</sup> *Ibidem*, p. 40.

<sup>109</sup> LONER, *op. cit.*, 2001, p. 46.

<sup>110</sup> *Ibidem*, p. 50.

mesmo número, que começou paulatinamente decair, com a introdução de fábricas de calçados, com o início da mecanização e da divisão de trabalho no setor<sup>111</sup>.

A tese da autora sobre os operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930) e o artigo citado acima se complementam em relação aos dados referentes a produção calçadista na cidade de Pelotas. O maior estabelecimento em 1892 era o de Júlio Silva, empregando de 150 a 200 operários, seguido da Rebello e Cia, que contava com 35 a 40 operários, produzindo 20.000 pares por ano, ambas com máquinas modernas. Em 1897 havia duas fábricas de calçados movidas a vapor na cidade, outras duas “a pulso” e muitas pequenas oficinas. O número de curtumes neste mesmo ano era de 21, três com máquina a vapor, um destes de propriedade de Aguiar, que desde 1884 combinava o curtimento do couro com a produção de tamancos, calçados, malas e correarias, empregando 71 empregados, sendo 17 na produção de calçados, além de mais 50 pessoas em trabalho externo, entre estes, mulheres que faziam as costuras em suas casas.

Josuan Ávila da Conceição cita casos similares: os curtumes Carvalho & Teixeira, Arthur Lange e Gomes, Silva Co. concordaram em certos períodos as atividades de curtimento e confecção de calçados, além da venda. Sobre a Gomes, Silva e Cia., o autor ainda comenta:

era constituída por uma fábrica de calçados que, curiosamente, não usava matéria-prima local, mas sim, em grande parte, material importado da Europa e da América do Norte, ou do próprio Brasil, mas de outras localidade que não a ‘região’ de Pelotas. Isto permite concluir que o couro importado tinha uma melhor qualidade<sup>112</sup>.

Entretanto, o pesquisador encontra diversos elementos que podem sugerir que alguns couros pelotenses eram de boa qualidade, merecendo inclusive premiações. Assim questiona-se a afirmação anterior do autor, quando afirma que o couro importado é melhor que o local. Sabe-se que os curtumes da região da campanha, por vezes, preferiam exportar sua produção para outros estados, pois era mais lucrativo<sup>113</sup>.

A estrutura industrial de Pelotas não se altera significativamente até o fim da República Velha, mas Loner reitera um alerta feito anteriormente: por vezes os

<sup>111</sup> LONER, Beatriz Ana. Dois mestres sapateiros do século XIX: Justo e Giovanni. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DO TRABALHO, 2, 2012, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, 2012, p. 2.

<sup>112</sup> CONCEIÇÃO, Josuan Ávila da. **O couro como agente na produção do espaço geográfico em Pelotas (RS)**. 2008. 115 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – Curso de Licenciatura em Geografia, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2008, p. 44.

<sup>113</sup> *Ibidem, passim*.

empreendimentos apareciam nos censos e estatísticas como fábricas, ora como oficinas, por não haver uma definição clara que caracterizasse esses espaços. Sobre as oficinas escreve:

Essas oficinas, pela sua diversidade e número, representavam possibilidades de desenvolvimento econômico para a região, pois poderiam evoluir para fábricas, futuramente. Por outro lado, era nas oficinas que se encontravam, normalmente, categorias de trabalhadores mais especializados, várias delas organizadas em sociedades beneficentes e sindicatos e mantendo um nível de mobilização que, em alguns casos, foi superior ao de categorias fabris durante a Primeira República<sup>114</sup>.

É justamente nos espaços e momentos de organização desses trabalhadores que a pesquisadora vislumbra, entre diferentes categorias, a presença dos sapateiros e/ou operários da indústria de calçados na cidade de Pelotas. A Fábrica de Júlio Silva foi palco de dois momentos de tensões. Em 1893 a fábrica “sequestrou” as ferramentas de um funcionário estrangeiro que não queria continuar a trabalhar, pois o contrato não estava sendo cumprido, e o embate continuou nas páginas de um jornal da cidade, ocorrendo inclusive um processo judicial<sup>115</sup>. Já em 1896 ocorreu uma “greve” na mesma fábrica, assim analisada por Loner:

A repressão patronal era forte, utilizando-se de duas estratégias: demissão de lideranças e substituição de grevistas. Mas, se a primeira era largamente utilizada, a segunda envolvia a existência de elementos disponíveis e com qualificação para o trabalho, o que não era fácil de encontrar, especialmente para o setor fabril. É talvez isso que explique a confortável situação dos sapateiros vinculados à fábrica de Júlio Silva de Pelotas. Ao desmentir notícia de ocorrência de greve e da consequente demissão de sapateiros, eles encerraram sua declaração aos jornais, afirmando que aqueles que saíram da fábrica o fizeram por interesse próprio e frisando que poderiam voltar, se quisessem<sup>116</sup>.

Se não foi greve, algum movimento houve, pois 20 trabalhadores abandonaram seus postos. Nesta ocasião, um dos sapateiros foi retirado do ambiente de trabalho e obrigado a depor na delegacia, situação que foi considerada humilhante e revoltante por toda a categoria profissional que se demonstrou magoada publicamente. Para a pesquisadora, essa reação pode ser interpretada como consequência da “campanha” de valorização e integração do trabalhador à sociedade que é difundida a partir da República. Esse evento ainda evidencia a importância do trabalho qualificado e a carência desses trabalhadores no mercado de trabalho, que é corroborada pela informação de que Júlio Silva costumava contratar trabalhadores da Europa. Este empreendedor não era o único, haja vista que muitos importavam operários

---

<sup>114</sup> LONER, *op. cit.*, 2001, p. 54.

<sup>115</sup> LONER, *op. cit.*, 2012, p. 3.

<sup>116</sup> *Idem*, *op. cit.*, 2001, p. 305.



especializados da região do Prata ou da Europa com “o objetivo de introduzir ou uma nova indústria, ou método de produção superiores”<sup>117</sup>.

Mignone, um dos biografados por Loner, foi um desses; após trabalhar na Rebello e Cia., o sapateiro italiano foi ao Prata e retorna com máquinas e 27 “artistas” para estruturar a Fábrica de Calçados a Vapor Mignone, fundada em 1892, da qual não era dono, mas sim diretor técnico-gerente de 16 oficiais, oito costureiras e três cortadores. A leitura do livro de Marcos Hallal dos Anjos complementa alguns dados: sabe-se que a fábrica estava localizada na rua Félix da Cunha, n.º 207, e que Mignone (ou Mignoni) pertencia a uma sociedade, como demonstra o documento transcrito abaixo:

Os abaixo assinados Bento Alves Rebello, Francisco Auguet, Guilherme Marcucci e João Thomaz Mignoni, o primeiro cidadão português, o segundo cidadão espanhol e o terceiro e quarto cidadãos italianos, todos residentes nesta cidade [Pelotas], pelo presente contrato firmam entre si uma sociedade de capital e indústria para o comércio de fabrico, compra e venda de calçados e tudo o mais que é conveniente a esse ramo de negócio<sup>118</sup>.

Loner descobriu que, em 1893, Mignone retirou-se da firma Rebello e Marcucci e Cia., montando uma fábrica de botas, nicho que – como bem concluiu a historiadora – não sofria com a concorrência dos produtos importados<sup>119</sup>. Anjos ainda quantifica os estrangeiros artesãos através dos jornais locais entre 1876 e 1890, constatando entre os sapateiros: cinco portugueses e cinco italianos<sup>120</sup>. Reitera-se a importância dos oficiais estrangeiros no desenvolvimento do setor calçadista no Brasil, porém em Pelotas destaca-se também a ampla presença de escravos e libertos que produziam calçados, inclusive possuindo oficinas, como é o caso de Justo José do Pacífico<sup>121</sup>.

Justo José do Pacífico foi orador de uma sociedade de donos de manufatura, “que congregava mestres sapateiros de todas as cores”<sup>122</sup> em 1887, e Mignone teria antecedido Justo na função. Um ano depois foi fundado o Centro Cooperador de Fabricantes de Calçados de Pelotas, com a motivação de contestar a tarifa mais baixa aos produtos importados, o que prejudicou a economia local e esteve na origem do Congresso Operário em 1890, que reuniu “industriais, donos de oficinas, artesãos e operários” e que estava “estruturado segundo a

<sup>117</sup> *Ibidem*, p. 77.

<sup>118</sup> ANJOS, Marcos Hallal dos Anjos. **Estrangeiros e Modernização**: a cidade de Pelotas no último quartel do Século XIX. Pelotas: UFPel, 2000, p. 89. O autor cita o Contrato de registrado na Junta Comercial do Estado sob o n.º 979/1892.

<sup>119</sup> LONER, *op. cit.*, 2012, p. 6.

<sup>120</sup> ANJOS, *op. cit.*, 2000, p. 89.

<sup>121</sup> LONER, *op. cit.*, 2012, p. 6.

<sup>122</sup> *Ibidem*.

representação de corporações, possuindo uma comissão diretiva, da qual faziam parte, em maioria, industriais e donos de oficinas, embora houvesse alguns artesãos e elementos socialistas”<sup>123</sup>. O objetivo era o desenvolvimento da indústria na cidade, mas em 1900 ocorreu uma reestruturação, passando a se chamar Liga Operária de Pelotas, e tornou-se uma associação de representação dos interesses patronais.

Justo e Mignone participaram desta Liga, mas Justo afastou-se e, entre outras entidades, vinculou-se à Sociedade União Operária Internacional, de maioria negra e socialista, espaço que Mignone também vai ocupar posteriormente, porém sem abandonar a Liga. A União pretendia congregiar apenas empregados, porém a autora acredita que houve uma reforma estatutária posterior, que permitiu a participação de empregadores, afastando a possibilidade de que os biografados tenham tornado-se assalariados<sup>124</sup>.

Em 1911 foi fundada a Sociedade Mútua União de Oficiais Sapateiros, que em 1912 tornou-se o Sindicato dos Sapateiros e que no ano seguinte aparentou ter orientação anarquista, mesmo ano em que o sindicato participou da organização da Federação Operária Pelotense. O sindicato fechou em 1915, mas foi reorganizado ainda naquele ano. Durante a greve de 1917 há notícias sobre uma nova fundação do sindicato, o que ocorreu novamente em 1919, evidenciando assim sua instabilidade. Em 1920 constava a presença do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Calçado na fundação da Federação Geral dos Trabalhadores de Pelotas, e o direcionamento político desse sindicato era o comunismo, que demonstrava ser organizado e com pautas bem aceitas pela base, mas que foi desmobilizado na repressão pós-1930.

A congregação de classes sociais distintas nas primeiras experiências de organização sapateiros em Pelotas aponta para uma unicidade envolta pelo ofício. Aspecto que pode estar relacionado ao fato de alguns patrões trabalharem ao lado de seus funcionários e aprendizes, muitas vezes em unidades produtivas pequenas, e de ter na qualidade de execução do trabalho um fator de distinção entre os trabalhadores, dando-lhe *status* perante os demais. Porém com o desenvolvimento da industrialização os interesses diferenciaram-se, separando assalariados e patrões. O mesmo foi observado na pesquisa de Hobsbawm e Scott sobre sapateiros do século XIX; para eles, “a linha divisória entre o trabalho como ofício e o trabalho assalariado, entre a militância econômica e a política, era até então suficientemente vaga para desencorajar um excesso de classificação”<sup>125</sup>, já que:

<sup>123</sup> LONER, *op. cit.*, 2001, p. 147.

<sup>124</sup> LONER, *op. cit.*, 2012, p. 10.

<sup>125</sup> HOBBSAWM, Eric J.; SCOTT, Joan W. Sapateiros politizados. In: HOBBSAWM, Eric J. **Mundos do Trabalho**: novos estudos sobre a História Operária. São Paulo: Paz e Terra, 2008, p. 174.

o ofício do sapateiro, embora se aplicasse a uma larga extensão de habilidade técnica e especialização, manteve-se suficientemente primitivo quanto à tecnologia e à divisão do trabalho e com um produto suficiente homogêneo, para continuar em essência como ofício único.<sup>126</sup>

Ao menos uma fábrica de calçados de Pelotas contratava mais de 100 funcionários em 1900<sup>127</sup>, e outras duas fábricas da cidade assinaram um acordo governamental junto com outros empreendimentos de grande porte do estado em 1911: a Antonio Aguiar & Cia. e a Silva, Gomes & Cia.<sup>128</sup>. Ora, em um primeiro momento Pelotas pareceu um espaço propício para o surgimento do ramo calçadista: por produzir couro; possuir mestres estrangeiros, além dos libertos que aprenderam o ofício, a maioria quando escravo de ganho; e ter empreendedores com capital para a constituição de fábricas que podiam “surgir grandes”. Além do mais, foram citados empreendimentos de porte significativo do ramo no século XIX e na primeira década do século XX, porém aspectos estruturais já citados direcionaram a cidade para o investimento em outras áreas do setor secundário.

Loner também destaca as “características sócio-culturais da região”, principalmente no que versa sobre a valorização do ócio (logo, o demérito das atividades manuais) na sociedade pelotense.

Numa sociedade que cultuava os traços nobres e a aristocracia, o despreendimento do trabalho e o tempo livre, é forçoso reconhecer que o espaço reservado àqueles que viviam do trabalho, seja como patrões de si próprio, seja vendendo sua força de trabalho, era reduzido. Pelas características de sua formação, baseada na exploração intensiva do trabalho negro, em Pelotas o preconceito racial e social era muito forte, pesando sobre os ex-escravos e seus descendentes – e, de certa forma, conformando em muito sua existência e suas aspirações futuras. O peso da tradição aristocrática e senhorial também se fazia sentir sobre todos aqueles ligados ao capital, incluindo os donos de oficinas e fábricas. A cultura senhorial da cidade afetava-os, manifestando-se de diversas formas, senão nos empresários de primeira geração, ao menos em seus descendentes, que tenderam a aproximar-se da elite aristocrática, via casamento ou imitação de seu estilo de vida, e imprimindo, às vezes, uma destinação improdutiva aos lucros de seus negócios, em detrimento das necessidades de acumulação capitalista. Quanto aos trabalhadores, tal como as demais classes e grupos sociais, eles mantinham uma atitude de respeito e deferência frente à elite. Excluídos da possibilidade de imitação, eram, porém influenciados por sua cultura e seus valores, o que, em alguns momentos, podia inibir uma atitude ou um comportamento mais classista<sup>129</sup>.

Apesar dessa possível inibição para a luta classista, devido ao detrimento do trabalho e da observada instabilidade organizativa dos sapateiros pelotenses, houve movimentos de luta

<sup>126</sup> *Ibidem*, p. 165.

<sup>127</sup> SCHEMES, *op. cit.*, 2006, p. 103.

<sup>128</sup> LAGEMANN, *op. cit.*, 1986, p. 74.

<sup>129</sup> LONER, *op. cit.*, 2001, p. 55-56.

e contestação desde os anos 1880. Diferentemente do que ocorreu na região da colonização germânica, estudada por Schemes<sup>130</sup>, que indica que o movimento operário de Novo Hamburgo foi organizado apenas na década de 1930. A Liga Operária Hamburguesa (1929) sofreu com perseguições policiais e durou poucos meses, mas pode ter influenciado a primeira greve da cidade, em 1930, na fábrica de Pedro Adams Filho, que foi reprimida com a força policial, terminando em quatro dias. As organizações que seguiram durante os governos populistas e ditatoriais, e que estão registradas nos jornais da cidade, indicam um movimento sindical atrelado ao governo federal e aos interesses patronais, contudo sabe-se que há diferentes meios de luta, nem sempre passíveis de registro.

## 1.2 Estruturação fabril e inserção no mercado nacional: o período da Era Vargas e dos governos populistas

Bresser-Pereira vincula esse período ao da decolagem econômica no Brasil, caracterizado pelo “surgimento inesperado e paradoxal de uma imensa oportunidade de investimentos industriais [e também] a destituição do poder da oligarquia agrário-comercial brasileira”<sup>131</sup> pela Revolução de 1930, que adotou uma postura industrializante. A historiadora Pesavento afirma que o primeiro governo de Vargas tinha o propósito de assegurar a expansão do capitalismo através de um programa de diversificação da economia, por isso a manutenção da crise cafeeira ao lado de um:

programa de diversificação da economia brasileira, o que tanto implicava uma busca de saídas para o desenvolvimento capitalista nacional quanto atendia os interesses das oligarquias agrárias periféricas e dos representantes de outros setores da economia, como comerciantes e industriais<sup>132</sup>.

A crise econômica de 1929 desencadeou uma forte crise na já abalada política econômica brasileira, que estava baseada na agroexportação e na monocultura do café, mas foi através do “capital cafeeiro que nasceu a industrialização, sendo que no período da Grande Crise ela encontrou condições de se desenvolver”<sup>133</sup>. Com as medidas de proteção ao café, ocorreu o aumento dos preços dos artigos manufaturados estrangeiros, mas como o café e a

<sup>130</sup> SCHEMES, *op. cit.*, 2006, p. 208-239.

<sup>131</sup> BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Desenvolvimento econômico: a Revolução Industrial e Nacional. In: \_\_\_\_\_. **Desenvolvimento e crise no Brasil: História, Economia e Política de Getúlio Vargas a Lula**. 5. ed. São Paulo: Editora 34, 2003, p. 42-43.

<sup>132</sup> PESAVENTO, *op. cit.*, 1985, p. 73.

<sup>133</sup> MENDES JUNIOR, Antonio; MARANHÃO, Ricardo. **Brasil história: texto e consulta: era Vargas**. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1991, p. 172.

moeda nacional estavam desvalorizados, gerou-se dificuldade para a realização de importações de bens de capital e de matérias-primas. Por outro lado, as desvalorizações cambiais protegeram a indústria nacional, favorecendo “aquelas indústrias que beneficiavam matéria-prima local [...] e que podia operar na base de uma tecnologia preexistente”<sup>134</sup>, servindo de exemplo as manufaturas calçadistas nas cidades do Vale e de Pelotas, que na sua maioria utilizavam poucas máquinas e o couro produzido no Rio Grande do Sul.

As medidas junto ao câmbio não resolveram os problemas causados pela Depressão e a resolução encontrada pelo governo foi a compra e a queima do café para que a relação entre oferta-procura forçasse a subida dos preços. Desta forma, o governo preservou os postos de emprego, isto é, os trabalhadores continuaram a receber salários e consumindo, logo se preservou o mercado interno. Ocorreu a queda dos preços nos produtos manufaturados internos e, por isso, foi proibida a importação desses produtos. Esse movimento favoreceu os empresários nacionais e na opinião de Bresser-Pereira “essa oportunidade foi aproveitada. A capacidade ociosa existente nas empresas foi rapidamente utilizada”<sup>135</sup>.

O passo seguinte foi englobar à lógica capitalista o máximo de mercado consumidor, levando aos diversos lugarejos do país não só os bens produzidos como também as indústrias, e pela capitalização do meio rural, para que tivessem a necessidade e o poder aquisitivo de compra<sup>136</sup>. Pesavento refere-se ao desejo governamental, já exposto, de diminuir as importações, substituindo-os por produtos nacionais, tendo como meta “a integração do mercado interno brasileiro, criando condições para que diversas economias permutassem entre si, os seus produtos”<sup>137</sup>.

Durante o Estado Novo (1937-1945) foi grande a intervenção do governo na economia entre “tentativas e ensaios, a via da industrialização tornou-se um projeto consciente”<sup>138</sup>, mas “as bases técnicas e financeiras eram ainda insuficientes para que pudesse ser implantado de uma só vez o núcleo fundamental da indústria de bens de produção”<sup>139</sup>. Após os primeiros impactos da Segunda Guerra Mundial, o Brasil iniciou um processo intensivo de manutenção da indústria, visando o melhoramento da qualidade e o aumento das importações, tendo como gestor o Estado que se afastou, gradualmente, do liberalismo econômico. Através do incentivo à indústria nacional – e ante a demanda do período pela substituição dos produtos importados

<sup>134</sup> PESAVENTO, *op. cit.*, 1985, p. 73.

<sup>135</sup> BRESSER-PEREIRA, *op. cit.*, 2003, p. 46.

<sup>136</sup> MENDES JUNIOR; MARANHÃO, *op. cit.*, 1991, p. 172.

<sup>137</sup> PESAVENTO, *op. cit.*, 1985, p. 74.

<sup>138</sup> *Ibidem*, p. 75.

<sup>139</sup> *Idem*.

pelos nacionais –, a indústria brasileira cresceu. O aumento da exportação do café também contribuiu para o acúmulo de divisas.

Bresser-Pereira, citando Furtado, acredita que “a política seguida durante os anos de guerra foi, na essência, idêntica à que se havia adotado imediatamente depois da crise”<sup>140</sup>, ou seja, o governo não deixou que a moeda se valorizasse, protegendo cafeeiros e industriais ligados ao mercado interno, embora em sua opinião o ritmo industrial nacional não cresceu tão significativamente, pois dependia da importação de equipamentos, mas os países desenvolvidos diminuíram suas exportações devido a guerra, inclusive as de equipamentos industriais. O autor complementa:

A causa básica dessa redução do ritmo de desenvolvimento, quando a procura interna em ascensão propiciava ampla oportunidade nos investimentos industriais, pode ser encontrada em um fato simples: o desenvolvimento industrial brasileiro estava ainda na dependência quase total da importação de equipamentos<sup>141</sup>.

“Mantinha-se, portanto, uma limitação estrutural, na medida em que se fazia necessária a passagem da indústria de consumo ou de bens assalariados para a indústria de base ou de bens de capital”<sup>142</sup>. O “nascimento” tardio da indústria brasileira condicionou a defasagem tecnológica que, para ser superada, foi estimulada por duas medidas: a entrada de investimentos norte-americanos ainda em 1939; e a mobilização ideológica do povo pelo Estado, em prol do investimento tecnológico. “Acentuaram-se as ligações econômicas com os Estados Unidos e, com elas, alterou-se quantitativamente o grau de dependência da economia nacional face ao capitalismo internacional”<sup>143</sup>.

O Rio Grande do Sul continuava sendo indicado como o “celeiro do país”, mas no pós-1930 também passou a exportar para o mercado interno brasileiro produtos de origem pecuária beneficiados, portanto indo ao encontro da reorientação da economia nacional, centrada na indústria<sup>144</sup>. Os maiores empreendimentos desenvolviam-se principalmente no eixo Rio de Janeiro-São Paulo desde a República Velha, mas, conforme Schemes, a crise do café repercutiu no enfraquecimento temporário das indústrias de São Paulo, ocasionando na entrada de produtos gaúchos, como o calçado, e após a recuperação do “eixo” a produção do Rio Grande do Sul não perdeu este espaço<sup>145</sup>. Citando Carneiro, a historiadora elenca desvantagens da indústria gaúcha quando comparada com a paulista: pouca mecanização, uso

<sup>140</sup> FURTADO, 1959, *apud* BRESSER-PEREIRA, *op. cit.*, 2003, p. 48.

<sup>141</sup> BRESSER-PEREIRA, *op. cit.*, 2003, p. 48.

<sup>142</sup> PESAVENTO, *op. cit.*, 1985, p. 76.

<sup>143</sup> *Ibidem*, p. 94.

<sup>144</sup> *Ibidem*.

<sup>145</sup> SCHEMES, *op. cit.*, 2006, p. 162.

mais intensivo de mão de obra, e predominância de pequenas unidades fabris, fatores esses que aumentavam os gastos com a produção. De outro lado, a produção mais artesanal dos empreendimentos gaúchos ia ao encontro de consumidores mais exigentes, pois eram de melhor qualidade.

A estatística industrial de 1937 e o censo de 1940 revelaram o predomínio de pequenas empresas gaúchas, o crescimento dos estabelecimentos maiores já existentes com a aquisição de máquinas mesmo em períodos desfavoráveis para importações, o predomínio de firmas pertencentes a grupos familiares, o que Pesavento relaciona ao pouco capital investido. As grandes empresas estavam concentradas nos centros urbanos, servindo de exemplo a concentração de empreendimentos do setor coureiro-calçadista no Vale do Rio dos Sinos, principalmente nas cidades de São Leopoldo e Novo Hamburgo, enquanto que Pelotas destacava-se pela indústria da alimentação<sup>146</sup>.

Schneider também percebe o aumento quantitativo do número de unidades produtivas de calçados na Região Nordeste do estado e “não obstante seu crescimento em termos de uma especialização produtiva ao longo da década de 1920, as três décadas subsequentes (1930-1960) não apresentaram inovações técnicas e tampouco mudanças na estrutura produtiva”<sup>147</sup>.

Na dissertação de Natalia Britto<sup>148</sup> a unificação do mercado nacional é indicada como positiva para o nordeste gaúcho, pois seu mercado consumidor foi ampliado. Britto justifica essa opinião por acreditar que os produtos da região nordeste não competiam com a indústria paulista, diferente da região sul que teve seu crescimento industrial estagnado, principalmente no setor têxtil. A autora expõe dados estatísticos<sup>149</sup> que apontam para uma acentuada diferença no desenvolvimento industrial no ano de 1937 entre a capital e Pelotas: Porto Alegre possuía 1.082 fábricas e oficinas, empregando 14.456 operários, enquanto que Pelotas contava apenas com 89 estabelecimentos industriais e com 2.120 operários. Entre as fábricas pelotenses, constavam duas de calçados, que empregavam um total 41 trabalhadores, números que afirmam a disparidade acentuada entre a região sul e a capital neste período, fortalecendo Porto Alegre e as cidades circundantes como a região econômica mais importante do estado.

A integração do mercado interno brasileiro intensificou a concorrência do Rio Grande do Sul com São Paulo, seja no nível nacional, seja no regional. As soluções encontradas foram: direcionamento da produção a ramos específicos; investimento na qualidade; e a união

<sup>146</sup> PESAVENTO, *op. cit.*, 1985, p. 80.

<sup>147</sup> SCHNEIDER, *op. cit.*, 1994, p. 116.

<sup>148</sup> BRITTO, Natalia Daniela Soares Sá. **Industrialização e desindustrialização do espaço urbano na cidade de Pelotas**. 2011. 107 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2011, p. 62-70.

<sup>149</sup> *Ibidem*, p. 65.

de estabelecimentos<sup>150</sup>. No setor calçadista o sul voltou-se aos modelos femininos, enquanto que as indústrias da cidade de Franca produziam especialmente calçados masculinos<sup>151</sup>. Lagemann observou o crescimento da exportação do setor coureiro-calçadista gaúcho para outros estados do país, enquanto que entre 1920 e 1930 houve a venda de 300 toneladas de calçados, e no período de 1942 a 1955, esse número subiu para 2.400 toneladas, tendo como principal mercado o de São Paulo e o do Rio de Janeiro, e muito pouco foi direcionado para outros países. No que compreende à qualidade, o setor conseguiu equilibrar esse atributo e bons preços com investimento em tecnologia<sup>152</sup>.

Observou-se, nas décadas de 30 e 40, uma reversão do destino da produção dos curtumes gaúchos: em face do aumento da demanda da indústria calçadista local, que passara a exportar para o restante do Brasil, a maior parte dos couros curtidos passou a ser absorvida localmente. Na década de 40, os curtumes gaúchos passaram a ser os maiores compradores da matéria-prima fornecida pelos frigoríficos e matadouros e, por sua vez, repassavam o couro processado para a indústria calçadista regional<sup>153</sup>.

Pesavento concluiu que o período da Segunda Guerra Mundial foi vantajoso para o Rio Grande do Sul, que aumentou a capacidade produtiva de suas indústrias e as exportações, mas suscitou entre os empresários e o governo preocupações vinculadas “às relações entre agricultura e a indústria, a questão da preservação do nível de vida do mercado consumidor, o ensino da aprendizagem industrial e as necessidades das indústrias locais em termos de energia”<sup>154</sup>, problemas estes que não foram enfrentados de maneira eficaz e sistemática.

A autora afirma que foi no pós-guerra 2ª Guerra Mundial que se define “a indústria como o novo setor de ponta da economia nacional, o que estava em jogo [agora] era a forma de condução – ou a estratégia política – para levar adiante um programa de desenvolvimento”<sup>155</sup>, que ficou conhecido como “nacional-desenvolvimentismo”. No Rio Grande do Sul cresceu a participação de bens manufaturados exportados, demonstrando um redirecionamento dos investimentos, como foi possível observar na produção de calçados, que correspondia na década de 1920 entre 1% a 2% do total de exportações gaúchas, na década seguinte chegou a representar 5%, e aumentou para 6%, 7% nos anos 1940, média mantida até 1955<sup>156</sup>.

<sup>150</sup> PESAVENTO, *op. cit.*, 1985, p. 81-82.

<sup>151</sup> SCHEMES, *op. cit.*, 2006, p. 163.

<sup>152</sup> LAGEMANN, *op. cit.*, 1986, p. 71-72.

<sup>153</sup> PESAVENTO, *op. cit.*, 1985, p. 82.

<sup>154</sup> *Ibidem*, p. 90.

<sup>155</sup> *Ibidem*, p. 94.

<sup>156</sup> LAGEMANN, *op. cit.*, 1986, p. 76.



Singer observa que com o fim da guerra e a recuperação dos países por ela envolvidos, aos poucos se restabeleceram os níveis do comércio internacional. Apesar de toda a substituição dos produtos importados, a capacidade de importar do Brasil aumentou no pós-guerra. Para o autor, houve a substituição da produção artesanal pela fabril, já que a primeira fazia parte da “economia de subsistência”, utilizando recursos técnicos e materiais locais<sup>157</sup>.

Quando esta manufatura é substituída pela indústria capitalista, localizada nos grandes centros urbanos, surge a necessidade de matérias-primas e de bens de capital importados. Os processos de produção industriais aplicados no Brasil são todos provenientes dos países industrializados e sua implantação requer, como é óbvio, suprimentos destes países<sup>158</sup>.

Para Bresser-Pereira<sup>159</sup>, os saldos cambiais estrangeiros que se acumularam com a queda das importações no período da guerra são usados no pós-1945 para a importação de bens de consumo e a compra de empresas europeias, abrindo o país para as importações. O autor acredita que essa atitude foi irracional e que transparece a tendência economicamente liberal e politicamente conservadora do governo provisório, porém ocorre a reequipagem da indústria nacional com a importação de maquinário com preços baixos. Outro fator foi a elevação do preço do café, que proporcionou ao país as divisas necessárias ao desenvolvimento.

Em 1947, “depois de um novo fracasso do liberalismo cambial, o governo adota um rígido controle das importações, através de um sistema de prioridades, ao mesmo tempo em que mantinha fixa a taxa do dólar”<sup>160</sup>. As prioridades eram equipamentos e matéria-prima. O Estado voltava a preservar o mercado interno de manufaturados e os empreendedores importavam itens de prioridade com baixos preços, já que o câmbio estava fixado em uma taxa que a moeda brasileira ficava supervalorizada.

Na medida em que o câmbio de importação e exportação era controlado pelo governo, a melhoria das relações de troca, ao invés de beneficiar os exportadores, particularmente os do café, era empolgada pelo governo, que a redistribuía principalmente para o setor industrial. Funcionava assim o ‘confisco cambial’ [...] uma das questões políticas básicas<sup>161</sup>.

<sup>157</sup> SINGER, Paul. Interpretação do Brasil: uma experiência histórica de desenvolvimento. In: FAUTO, Boris (org.). **História Geral da Civilização Brasileira III: O Brasil Republicano**. 4. Economia e cultura (1930-1964). São Paulo: Difel, 1986, p. 222.

<sup>158</sup> SINGER, *op. cit.*, 1986.

<sup>159</sup> BRESSER-PEREIRA, *op. cit.*, 2003, p. 51.

<sup>160</sup> *Ibidem*.

<sup>161</sup> *Ibidem*, p. 52.

Como medida fundamental para continuar o processo de industrialização do país, “entre 1945 e 1964, vivemos momentos decisivos do processo de industrialização, com a instalação de setores tecnologicamente mais avançados, que exigiam investimentos de grande porte”<sup>162</sup>. Buscava-se maior produtividade e agilidade, e conseqüentemente custos mais baixos (maior lucro), requisitos fundamentais ao capital, o que representava ao Brasil passar, definitivamente, à etapa do capitalismo monopolista, sem a possibilidade disto ser feito unicamente através do capital privado nacional, pois foi necessária a utilização de capital multinacional.

O período de 1956 a 1961 é apontado por Bresser-Pereira como aquele que consolidou o desenvolvimento industrial, porém houve ameaças: processo inflacionário, relações de trocas menos vantajosas devido à baixa nos preços do café e à crise da infraestrutura do país. Contudo, mesmo neste período de condições desfavoráveis houve crescimento, que Bresser-Pereira relaciona ao presidente Juscelino Kubistchek, eleito por nacionalistas, industrialistas e intervencionistas moderados<sup>163</sup>. Pesavento acredita que até o governo de Juscelino Kubistchek a política governamental oscilava entre o desenvolvimento nacionalista autônomo e o avanço do capitalismo via capital estrangeiro; com as medidas desse presidente, a primeira corrente foi comprometida. A autora ainda indica que houve inflação gerada pela emissão internada de moeda para financiar os investimentos públicos exigidos, principalmente pela indústria pesada, que, para a autora, adiantou-se à própria demanda do país<sup>164</sup>.

Pesavento complementa:

No novo período de industrialização brasileira, a indústria pesada passou a comandar a expansão, determinando uma concentração ainda maior de renda, oferecendo maior capacidade de absorção da força-trabalho, alterando os padrões tecnológicos e fazendo desaparecer pequenas e médias empresas.

A indústria de bens de consumo não-duráveis foi, de certa forma, levada a reboque nesta reorientação do desenvolvimento capitalista brasileiro. Por um lado, o crescimento do emprego levou à ampliação da demanda interna de bens assalariados; por outro, as empresas tradicionais, para não sucumbirem diante dos padrões mais avançados de tecnologia e do aumento da escala de produção foram levadas a modernizarem-se também<sup>165</sup>.

Mais uma vez a região centro-sul foi beneficiada e o período reafirmou as diferenças qualitativas e quantitativas desta com o Rio Grande do Sul. Entretanto, apesar de menos

<sup>162</sup> MELLO, João Manuel Cardoso de; NOVAIS, Fernando A. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: SCHWARCZ, Lolita Moritz. **História da vida privada no Brasil**. Rio de Janeiro: Companhia da Letras, 2006, p. 506.

<sup>163</sup> BRESSER-PEREIRA, *op. cit.*, 2003, p. 53-60.

<sup>164</sup> PESAVENTO, *op. cit.*, 1985, p. 96.

<sup>165</sup> *Ibidem*, p. 95-96.

favorecida, a indústria rio-grandense cresceu 10,5% no período de 1948 a 1951, pois “a produção de bens não-duráveis passou a sentir os efeitos do aumento da demanda, proporcionado pelo predomínio da sociedade urbano-industrial”<sup>166</sup>, além da fase de liberdade cambial após a guerra que proporcionou a compra de novos equipamentos, principalmente para as empresas de maior porte. Para Pesavento, na década de 1940, predominavam indústrias de bens de consumo não-duráveis; já na década seguinte a indústria de produtos alimentares era a de maior destaque, seguida pela da madeira, couro, tecidos e fumo, e continuavam a prevalecer as “firmas individuais e familiares, mantinha-se a distribuição espacial das fábricas, registrando-se o maior número de empresas na zona colonial e na capital do estado”<sup>167</sup>. Na década de 1960 ocorreu uma concentração produtiva em alguns poucos ramos, prevalecendo produtos vinculados aos ramos tradicionais, ou seja, que utilizava produtos do setor primário, como o ramo do calçado.

Costa e Schneider apresentam números que ajudam a demonstrar a evolução do número de estabelecimentos, sendo ainda possível a comparação entre Rio Grande do Sul e São Paulo. No ano de 1940, o estado sulino contava com 219 fábricas, sendo a média de trabalhadores por unidade de 19; a principal cidade produtora de calçados, Novo Hamburgo, abrigava 41 destas, sendo que apenas uma possuía mais que 500 funcionários e outras três empregavam entre 100 e 130 pessoas. São Paulo, por sua vez, computava 1.125 estabelecimentos, com a média de 17,3 funcionários. Já em 1960, o Rio Grande do Sul tinha 570 estabelecimentos, enquanto São Paulo abarcava 1.326, mas as fábricas gaúchas empregavam a média de 23 funcionários, e as paulistas apenas 15.<sup>168</sup> A diferença entre a média de funcionários pode ser interpretada de duas maneiras: ou as unidades paulistanas eram menores, apesar de mais numéricas, ou empregavam maquinário e gerência de pessoal que proporcionou o emprego de menor número de funcionários. Ao lembrar que a região centro-sul foi mais beneficiada pelas políticas econômicas desde 1930 se comparado com o Rio Grande do Sul, a segunda hipótese ganha força. Nota-se em ambos os estados a dispersão das unidades fabris.

O debate sobre a constituição da indústria calçadista é recorrente na bibliografia. Sobre os empreendimentos que empregam em média 20 trabalhadores, Schneider reitera o que foi desenvolvido até o momento: “considerando-se que a atividade coureiro-calçadista demandava o uso intensivo de mão de obra, os dados acima permitem concluir que

---

<sup>166</sup> *Ibidem*, p. 97.

<sup>167</sup> PESAVENTO, *op. cit.*, 1985, p. 98.

<sup>168</sup> Conforme: COSTA, *op. cit.*, 2004; SCHNEIDER, *op. cit.*, 1994.

difícilmente se poderia classificar como indústria o empreendimento deste porte”<sup>169</sup>. Havia exceções, como foi demonstrado através das considerações sobre a indústria de calçados de Pedro Adams, em Novo Hamburgo, entretanto para o período sugere-se a predominância de manufaturas no setor calçadista.

Pelotas firmou seu novo perfil econômico nos anos de 1940, voltado para a industrialização de alimentos, mas observou uma queda no número total de indústrias – no ano de 1955 são constatadas 540, enquanto que em 1960, apenas 450 são arroladas pelo censo. Essa queda é vinculada por Britto à política de Juscelino Kubistchek, que favoreceu o sudeste e a integração dos mercados, quando os produtos de outros estados passaram a concorrer com os do Rio Grande do Sul, gerando uma crise, que intensificou as migrações das cidades vizinhas para Pelotas, que não tinha condições de absorver essa mão de obra, acarretando problemas sociais e de infraestrutura. “Se o setor de alimentos sobreviveu a este período, foi graças ao crescimento vegetativo da população e não ao aumento do nível de consumo de seus habitantes”<sup>170</sup>.

A fabricação de calçados na cidade de Pelotas entre os anos de 1930 e 1970 é pouco citada na bibliografia consultada, assim a pesquisa direcionou esforços junto aos Processos Trabalhistas da Comarca de Pelotas e fichas-espelhos da Delegacia Regional do Trabalho do Rio Grande do Sul (DRT/RS), cuja investigação e seus resultados são apresentados no segundo capítulo desta dissertação, mas antecipa-se que indicam que a produção de calçados era modesta, feita de modo manufatureiro em unidades produtivas de pequeno porte, sendo os produtos vendidos principalmente na região sul do estado.

O Rio Grande do Sul tencionava a vinculação do setor primário com o secundário, como foi o caso da indústria de alimentos de Pelotas, mas também da relação dos curtumes com as fábricas de calçado. Esse último segmento encontrava dificuldades, como pode ser percebido no fragmento que segue:

Os curtumes e fábricas de sapatos eram obrigados frequentemente a importar matéria-prima, uma vez que o latifúndio pecuarista produzia ainda um artigo com defeitos que impediam o seu aproveitamento integral num artigo de qualidade (sinais de marcação, berne, prejuízos no couro pelo uso de arame farpado da instância); além disso, muitas vezes prevalecia ainda, por parte da pecuária tradicional, a tendência era exportar o couro cru para o mercado externo<sup>171</sup>.

<sup>169</sup> SCHNEIDER, *op. cit.*, 1994, p. 117-118.

<sup>170</sup> BRITTO, *op. cit.*, 2011, p. 71.

<sup>171</sup> PESAVENTO, *op. cit.*, 1985, p. 101.

Técnicos, políticos e empresários constataram, em 1956, que o setor primário estatal não estava acompanhando seu crescimento nacional e prejudicava o setor secundário, que, por sua vez, também crescia menos que a média nacional. Os estudos indicaram problemas nas áreas de transportes, energia, crédito e ações do governo federal. Os custos com o transporte rodoviário eram altos, assim como com os geradores próprios para o fornecimento de energia; havia também uma baixa capitalização das empresas locais, e Pesavento ainda expõe que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) “não atendia às pequenas e médias empresas, que correspondiam à maioria das empresas gaúchas”<sup>172</sup>.

A crise gaúcha se encontrou com a crise nacional, pois a associação com o capital estrangeiro e as importações para o desenvolvimento industrial gerou um desequilíbrio na balança de pagamentos para o Brasil e os investimentos estruturais também desencadearam um desequilíbrio no orçamento público. A produção do país não era absorvida pela população que sofria com a inflação e o aumento da população urbana atrelada às más condições de vida geraram tensões. A política populista é questionada em diferentes aspectos, desencadeando o golpe civil-militar de 1964<sup>173</sup>.

A industrialização pode ser percebida com a inserção, no cotidiano dos brasileiros, de produtos como os alimentos enlatados, aspirador de pó, televisão em cores e carros nacionais, entre outros. Os espaços de consumo também se alteraram, gradualmente migraram dos açougues, vendas e quitandas para os supermercados, *shopping centers* e lojas de departamento:

O mesmo se dá com a importação de novos produtos, que se incorporam ao consumo na medida em que a produção se urbaniza. O estilo de vida urbano é um produto do capitalismo industrial, que se transforma cada vez que novos produtos são lançados no mercado. [...] É claro que a importação destes novos produtos tende a crescer na medida em que parcelas crescentes da população são incorporadas à economia capitalista<sup>174</sup>.

Quanto maior o percentual populacional intrincado com a lógica capitalista, mais intensa tornava-se a relação do trabalhador com os bens e serviços de consumo; a posição do trabalhador é superior ou inferior com base na remuneração, que se converte na sua capacidade de aquisição de produtos valorizados pelo capital, materialização da ascensão social tão almejada. “A carreira desabalada pela ascensão social é, antes de tudo, uma corrida de miseráveis, pobres, remediados e ricos pela ‘atualização’ dos padrões de consumo em

---

<sup>172</sup> *Ibidem*, p. 106.

<sup>173</sup> PESAVENTO, *op. cit.*, 1985, p. 110.

<sup>174</sup> SINGER, *op. cit.*, 1986, p. 223.

permanente transformação”<sup>175</sup>, situação que vai influenciar mudanças de padrões de consumo e o desprestígio de certos produtos e seus produtores.

### **1.3 O calçado brasileiro ganha o mundo: o impacto das políticas instauradas pela Ditadura**

Durante o período da Ditadura, Pesavento observou uma aproximação da economia gaúcha com a nacional, entretanto as indústrias tradicionais reduziram o seu ritmo de crescimento, assim como a de bens de consumo não-duráveis, pois foram impactadas pelo arrocho salarial. A solução encontrada foi ao encontro das medidas dos governos ditatoriais, que passaram a estimular as exportações com o objetivo de captar divisas para serem investidas na indústria e garantir a importação de insumos e bens de capital. O emprego de capital estrangeiro passou a ser estimulado e orientado para o avanço tecnológico do setor secundário<sup>176</sup>.

Para a indústria do calçado, isso resultou a partir de 1969 em “um grande aumento do volume de produção e uma redução do número de empresas, num processo de concentração empresarial”<sup>177</sup>. Sobre essa concentração, Schneider explica que “isso quer dizer que ao invés das empresas do setor continuarem crescendo em número, elas passam a ampliar o parque produtivo, seu nível tecnológico e a concentração de capital”<sup>178</sup>, instaurando a industrialização, “processo que pode ser denominado de passagem de um estágio fabril simplificado para a constituição industrial propriamente dita”<sup>179</sup>. Alguns números ilustram essas mudanças: no ano de 1970 todo o estado comportava 756 fábricas de calçados; em 1971 no Vale dos Sinos havia 455, número que passa a cair; no ano seguinte eram 407; 356 em 1973; e apenas 340 em 1974<sup>180</sup>.

Houve queda no número de unidades produtivas, mas a produtividade aumentou 61% entre 1970 e 1972, e em 1973 o aumento foi de 4%, nível que se manteve. Muitas pequenas empresas foram incorporadas pelas grandes, e as primeiras encerravam suas atividades devido ao baixo poder aquisitivo da população, já que seus produtos eram direcionados para o mercado interno, além das dificuldades em relação à matéria-prima e crédito. Para Schneider,

<sup>175</sup> MELLO; NOVAIS, *op. cit.*, 2006, p. 604.

<sup>176</sup> PESAVENTO, *op. cit.*, 1985, p. 111-112.

<sup>177</sup> *Ibidem*, p. 115.

<sup>178</sup> SCHNEIDER, *op. cit.*, 1994, p. 122.

<sup>179</sup> *Idem*. O mercado de trabalho da indústria coureiro-calçadista do Rio Grande do Sul: formação histórica e desenvolvimento. In: COSTA, Achyles Barcelos da; PASSOS, Maria Cristina (orgs.). **A indústria calçadista no Rio Grande do Sul**. São Leopoldo: Unisinos, 2004, p. 27.

<sup>180</sup> *Ibidem*.

o crescimento do setor deve ser compreendido através dos investimentos estatais e pela exportação, essa última justificada pelo baixo poder aquisitivo da população brasileira, devido ao achatamento salarial do período. Sem consumidores, as indústrias de bens de consumo não-duráveis não conseguiam se desenvolver, inclusive atuando com capacidade ociosa na década de 1960, quadro que se alterou depois de 1970, mas principalmente para as maiores fábricas do Vale do Rio dos Sinos<sup>181</sup>.

Qualidade da produção e os prazos de entrega passaram a ser observados mais atentamente. Ainda em 1969 ocorreu um acúmulo de pedidos dos importadores, que inferiu na contratação de mais funcionários e uso mais intensivo de máquinas, além da reorganização da gestão destes recursos. Destaque para a introdução de trilhos de transporte de calçados, as chamadas “esteiras” que fragmentaram e, conseqüentemente, simplificaram as funções que constituem a produção de calçados, o que Schneider aponta como um “taylorismo” com ressalvas<sup>182</sup>. Roberto Ruas percebeu, nas empresas do Vale na década de 1980, a parcialidade e precariedade do processo de mecanização do setor, sendo que as máquinas adotadas, na sua maioria, dependiam da habilidade e do conhecimento do seu operador<sup>183</sup>, circunstâncias observadas por Rezende em Franca e que fizeram o autor questionar: são estes “trabalhadores taylorizados?”. Para ele, “o ideal taylorista de monopolização de saberes operários pela gerência da ‘ciência’ sobre a melhor maneira de se realizar um trabalho não se concretizou em todas as ocupações, se é que algum dia se concretizou plenamente em alguma ocupação”<sup>184</sup>, além do mais “aprender a trabalhar no cotidiano de trabalho por meio da observação do companheiro era uma prática condenada por Taylor e seus discípulos, já que constituía num dos principais elementos do antigo sistema de administração”<sup>185</sup>.

A pesquisa de Bredemeier comparou a produtividade de uma indústria em 1969, quando utilizava cavaletes e, depois, quando adotou o sistema de trilhos. Ressalta que a indústria não alterou o tipo de sapato produzido no período, mas aumentou o espaço físico em 0,625m<sup>2</sup>. Na época dos cavaletes a produção era de 1.100 pares/dia, empregando 300 pessoas, portanto uma média de 3,6 pares/pessoa/dia. Já com o sistema de trilhos eram empregadas 283 pessoas e a produção era de 1.800 pares/dia, logo 6,4 pares/pessoa/dia, evidenciando o aumento de 66% do rendimento diário da indústria<sup>186</sup>. Já o trabalho de Rezende indica mudanças estruturais nos espaços físicos das fábricas franquianas, com o objetivo de

<sup>181</sup> SCHNEIDER, *op. cit.*, 1994, p. 121-147.

<sup>182</sup> SCHNEIDER, *op. cit.*, 1994, p.129.

<sup>183</sup> Conforme: RUAS, *op. cit.*, 1985.

<sup>184</sup> REZENDE, *op. cit.*, 2012, p. 116.

<sup>185</sup> *Ibidem*.

<sup>186</sup> BREDEMEIER, 1969, *apud* SCHNEIDER, *op. cit.*, 2004, p. 29.

aumentar o rendimento (e o controle) do trabalho, e provavelmente o mesmo procedimento foi necessário nos empreendimentos do Vale<sup>187</sup>.

Nesse processo de industrialização é interessante observar que se desenvolveram, em paralelo às indústrias de calçados, os ramos auxiliares, “como curtumes, máquinas e equipamentos para calçados, componentes, prestadores de serviços e instituições de apoio, formando um complexo produtivo complexo e integrado”<sup>188</sup>, além de pequenas unidades ou trabalhadores domiciliares que produziam parte dos componentes dos calçados.

Costa aborda o desenvolvimento do setor em outra perspectiva, porém complementar ao que foi apresentado pelos autores já citados. Para ele, os países desenvolvidos estavam recuperados do impacto da Segunda Guerra Mundial em 1960, elevando os salários dos trabalhadores; logo, as indústrias que empregavam mão de obra intensiva viram seus produtos encarecerem, como é o caso dos calçados. Estes países passaram então a importar calçados, principalmente modelos simples e pouco variados (de até cinco dólares o par), de países como Brasil, Coréia e Taiwan, que conseguiam empregar com salários baixos. “O porquê de o Vale do Rio Sinos e Franca terem recebido os pedidos dos importadores de calçados deve-se ao fato trivial: há muito tempo se achava instalado um parque industrial calçadista com uma longa tradição, o que não ocorria em outras regiões brasileiras”<sup>189</sup>. Esse “fato” também justificou a candidatura desses complexos aos investimentos governamentais, que foram altos e complementados pela “política de minidesvalorizações cambiais”.

Conforme a indústria calçadista crescia fez-se necessária uma “expansão descentralizada”, isto é, filiais e novas fábricas foram abertas em cidades das regiões próximas, como na Encosta Inferior da Serra, no Vale do Caí e no Vale do Taquari. Buscava-se mais trabalhadores, afastamento das organizações sindicais e dos problemas sociais e econômicos nos centros urbanos-industriais. As principais cidades do Vale do Rio dos Sinos sofriam com as consequências do crescimento demográfico, causado pelas migrações de trabalhadores, muitos desses foram expulsos do campo que também se mecanizava, que procuravam empregos no setor calçadista. Expandia-se o número de filiais, mas também a flexibilização dos processos produtivos, “que consiste no aumento da subcontratação de prestadores de serviços, como os ateliês de calçados, e na instalação de unidade de produção que executam apenas etapas ou fases do processo de fabricação dos calçados”<sup>190</sup>. Esses ateliês

<sup>187</sup> REZENDE, *op. cit.*, 2012, p. 26-36.

<sup>188</sup> COSTA, *op. cit.*, 2004, p. 12.

<sup>189</sup> *Ibidem*, p.15.

<sup>190</sup> SCHNEIDER, *op. cit.*, 2004, p. 32.



eram geralmente administrados por ex-funcionários, muitos apenas intermediavam o repasse de serviços aos empregados domiciliares, modalidade de emprego expressiva.

Todo este processo resultou em significativo crescimento: enquanto que em 1969 apenas 1% da produção de calçados do Rio Grande do Sul foi vendido para fora do país, em 1975 esse percentual foi de 40%, entretanto os curtumes não acompanharam esse crescimento. Lagemann afirma que a “secular abundância de matéria-prima cedeu lugar à escassez”<sup>191</sup>, o que foi resolvido com a substituição por couros beneficiados no exterior, tecidos e plásticos. Pesavento relacionou a falta de couro com o baixo poder aquisitivo da população, como observa-se no trecho:

A expansão do setor calçadista, com o incremento das vendas para o exterior e as necessidades de aprimoramento de padrão dos produtos, colocou em questão a disponibilidade de oferta da matéria-prima e, além disso, da sua qualidade. Os curtumes gaúchos, correspondendo à expansão do setor calçadista, haviam ampliado sua capacidade produtiva, mas a mesma não se fez acompanhar do aumento da capacidade de abate da pecuária.

Esta situação, por sua vez, tinha muito a ver com o agravamento das condições de vida dos assalariados e a perda do seu poder aquisitivo, marcado pelo menor consumo de carne. Por outro lado, a pecuária extensiva, que operava com poucos recursos tecnológicos, continuava falha no sentido de oferecer uma matéria-prima em condições perfeitas para o fabricante.

Todo esse processo levou o governo a liberar a importação de couros, permitindo às empresas comprar a matéria-prima no exterior (particularmente na Argentina), fazendo-a retornar como produto acabado pelo sistema *draw-back*. O exemplo, no caso, é válido para que se observem as vinculações que se estabelecem entre o setor primário e o secundário nos ramos tradicionais da indústria<sup>192</sup>.

Direcionando a atenção para a Pelotas da década de 1970, notou-se, através da pesquisa de Natália Britto, que o couro ainda estava presente na economia, mas de forma mais tímida. Tornou-se a “Cidade dos Alimentos”, fortalecendo as atividades tradicionais na composição do segundo setor, através “da indústria de beneficiamento do arroz, dos frigoríficos, dos curtumes e das indústrias de conserva de vegetais” e o fortalecimento da relação entre a cidade e o campo, tendo na agricultura familiar o principal fornecedor de matéria-prima<sup>193</sup>. No ano de 1977 ocorreu um crescimento expressivo no número de indústrias, originário de uma série de políticas estatais, mas com a iminência do fim do regime ditatorial adveio o que a autora chamou de desindustrialização do espaço de Pelotas:

quando um número expressivo de indústrias na cidade fecha as portas ou transferem suas atividades para outras localidades. Esta decadência da atividade industrial no município insere-se num contexto onde atuam simultaneamente uma série de

<sup>191</sup> LAGEMANN, *op. cit.*, 1986, p. 78.

<sup>192</sup> PESAVENTO, *op. cit.*, 1985, p. 116.

<sup>193</sup> BRITTO, *op. cit.*, 2011, p. 71-76.

mudanças de ordem econômica e política local, ao mesmo tempo em que ocorrem alterações nos padrões de reprodução do sistema capitalista do mundo. [...] culminando num processo de desestabilização financeira, inflação, retração do mercado e diminuição do poder de compra da população, revelando as sequelas características do modelo de crescimento capitalista adotado no país durante o milagre econômico<sup>194</sup>.

A produção de calçados não foi mais citada na bibliografia consultada. Sabe-se da existência de algumas fábricas na cidade até a década de 1980, porém sem expressão econômica significativa, que serão analisadas no terceiro capítulo dessa dissertação. Como observado, Pelotas tem uma trajetória de contornos e superação de crises econômicas, por ser uma região marginalizada pelas políticas econômicas, principalmente as nacionais. Hoje, Pelotas pouco lembra a sua opulência do século XIX e início do XX; percorrendo suas ruas pode-se observar prédios de antigas indústrias abandonados ou sendo utilizados para outros fins. Cada vez mais a cidade substituiu a industrialização pela prestação de serviços.

#### **1.4 Metamorfoses nos mundos do trabalho e seu impacto sobre os sujeitos: os diferentes papéis dos trabalhadores na fabricação de calçados de Pelotas**

No estudo narrado até o momento observam-se significativas alterações na produção de calçados que influenciam a relação do trabalhador com a sua produção: primeiramente, o mestre sapateiro produzia calçados em pequenas oficinas, individualmente ou com ajuda de alguns aprendizes; e posteriormente, alguns mestres e aprendizes compartilharam o mesmo local de trabalho, realizando suas atividades individualmente até perceberem que a divisão das tarefas poderia agilizar a produção, dividindo-as no corte, costura e montagem. A maior parte era feita com ferramentas simples, com a inserção lenta e gradual de máquinas, que ainda dependiam muito da destreza dos seus operadores. Os trabalhadores, na sua maioria, concentravam o conhecimento sobre todas (ou maioria) as funções de confecção, mesmo que não as executassem cotidianamente<sup>195</sup>. Por fim, o processo de modernização se intensificou, com diferentes máquinas e, principalmente, a divisão de tarefas ditadas pelo tempo da “esteira”. Igualmente, intensificou-se o processo de descaracterização do “ser sapateiro”, ou

<sup>194</sup> BRITTO, *op. cit.*, 2011, p. 77.

<sup>195</sup> Em pesquisas sobre Franca, constataram que muitos “sapateiros parcelares” buscaram conhecer todas as etapas de produção, além do manuseio de diferentes máquinas, com o objetivo de valorizarem sua posição na fábrica, inclusive reivindicando melhores. Estes são apontados como operários curingas, ou seja, estão aptos a substituir diferentes trabalhadores na linha de produção. Ver mais: MENDES, Alexandre Marques. Metamorfoses do trabalho no universo produtivo do calçado em Franca/SP (Brasil). In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA ANPUH, 21., 2012, Campinas. *Anais...* Campinas: UNICAMP, 2012; REZENDE, *op. cit.*, 2012.

seja, aquele que sabe fazer calçados, dando lugar ao trabalhador moderno, especialista. Porém questiona-se a sua “taylorização”, pois ele possui conhecimentos e habilidades próprias para essa fase do capitalismo na indústria calçadista.

As unidades produtoras de calçados da cidade de Pelotas compartilharam as primeiras fases do desenvolvimento com as principais cidades produtoras, porém estagnaram, assim como outros ramos industriais na região sul no período de 1930 a 1970. Enquanto algumas empresas calçadistas do Vale dos Sinos firmaram características fabris e exportavam para outros estados do país, Pelotas manteve uma produção voltada para as cidades próximas, por vezes alcançando outras regiões do Rio Grande do Sul, com pouca inserção tecnológica<sup>196</sup>, disparidades que foram acentuadas no período ditatorial, que fez pesados investimentos no ramo calçadista de Franca e do Vale, marginalizando ainda mais o ramo na cidade sulina. Assim, o “sapateiro completo” e a organização fabril manufatureira persistiram nessa cidade até sucumbirem perante os baixos preços dos produtos provenientes das indústrias de larga escala e dos calçados importados, mas fatores como moda e publicidade também influenciaram na mudança dos padrões de consumo<sup>197</sup>.

O historiador Rezende alerta para o perigo da interpretação ingênua sobre o trabalho “pré-fabril”. Deve-se entender “as transformações da qualificação e das relações de trabalho em diferentes estágios produtivos como se observou, o sistema artesanal caracterizou-se pela estratificação social e encobriu formas mais ou menos veladas de exploração da força de trabalho”<sup>198</sup>, do mesmo modo que “a tecnologia desenvolvida na sociedade capitalista não é socialmente neutra e sua aplicação objetiva permitir um controle cada vez mais intenso sobre a força de trabalho”<sup>199</sup>. Para o autor, a “qualificação” deve ser interpretada “como algo histórico, que se transforma ao longo do tempo”, pois:

as diferentes gerações de trabalhadores possuíram as qualificações necessárias para trabalhar dentro de um dado sistema tecnológico: os que trabalharam num sistema pré-fabril desenvolveram capacidades laborais para a execução de trabalhos manuais mais complexos e possuíram maior conhecimento sobre a totalidade do processo produtivo, os que operavam máquinas tinham capacidades laborais distintas, como condicionar o gesto ao ritmo de funcionamento da maquinaria. Sim, isso é uma capacidade laboral. As qualificações não se restringem ao ato de trabalhar, englobaram um conjunto mais complexo de hábitos e padrões de comportamento e transformações da própria noção de tempo [...]. Se tivermos o antigo artesão em mente, podemos afirmar que seu trabalho foi degradado, mas isso não implica asseverar que o operário fabril era desqualificado, até porque, na sociedade capitalista, é mais qualificado o trabalhador que é mais produtivo, e ser mais

<sup>196</sup> Observar o Capítulo 2 dessa dissertação.

<sup>197</sup> Observar o Capítulo 3 dessa dissertação.

<sup>198</sup> REZENDE, *op. cit.*, 2012, p. 75.

<sup>199</sup> *Ibidem*, p. 69.

produtivo implica possuir o conjunto de qualificações necessárias para trabalhar dentro de um dado sistema tecnológico, o que se transforma ao longo do tempo<sup>200</sup>.

A existência de uma profissão ou determinadas qualificações profissionais é o reflexo das necessidades de uma sociedade que define através de suas práticas culturais e sociais as premissas das práticas laborais, pois “as profissões não têm existência em si mesmas, expressam uma totalidade, o que significa dizer que não apenas as profissões estão em turbulência”<sup>201</sup>. Mello e Novais apontam algumas alterações de costume em meados das décadas de 1960 e 1970: os homens passaram a usar espuma de barbear, loção pós-barba e lâmina, deixando de lado o pincel e o sabão comum, e também a ida ao barbeiro; o vestuário com tecidos sintéticos e confecção em massa alteraram padrões de consumo, o uso do terno e a gravata foram limitados a algumas situações, assim como o lenço de pano e o suspensório, entre outros, e o chapéu caiu em desuso. Adotaram o *jeans* e as camisetas estampadas, o tênis substituiu o sapato e a “havaiana”, os tamancos. As quitandas, carrocinhas, mercados e armazéns gradualmente cederam lugar aos *shoppings*, supermercados e lojas de departamento, alterando-se também os espaços de consumo<sup>202</sup>.

Os impactos destas alterações no contexto dos artífices geraram justificado sentimento de insegurança, mas as inovações não são facilmente aceitas, devendo vencer os costumes, que representam estabilidade e segurança. Para Aued<sup>203</sup>, estabeleceu-se um período de “metamorfose”<sup>204</sup>, pois não é através de um processo de sucessão que o novo aparece, e sim, através de um longo período de rupturas e continuidades. Não aconteceu uma “evolução” contínua e retilínea de substituição das capacidades laborais com a incorporação das máquinas; para Rezende o que “ocorreu [foi] uma síntese dialética em que o novo carregou resquícios do velho e ambos influenciaram mutuamente”<sup>205</sup>, pois, como bem acentua Aued, a “luta entre o velho e o novo impele os primeiros a serem quebrados, ela encontra arrefecimento quando novos costumes são instituídos. Mas até que isto se efetive, impõe-se uma significativa transição histórica”<sup>206</sup>.

Enfim, como bem resume Thompson:

<sup>200</sup> *Ibidem*, p. 113-114. A reflexão do autor parte da crítica que João Bernardo faz da tese de Braverman.

<sup>201</sup> AUED, Bernardete Wrublewski. Sobre a extinção das profissões: implicações teóricas. In: \_\_\_\_\_ (org.). **Educação para o (des)emprego**. Rio de Janeiro: Vozes, 1999, p. 45.

<sup>202</sup> MELLO; NOVAIS, *op. cit.*, 2006, p. 556.

<sup>203</sup> Conforme: AUED, *op. cit.*, 1999.

<sup>204</sup> O conceito de metamorfose é utilizado através dos estudos da pesquisadora Bernadete Aued sobre a extinção de profissões e ofícios, mas para uma leitura mais atenta sobre o conceito conferir também: CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**. Petrópolis: Vozes, 1998.

<sup>205</sup> REZENDE, *op. cit.*, 2012, p. 64.

<sup>206</sup> AUED, *op. cit.*, 1999, p. 48.

o que precisa ser dito não é que um modo de vida seja melhor do que o outro, mas que esse é um ponto de conflito de enorme alcance que o registro histórico não acusa simplesmente uma mudança tecnológica neutra e inevitável, mas também a exploração e a resistência a exploração: e que valores resistem a ser perdidos bem como a ser ganhos<sup>207</sup>.

A heterogeneidade das condições produtivas entre as unidades e entre os setores internos que as compõem é uma característica que teve seus rastros apontados durante o capítulo e influenciou o ritmo deste processo de “metamorfose”. O produção calçadista “articulou racionalização e precarização, trabalho complexo e trabalho parcelado, tecnologia e destreza manual”<sup>208</sup>. Mesmo com os investimentos e crescimento significativo após 1970, “observou-se a permanência de tarefas manuais, mais ou menos complexas, convivendo ao lado de modernos sistemas de máquinas que exigiam dos trabalhadores apenas a introdução de matéria-prima no meu interior”<sup>209</sup>. Portanto, este operário apesar de não concentrar a habilidade necessária para a confecção de todo o calçado, precisou dominar conhecimentos e destrezas especializadas.

Atualmente, é notável que o sapateiro, compreendido como aquele que possuía a habilidade e o conhecimento para a confecção total do calçado, está desvalorizado e seu espaço no mercado de trabalho encontra-se em processo de extinção. Durante este período, o da “metamorfose”, esses sujeitos tomaram diferentes caminhos: alguns se tornaram operários especializados; e outros ocuparam postos de gerência, tendo o seu conhecimento valorizado. Há aqueles que abriram ateliês, realizando algumas etapas do processo produtivo que era destinado às indústrias de maior porte, ou seja, prestação de serviços terceirizados, e aqueles que abriram “sapatarias”, com o significado abonado a elas atualmente, como espaços de conserto e restauro de calçados. Algumas oficinas mantiveram-se pequenas, produzindo calçados voltados para públicos específicos.

Para Hobsbawm alguns artífices resistem, mas em uma sociedade estranha para eles. “A geração de homens que cresceu dentro da experiência e dos valores do artífice das décadas de 30 e 40 ainda sobrevive, mas está ficando velha”<sup>210</sup>. Estes homens “mesmo se engajando em trabalho que, na realidade, seriam semiqualeificados, ainda artífices por formação e treinamento”<sup>211</sup>, e por isso, como bem refletem os historiadores Melo e Novais, ambicionam

<sup>207</sup> THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Schwarcz, 1998, p. 301.

<sup>208</sup> REZENDE, *op. cit.*, 2012, p. 55.

<sup>209</sup> *Ibidem*, p. 64.

<sup>210</sup> HOBSBAWM, Eric J. Artífices e aristocratas do trabalho? In: \_\_\_\_\_, *op. cit.*, 2008, p. 378.

<sup>211</sup> *Ibidem*, p. 380.

tornarem-se trabalhadores autônomos ou pequenos empresários, se afastando da condição proletária, e aos filhos desejam que sigam profissões que têm como meio de acesso o ensino superior<sup>212</sup>.

Entretanto, Trindade e Nosella observam que estes trabalhadores se mobilizaram para sobreviver, procurando reinventar o próprio ofício para confrontar as dificuldades do mercado de trabalho, e alguns se mantiveram através de uma clientela assídua, mas que não prescindia deste trabalho. Associações e sindicatos que agregassem artífices também eram raramente observados, portanto os mecanismos de manutenção das atividades via organização associativa são difíceis<sup>213</sup>.

Acredita-se que estes artífices – e nesta pesquisa, em específico, os sapateiros – detêm uma trajetória de vida rica, pois “independente de uma vida profissional e de trabalho inserida ou isolada socialmente, tais profissionais e trabalhadores carregam em suas identidades aspectos do velho e do novo, do arcaico e do moderno, constituindo a história do trabalho, das profissões e dos trabalhadores no movimento do real”<sup>214</sup>. Por isso, constituir essa problemática e perseguir estes sujeitos nas fontes históricas, principalmente nos processos trabalhistas e na oralidade, no longo período, de 1940 a 2014.

---

<sup>212</sup> MELLO; NOVAIS, *op. cit.*, 2006, p. 598.

<sup>213</sup> TRINDADE, Gestine Cássia; NOSELLA, Paolo. Profissões em vias de desaparecimento: a identidade dos trabalhadores de ofício frente à ofensiva do capital. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 19, n. 1, p. 105, 2010.

<sup>214</sup> *Ibidem*, p.106.

## 2 SAPATEIROS REIVINDICAM SEUS DIREITOS E PRESERVAM SUA HISTÓRIA: NUANCES DO COTIDIANO FABRIL CALÇADISTA ATRAVÉS DOS PROCESSOS TRABALHISTAS (PELOTAS: 1940-1965)

No dia 5 de maio de 1947, circulou na cidade de Pelotas o jornal “A Alvorada”<sup>215</sup>. Rodolpho Xavier frisou nesta oportunidade que o capital ampara o trabalhador, pois necessita dele e que “suas concessões por meio das ‘leis sociais’, no mundo inteiro, não têm sido espontâneas, têm sido reivindicações forçadas e adquiridas por obra dos próprios trabalhadores, conforme preceito de Marx”<sup>216</sup>. Ressalvou, contudo, que o capital e o trabalho não podem ser “inimigos”, e que não se pode admitir a exploração dos trabalhadores. Armando Vargas discorreu sobre a relação harmônica que deveria permear a convivência de patrões e trabalhadores, mas “para concretizar esse ideal ser[ia] necessário uma nítida compreensão entre as duas classes – unindo-se – para, ombro a ombro, trabalharem pelo progresso universal”<sup>217</sup>.

Encontra-se também uma “mensagem aos trabalhadores”, escrita por Mozart Victor Russomano. Para o juiz trabalhista da cidade a classe trabalhadora é a mais sacrificada, mas estaria se livrando das “últimas grilhetas escravizadoras”, conscientizando-se sobre seus direitos através da legislação social, que a seu ver era incipiente em alguns pontos, mas “em outros tantos insuperável”. Russomano expos sobre o que acredita ser a forma adequada para o trabalhador alcançar seus objetivos:

Se o operariado se unir em torno de si mesmo, se for intransigente na defesa de seus direitos e respeitador dos direitos patronais e de terceiros, ele haverá de conquistar aquilo que ele almeja e aquilo que vós lhe almejamos. Tudo conquistará sem colapsos, sem luta, sem revoltas. Todas as grandes transformações brasileiras foram feitas sem sangue. [...] Para que não haja perseguições, é preciso que alguém não as faça. Portanto, aos trabalhadores caberá um grande exemplo e uma grande missão: Abrir os braços a todos os homens, sem pensar de onde eles vêm e para onde eles vão<sup>218</sup>.

No dia 5 de julho de 1947, Camarim Nador escreveu, motivado pela votação de uma lei na Câmara Federal “que manda pagar um mês de salário, anual, aos trabalhadores”. O colunista relatou sua surpresa com a alegria que esta lei gerou na classe operária, pois, para

---

<sup>215</sup> “A Alvorada” é um jornal que circulou na cidade de Pelotas de 1907-1957 e apresentava-se como o representante da classe obreira da cidade. Ver mais em: SANTOS, José Antônio dos. **Raiou a alvorada: intelectuais negros e imprensa**, Pelotas. (1907-1957). Pelotas: UFPel, 2003.

<sup>216</sup> XAVIER, Rodolpho. 1º de maio. **A Alvorada**. Pelotas, 5 de maio de 1947, p. 6.

<sup>217</sup> VARGAS, Armando. Dia do Trabalhador. **A Alvorada**, Pelotas, 5 de maio de 1947, p.6.

<sup>218</sup> RUSSOMANO, Mozart Victor. Mensagem ao Trabalhador. **A Alvorada**, Pelotas, 5 de maio de 1947, capa.

ele, não passava de uma promessa. Justificou sua posição lembrando decretos que não estavam sendo cumpridos, como aqueles que versam sobre descanso remunerado, abonos de Natal, participação nos lucros da empresa, entre outros, que seriam pagos – na opinião de Nador – caso os patrões assim desejassem, pois “muitas leis e atos do governo, não passam de mera credence para os patrões, habituados a não darem importância, num desrespeito afrontoso”, e aproveita para referir-se aos entraves feitos “às cooperativas, e essa fabulosa arrecadação do imposto sindical, que não se sabe que destino terá”<sup>219</sup>. Por fim, vinculou o direito do trabalhador usufruir destes direitos ao fato de serem ordeiros, “contribuindo com sacrifício, esgotando-se e não trocam sua nacionalidade por vidas regaladas”<sup>220</sup>.

O discurso dos governos populistas vinculava as conquistas na área social à figura dos próprios presidentes, mas o jornal operário da cidade de Pelotas afirmou que a classe obreira foi protagonista na conquista das leis sociais em todo o mundo através da luta de classes. A harmonia entre “trabalho” e “capital” foi indicada como o meio de alcançar o progresso nacional, atrelando à imagem do trabalhador a do homem ordeiro e comprometido com o crescimento da nação, aspecto que evidencia algumas aproximações do jornal com o “populismo”, porém o periódico não deixou de denunciar descompassos deste “suposto caminho harmonioso” quando afirmou: que muitas leis não passavam de promessas; que havia pouca fiscalização sobre os patrões; que o empenho dos sindicatos era deficitário; e que as condições de vida do trabalhador dentro e fora das fábricas eram precárias.

Portanto, sugere-se a inserção dos trabalhadores em uma discussão que envolve o jornal “O Alvorada” – escolhido para exemplificar a abordagem por ser uma fonte local e assumir a posição de representante da classe trabalhadora – e outros elementos publicitários como as falas de Marcondes Filho na “Hora do Brasil”<sup>221</sup>, as mensagens do juiz Russomano e as posições de outros jornais da cidade, alguns vinculados aos interesses da prefeitura municipal e empresários, e também as conversas entre os trabalhadores no chão de fábrica e os processos trabalhistas ocorridos na cidade, enfim, uma “circularidade”<sup>222</sup> de informações que compõem a cultura política dos trabalhadores. Os sapateiros pelotenses encontrados nos autos processuais trabalhistas da Comarca de Pelotas, entre os anos de 1940 e 1965, estavam inseridos neste debate. Os processos são vestígios de microcosmos sociais, em que o privado

<sup>219</sup> NADOR, Camarim. Quem pode crer?. **A Alvorada**, Pelotas, 5 de junho de 1947, capa.

<sup>220</sup> *Ibidem*.

<sup>221</sup> *Ibidem*.

<sup>222</sup> Reflexão a partir do conceito de “circularidade” empregada em: GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.



torna-se público, constituindo uma fonte importante para o estudo sobre os mundos do trabalho.

## 2.1 Legislação trabalhista: a relação entre o trabalhador e a lei em debate

As alterações referentes às leis sociais, principalmente no pós-1930, são citadas nas obras estudadas para o desenvolvimento desta dissertação e devem ser consideradas quando pensado o cenário das políticas econômicas nacionais. A discussão não vai se deter no desenrolar das medidas legislativas e publicitárias ou no pensamento dos seus idealizadores, pois isso já foi feito de forma exaustiva<sup>223</sup>; deseja, isto sim, se apoderar das discussões envolvendo o conceito de populismo e trabalhismo que inferem no entendimento sobre a interpretação das leis sociais por parte dos trabalhadores e, portanto, na interpretação do historiador que utiliza as fontes trabalhistas.

Ângela de Castro Gomes contextualiza a década de 1970 no âmbito dos debates na área da História e das Ciências Sociais, relacionando-os com os fatos políticos do período. Ela percebe nessa análise uma crise dos paradigmas totalizadores, em que marxistas de fundo teleológico que traçavam um “modelo de consciência de classe revolucionária para o operariado”<sup>224</sup> são instabilizados pelo aparecimento de novas discussões intelectuais para pensar o país. Observando os laços de continuidade entre o período anterior e posterior à Revolução de 1930, sem rejeitar as transformações, defende “que um processo histórico de construção de classe não sofre ‘desvio’, pois não há um modelo prévio a ser seguido e muito menos um resultado modelar a ser alcançado”<sup>225</sup>.

A mesma autora apresenta o trabalhador como sujeito histórico que faz suas escolhas perante as possibilidades existentes, dialogando com o Estado (detentor de maior poder), e ambos utilizam e interpretam as propostas político-ideológicas. Critica a categoria de “cooptação”, pois não compreenderia as relações de troca e o poder de negociação do trabalhador. Por fim, rejeita o próprio conceito de populismo, substituindo-o por “pacto trabalhista” ou “trabalhismo” – conjunto de ideias e práticas políticas, partidárias e sindicais –

<sup>223</sup> Para detalhes sobre o processo e discussões historiográficas envolvendo a legislação trabalhista ver: GOMES, Ângela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005. Ressalta-se ainda a eminência de ultrapassar certos limites cronológicos para a melhor compreensão dos direitos no Brasil, como em: LARA, Silvia Hunold; MENDONÇA, Joseli Maria Nunes (org.). **Direitos e Justiça no Brasil: ensaios de história social**. Campinas: Unicamp, 2006.

<sup>224</sup> GOMES, Ângela de Castro. O populismo e as Ciências Sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. In: FERREIRA, Jorge (org.). **O populismo e sua história – debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 44.

<sup>225</sup> *Ibidem*, p. 46.

para se referir às relações entre Estado e a classe trabalhadora (contexto do pré e pós-1930). Refuta a perspectiva de uma “aliança política” entre os setores da sociedade, em que os operários assumiriam um comportamento de classe passiva perante as ideias das classes dominantes em troca de recompensas materiais. Gomes alicerça sua reflexão a partir de duas dimensões da dádiva, a voluntária e a obrigatória:

Toda dádiva só se cumpre com a aceitação do que é dado. Sua lógica é bilateral, e assim como aquele que dá o faz também por ‘necessidade’, aquele que recebe ‘precisa’ aceitar o benefício. A recusa de uma dádiva é o descumprimento de uma obrigação social. É um ato egoísta que pode acarretar consequências funestas imprevisíveis, já que rompe uma cadeia de articulações mutuamente definidora. Assim, receber benefícios é um direito, mas é igualmente um dever. Por este motivo, o Estado precisa não só doar, como criar a obrigação de receber. Esta questão é fundamental, pois a outorga, quando pressupõe o dar e o receber, pressupõe também o termo que fecha e dá real sentido ao círculo: retribuir<sup>226</sup>. [grifos no original]

As leis sociais eram apresentadas como direito do trabalhador, mas foi envolta por uma suposta generosidade estatal e a ação de reciprocidade esperada era ser um bom trabalhador. Os “marginais” eram aqueles trabalhadores que não respondiam às políticas de valorização e reabilitação do trabalhador, projeto nacional que rompia os muros das fábricas inferindo em diferentes aspectos, como: alimentação, higiene, habitação, família, educação, lazer etc<sup>227</sup>. Para a autora, o fundamento deste contrato entre Estado e trabalhadores é a “expressão material da troca: os benefícios sociais entendidos quer como ‘bens públicos’ [...], quer como ‘incentivos seletivos’ [...]”<sup>228</sup>. Assim, a “invenção do trabalhismo” como ideologia de outorga permite pensar a simbologia do “pacto social”.

Jorge Ferreira, na introdução de seu livro “O imaginário trabalhista”<sup>229</sup>, posiciona-se em relação ao conceito “trabalhismo”. Através de uma sucinta revisão historiográfica faz críticas àqueles que não procuram compreender o conceito. Ferreira enxerga nas pesquisas destes últimos – citando diretamente Francisco Weffort e Octávio Ianni – o desmerecimento das lutas e conquistas dos trabalhadores entre 1930 e 1964, pois não acreditam na ação consciente dos trabalhadores e nem na sua capacidade de se expressar como classe, o que buscou desconstruir com a obra já referida.

O historiador apreende narrativas de trabalhadores que se apropriam do discurso estadista, interpretando-o e reelaborando-o ao seu favor (criando contra-argumento), inclusive

<sup>226</sup> GOMES, *op. cit.*, 2005, p. 228.

<sup>227</sup> Conforme: GOMES, Angela de Castro. Ideologia e trabalho no Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: FGV, 1999, p. 53-72; CHALHOUB, *op. cit.*, 2008.

<sup>228</sup> GOMES, *op. cit.*, 2005, p. 232.

<sup>229</sup> FERREIRA, Jorge. Introdução. In: FERREIRA, Jorge (ed.). **O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular 1945-1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2005, p. 21-95.

demonstrando consciência dos limites impostos. Concorde com Gomes, quando afirma que o Estado não era apenas um produtor de bens materiais, mas também elaborava um discurso carregado de elementos que interagiam com as aspirações dos operários no pré-1930, assim “os trabalhadores reconheceram os benefícios obtidos e o ‘tratamento decente’ que passaram a receber, mas também interpretavam a simbologia presencial de acordo com seus padrões culturais”<sup>230</sup>, “a aceitação do regime, enfim, não implicava necessariamente resignação ou conformismo”<sup>231</sup>.

Para Demier, há dois campos de estudos que inflamam o debate sobre a relação entre os trabalhadores e o Estado entre os anos de 1930 e 1964<sup>232</sup>. O primeiro campo seria o de Ângela de Castro Gomes, seguida por nomes como Jorge Ferreira e Daniel Aarão Reis Filho, pesquisadores “munidos da categoria weberiana de ‘escolha racional’”<sup>233</sup>, que, como já observado, acreditam que os trabalhadores fizeram escolhas diante das possibilidades apresentadas e se beneficiaram com as políticas populistas. Este campo é criticado por historiadores que percebem nesses trabalhos uma “perspectiva analítica profundamente conservadora, a qual tem como precípua objetivo historiográfico-político (ou talvez político-historiográfico) promover uma positivação das formas ‘populistas’ de dominação de classe”<sup>234</sup>.

Este outro campo é representado por pesquisas realizadas na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) durante os anos 1990<sup>235</sup>, mas que utilizaram como referências Maria Célia Paoli, John D. French, Daniel James, Michael Hall, Claudio Batalha etc. em trabalhos empíricos de inspiração *thompsoniana* que buscaram nas experiências dos trabalhadores o impacto do populismo na “agência” dos trabalhadores. Demier apresenta brevemente alguns destes estudos, que são voltados às organizações coletivas (sindicatos, comissões de fábrica, Partido Comunista Brasileiro, Partido Trabalhista Brasileiro), demonstrando como os limites da legislação corporativista à “luta por direitos” não eram intransponíveis, vislumbrando a consciência de classe. Os estudos sobre a ação individual dos trabalhadores não são tangenciados por esta corrente, e cita a pesquisa de Luigi Negro, que encontra táticas de

<sup>230</sup> FERREIRA, Jorge. A cultura política dos trabalhadores no primeiro governo Vargas. In.: FERREIRA, Jorge. **Trabalhadores do Brasil: o imaginário do povo**. Rio de Janeiro: Editora FGV. 1997, p. 54.

<sup>231</sup> *Ibidem*, p. 56.

<sup>232</sup> Conforme: DEMIER, Felipe. Trabalhadores e populismo visto sob outra perspectiva: a *corrente* historiográfica da Unicamp e a tese da *luta dos direitos*. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DO TRABALHO, 1, 2010, Santa Catarina. **Anais...** Santa Catarina: UFSC, 2010.

<sup>233</sup> *Ibidem*, p. 5.

<sup>234</sup> *Ibidem*. Ver também: MATTOS, Marcelo Badaró (coord.). **Greves e repressão policial ao sindicalismo carioca (1945-1964)**. Rio de Janeiro: Aperj/Faperj, 2003.

<sup>235</sup> Interessante compilação destes estudos pode ser encontrada no livro: FORTES, Alexandre *et al.* **Na luta por direitos: estudos recentes em História Social do Trabalho**. Campinas: Unicamp, 1999.

resistência ao controle estadista nos bares, ruas e festas.<sup>236</sup> Negro alerta que “não mais podemos ficar retidos no discurso articulado de organizações sindicais e partidárias nem tampouco é suficiente buscar os trabalhadores apenas nos locais de trabalho”<sup>237</sup>.

Para estes autores, o “populismo” deve ser visto menos como ideologia e mais como um sistema político, ou seja, uma “conjunção complexa e sofisticada de interesses e disputas entre atores desiguais, mas que não prescindia da reciprocidade e da negociação, na qual as classes populares estiveram presentes de forma decisiva”<sup>238</sup>, contrapondo assim, um preceito caro aos pesquisadores da corrente de Gomes.

A introdução da tese de Fortes abarcava a noção de “agência” ou “cidadania ativa”, presente na “invenção do trabalhismo”, em alusão à obra de Gomes, na qual o autor identifica “uma tendência a retomar a ênfase no Estado como sujeito capaz de se apropriar da experiência operária e dizer a última palavra na definição de sua identidade”<sup>239</sup>. Discorre sobre pesquisas que convidam a uma “reflexão sobre o processo de reelaboração ativa de concessões e benefícios em forma de direitos, a qual nos levará da experiência operária ao questionamento das teses tradicionais de cidadania ausente ou incompleta e, ainda mais, à ideia de cidadania ‘conquistada’”<sup>240</sup>. Autonomia e hegemonia não são vistas como excludentes, e “a construção da identidade própria e de interesses particulares não é contraditória com a inclusão progressiva dos trabalhadores como parte de nação, mesmo dentro das regras do sistema capitalista”<sup>241</sup>.

Enfim, pontua-se o debate referente à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Como citado anteriormente, Gomes percebe no governo Vargas algumas continuidades dos projetos e reivindicações dos proletários no pré-1930, o que ratifica suas constatações sobre a identificação do trabalhador com as políticas trabalhistas e a aceitação do modelo que as asseguravam, o corporativismo<sup>242</sup>. Diferentemente de John French, que é enfático ao afirmar que a CLT é um compilado de medidas sem diálogo com a realidade, obra de bacharéis envoltos por um paternalismo legalista e conservador, que atinge poucos trabalhadores e que

<sup>236</sup> DEMIER, *op. cit.*, 2010 p. 7-16.

<sup>237</sup> NEGRO, Antonio Luigi. Paternalismo, Populismo e História Social. **Cadernos AEL**, Campinas, v. 11, n. 20/21., 2004, p. 34.

<sup>238</sup> DUARTE, FONTES, 2004, *apud* DEMIER, *op. cit.*, 2010, p. 18.

<sup>239</sup> FORTES, Alexandre. **Nós do Quarto Distrito**: a classe trabalhadora porto-alegrense e a era Vargas. 2001. 602 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Campinas, Campinas, 2001, p. XXV.

<sup>240</sup> *Ibidem*, p. XXX.

<sup>241</sup> *Ibidem*, p. XLI.

<sup>242</sup> Ver mais em: GOMES, Ângela de Castro. Autoritarismo e corporativismo no Brasil: o legado de Vargas. **Revista USP**, São Paulo, n. 65, p. 105-119, mar./maio 2005.

“pode prometer 80% de melhoria e, no entanto, entregar somente 20%”<sup>243</sup>. Por outro lado, o autor utiliza a expressão cunhada por Maria Célia Paoli: “consciência legal” da classe trabalhadora, que pode manifestar otimismo ou pessimismo, porém repercute em ações permanentes de transformação de uma lei fantasiada em realidade<sup>244</sup>. Os artigos normativos da CLT tornam-se “armas” nas mãos dos trabalhadores<sup>245</sup>, e através da luta por direitos alcançam a justiça.

Este debate merece atenção, pois a investigação nos processos trabalhistas deve compreender tais discussões historiográficas. Não é objetivo cancelar uma resolução aos embates das correntes, preferindo-se observá-las como perspectivas complementares que vislumbram o trabalhador como sujeito de sua história, diferenciando-se em relação ao impacto da ação estatal sobre ele. A intensificação dos estudos empíricos com esta problemática pode apontar algumas respostas, porém o objetivo da utilização destes vestígios do passado nesta dissertação é mais modesto.

## 2.2 Processos Trabalhistas: apontamentos sobre a fonte

Além da discussão acadêmica, deve-se ser ressaltado o papel do historiador como ator na preservação de todos os processos trabalhistas<sup>246</sup>. Cabe a esses a função de demonstrar, através do seu ofício, a riqueza documental das peças processuais para a pesquisa histórica.

Chalhoub e Fontes esclarecem sobre o perigo “legal” que ronda essas fontes:

Uma lei sancionada em novembro de 1987 autorizou os tribunais do trabalho a incinerar os processos após cinco anos de conclusão. Desde então, em ritmo que tem variado bastante nas diferentes regiões do país, a depender da percepção de cada juiz sobre a ausência de espaço e o suposto alto custo de preservar tais acervos, muito da documentação pertinente às primeiras décadas de aplicação das leis trabalhistas e do funcionamento da Justiça do Trabalho vem sendo destruído<sup>247</sup>.

<sup>243</sup> FRENCH, John David. **Afogados em leis: a CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros**. Trad. de Paulo Fontes. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001, p. 26-27.

<sup>244</sup> *Ibidem*, p. 66.

<sup>245</sup> Este aspecto pode ser observado em: SPERANZA, Clarice. **A greve da oficina de chumbo: o movimento de resistência dos trabalhadores da Empresa Jornalística Caldas Júnior (Porto Alegre, 1983 - 1984)**. 2007. 245 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pelotas, Porto Alegre, 2007.

<sup>246</sup> Para maiores detalhes sobre as propostas de conservação dos processos trabalhistas ver: SILVA, Fernando Teixeira da. Nem crematório de fontes nem museu de curiosidades: por que preservar os documentos da Justiça do Trabalho. In: BIAVASCHI, Magda, LÜBBE, Anita, MIRANDA, Maria Guilhermina (orgs.). **Memória e preservação de documentos: direito do cidadão**. São Paulo: LTr, 2007, p. 31-64.

<sup>247</sup> CHALHOUB, Sidney; FONTES, Paulo. História Social do Trabalho, História Pública. **Perseu**, São Paulo, n. 4, ano 3, p. 223, 2009.

Os Tribunais Regionais de Campinas e Porto Alegre possuem projetos consolidados e se destacam na preservação destes documentos. Esta dissertação vai se deter brevemente ao caso do Rio Grande do Sul: o 4º Tribunal Regional do Trabalho (TRT) é o responsável pelo Memorial da Justiça do Trabalho<sup>248</sup>, espaço que abriga projetos, seminários, biblioteca temática e área de pesquisa, além das tarefas de higienização e organização dos processos trabalhistas. O Memorial concede aos centros de documentação interessados os acervos correspondentes às Comarcas da cidade em que estão situados. São exemplos: Santa Maria, Passo Fundo e Pelotas.

O trabalho desenvolvido pelo TRT da 4ª Região foi reconhecido, em novembro de 2013, pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), e o conjunto de processos preservados dos anos de 1935 e 2000 foi considerado patrimônio da humanidade, através do “Programa Memória do Mundo”, que:

tem por objetivo identificar documentos ou conjuntos documentais que tenham valor de patrimônio documental da humanidade. Estes são inseridos no Registro Internacional de Patrimônio Documental, a partir da aprovação por comitê internacional de especialistas, da candidatura encaminhada pela instituição detentora do acervo<sup>249</sup>.

Os processos utilizados nesta pesquisa fazem parte deste corpo, mas em 2005 foram transferidos em regime de comodato para o Núcleo de Documentação Histórica da Universidade Federal de Pelotas (NDH-UFPel). Na maior parte do Brasil “são esses centros de documentação que hoje estão livrando das chamas os acervos da Justiça do Trabalho”<sup>250</sup> e as pesquisas que fomentam auxiliam para que outros acervos sejam preservados<sup>251</sup>. Esta preocupação existe junto a equipe de historiadores que trabalham com estas fontes na UFPel.

Beatriz Ana Loner apresenta o acervo referente aos mundos do trabalho acondicionados no NDH-UFPel, e sobre o Acervo da Justiça do Trabalho, ela ressalta que:

este é o acervo mais completo existente da Justiça do Trabalho no Estado, pois o Foro de Pelotas foi implantado ainda na década de 1940, havendo dezenas de

<sup>248</sup> Para maiores detalhes visitar o site: <http://www.trt4.jus.br/portal/portal/memorial>. Ver também: RANSOLIN, Antonio Francisco. Experiências do Memorial da Justiça do Trabalho no Rio Grande do Sul na preservação de fontes documentais da Justiça do Trabalho. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA ANPUH, 9, 2008, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre: UFRGS, 2008.

<sup>249</sup> Conforme notícia divulgada no dia 29 de novembro de 2013: “**Acervo de processos da Justiça do Trabalho é reconhecido pela Unesco como patrimônio da humanidade**”. Disponível em: <http://www.trt4.jus.br/portal/portal/memorial/noticia/info/NoticiaWindow?cod=817301&action=2&destaque=t> rue Acessado em: 16 mar 2014.

<sup>250</sup> NEGRO, Antonio Luigi. O que a Justiça do Trabalho não queimou: novas fontes para o estudo do trabalho no século XX. *Politeia*, Vitória da Conquista, v. 6, n. 1, p. 194. 2006.

<sup>251</sup> Conferir exemplos em: CHALHOUB; FONTES, *op. cit.*, 2009, p. 223-224.

processos trabalhistas daqueles anos. Por outro lado, neste acervo está preservado todo o conjunto em sua integridade. Este fato é singular no Estado, pois, em outras cidades, ou a forma de preservação foi diversa, eliminando-se vários processos, ou o estabelecimento da Justiça do Trabalho foi posterior cronologicamente. Assim, o conjunto ora sob a guarda do Núcleo é o que abrange maior período de tempo e, como está preservado em sua totalidade, o mais completo do Rio Grande do Sul e, talvez do país<sup>252</sup>.

A Junta de Conciliação e Julgamento de Pelotas foi instaurada em 1946, depois das Juntas de Porto Alegre, Rio Grande e São Jerônimo. Alguns dos processos analisados são anteriores a este ano e correram pelo “1º Cartório Cível Crime”, como está indicado nas capas dos processos, e anotações evidenciam que são reclamações de cunho trabalhista. O teor dos processos é diverso, muitos são os temas abordados entre as peças processuais: trabalho do menor, da mulher, o trabalho domiciliar, as questões sobre a saúde, remuneração, cotidiano, participação dos sindicatos, discursos jurídicos, jurisprudências, reflexões dos magistrados e (des)cumprimento das leis, entre outros.

A Justiça do Trabalho foi considerada por muito tempo uma justiça menor, envolta pela “cultura do desprestígio”. As “características ‘inovadoras’ da Justiça do Trabalho – acessibilidade, gratuidade, oralidade, por exemplo – eram apreendidas como marcas de negatividade, e o juiz do trabalho tinha sua condição de magistrado rebaixada”<sup>253</sup>. Para Silva, esta cultura contribuiu para o descrédito das fontes, sendo desconsiderado seu valor histórico, com argumentos de que a CLT era uma “cópia” da *Carta del Lavoro* fascista, as leis eram feitas “para inglês ver”, supostamente frágeis e com sua efetividade manipulada<sup>254</sup>.

Thompson, com a sua elaboração sobre “o domínio da lei”<sup>255</sup>, influenciou as pesquisas voltadas ao campo do Direito (ou direitos), compelindo os intelectuais brasileiros a superar diversos preconceitos e vislumbrarem suas fontes<sup>256</sup>. Com esse autor, a lei e o costume recebem a mesma definição, um conjunto de recursos e um campo de conflito, relacionando assim os direitos à experiência social, sem menosprezar o poder da classe dominante. A historiografia passa a entender “a lei” menos como uma instituição, mas também como

<sup>252</sup> LONER, Beatriz Ana. O acervo sobre trabalho do Núcleo de Documentação Histórica da UFPel. In: SCHMIDT, Benito Bisso (org.). **Trabalho, justiça e direitos no Brasil**: pesquisa histórica e preservação das fontes. São Leopoldo: Oikos, 2010, p. 9-24.

<sup>253</sup> GOMES, Angela de Castro. Retrato falado: a Justiça do Trabalho na visão de seus magistrados. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, n. 37, p. 63, 2006.

<sup>254</sup> SILVA, *op. cit.*, 2007, p. 34.

<sup>255</sup> THOMPSON, Edward Palmer. **Senhores e caçadores**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Para debate ver: BOURDIEU, Pierre. A força do direito. Elementos para uma sociologia do campo jurídico. In: BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010, p. 209-254.

<sup>256</sup> Trabalhos acadêmicos que utilizam as fontes geradas pela Justiça do Trabalho foram compilados em: GOMES, Ângela de Castro; SILVA, Fernando Teixeira da (org.). **A Justiça do Trabalho e sua História**. Campinas: Unicamp, 2013.

ideologia e através de suas regras lógicas<sup>257</sup>. Deste modo, as relações de classes são mediadas pela lei, mas não são a sua tradução.

A condição prévia essencial para eficácia da lei, em sua função ideológica, é a de que mostre independência frente a manipulações flagrantes e pareça ser justa. Não conseguirá parecê-lo sem preservar sua lógica e critérios próprios de igualdade; na verdade, às vezes *sendo* realmente justa. E, ademais, não é frequentemente que se pode descartar uma ideologia dominante como mera hipocrisia; mesmo os dominantes têm necessidade de legitimar seu poder, moralizar suas funções, sentir-se úteis e justos<sup>258</sup>. [grifos no original]

Para Negro, “o que as fontes da Justiça do Trabalho podem nos revelar são demonstrações claras da existência de identidades operárias horizontais, estruturando os mundos do trabalho com a presença ativa das classes subalternas, que quase nunca são um bloco coeso e homogêneo disposto para o protesto social”<sup>259</sup>. Os processos mesmo quando individuais podem ter impacto sobre o coletivo, constituindo uma “cultura jurídica”<sup>260</sup>, fator diretamente relacionado ao “fazer-se classe”<sup>261</sup>.

Os embates travados no interior dos tribunais, sobretudo em ações coletivas, ajudavam a estreitar laços de solidariedade, a ampliar noções de direito e de justiça, reforçando a identidade coletiva entre os trabalhadores. Mesmo quando individuais as reclamações trabalhistas não deixavam de ter repercussão entre os trabalhadores da empresa e, até mesmo, fora dela, possibilitando, assim, a construção de uma ‘cultura jurídica’ operária. O fato de um peão levar o patrão à justiça, exigir dele seus direitos e sair vitorioso então, constituía um ato de insubordinação que dificilmente deixaria de arranhar a autoridade patronal, mormente numa pequena cidade ou localidade do interior, onde as notícias rapidamente se propagam<sup>262</sup>.

Grinberg reforça que “para trabalhar com qualquer documentação, é preciso saber ao certo do que se trata, qual é a sua constituição, bem como as regras que lhe são próprias”<sup>263</sup>. Já refletiu-se sobre o período “populista/trabalhista” e sobre a Legislação Trabalhista

<sup>257</sup> Ver mais em: FORTES, *op. cit.*, 2001; FORTES, Alexandre. Formação de classe e participação política: E. P. Thompson e o populismo. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 17, n. 31, p. 173-195, jul. 2010. A relação entre lei e costume foi observada na investigação de: SOUZA, Edinaldo Antonio de Oliveira. **Lei e costume: experiências de trabalhadores na Justiça do Trabalho (Recôncavo Sul, Bahia, 1940-1960)**. 2008. 181 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Bahia, 2008.

<sup>258</sup> THOMPSON, *op. cit.*, 1987, p. 354.

<sup>259</sup> NEGRO, *op. cit.*, 2006, p. 196.

<sup>260</sup> SOUZA, *op. cit.*, 2008, p. 171.

<sup>261</sup> Expressão originária de: THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, 3 volumes.

<sup>262</sup> SOUZA, *op. cit.*, 2008, p. 171.

<sup>263</sup> GRINBERG, Keila. A história nos porões dos arquivos judiciários. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de. **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2012, p. 121-122.



anteriormente, passando-se agora às etapas de formação do *corpus* documental que constituem o processo trabalhista.

O processo jurídico era instaurado após o fracasso das tentativas de negociação na Delegacia Regional do Trabalho e, assim, empregados ou empregadores – estes últimos como réus, na maior parte dos dissídios – encaminhavam suas reclamações às Juntas de Conciliação e Julgamento, que são as primeiras instâncias no processo de instauração dos processos trabalhistas individuais<sup>264</sup>. A petição inicial constitui-se pela reclamação do requerente na Junta de Conciliação e Julgamento (JCJ), oportunidade de manifestar as razões de insatisfação que justificam o processo, que pode ser feita de forma escrita ou oral e o intermédio de um advogado é opcional. Esta “informalidade” tem como objetivo facilitar os preâmbulos do diálogo entre a lei e o trabalhador, já que alguns requerentes não eram alfabetizados, ou não tinham recursos para contratar um representante legal, e não eram todos os sindicatos que possuíam tais profissionais para acompanhar seus sócios. Nos primeiros anos não havia procuradores públicos, apenas a opção de não pagar pelas custas processuais quando apresentado o atestado de pobreza.

A JCJ marcava a primeira audiência e notificava as partes envolvidas e a falta do requerente gerava o arquivamento do processo, ou a revelia se o requerido não comparecesse. Na audiência estavam presentes as partes, normalmente acompanhadas por seus advogados, o juiz togado e os vogais, também chamados de juízes classistas. Eram ouvidas as partes, o juiz questionava sobre a possibilidade de acordo entre as partes e caso a resposta fosse negativa, eram arrolados os nomes das testemunhas de ambas as partes, bem como poderiam ser solicitados documentos, ambos com caráter de prova processual. Por vezes, a Junta conferia o ajuizamento nesse primeiro momento em nome da “celeridade”, um dos princípios da Justiça do Trabalho.

No período que antecedia a segunda audiência eram anexadas as provas processuais e, às vezes, a defesa prévia por escrito pelo requerido. Na audiência de instrução, que prevê a produção de provas, esses documentos eram apresentados e as partes ouvidas, assim como as possíveis testemunhas, seguidas pelas considerações finais. A etapa consequente era uma nova tentativa de conciliação; não ocorrendo, havia o julgamento e a sentença do Juiz, que

---

<sup>264</sup> Os processos individuais são de dois tipos: individuais e individuais plúrimos. “Até meados de 1947, os processos com mais de um reclamante ou mais de um reclamado eram contabilizados como apenas uma reclamatória. Com a mudança desta sistemática, cada reclamante ou reclamado passou a receber um número individual de processo”. SPERANZA, Clarice Gontarski. **Cavando direitos**: as leis trabalhistas e os conflitos entre trabalhadores e patrões nas minas do Rio Grande do Sul nos anos 40 e 50. 2012. 272 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2012, p. 83.

podia ser seguida ou não pelos juízes classistas, sendo predominante a resolução do magistrado. O condenado poderia recorrer buscando proteção junto ao órgão superior, o Tribunal Regional do Trabalho<sup>265</sup>, que avaliava o processo instaurado na primeira instância, as motivações da parte descontente e o contra-argumento à primeira decisão; não eram agregadas novas provas e a sentença era chamada de “acórdão” – considerava-se o direito e não os fatos.

O CRT [ou TRT] era composto por um juiz-presidente e quatro vogais (um representante dos patrões e outro dos empregados, além de dois especialistas em questões sociais e econômicas, supostamente alheios aos interesses profissionais, todos nomeados pelo Presidente da República<sup>266</sup>.

Também nestas instâncias eram examinados os dissídios coletivos, assim caracterizados por corresponder aos anseios de uma classe profissional, sendo instaurados pelos sindicatos. Havia ainda a possibilidade de recorrer à última instância, que é o Tribunal Superior do Trabalho.

O rito processual<sup>267</sup>, descrito aqui brevemente, oferece indícios do conteúdo dos processos, e entre as peças típicas do judiciário encontram-se laudos periciais, fotografias, recortes de jornais, atestados médicos, fichas dos funcionários, cópia do livro de registros e atestados de pobreza, entre outros apensos, além dos relatos das partes e das testemunhas. Ressalta-se que deve ser considerada a situação da qual surgem essas fontes, pois se trata de um conflito mediado por um juiz e os envolvidos estavam preocupados em provar sua versão dos fatos, muitas vezes com falas intermediadas por advogados.

Grinberg instiga os historiadores a pensar que o objetivo de um processo jurídico não é “reconstituir” um acontecimento, mas produzir uma “verdade”. Personagens empenham-se em influenciar o desfecho da história que melhor lhes caberia; além do mais, estes personagens têm suas falas intermediadas e registradas nos autos por meio de advogados e escrivães. Ora, será então possível saber o que aconteceu? A autora alerta que o que “nos [historiadores] interessa é o processo de transformação dos atos em autos, sabendo que ele é sempre a construção de um conjunto de versões sobre um determinado acontecimento”<sup>268</sup> e

<sup>265</sup> Ressalta-se que com o Decreto-lei 9.797 houve a mudança de dominação de Conselho Regional do Trabalho para Tribunal Regional do Trabalho, assim como o Conselho Nacional do Trabalho (CRT) passou a ser Tribunal Superior do Trabalho (TRT).

<sup>266</sup> SPERANZA, *op. cit.*, 2012, p. 79.

<sup>267</sup> Para a descrição do rito processual foram utilizadas duas teses: SPERANZA, *op. cit.*, 2012; e CORRÊA, Larissa Rosa. **Trabalhadores têxteis e metalúrgicos a caminho da Justiça do Trabalho**: leis e direitos na cidade de São Paulo, 1953 a 1964. 2007. 243 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Campinas. Campinas, 2007.

<sup>268</sup> GRINBERG, *op. cit.*, 2012, p. 128.

que oferece inúmeros indícios sobre diferentes aspectos da vida dos envolvidos. Como bem lembra Chalhoub, “o fundamental em cada história abordada não é descobrir ‘o que realmente se passou’ [...], e sim tentar compreender como se produzem e se aplicam as diferentes versões que os diversos agentes sociais envolvidos apresentam para cada caso”<sup>269</sup>.

O ofício de historiador justifica-se pelo zelo na interpretação dos documentos como monumentos, como inspira Le Goff:

O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que fabricou segundo as relações de força que aí detinham poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa<sup>270</sup>.

A discussão feita até o momento pretendeu demonstrar como o olhar do historiador e do leitor deve ser sensibilizado, para que as fontes sejam compreendidas através de um filtro de discussões e reflexões.

### **2.3 Trabalhadores e padrões nas fábricas calçadistas nas peças processuais**

Não é objetivo principal analisar os processos em seus aspectos jurídicos, mas é pertinente fazer algumas observações. Foram analisados 26 processos trabalhistas envolvendo fábricas calçadistas em Pelotas. Um deles foi um acordo devido ao encerramento de atividades da fábrica, todos os outros processos foram individuais<sup>271</sup> e envolveram vinte e dois requerentes, apenas três foram instaurados por mulheres, uma delas como representante de seu falecido marido. Nos autos, entre registros de funcionários e testemunhas, foram citados outros vinte trabalhadores. São arrolados diversos empregadores, sendo mais reclamada a Fábrica de Calçados Tejo (onze processos), seguida pela Reformadora de Calçados Solimar Ltda. (quatro processos), Tamancaria Pelotense (quatro processos), Fábrica Gilselda (três processos) e Fábrica Brasil (um processo).

A maioria dos trâmites jurídicos deu-se na vigência da CLT. O acordo da Carvalho & Teixeira e os processos de Dora Iorio e de João Vasconcellos são palco da implantação das leis sociais de 1943, e devido a sua duração, os dois últimos abarcam as mudanças ocorridas na Justiça do Trabalho em 1946. Estes processos são exceções no conjunto analisado, pois um

<sup>269</sup> CHALHOUB, *op. cit.*, 2008, p. 22.

<sup>270</sup> LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 4. ed. Campinas: Unicamp, 1996, p. 545.

<sup>271</sup> É importante notar a ausência de processos coletivos, ou seja, instaurados pelo sindicato da categoria, o que pode sugerir uma participação modesta deste no cotidiano dos sapateiros, fator que será retomado durante este texto.

dos princípios desta justiça é a celeridade, assim o intervalo entre a petição inicial e a sentença em dez reclamationárias foi menor que três meses, ao passo que as demais foram resolvidas em menos de sete meses.

O vogal dos empregados esteve presente em todas as audiências regidas pela CLT – no caso de acordos ou arquivamentos nem sempre ocorreram audiências –, enquanto o vogal por parte dos empregadores teve presença menos assídua. Patrões e empregados não compartilhavam advogados: entre os primeiros ocorreu uma maior diversificação de nomes neste posto, e entre os trabalhadores destaca-se o nome de Antonio Ferreira Martins. Em sete processos o trabalhador não foi assistido por um advogado, peculiaridade desta justiça, visando facilitar o acesso ao trabalhador, que poderia instaurar o processo, inclusive, de forma oral. A maior parte dos dissídios foi averiguada pelo mesmo juiz togado e vogais.

Em relação às sentenças, o acordo da Carvalho & Teixeira foi procedente, assim como apenas outro processo individual; quatro foram considerados “procedentes em parte”, e em um dos casos a requerente recebeu menos de um terço do valor requerido. Uma das características da Justiça do Trabalho é o acordo entre as partes, e seis desfechos tiveram essa resolução, visto que um dos preceitos era a conciliação. Ocorreram três arquivamentos e dez processos foram improcedentes. As motivações dos trabalhadores ao instaurar o processo são diversas, sendo a mais frequente a demissão considerada sem justa causa, seguida pelas suspensões, que são instauradas por sapateiros empregados, sendo constatada a permanência desses no local de trabalho depois do desfecho judicial. São recorrentes as menções de discussões no chão de fábrica, originadas por supostos atrasos, críticas à qualidade do trabalho e ao tempo utilizado na realização de tarefas, normalmente caracterizados como insubordinação.

A dissertação direciona-se neste momento para a análise de três categorias: “espaço produtivo, ferramentas, maquinário e venda”, “produtividade, tempo e remuneração” e “perfil do trabalhador”, tem como principal objetivo compreender o cotidiano laboral em diferentes perspectivas no período entre os anos de 1940 e 1965, quando ocorre a estruturação fabril e a abertura do mercado nacional para os principais polos calçadistas brasileiros, ou seja, nas cidades do Vale dos Sinos (RS) e Franca (SP). No século XIX e nas primeiras décadas do século XX foram encontrados vestígios de fábricas de calçados de significativo porte na cidade de Pelotas, além de uma movimentação associativa expressiva entre os sapateiros, entretanto o período abordado nesta investigação indicou um arrefecimento econômico na cidade de Pelotas, conseqüentemente na fabricação de calçados. Ressalta-se que serão

valorizados os sujeitos e suas ações e relações, sem perder de vista que se encontram em uma situação peculiar, confrontando-se perante a Junta de Conciliação e Julgamento.

### 2.3.1 Espaço produtivo, ferramentas, maquinário e venda

Entre processos trabalhistas e fichas-espelho da DRT<sup>272</sup> são arrolados treze empregadores envolvidos com a produção ou reforma de calçados na cidade de Pelotas. Os representantes da Carvalho & Teixeira contavam com um curtume, uma loja comercial e uma fábrica de calçados e as últimas compartilhavam o mesmo prédio até 1943, na rua Andrade Neves, Centro, Pelotas, contudo afirmaram que seus empreendimentos eram módicos. Dados da DRT e dos processos trabalhistas indicam que empregaram no setor de fabricação de calçados em 1941, ao menos, 21 trabalhadores, sendo 17 registrados na DRT nesse mesmo ano, indicativos que poderiam ser vinculados à estabilidade e crescimento, mas que são confrontados por um processo trabalhista instaurado na Comarca de Pelotas, no qual a empresa procurou a Justiça do Trabalho em 1943 para fazer um acordo de pagamento de indenizações para seus funcionários estáveis, visto o encerramento das atividades<sup>273</sup>.

Os proprietários alegaram, através do advogado, que a fábrica de calçados era pequena e que “desde alguns anos e apesar de todos os esforços dos suplicantes, lhes têm dado prejuízos repetidos”<sup>274</sup>. A Lei 62<sup>275</sup> previa que “a supressão de um ramo de negócio autoriza a despedida do empregado ou a rescisão do contrato de trabalho independente do pagamento de qualquer indenização”<sup>276</sup>, contudo a CLT também abordava essa situação e “determina o pagamento de indenização simples, apesar da força maior, e no caso de não existir força maior comprovada, a indenização será em dobro”<sup>277</sup>, cabendo observar que ambas as leis eram cabíveis apenas para os funcionários estáveis, ou seja, com mais de dez anos de serviço.

Apesar de aprovada e divulgada, a CLT ainda não estava em vigor, porém as rescisões ou despedidas ocorreram na véspera da efetividade das novas leis, assim “os suplicantes a fim de sobrepassarem acima de qualquer comentário malicioso aceitam, desde já, que as relações de trabalho sejam reguladas pelas disposições da Consolidação, submetendo-se, por

<sup>272</sup> A parte mais significativa do Acervo da Delegacia Regional do Trabalho (RS) são as “fichas-espelho”, que contém as informações que depois farão parte da carteira de trabalho. Utiliza-se nessa pesquisa os resultados gerados pelo “banco de dados”, que compreende até o momento os anos de 1933-1943, sendo que o acervo avança até 1968, porém atenta-se ao fato de que o acervo não é completo. LONER, *op. cit.*, 2010, p. 19-22.

<sup>273</sup> Processo Trabalhista NI/1968, 1943, f.2. NDH-UFPel.

<sup>274</sup> *Ibidem*.

<sup>275</sup> A Lei N°62 de 5 de junho de 1935 pode ser consultada na íntegra pelo link: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1930-1949/10062.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1930-1949/10062.htm).

<sup>276</sup> Processo Trabalhista NI/1968, 1943, f.2. NDH-UFPel.

<sup>277</sup> Processo Trabalhista NI/1968, 1943, f.2. NDH-UFPel.

consequente, às suas sanções”<sup>278</sup>. Curiosa benevolência da empresa com seus funcionários estáveis, que acatou a CLT sem nenhuma necessidade legal e também afirmou que poderiam explicitar os motivos de “força maior”, mas não o fizeram por desejarem pagar as indenizações em dobro, por não terem nenhuma queixa contra estes funcionários.

Seguindo a leitura da petição inicial encontram-se indícios para explicar essa posição: preocupação em manter a credibilidade da empresa no mercado nos outros ramos, pois destacaram que “a situação da firma é sólida e o prejuízo é apenas da secção referida (fábrica de calçados)”<sup>279</sup>, além do possível desejo de aproximarem-se do discurso do Estado Novo. Justificando os pagamentos, porque uma:

indenização maior vêm de certo modo colaborar com o Governo do Estado na sua obra, altamente humana, de assistência social aos desamparados da fortuna. Deste modo, os suplicantes não agravam a situação dos trabalhadores, nem a do Estado em geral, pois a elevam a milhares de cruzeiros e permitem aos empregados tempo suficiente para procurar nova localização<sup>280</sup>.

Realmente as indenizações foram bastante altas, mas beneficiaram somente os funcionários estáveis: Francisco Marcelo Argoud, Ariovaldo Monquelati Pereira, Emilio Auguet<sup>281</sup> e Armando dos Santos Antunes, entretanto o destino dos outros funcionários não foi tratado e nem citado durante o processo, provavelmente relegados ao desemprego.

A combinação entre produção e venda dos produtos diretamente ao cliente também foi percebida em processos das fábricas Tejo e Giselda, mas diferentemente da Carvalho & Teixeira, não houve menção da existência de espaços e/ou funcionários distintos para as funções de venda e produção. O sapateiro Nildo Barbosa<sup>282</sup>, quando funcionário da Giselda em 1963, afirmou em seu depoimento pessoal que devia ao seu patrão um valor alusivo a três pares de calçados, sendo que dois eram destinados à venda e estavam sob sua responsabilidade, sugerindo a sobreposição das atividades.

O maior percentual das vendas da Tejo, de propriedade de José Dias de Almeida, era feita por caixeiros viajantes. Entre os requerentes que processaram a fábrica estava um desses profissionais, o carioca Felix Iorio<sup>283</sup>, que faleceu alegando que o antigo patrão lhe devia. Sua esposa acessou então a Junta de Conciliação e Julgamento e comprovou por atestados da

---

<sup>278</sup> *Ibidem*.

<sup>279</sup> *Ibidem*, f. 3.

<sup>280</sup> *Ibidem*.

<sup>281</sup> Emilio Auguet também aparece compondo a mesa de uma assembleia do Sindicato em 1942, cuja ata consta em anexo ao Processo Trabalhista 22/90, 1942.

<sup>282</sup> Processo Trabalhista 873/63, 1963. NDH-UFPel.

<sup>283</sup> Processo Trabalhista 43/44, 1945. NDH-UFPel.

Associação Comercial de Pelotas que seu marido foi viajante entre os anos de 1939 e 1942, abandonando a atividade por motivos pessoais e sendo substituído por outro, deixando aos cuidados deste a documentação que comprovaria o saldo de Cr\$ 10.164,00 a seu favor, valor nunca recebido, apesar da insistência que já completava dois anos.

Após um longo período discutindo a viabilidade da instauração do processo, Antonio Amaral Braga, procurador do reclamado, fez declarações que ajudam a esclarecer as atividades de Felix:

Felix não era viajante e nem sequer empregado do reclamado, trabalhava de conta própria, isto é, viajava, sem ordenado e sem comissão, por sua conta exclusiva [...] o reclamado fornecia-lhe um mostruário e uma tabela ou tabelas de preço. Félix Iorio viajava por sua conta e efetuava vendas, negociando com as mercadorias. Vendia pelo preço, ou pelos preços que entendia, superiores ou inferiores aos da tabela, ganhando a diferença de preço<sup>284</sup>.

Um perito analisou os registros da fábrica e constatou irregularidades. José Dias de Almeida alegou que confiou a documentação a um guarda livros “avulso”, pois seu “pequeno” estabelecimento não poderia arcar com um profissional efetivo. Deste modo, a perícia pouco esclareceu, explicitando apenas que Felix, apesar de não ser o único que efetuava vendas para o reclamado, era responsável por 92,3% destas e chegou a fazer transações de Cr\$ 183.333,70 em 1941. Analisados os anexos do processo pode-se afirmar que conforme os anos de serviços prestados passavam, aumentava o número de cidades visitadas pelo viajante e, conseqüentemente, o valor total de vendas. Entre as cidades visitadas destacam-se as próximas de Pelotas, mas também Jaguarão, Bagé, Herval, Uruguaiana, São Borja, Passo Fundo, Santa Rosa, Livramento, Santa Maria e Alegrete, além da capital, para citar alguns exemplos. Por fim, julgou-se pela improcedência, pois se observou que alguns pagamentos foram efetivados, entretanto não havia como saber qual era o valor total que deveria ter sido destinado ao caixeiro.

Outro tema – a aproximação entre o espaço domiciliar e o laboral – foi abordado no processo que envolve João Geraldo Lopes de Vasconcellos e José Dias de Almeida<sup>285</sup>. As peças processuais apresentam aspectos da vida pessoal dos envolvidos: sabe-se que José Dias de Almeida era português, casado em seu país de origem e vivia “amigado” com Dona Celina, com quem teve ao menos um filho, menor de idade em 1944. O casal morava no mesmo prédio onde estavam instaladas as oficinas, e o ambiente doméstico e o laboral eram separados por uma porta. João quando era bastante jovem, antes mesmo da união do casal,

---

<sup>284</sup> *Ibidem*, p. 87.

<sup>285</sup> Processo Trabalhista 260/61, 1944. NDH-UFPel.

entregava as viandas de refeições que Celina vendia na cidade e a considerava sua mãe de criação. No dia 11 de julho de 1944, José destratou seu filho, que procurou proteção junto à mãe, que, por protegê-lo, foi ameaçada de maus-tratos. João então abandonou os afazeres na oficina e foi até as dependências domésticas, entrando em conflito com seu patrão, o que desencadeou sua demissão. Decisão que foi ratificada pela Junta.

A possibilidade do compartilhamento entre dependências domésticas e laborais também apareceu durante o depoimento da testemunha Manoel Ivo Soares Pinheiro e preservado nas atas de um processo<sup>286</sup>, que revela que o sapateiro há cerca de três anos, era chefe na Reformadora de Calçados Solimar Ltda., mas em 1957 trabalhava “por conta própria”, depois de pedir demissão devido a desentendimentos com o gerente Rubens Amador. O gerente, descontente com a resolução do sapateiro, fez-lhe uma proposta para continuar na Reformadora: “residência gratuita na própria empresa, [...] quota da firma, para serem pagas com os lucros”<sup>287</sup>, mas Manoel não aceitou.

As empresas poderiam compreender os diferentes estágios produtivos, desde o curtimento do couro, feitura do bem e sua venda para o consumidor, porém percebe-se que na maior parte das fábricas ocorreu a restrição pela produção dos calçados, com a venda mais significativa feita por caixeiros viajantes. Foi constatada a possibilidade dos funcionários, ou do próprio empreendedor, viver nas dependências da fábrica, situação que era vantajosa, pois diminui os gastos em manter uma casa, além de ser utilizada como barganha em negociações entre patrão e empregado.

“A oficina é a casa do artífice”<sup>288</sup>, esta afirmação remonta a Idade Média, quando pequenas oficinas-residências eram compartilhadas pelo mestre, sua família e alguns poucos empregados. No final do século XIX, a historiadora Schemes descrevendo o processo de inserção de Pedro Adams Filho no ramo calçadista, deparou-se com fontes que indiciam que as oficinas normalmente funcionavam em uma das peças da casa do sapateiro, reunindo poucos trabalhadores<sup>289</sup>. Barbosa e Mendes estudam os empreendedores que impulsionaram a formação do setor calçadista de Franca (SP) nas primeiras décadas do século XX, constatando que começaram como aprendizes, progredindo para a produção de calçados e realização de consertos em unidades fabris dentro de suas casas, avançando gradualmente na constituição de fábricas de destaque<sup>290</sup>. Portanto,

<sup>286</sup> Processo Trabalhista 787/57, 1957. NDH-UFPel.

<sup>287</sup> *Ibidem*, f. 30.

<sup>288</sup> SENNETT, Richard. **O Artífice**. Rio de Janeiro: Record, 2009. p. 67.

<sup>289</sup> SCHEMES, *op. cit.*, 2006, p. 100.

<sup>290</sup> Conforme: BARBOSA; MENDES, *op. cit.*, 2003.



diante desse quadro peculiar, acreditamos que não seja equivocado pensar que, no contexto da indústria do calçado, que é periférica do ponto de vista do capitalismo industrial, tenha havido a possibilidade, pelo menos em seus primórdios, de pequenos artesãos e operários se converterem em outro ser social que não o proletário propriamente dito<sup>291</sup>.

Os processos trabalhistas da Comarca de Pelotas pouco esclarecem sobre a organização produtiva no interior das fábricas. Erocil Montiel<sup>292</sup> trabalhava, conforme o depoimento de uma das testemunhas do processo, sozinho e no sótão da Reformadora de Calçados Solimar Ltda., tendo seus serviços controlados por anotações feitas pelo gerente<sup>293</sup>, não recebendo novos serviços até a conclusão do pedido anterior, o que indica que seu trabalho era independente dos outros funcionários e recebia por tarefa. No transcorrer do processo – já citado – de João Vasconcellos, uma das testemunhas, o sapateiro Edwar Dias, descreveu que “trabalhava com outros três companheiros sentados numa mesa fazendo calçados”<sup>294</sup> na Fábrica Tejo.

Na descrição de objetos penhorados da Fábrica de Calçados Giselda em dois processos de 1965<sup>295</sup> estavam duas máquinas de costura para calçados (da marca Singer) e uma lixadeira. Sabe-se que Nildo Barbosa, em 1954, sofreu um pequeno acidente de trabalho em uma lixadeira na Reformadora de Calçados Solimar Ltda. Nesta mesma empresa, Galdino da Rosa justifica seu desligamento por não querer trocar de máquina, mas não especifica a qual se refere. São estas as poucas e breves menções a máquinas. Rezende nota que para alguns empreendimentos, principalmente as pequenas unidades de Franca, não era rentável investir em máquinas, pois não eram imprescindíveis e poderiam ser substituídas pela contratação de mais funcionários, evitando assim a “imobilização de capital”<sup>296</sup>. Podemos sugerir a mesma hipótese para a cidade de Pelotas.

Estas constatações fortalecem as conclusões de que a fabricação de calçados manteve-se basicamente manual, com o apoio de ferramentas simples, pois o maquinário não conseguiu reproduzir, por completo, o trabalho vivo<sup>297</sup>. “Em síntese, tem-se na indústria calçadista uma realidade que articulou racionalização e precarização, trabalho complexo e

<sup>291</sup> *Ibidem*, p. 65.

<sup>292</sup> Processo Trabalhista 525/56, 1956. NDH-UFPel.

<sup>293</sup> Anotações que estão nos anexados do Processo Trabalhista 240/61, 1944. NDH-UFPel.

<sup>294</sup> Processo Trabalhista 240/61, 1944, f. 33. NDH-UFPel.

<sup>295</sup> Processo Trabalhista 852/65, 1965. NDH-UFPel e Processo Trabalhista 670/65, 1965. NDH-UFPel.

<sup>296</sup> REZENDE, *op. cit.*, 2012, p. 203. O autor ainda cita a possibilidade de fábricas arrendarem máquinas.

<sup>297</sup> A discussão em relação as particularidades da produção na produção do calçado são melhor apresentadas no primeiro capítulo dessa dissertação. Ver também: BARBOSA; MENDES, *op. cit.*, 2003; REZENDE, *op. cit.*, 2012.

trabalho parcelado, tecnologia e destreza manual”<sup>298</sup>. Pelotas, enfim, parece abrigar empreendimentos calçadistas módicos. Os proprietários da Carvalho & Teixeira e Tejo afirmam através dos advogados que seus empreendimentos eram “pequenos” e o mesmo aconteceu com a Fábrica Giselda, quando o representante do patrão esclareceu “que a ‘indústria’ do suplicante se resume [em 1965] a dois operários, trabalhando com instrumentos primitivos, num galpão”<sup>299</sup>.

### 2.3.2 Produtividade, tempo e remuneração

No decorrer do período analisado foi instaurado efetivamente o salário mínimo<sup>300</sup>, cujo valor foi alterado algumas vezes, assim como a própria moeda. Nos processos entre 1942 e 1953 os requerentes alegaram receber em média pouco mais que o salário mínimo<sup>301</sup>, com destaque para a exceção da amostra, um sapateiro da fábrica de calçados da Carvalho & Teixeira que em 1943 recebia três salários mínimos<sup>302</sup>. Nas reclamações, os funcionários, normalmente, referem-se ao valor correspondente a um dia de trabalho como sendo alusivo ao número de peças feitas ou de serviços cumpridos, pagos semanalmente – associando o ganho à produção<sup>303</sup>. Após 1960 há maior incidência de trabalhadores declarando que recebem um salário mínimo mensalmente.

Oscar Monteiro declarou em 1953 que “ganhava a razão de Cr\$ 69,00 diários, ou seja, o valor de três pares de sapatos confeccionados; que seu pagamento era semanal”<sup>304</sup>. Mantendo a média de produção ao fim do mês o sapateiro receberia Cr\$ 1.656,00, sendo o salário mínimo de Cr\$ 1.200,00. Quando os depoentes referem-se ao termo “peça”, não se deve entender que um funcionário produziu sozinho todo o produto, como era feito no período artesanal. Trata-se aqui de uma das etapas do processo produtivo, provavelmente a fase de montagem<sup>305</sup>.

<sup>298</sup> REZENDE, *op. cit.*, 2012, p. 55.

<sup>299</sup> Processo Trabalhista 670/65, 1965, f. 17. NDH-UFPel. Esse processo vai originar a penhora e o leilão da própria fábrica em 1966.

<sup>300</sup> O Decreto-lei 2.162, 01/5/1940 institui o salário mínimo a todo trabalhador adulto, capaz de satisfazer às necessidades de alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte.

<sup>301</sup> A relação de salários mínimos desde julho de 1940 é encontrada pelo site: GAZETA DE ITAUNA. **Valores do Salário Mínimo desde sua instituição até o dia de hoje**. Disponível em: <[http://www.gazetadeitauna.com.br/valores\\_do\\_salario\\_minimo\\_desde\\_.htm](http://www.gazetadeitauna.com.br/valores_do_salario_minimo_desde_.htm)>. Acesso em: 18 mar. 2014.

<sup>302</sup> Processo Trabalhista NI/1968, 1943, f.2. NDH-UFPel.

<sup>303</sup> As reflexões sobre salário-tempo, salário-peça partem dos escritos de: MARX, *op. cit.*, 2013.

<sup>304</sup> Processo Trabalhista 367/53, 1953, f. 2. NDH-UFPel.

<sup>305</sup> As divisões mais recorrentes antes da intensificação da maquinização e inserção da esteira que ocorreu em meados dos anos 60, eram: corte do couro, costura (pesponto) e a montagem.

Entre as peças do processo de João de Vasconcellos estão os registros dos funcionários da Fábrica Tejo dos anos de 1934 e 1935<sup>306</sup>, autenticadas pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. São citados nestes anexos seis oficiais sapateiros e cinco cortadores. Com exceção de João Monteiro, contratado em 1932, todos os demais foram contratados durante os anos de 1934 e 1935. Os cortadores eram pagos por dia de trabalho<sup>307</sup> e os oficiais sapateiros por peça, portanto coexistem as duas formas de salário, situação que é indicada como recorrente pela bibliografia.

Em 1934 o português João Monteiro (58 anos) era o cortador mais bem pago, recebendo 14\$000 por dia. Todos os cortadores sabiam “ler, escrever e assinar” e tinham mais que 37 anos; os demais recebiam 12\$500 ou 10\$000 por dia. No ano seguinte, Monteiro não estava na listagem de funcionários, então João Rafael Décio, que recebia 12\$500, passou a receber 14\$000. Este movimento pode sugerir que um dos funcionários do setor recebia um salário maior que os demais, provavelmente por exercer função de gerência, ou ser contramestre<sup>308</sup>.

As peças produzidas pelos sapateiros eram pagas com valores distintos. Nota-se a distinção nos exemplos: Oswaldo Nunes, 33 anos, recebia 12\$000 por peça; e o paulistano Antonio Gomes, 22 anos, 4\$000 por peça. A idade e a experiência são fatores que podem explicar a diferença salarial, mas essa interpretação pode ser falha, pois os sapateiros Valentim Pinheiro, 41 anos, e João Madruga, 18 anos, recebiam 8\$000 por peça, ambos admitidos em 1934. Pode-se supor distinções entre o tipo de calçado confeccionado, pois “a complexidade da montagem de calçados variava em função dos diferentes modelos existentes, que exigiam diferentes capacidades e habilidades dos trabalhadores, e isso se refletia nas tarifas de remuneração”<sup>309</sup>.

Portanto, tempo de serviço (na empresa ou no ofício), habilidade técnica e produtividade poderiam influenciar os diferentes salários e indicar função de gerência. É

<sup>306</sup> Processo Trabalhista 260/61, 1944, f. 24-25. NDH-UFPeL.

<sup>307</sup> A pesquisa de Rezende em Franca (SP) detectou que os cortadores de couro eram pagos por peça, enquanto que aqueles que cortavam os materiais sintéticos recebiam por hora, pois este último se beneficiava das máquinas de corte, enquanto que o corte do couro necessitava da habilidade do trabalhador. REZENDE, *op. cit.*, 2012, p. 72-73.

<sup>308</sup> Durante o desenvolvimento do capítulo nos defrontamos com sujeitos em posição de gerencia, enquanto alguns marxistas acreditam na existência de duas classes no capitalismo, “há uma outra vertente marxista que afirma a existência de uma terceira classe social no sistema capitalista, cujo principal atributo é controlar os processos produtivos” (p.17), que Rezende, seguindo o autor João Bernardo, chama de “gestores”. Os “gestores” se apropriam de parte da mais-valia gerada pela classe trabalhadora, portanto uma classe capitalista, porém distinta da burguesia, pois não detém a posse privada de unidades de produção. Os trabalhadores ascendem por diferentes critérios e ao se relacionar com os demais se definem, como as próprias classes sociais, que se estabelecem no confronto com os demais. REZENDE, *op. cit.*, 2012, p. 17.

<sup>309</sup> REZENDE, *op. cit.*, 2012, p. 112.

pertinente lembrar que o texto do artigo 461 do capítulo II da CLT de 1943 prevê que todos os funcionários que realizam funções idênticas, ou seja, de igual produtividade e perfeição técnica, na mesma localidade, deveriam receber salários iguais, mas a efetividade dessa lei encontrava resistência no costume, com base, por exemplo, em fatores sexuais e étnicos<sup>310</sup>.

A produção poderia contar com funções ainda mais específicas, como demonstra o processo de Waldomiro Alves da Silva<sup>311</sup> contra a Fábrica de Calçados Tejo em 1942. Waldomiro acreditou ter sofrido uma suspensão injusta, e para intermediar o conflito contatou o Sindicato<sup>312</sup>, que não foi recebido por José Dias de Almeida, sendo então instaurado o processo. O requerente é brasileiro, viúvo, trabalhou na mesma firma por dois anos, recebendo 9\$000 diários, e conforme o registro da própria fábrica, era sapateiro. Na condição de diarista, foi suspenso com a justificativa de não ter trabalho, mas em sua defesa alegou que entre os 25 funcionários foi o único afastado, e que havia outros empregados com menos tempo de “casa” executando a mesma função que ele realizava, assim pediu reintegração de suas atividades ou indenização tendo como base a Lei n.º 62<sup>313</sup>.

O advogado do reclamado fez a defesa prévia declarando serem infundadas as alegações do requerente, que:

Este era oficial sapateiro no estabelecimento comercial do reclamado, onde exercia a função especializada de montador ou fabricante de saltos de sola. Por ser grande moda o uso desses saltos o reclamado teve necessidade de já admitir outro funcionário para auxiliar aquele<sup>314</sup>.

Esta moda, contudo, decaiu e praticamente cessou a necessidade de alguém executar essa função. Eventualmente apareceram serviços de salto de sola e foram solicitados os serviços de Waldomiro, mas este negou, e no Posto de Trabalho afirmou “perante o Sr. Octacilio Conde que não lhe convinha trabalhar por poucos dias ou pequenas obras”<sup>315</sup>.

<sup>310</sup> Esses aspectos serão abordados na próxima categoria.

<sup>311</sup> Processo Trabalhista 22/90, 1942. NDH-UFPeL. Ficha-espelho DRT-RS-RS 40.772, 1942. NDH-UFPeL.

<sup>312</sup> Nos primeiros dias de 1942 o “Sindicato dos Operários Sapateiros e Classes Anexas” altera seu nome para “Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Calçados”, como divulgado no Diário Oficial da União em 24 de janeiro de 1942, seção 1, p. 38. A folha da petição inicial é elaborada pelo Sindicato e nos oferece alguns dados sobre a entidade, como a data de fundação, 21 de novembro de 1932, que possui sede em 1942 na rua General Osório, n.º 252.

<sup>313</sup> Evidenciando que o processo transcorreu em período anterior a CLT. No texto da Lei N.º 62, consta: “§ 1º Considera-se também causa de força maior, para o efeito de dispensa do empregado, a supressão do emprego ou cargo, por motivo de economia aconselhada pelas condições econômicas e financeiras do empregador e determinada pela diminuição de negócios ou restrição da actividade commercial” (sic). Situação que Waldomiro alegou não ter ocorrido.

<sup>314</sup> Processo Trabalhista 22/90, 1942, f.4. NDH-UFPeL.

<sup>315</sup> Processo Trabalhista 22/90, 1942, f. 4. NDH-UFPeL.

Foram ouvidas testemunhas: o contramestre italiano Emilio Palombo que confirmou as declarações do advogado do seu patrão; e João Lopes de Vasconcellos que afirmou que o companheiro executava o serviço de “levantar saltos de sola”<sup>316</sup>, concordou que houve queda na procura dessa especialidade, mas alegou desconhecer a recusa de trabalho feita pelo requerente e que, com exceção de um funcionário, todos eram diaristas, trabalhando quando havia serviço. O Sindicato, por sua vez, argumentou que constava na “ficha de contratação” a condição de sapateiro, isto é, “como admitido para todas as atividades do ofício”<sup>317</sup>, além disso nenhum outro funcionário foi demitido por falta de trabalho. O resultado foi improcedente para o sapateiro, porque, para o juiz, o patrão provou que Waldomiro era diarista em atividade específica, que caiu em desuso e negou trabalho esporádico.

Ser um sapateiro foi considerado um argumento plausível para o Sindicato proteger o seu associado da demissão motivada, aparentemente, pelos nuances da moda. O sapateiro seria um artífice, um profissional qualificado para a realização de todas as tarefas envolvendo a produção de calçados, o que Aued caracterizou como “sapateiro completo”<sup>318</sup>. Hobsbawm apreendeu no século XIX a crença de que a técnica do artífice era o único fator indispensável à produção, que é remanescente das concepções de organização artesanal do trabalho<sup>319</sup>, crença essa que parece nortear a defesa de Waldomiro. Contudo, o costume pareceu ser menosprezado perante a prática e o juiz desconsiderou o conhecimento do trabalhador, limitando-o como um operário parcelar – um especialista em saltos –, o que justificou a sua demissão frente ao desuso destes.

Como apontado na categoria anterior, a produção de calçados preservou um percentual significativo de trabalho manual e os oficiais sapateiros continuaram valorizados, mas conforme as atividades são fragmentadas e o trabalho tornou-se mais simplista, a substituição desse oficial por um trabalhador que não detém o mesmo saber e habilidade tornou-se viável, sendo que esse último provavelmente recebia salários menores. Quando a moda de saltos estava em alta, a fábrica contratou um auxiliar para Waldomiro, mas continuou a trabalhar, provavelmente em outra especificidade, e a utilização da “força maior” pode ter sido uma estratégia do empregador para a dispensa de um funcionário indesejado.

A diferenciação salarial entre um oficial sapateiro e um operário parcelar também pode ser notada no processo de Gilnei Fouchy contra a Fábrica de Calçados Elfa em 1973. Uma das reivindicações era a equiparação salarial tendo como “paradigma” o funcionário

---

<sup>316</sup> *Ibidem*, f. 6.

<sup>317</sup> *Ibidem*, f. 9.

<sup>318</sup> AUED, *op. cit.*, 2001, p. 3.

<sup>319</sup> HOBBSAWM, *op. cit.*, 2008, p. 366.

Esaú Leal; na opinião do requerente, o colega realizava os mesmos serviços, mas recebia um salário maior. A defesa da Fábrica alegou que Gilnei era contratado como “serviços gerais”, enquanto que Esaú era sapateiro, e que não realizavam o mesmo trabalho, sendo as funções de Esaú mais “qualificadas”, posição ratificada pela Junta de Conciliação e Julgamento. Resolução diferente, portanto, daquela proferida nos anos 1940 no processo de Waldomiro Alves da Silva<sup>320</sup>, vestígio de uma falta de consonância sobre o que era ser sapateiro e a posição deste na fábrica ainda nos anos de 1970.

O controle de qualidade no interior das fábricas poderia gerar conflitos. Dionizio da Rosa Lucio<sup>321</sup> processou a Reformadora de Calçados Solimar Ltda. em 1957. O operário – como se denomina – foi despedido após cinco meses de trabalho, acreditando que foi sem justa causa e pediu o aviso prévio, tendo como base o salário declarado de Cr\$ 116,00 por dia. Na audiência, a parte reclamada afirmou que Dionizio, quando foi “advertido por um serviço mal feito, respondeu indelicadamente seu chefe”<sup>322</sup>. A Junta declarou que “respondendo mal ao empregador constitui indisciplina e insubordinação”<sup>323</sup>, considerando a reclamação improcedente.

A maioria recebia o salário semanalmente, com base na quantidade de horas ou tarefas cumpridas. Para Marx, o salário por tempo ou por peça são formas modificadas do valor da mão de obra, que pouco se diferenciam quanto ao “mais valor”:

Não se trata de medir o valor da peça pelo tempo de trabalho nela incorporado, mas, ao contrário, de medir o trabalho gasto pelo trabalhador pelo número de peças por ele produzido. No salário por tempo, o trabalho se mede por sua duração imediata; no salário por peça, pela quantidade de produtos em que o trabalho se condensa durante um tempo determinado. O preço do próprio tempo de trabalho é, por fim, determinado pela equação: valor do trabalho de um dia = valor diário da força de trabalho. O salário por peça, portanto, não é mais que uma forma modificada do salário por tempo<sup>324</sup>.

As diferentes formas de pagamento coexistiram, inclusive no interior da mesma fábrica, variando conforme o que o capitalista acreditava ser mais rentável ou melhor na estratégia de intensificação do ritmo de trabalho. Sugere-se que o salário com base em peças ou tarefas aumentaria a produtividade, o funcionário poderia intensificar sua força produtiva para aumentar a remuneração, mas a produção diária é “fixada” pela experiência tendo em

<sup>320</sup> Conforme: SCHEER, Micaele Irene. **Fontes orais e processos trabalhistas**: indícios sobre um antigo ofício em Pelotas. In: JORNADAS REGIONAIS DO GT MUNDOS DO TRABALHO, 7, 2013, Pelotas. **Anais...** Pelotas: UFPel, 2013, p. 1-15.

<sup>321</sup> Processo Trabalhista 103/57, 1957. NDH-UFPel.

<sup>322</sup> *Ibidem*, f. 4.

<sup>323</sup> *Ibidem*, f. 7.

<sup>324</sup> MARX, *op. cit.*, 2013, p. 623.

vista a qualidade do produto; logo, até mesmo a supervisão é dispensável quando o salário é por peça, pois a própria forma-salário executa o controle produtivo<sup>325</sup>. Rezende reflete sobre as formas de pagamento nas fábricas de Franca (SP):

De maneira geral, o salário por peça foi mais comum em atividades que exigiam trabalho manual mais complexo e cujo controle de tempo e ritmo de sua execução era mais difícil de ser retirado dos trabalhadores. Todavia, *não* se pode extrair dessa tendência uma fórmula que relacione invariavelmente trabalho manual complexo a salário por peça. As fábricas de calçados foram as que mais utilizaram esse sistema de pagamento nas tarefas de corte, pesponto e montagem<sup>326</sup>. [grifo no original]

Entretanto, Pereira Neto, quando discorre sobre “a luta pelo tempo” em metalúrgicas e fábricas têxteis (1950-1964), indica o salário peça como sendo um mecanismo de intensificação do trabalho e de “roubo” de tempo por parte do patrão, pois percebe que esta modalidade encobria o pagamento de horas extras e de horas paradas por problemas estruturais<sup>327</sup>, mas nos processos analisados nesta pesquisa, independente da forma de pagamento, os trabalhadores diaristas (que são a maioria) também não recebiam pelas horas paradas, somente as horas extras.

Conforme os processos produtivos atrelavam-se ao avanço tecnológico, ocorria a maior fragmentação do trabalho e a simplificação das funções, ou seja, conforme as máquinas passaram a ditar o ritmo da utilização do tempo pelos trabalhadores, a modalidade mais empregada foi o salário por tempo. A incidência significativa da modalidade de salário por peça nas fontes pode ser explicada pelas características das fábricas de Pelotas, que muito se aproximavam do modelo de manufatura, e, portanto, com pouco emprego de máquinas. Já na década de 1960 torna-se mais comum o pagamento por hora/mês.

Erocil Montiel<sup>328</sup> era funcionário da Reformadora de Calçados Solimar Ltda. em 1956. O sapateiro natural de Jaguarão alegou na petição inicial que recebia Cr\$ 4,00 por hora, mas na primeira audiência o empregador apresentou documentos que sugerem que Erocil era pago por mês, Cr\$ 3.100,00. Com o apoio do Sindicato, procurou a Junta de Conciliação e Julgamento para pedir a revogação da suspensão e o pagamento dos dias que esteve afastado. Rubens Amador, sócio e gerente da Reformadora, através do advogado, explicitou que o:

<sup>325</sup> MARX, *op. cit.*, 2013, p. 623.

<sup>326</sup> REZENDE, *op. cit.*, 2012, p. 106.

<sup>327</sup> PEREIRA NETO, Murilo Leal. **A reinvenção do trabalhismo no “Vulcão do Inferno”**: um estudo sobre metalúrgicos e têxteis de São Paulo. A fábrica, o bairro, o sindicato e a polícia (1950-1964). 2006. 505 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006, p. 102-161.

<sup>328</sup> Processo Trabalhista 525/56, 1956. NDH-UFPel. Processo Trabalhista 787/57, 1957. NDH-UFPel.

reclamante foi suspenso com justa causa, porque advertido, delicadamente, por haver chegado tarde ao serviço, respondeu grosseiramente, de dedo em riste, dizendo que isso só seria possível se o gerente fosse fazer o que ele fazia antes de ele ir para o serviço e declarando que nenhum patrão lhe passava por cima<sup>329</sup>.

As declarações das testemunhas não constam nos autos, mas o veredito foi a improcedência, acreditando que há provas da insubordinação, conforme o artigo 482 da Consolidação das Leis do Trabalho.

Apesar da sentença, Erocil continuou na empresa e depois de um ano voltou a contestar o gerente e foi demitido. O trabalhador descreveu que o gerente “passou a tratar rudemente [...], tendo-o suspenso do serviço por três vezes”<sup>330</sup>, sendo a última por trinta dias, com a acusação de que estaria “songando produção” e “amarrando serviço”. Voltando ao trabalho depois deste período, recebeu a função de reparar saltos de sapatos de senhora e cerca de uma hora depois o gerente questionou o tempo de realização da atividade, e mesmo tendo mostrado o serviço feito e as etapas até a sua conclusão, foi despedido.

Entre as testemunhas estava Artur Rodrigues, citado por outros sapateiros como sendo um subchefe, mas identificou-se como motorista e confirmou a versão da reclamada. No seu depoimento, relatou:

no dia da despedida o reclamante estava trabalhando no sótão da oficina sozinho, que o depoente estava no balcão da firma e subiu, a convite do gerente, ao sótão, que o gerente chamou o depoente porque o reclamante estava meio exaltado, que o único gesto de violência do reclamante foi gritar.<sup>331</sup>

E que nesta oportunidade Erocil foi questionado sobre a morosidade do serviço, respondendo que “para dar maior produção deveria receber maior salário, como oficial e não como aprendiz”<sup>332</sup>, sendo objetado pelo gerente, que declarou que o sapateiro não recebia como aprendiz e o despediu.

Artur, mesmo não sendo sapateiro, acreditava que o trabalho destinado ao funcionário naquela manhã poderia ser feito em quinze minutos e que havia outras tarefas a serem cumpridas. Entendeu que a rentabilidade do requerente caiu nos últimos tempos, faltando diversas vezes e justificando-as, por vezes, com a alegação de estar de “ressaca”. Em outros tempos, Erocil chegou a ganhar gratificações da firma. Em anexo ao processo está uma carta de recomendação da Soares & Pinto Ltda., que trabalhava com calçados e artefatos de couro,

<sup>329</sup> Processo Trabalhista 525/56, 1956, f. 6. NDH-UFPel.

<sup>330</sup> Processo Trabalhista 787/57, 1957, f. 2. NDH-UFPel.

<sup>331</sup> *Ibidem*, f. 31.

<sup>332</sup> *Ibidem*.



discorrendo sobre a postura do requeante quando funcionário desta firma: “sempre se mostrou um trabalhador honesto, cumpridor do horário, esforçando e interessando no desempenho das tarefas que lhe foram impostas”<sup>333</sup>. Beber ao ponto de prejudicar o trabalho era uma prática condenada pelo projeto populista, logo também pela legislação. O trabalhador deveria ser um homem zeloso com suas atividades, e Erocil ao ser acusado indiretamente de alcoolismo pelo atual chefe, buscou no antigo emprego provas do seu comprometimento e honestidade para assim conquistar a procedência do processo, entretanto o processo foi julgado improcedente, porque os juízes entenderam que a declaração sobre a insatisfação salarial feita por Erocil demonstrou que ele estava trabalhando pouco de propósito, motivado por seu descontentamento.

Neste processo, a forma-salário e seu valor suscitam dúvidas: o trabalhador alegou receber por hora, mas a empresa apresentou contracheques mensais no valor de Cr\$ 3.100,00 assinados por ele, o que foi aceito sem nenhuma réplica do requerente. Em 1957 o rebaixamento salarial – de Cr\$ 4.000,00 para Cr\$ 3.100,00 – foi brevemente citado na petição inicial, mas não foi discutido nas audiências. Em anexo ao processo estão inúmeros documentos com a descrição das atividades entregues aos cuidados de Erocil, com valores e tempo de execução; o não cumprimento foi igualmente indicado, assim como o repasse da função para outro funcionário; e por fim, o trabalhador assinava o documento, estando ciente de seu teor. Ora, tais anexos poderiam indicar o trabalho por tarefas ou hora, e de nada serviria tal controle para um mensalista. Uma hipótese é a utilização deste controle detalhista como um mecanismo coercitivo de aumentar a produtividade, pois assim o patrão teria argumentos para questionar o valor pago por mês e a permanência dos funcionários na firma.

O tempo também foi o principal objeto do processo de Orfirio Aires Lopes<sup>334</sup> contra a Tamancaria Pelotense (1949). Orfirio identificou-se como operário, natural de Canguçu, recebendo o salário correspondente a sua produção, alcançando a média de Cr\$ 30,00 por dia, pagos semanalmente. Cerca de quatro meses após sua admissão, foi despedido sem aviso prévio, e afirmou que “nega-se o empregador a pagar-lhe os domingos e feriados”<sup>335</sup>. A audiência foi marcada para poucos dias depois da instauração do processo, entretanto houve o arquivamento devido a ausência de Orfirio. Meses depois, o trabalhador restaurou o processo<sup>336</sup> e a parte reclamada negou as alegações do antigo funcionário, apresentando a comprovação que parte do repouso dos domingos e feriados foi pago, e outras pessoas teriam

---

<sup>333</sup> Processo Trabalhista 787/57, 1957, f. 10. NDH-UFPel.

<sup>334</sup> Processo Trabalhista 431/49, 1949. NDH-UFPel.

<sup>335</sup> *Ibidem*, f.2.

<sup>336</sup> Processo Trabalhista 573/49, 1949. NDH-UFPel.

ouvido o requerente negando-se a assinar o aviso prévio, pois “saía da firma satisfeito e nela ainda pretendia trabalhar”<sup>337</sup>. Perante estas provas, a conclusão foi pela improcedência e o requerente recebeu o valor faltante correspondente ao descanso remunerado.

A modalidade de trabalho como diarista gerava entre os trabalhadores justificado sentimento de insegurança, constituindo como motivador recorrente nas reclamações à JCJ. O trabalhador suspenso por falta de trabalho ou por possível insubordinação era obviamente prejudicado, percepção que inferiu na jurisprudência. Em 1957, Celina Carvalho Bichet<sup>338</sup>, natural de Canguçu e solteira, processou José Dias de Almeida, pois foram recorrentes as suspensões devido a falta de energia na fábrica, o que prejudicava o seu salário. A trabalhadora afirmou na petição inicial que este fato era “ilegal e tem sido repellido pela jurisprudência”<sup>339</sup>, por isso reivindicou o pagamento de cerca de 40 dias de afastamento, dispersos entre dezembro de 1955 e janeiro de 1957. Em audiência, a reclamada esclareceu que a funcionária era diarista e por alguns dias “não trabalhou por motivo de força maior, resultante da diminuição do fornecimento de energia”<sup>340</sup>. O juiz alertou que a tese de que o diarista só recebe pelos dias em que trabalhou vinha sendo aceita pela Junta, mas recusada pela jurisprudência superior, e em atenção a esta, mas sem prejuízo à orientação doutrinária da presidência, afirmou: “decide-se a causa, em princípio, favoravelmente à empregada, pois não há prova nos autos de que a situação notória – racionamento de energia elétrica – tenha atingido a empresa reclamada”<sup>341</sup>. Assim, a sentença foi procedente em parte, já que Celina não recebeu o total reivindicado.

Neste mesmo ano, a Tamancaria Pelotense ficou paralisada por 45 dias, devido a falta de matéria-prima. Um dos serradores combinou com o empregador que durante este tempo iria trabalhar para terceiros, recebendo ainda Cr\$ 300,00 mensais pela Tamancaria, mesmo que normalmente recebesse Cr\$ 40,00 por tarefa, alcançando a média de Cr\$ 100,00 por dia. Depois de estabilizada a situação da Tamancaria, o serrador Etevaldo Berger<sup>342</sup> optou por não voltar ao trabalho e seu antigo chefe negou-se a pagar o funcionário pelos dias paralisados. O impasse foi resolvido com um acordo: Etevaldo recebeu o valor corresponde a esses dias, mas precisou voltar a trabalhar na Tamancaria, com o mesmo salário e função.

<sup>337</sup> *Ibidem*, f.16.

<sup>338</sup> Processo Trabalhista 161/57, 1957. NDH-UFPel. Neste processo o nome da fábrica de José Dias de Almeida apareceu como Fábrica de Calçados Tejo & Filho.

<sup>339</sup> *Ibidem*, f.2.

<sup>340</sup> *Ibidem*, f. 7.

<sup>341</sup> *Ibidem*, f. 10.

<sup>342</sup> Processo Trabalhista 645/57. NDH-UFPel.

Percebe-se através dos processos que o capitalista não se comprometia com a regularidade do trabalho dos funcionários, alterando, conforme sua necessidade, períodos de sobretrabalho e desocupação. Dos trabalhadores cobrava-se disciplina, assiduidade e produtividade, enfim, a postura forjada do “bom trabalhador” no projeto de progresso da nação que iniciou com a República, mas que foi renovada e intensificada a partir do primeiro governo de Vargas. Algumas recompensas como o repouso semanal remunerado, o abono de Natal e a extensão das férias são oferecidas em troca do cumprimento integral da jornada de trabalho, através da Lei n.º 605 de janeiro de 1949<sup>343</sup>. As fábricas, por sua vez, buscavam alternativas para intensificar a extração de mais valia, controlando as idas ao banheiro, proibindo lanches e a entrada de funcionários atrasados, descontando o dia de trabalho<sup>344</sup>, pois,

a compra e a venda da força de trabalho é na verdade a compra e a venda do tempo de trabalho. Quando o capitalista contrata um trabalhador, ele pega pelo tempo de trabalho desse sujeito. A quantidade de trabalho efetivo que ele conseguirá extrair do conjunto de trabalhadores ao longo da jornada de trabalho não está definida previamente e, historicamente, constitui-se numa disputa central para o desenvolvimento do sistema capitalista<sup>345</sup>.

O trabalhador não aceitava a exploração do seu tempo (trabalho) docilmente, enfrentando o empregador na esfera pública, através da lei, mas principalmente no chão de fábrica. Nesse caso, os processos de Erocil<sup>346</sup> são emblemáticos: o sapateiro foi acusado de frequentemente chegar atrasado, de sonegar e amarrar produção; interessa menos se estes fatos são reais ou uma estratégia do empregador para demitir o funcionário, e sim, a referência dessas possibilidades e de sua relação com a “lei da insubordinação” quando apresentado defronte à Justiça do Trabalho. Um funcionário que não respondia aos anseios das políticas sociais populistas, para a Justiça, é um indisciplinado; logo, não merece seu aporte.

Por fim, vão ser tecidas algumas considerações sobre o trabalho domiciliar, que até os dias atuais se faz presente nas cidades que compõem os polos calçadistas no Brasil. Ressalta-se que, nos processos trabalhistas em que esta modalidade de trabalho foi citada, os trabalhadores têm vínculo direto com as fábricas, portanto não se trata de trabalho autônomo ou terceirizado. Anacleto Rodrigues<sup>347</sup> produziu para Fábrica Brasil (Röhrig & Pacheco),

<sup>343</sup> BRASIL, Lei 605 de janeiro de 1949. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/10605.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/10605.htm)>. Acesso em: 23 mar. 2014.

<sup>344</sup> REZENDE, *op. cit.*, 2012, p. 253-265.

<sup>345</sup> *Ibidem*, p. 232.

<sup>346</sup> Processo Trabalhista 525/56, 1956. NDH-UFPel. Processo Trabalhista 787/57, 1957. NDH-UFPel.

<sup>347</sup> Processo Trabalhista 123/43, 1943. NDH-UFPel.

trabalhando em sua residência entre os anos de 1939 e 1943, e recebeu valor menor que o salário mínimo. Motivada por sua dispensa sem justa causa, procurou seus direitos e a petição inicial foi feita por um advogado que esclareceu que Anacleto era subordinada e dependente do seu empregador, o que descaracteriza seu trabalho como autônomo.

Foi citado um processo similar instaurado na Junta de Conciliação e Julgamento do Distrito Federal e uma palestra radiofônica do Ministro Marcondes Filho<sup>348</sup>, que elucidavam que os trabalhadores domiciliares possuem os mesmos direitos daqueles que trabalham nas fábricas. Uma das obras de Evaristo de Moraes Filho foi utilizada para discorrer sobre a negativa de maior liberdade no trabalho domiciliar; ao contrário, trabalhariam mais, motivados pelo “desejo imposto pela necessidade de ganhar maior salário”<sup>349</sup>, mas limitados pela fiscalização de qualidade feita pelo empregador, rejeitando e não pagando pelos produtos considerados defeituosos. Enfim, Anacleto aceitou um acordo.

A mesma relação de emprego é observada na Fábrica Tejo. O sapateiro Francisco Vicenzo Lopes (1950) “é empregado a domicílio, embora devidamente legalizado pelo reclamante, ao qual está subordinado”<sup>350</sup>. Hercylio Silveira Barbosa<sup>351</sup> trabalhou na sua residência, recebendo proporcionalmente as tarefas encaminhadas pelo seu empregador José Borges (Fábrica Giselda), acumulando cerca de um salário mínimo, pago por mês.

Nesta última relação laboral surgiu um impasse, quando algumas botas feitas por Hercylio foram consideradas com defeitos por Borges. O trabalhador, em sua defesa, afirmou que alguns cortes no couro ocorrem pelo escape da faca e são comuns, não tendo relação com a sua doença, o reumatismo. O empregador convidou Hercylio para trabalhar no espaço da fábrica, mas ele negou a proposta (os motivos para a recusa não são expostos), o que resultou na suspensão de encomendas e o atraso do salário do funcionário domiciliar.

Filadéfio Prestes e Rubens Gonçalves da Silva trabalhavam na fábrica e concordaram que Hercylio realizava um bom trabalho, com exceção dos últimos meses. As testemunhas também referiram-se à produtividade: Filadéfio expos “que é comum o sapateiro produzir de quatro a cinco pares de calçados, feitos à mão, por dia”<sup>352</sup>; e Rubens complementou “que a produção de um sapateiro depende do tipo de calçado, sendo que o sapato baixinho fazem

<sup>348</sup> Para uma leitura mais atenta sobre a propaganda entorno da Justiça do Trabalho ver: GOMES, *op. cit.*, 2005.

<sup>349</sup> Processo Trabalhista 123/43, 1943, f. 11. NDH-UFPel.

<sup>350</sup> Processo Trabalhista 396/50, 1950, f. 4. NDH-UFPel. Consta na relação de funcionários registrados pela Carvalho & Teixeira na DRT-RS, em 1939.

<sup>351</sup> Processo Trabalhista 670/65, 1965. NDH-UFPel.

<sup>352</sup> *Ibidem*, f. 9.

quatro pares por dia”<sup>353</sup>. O resultado foi procedente em parte e o trabalhador recebeu parte do valor reivindicado.

Os processos de Hercylio e Anacleta corroboram que apesar da suposta maior independência do trabalhador domiciliar em gerir o seu tempo de trabalho, possibilitando o aumento da produção, o controle de qualidade limitava o volume de produção. Quando o controle vinculado à forma-pagamento falhou, a opção encontrada pelo patrão foi exigir que o trabalhador executasse suas atividades ao alcance de seus olhos, na fábrica. Outras consequências desta modalidade de trabalho é a precarização, que pode estar no aumento da mais-valia – relativa ou absoluta – abstraída pelo capitalista quando é pertinente; além de ser recorrente o trabalho de menores, que ajudavam suas mães neste trabalho, e por vezes, o marido, após sua jornada de trabalho<sup>354</sup>.

Enfim, “o trabalho a domicílio, característico da fase pré-fábrica, persistiu por muito tempo como forma produtiva predominante na indústria de calçados [...] e tem ainda presença significativa nesse segmento até os dias de hoje”<sup>355</sup>. Rezende, Costa e Schneider observam a existência do trabalho domiciliar como “terceirizado” ou “quarteirizado” na cidade de Franca (SP) e nas cidades do Vale do Rio dos Sinos<sup>356</sup>, mas em Pelotas, através dos processos não foram encontrados vestígios de casos semelhantes, mas sim de trabalhadores que apesar de executar o trabalho em seus lares eram funcionários das fábricas e não autônomos.

### 2.3.3 Perfil do trabalhador

Entre os trabalhadores que solicitaram a carteira profissional entre os anos de 1932 e 1943 estão alguns dos empregados de fábricas ou reformadoras de calçados de Pelotas. No total são 40 trabalhadores que, conforme a tipologia do estabelecimento declarado no requerimento da carteira profissional, executaram atividades vinculadas a esse setor: 36 declaram ser sapateiros, dois cortadores, uma costureira e um servente.

Destaque para a empresa Carvalho & Teixeira, que compreende 77% do total destes requerimentos. Além dos funcionários da fábrica de calçados, empregava também curtumeiros e funcionários voltados para a venda, seja na loja ou para viagens. Loja e fábrica de calçados compartilhavam espaços próximos, mas entre os funcionários dos setores havia distinções. Os auxiliares de comércio, comerciantes e caixeiros eram todos “brancos” e

<sup>353</sup> Processo Trabalhista 670/65, 1965. NDH-UFPel.

<sup>354</sup> Considerações feitas com base nas discussões de MARX, *op. cit.*, 2013, *passim*.

<sup>355</sup> BARBOSA; MENDES, *op. cit.*, 2003, p. 64.

<sup>356</sup> REZENDE, *op. cit.*, 2012, p. 278; COSTA, *op. cit.*, 2004, p. 15; SCHNEIDER, *op. cit.*, 2004, p. 34-36.

possuíam o ensino primário; duas eram mulheres. A faixa etária é baixa, em média 20 anos, todos solteiros, com exceção de Odoardo Gardelli<sup>357</sup>, caixeiro de 35 anos e natural de Piratini. Estes dados contrastados com os da caixeira Laura Almeida da Silva<sup>358</sup> de 18 anos revelam uma significativa discrepância salarial: enquanto Laura recebia Cr\$ 210,00 por mês, Odoardo tinha o salário mensal de Cr\$ 400,00. Pode-se considerar a possibilidade de, apesar de terem declarado o salário e a função em 1943, a abrangência da área de atividades comerciais, em parte, justificaria a diferença salarial, contudo sabe-se que, geralmente – assim como hoje –, as mulheres recebem remuneração inferior.

Entre os calçadistas da Carvalho & Teixeira (27 trabalhadores) há quem tenha declarado trabalhar em uma sapataria e outros em uma fábrica de calçados, e entende-se que não há distinções, tratando-se do mesmo recinto. Seguindo a terminologia usada nas fichas-espelho, 17 trabalhadores da fábrica se declararam de cor branca, entre eles um imigrante espanhol; os demais afirmaram ser: pardo, moreno, preto ou misto. Em sua maioria, possuíam o ensino primário ou alegaram saber “ler, escrever e assinar”; não há este dado apenas em três fichas. Valentim dos Santos, natural de Santa Maria, negro, que solicitou a carteira profissional no ano de 1939 aos 29 anos, foi apontado como o único analfabeto<sup>359</sup>.

A média de idade dos trabalhadores da fábrica era mais elevada do que daqueles que trabalham no comércio: entre os solteiros era de 28 anos, e entre os casados era de 34 anos. A presença feminina na atividade produtiva era tímida, apenas Dora Oliveira declara em 1939 ser costureira, mas assim como as mulheres do setor comercial, era solteira, caucasiana e jovem, 19 anos.

Os demais sapateiros que solicitaram carteira profissional eram funcionários da Fábrica Brasil (Röhrig & Pacheco), da Fábrica de Calçados Tejo e da fábrica de Edmundo Soares<sup>360</sup>, todos homens de “cor preta” e com o ensino primário<sup>361</sup>. A relação entre estado civil e faixa etária foi a mesma apontada entre os sapateiros da Carvalho & Teixeira, entretanto a maioria era composta de homens casados ou viúvos, com mais de 30 anos. Além das fichas-espelho da DRT-RS, foram analisados os sujeitos citados em processos trabalhistas, completando a pesquisa com vestígios de 82 sapateiros ou trabalhadores

<sup>357</sup> Ficha-espelho DRT-RS 43.324, 1943. NDH-UFPel.

<sup>358</sup> *Ibidem*.

<sup>359</sup> Ficha-espelho DRT-RS 18.224, 1939. NDH-UFPel.

<sup>360</sup> Consta ainda um sapateiro entre os funcionários do Frigorífico Anglo, trata-se de Mario Gomes de Lima que se declarou ser sapateiro e desempregado, talvez por estar trabalhando em função que não considera sua “profissão”.

<sup>361</sup> O dado sobre a instrução não aparece em apenas uma das fichas-espelho.

vinculados diretamente à produção de calçados<sup>362</sup>, não estando inclusos neste total os caixeiros viajantes, gerentes, vendedores, motoristas e os proprietários. Confirmou-se, então, que a maioria dos calçadistas eram homens, nas fábricas conviviam jovens e senhores, poucos com mais que 50 anos e havia uma equiparação entre número de casados e solteiros, com um inexpressivo número de viúvos.

A presença feminina era modesta no interior das pequenas fábricas. Em Franca (SP), Rezende observou que elas executavam principalmente a função da costura e pesponto, e muitas eram trabalhadoras domiciliares<sup>363</sup>. A Carvalho & Teixeira contratava ao menos uma costureira, e as fábricas Tejo e Brasil foram processadas por mulheres, mas não são descritas suas funções. Apesar desses indícios, ressalta-se que em 1911 um grupo de sapateiras pelotenses enviou “ofício a COB [Confederação Operária Brasileira], solidarizando-se com sua campanha contra a lei de expulsão de estrangeiros”<sup>364</sup>, evidenciando a presença de mulheres no setor, inclusive articulando-se politicamente.

Sobre a naturalidade, alguns são provenientes de cidades da região e poucos são de outros estados. A cidade de Pelotas, por ser um grande centro econômico da região, era um atrativo para as populações das cidades vizinhas, ocorrendo migrações<sup>365</sup>. Entre os trabalhadores estavam apenas quatro estrangeiros, pelas fichas-espelho sabe-se que o número de sapateiros negros e brancos, registrados entre 1939 e 1942, foi o mesmo. Estrangeiros, trabalhadores provenientes das cidades vizinhas, pelotenses e descendentes de escravos compunham o quadro de trabalhadores na produção de calçados na cidade.

A Fábrica Tejo empregava três estrangeiros: o italiano Emilio Palombo que em 1935 exercia a função de cortador<sup>366</sup>, mas em 1942 foi citado no processo de João Vasconcellos como contramestre; o cortador italiano Francisco Victor; e o cortador português João Monteiro, primeiro funcionário registrado da empresa<sup>367</sup>. Interessante notar que todos são cortadores, o melhor aproveitamento do couro era de suma importância na lucratividade da firma<sup>368</sup>. Antonio Castro, espanhol, requisitou carteira profissional quando empregado na

<sup>362</sup> Os trabalhadores estão listados em no Apêndice A e no Apêndice B dessa dissertação.

<sup>363</sup> REZENDE, *op. cit.*, 2012, p. 39-40.

<sup>364</sup> LONER, Beatriz Ana. **Classe operária: organização e mobilização em Pelotas: 1888-1937**. 1999. 729 f. 2 v. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999, p. 76.

<sup>365</sup> LOPES, André Luís Borges. **A modernização do espaço urbano em Pelotas e a Companhia Telefônica: melhoramento e resistência (1947-1957)**. 2007. 130 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2007.

<sup>366</sup> Processo Trabalhista 240/61, 1942. NDH-UFel.

<sup>367</sup> *Ibidem*, f. 24.

<sup>368</sup> REZENDE, *op. cit.*, 2012, p. 81.

Carvalho & Teixeira<sup>369</sup>. Nenhum estrangeiro foi requerente em processos trabalhistas, aparecendo apenas nos registros de funcionários ou como testemunhas, em todos os casos a favor do patrão. A cumplicidade entre os estrangeiros, devido o compartilhamento de aspectos étnicos é uma hipótese para explicar esse indício observado na análise.

José Dias de Almeida e seu filho Luís são portugueses, proprietários da Fábrica Tejo, e foram os mais processados na amostra analisada. As reclamações são diversas e foram aludidas no transcorrer do trabalho, mas a nacionalidade dos patrões foi frisada apenas em um dos processos e de forma enfática pelo advogado Antonio Ferreira Martins, que afirmou que a condenação poderia servir para que José Dias de Almeida “aprenda à sua própria custa que ele como estrangeiro deve para a Legislação brasileira acima dos seus recalques de imigrante”<sup>370</sup>. A primeira instância julgou pela improcedência da reclamação deste trabalhador, mas recorrem ao Tribunal Regional do Trabalho, afirmando que com a “sentença favorável que legaliza suas atitudes de fraudador da lei e de empregador escravocrata, terá, dentro da sua fábrica, senzala, implantado o terror, conforme já implantou no seio da família que criou e que, mesmo ilegítima, merece todo o respeito dele”<sup>371</sup>.

Sidney Chalhoub apresentou, através de processos crimes, recorrentes conflitos entre nacionais e imigrantes no Rio de Janeiro, durante a República Velha, observando no cotidiano a propagação da visão “senhor-patrão branco *versus* escravo-empregado negro”, nas experiências de sobrevivência no pós-abolição<sup>372</sup>. Para Pelotas, Beatriz Ana Loner percebe o prestígio abonado aos trabalhadores imigrantes, quando, por exemplo, o sapateiro italiano Mignone foi à região do Prata como sócio-técnico de uma empresa de calçados que estava sendo fundada em Pelotas, com o objetivo de comprar maquinário e contratar pessoal especializado. Para a autora, “os vários elogios dados [...] ao esforçado operário e hábil artista italiano, dificilmente seriam aplicáveis ao também hábil e também esforçado Justo”<sup>373</sup>, que era negro e liberto.

Loner depara-se, entre os anos de 1888 e 1930, com evidências que os empreendedores do calçado importavam operários especializados do Prata e da Europa e que participaram das entidades associativas e sindicais. Entretanto, nem todos eram aceitos pela sociedade pelotense, como foi o caso do sapateiro italiano e anarquista – citado em diferentes

<sup>369</sup> Ficha-espelho DRT-RS-RS 34.920. NDH-UFPel.

<sup>370</sup> Processo Trabalhista 240/61, 1942, f. 39. NDH-UFPel.

<sup>371</sup> *Ibidem*, f. 45.

<sup>372</sup> CHALHOUB, *op. cit.*, 2008, p. 115.

<sup>373</sup> LONER, *op. cit.*, 2012, p. 9.



obras<sup>374</sup> – José Saul, que foi expulso da cidade em 1897, por ter sido considerado uma ameaça pela burguesia, contudo auxiliou na fundação da Liga Operária Pelotense, proferiu palestras e deu origem ao núcleo anarquista desta cidade.

Nas fontes pesquisadas o Sindicato foi citado apenas em dois processos e poucos trabalhadores declararam ser sindicalizados nas fichas da DRT-RS. O primeiro dado é mais esclarecedor, já que a sindicalização involuntária com a arrecadação descontada em folha<sup>375</sup> desmotivaria a necessidade de preencher esse dado na ficha. A pouca participação nos processos pode demonstrar que o Sindicato era pouco efetivo junto aos sapateiros. No processo de Waldomiro da Silva de 1942, já citado neste texto, vislumbra-se o Sindicato sendo mais ativo, acompanhando o sócio em todas as etapas do processo, inclusive tentando um acordo antes de procurarem o amparo da lei. Talvez a motivação esteja no fim do período ditatorial, quando o papel sindical como intermediário da relação do governo com o trabalhador recebeu atenção e se fortaleceu como uma das medidas no contexto pós-1940, quando Marcondes Filho assume a pasta do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e revitaliza essas organizações visando a continuidade do programa varguista<sup>376</sup>.

No transcorrer do processo, o Sindicato encaminhou um ofício à JCJ, estando em anexo a ata da sua última reunião, quando compareceram 59 associados. A assembleia foi convocada para discutir a situação dos associados que testemunharam no processo de Waldomiro a favor do patrão. A conclusão foi que as testemunhas “havam deposto em sentido contrário à verdade e à referida reclamação, demonstrando, assim, falta de solidariedade sindical, com resultado inconveniente para a justiça e o prestígio da associação de classe”<sup>377</sup>, por isso decidem pelo desligamento daqueles do Sindicato, com a motivação de fortificar o “conceito de classe”<sup>378</sup>. Compreende-se que a manutenção do posto de trabalho dessas testemunhas dependia de declarações que favoreceriam seu empregador.

Destaca-se, por fim, o trabalho do menor e a aprendizagem que são abordados em dois processos no início da década de 1960. Aldir Marques Gonçalves<sup>379</sup> instaurou um processo contra a Fábrica de Calçados Tejo; o jovem começou a trabalhar meses antes de completar dezesseis anos e seu salário não foi corrigido, situação que perdurou por dois anos, e com a sua demissão solicitou a diferença salarial, além de aviso prévio, indenização, 13º salário e férias. A resolução foi um acordo que não compreendeu todo o valor, mas parte significativa.

<sup>374</sup> Por exemplo, em: HOBBSAWM; SCOTT, *op. cit.*, 2008, p. 180.

<sup>375</sup> Ver mais: GOMES, *op. cit.*, 2005, p. 246-253.

<sup>376</sup> *Ibidem*, p. 185-188.

<sup>377</sup> Processo Trabalhista 22/90, 1942, f. 10. NDH-UFPel.

<sup>378</sup> *Idem*.

<sup>379</sup> Processo Trabalhista 526/65, 1965. NDH-UFPel.

O aprendiz de riscador Alberto Silva<sup>380</sup> processou a Tamancaria Pelotense, pois acreditava injusto ter recebido apenas meio salário mínimo. O jovem já estava com dezoito anos e havia sete anos que trabalhava na empresa (portanto, começou aos onze anos); em sua defesa, o empregador alegou que Alberto estava sobre contrato de aprendizagem; e por fim, houve uma conciliação, em que o requerente aceitou um valor bem abaixo do solicitado.

A aprendizagem<sup>381</sup> era o meio de admissão mais comum nas fábricas de calçados, e muitas vezes os sapateiros inseriam seus filhos. Nas fichas-espelho encontrou-se no ano de 1939, na Carvalho & Teixeira, o registro do sapateiro Oracy Ferreira de 39 anos e dois anos depois foram registrados seus dois filhos, Weimar e Admar, como sapateiros da mesma fábrica, respectivamente com 17 e 19 anos, porém é provável que tenham trabalhado em período anterior, com contrato de aprendizagem. O confronto entre o costume de ensinar jovens, ocupando-os com atividades diversas e sem remuneração, e a popularização das leis trabalhistas inferiu na relação dos jovens trabalhadores e seus empregadores, pois salário, método e período de aprendizagem são geridos por leis, assim como a distinção entre o trabalhador menor de idade e aquele em regime de aprendizagem, entretanto não são observadas por muitos patrões.

As categorias deste estudo apontam para **algumas considerações**. A produção de calçados da cidade de Pelotas, entre os anos de 1940 e 1965, era constituída por módicas unidades produtivas, com o emprego de poucas máquinas e divisões de trabalho simplistas. O espaço poderia se confundir com o lar do patrão, havendo uma aproximação cotidiana entre empregados e empregadores, pois se sugere que nestes empreendimentos o capitalista trabalhava na produção. As vendas eram feitas na própria fábrica, ou para lojistas através de vendedores. A maioria dos trabalhadores eram homens; a presença feminina, quando citada, estava atrelada à atividade de costura, podendo ser realizada em seu domicílio; e as crianças eram inseridas no trabalho pelo processo de aprendizagem. A remuneração estava, quase sempre, vinculada à produtividade. O controle de qualidade do trabalho realizado era constante. Foi possível observar a perda da importância de saber produzir o calçado sozinho e manualmente. Notou-se o controle sobre o tempo de realização das atividades, que nem sempre eram individuais, mas parte de uma cadeia produtiva.

Os sapateiros que procuraram a Justiça do Trabalho deixam vestígios de um ofício mal remunerado e de fábricas sem significativo capital. Na década de 1960 foi recorrente a identificação do funcionário da fábrica de calçados como “operário” e recebendo

---

<sup>380</sup> Processo Trabalhista 352/60, 1960. NDH-UFPEL.

<sup>381</sup> Maiores considerações sobre a aprendizagem serão feitas no terceiro capítulo desta dissertação.

mensalmente um salário mínimo, diferente dos primeiros processos, quando se apresentavam como sapateiros e recebiam, em média, quase dois salários. Apesar da expressão “fábrica” ser a utilizada pelas fontes e mantida na redação deste texto, ela pode ser questionada como conceito na historiografia. Observam-se alterações que podem sugerir uma aproximação das unidades produtivas citadas ao modelo de fábrica, mas na maior parte das unidades produtivas vislumbradas há predominância de estruturas e relações sociais que as aproximam das manufaturas.

Periódicos da cidade e trabalhos acadêmicos de diferentes áreas foram consultados na tentativa de buscar informações sobre a fabricação de calçados em Pelotas. Foram os processos que efetivamente contribuíram para esta pesquisa no recorte temporal estabelecido. A pesquisa nessas fontes complementa as considerações feitas anteriormente, no primeiro capítulo, e interferem na análise das entrevistas que será apresentada no próximo capítulo. Quando os narradores recuperam sua trajetória laboral pode-se cair na armadilha de visualizar um passado romanceado, relacionando suas histórias com ambientes “paternalistas” e com os anos, normalmente, saudosos da juventude. Porém os processos alertam para as experiências cotidianas no ambiente de trabalho, dando subsídios para uma melhor análise do processo de “metamorfose” e para o conflito de interesses entre patrões e trabalhadores na cidade de Pelotas.

### 3 MEMÓRIAS DE UM OFÍCIO: FABRICAÇÃO E REFORMA DE CALÇADOS EM PELOTAS (1960-2014)

Este capítulo pretende analisar as entrevistas de História oral temática realizadas com donos de sapatarias (reformadoras) e administradores de pequenas fábricas de botas na cidade de Pelotas (RS), compreendendo o período em que trabalharam como aprendizes, funcionários e por fim, como gestores e patrões, isto é, da década de 1960 até os dias atuais<sup>382</sup>. Fontes orais e escritas não são excludentes, mas devem ser abordadas com métodos distintos<sup>383</sup>, o que justificou um capítulo próprio. Como observado anteriormente, caracterizou-se as manufaturas e seus trabalhadores através dos elementos oferecidos pelos processos trabalhistas e fichas-espelho, compreendendo os anos entre 1940 e 1965; as fontes orais abarcaram algumas temáticas já discutidas, mas com olhares diferentes, carregados de subjetividade e criticidade, como a reflexão dos atores sobre a trajetória laboral e a compreensão sobre as mudanças que causaram a diminuição do seu papel na sociedade, além de estender o período de análise.

O diálogo entre a “filosofia” e os “fatos” será valorizado neste estudo, a partir das reflexões de Portelli:

O principal paradoxo da história oral e das memórias é, de fato, que as fontes são pessoas, não documentos, e que nenhuma pessoa, quer decida escrever sua própria autobiografia [...], quer concorde em responder a uma entrevista, aceita reduzir sua própria vida a um conjunto de fatos que possam estar à disposição da filosofia dos outros [...]. Pois, não só a filosofia vai implícita nos fatos, mas a motivação a motivação para narrar consiste precisamente em expressar o significado da experiência através dos fatos: recordar e contar já é *interpretar*. A subjetividade, o trabalho através do qual as pessoas constroem e atribuem o significado da experiência e à própria identidade, constitui por si mesmo o argumento, o fim mesmo do discurso<sup>384</sup>. [grifo no original]

Como citado, a História oral foi utilizada como “uma metodologia de pesquisa e constituição de fontes para o estudo da história contemporânea”<sup>385</sup>, que consiste, basicamente,

---

<sup>382</sup> Neste capítulo o conceito *thompiano* de experiência deve ser considerado com atenção, pois as narrativas analisadas compreendem fases distintas da trajetória dos sujeitos: foram ou são aprendizes, funcionários e gestores, mas alguns também pequenos empreendedores. Esclarece-se que o conceito citado refere-se às experiências de luta da classe trabalhadora e só em relação a estes deve ser empregado.

<sup>383</sup> PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. **Projeto História**, São Paulo, v. 14, p. 26, 1997a.

<sup>384</sup> *Idem*. A filosofia e os fatos. **Tempo**, Rio de Janeiro, n. 2, p. 2, dez. 1996.

<sup>385</sup> ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanazi (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005a, p. 155. Para a discussão sobre o *status* da História Oral (técnica, disciplina ou metodologia) ver: FERREIRA, Marieta de Moraes. História Oral: velhas questões, novos desafios. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Novos domínios da história**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p. 169-186.

em fazer entrevistas gravadas ou filmadas, possibilitando “registrar múltiplas possibilidades que se manifestam e dão sentido a formas de vida e escolhas de diferentes grupos sociais, em todas as camadas da sociedade”<sup>386</sup>. A História oral para Freitas pode ser dividida em três gêneros distintos: tradição oral, história de vida e história temática<sup>387</sup>. O gênero que foi desenvolvido nesta pesquisa é o da História oral temática, pois são busca-se a trajetória laboral, e para isso utilizou-se gravador de voz e máquina fotográfica<sup>388</sup>. Preceito para a execução desta metodologia é acumular relativo conhecimento sobre o tema da entrevista, assim foram feitos estudos sobre contexto histórico e trabalhos similares antes de ir a campo.

Entende-se que a prática da entrevista “é uma troca de experiência entre duas pessoas. É uma relação que se estabelece entre pessoas com experiências, formação e interesses diferentes”<sup>389</sup>, o que deve ser considerado quando ocorrem os primeiros contatos e a entrevista, além de ser elemento central da interpretação da narrativa. Weber também alerta sobre as diferenças entre os envolvidos na construção da fonte e propõe uma aproximação com o ambiente de campo antes do momento da entrevista, buscando alternativas para reduzir as disparidades<sup>390</sup>. Na pesquisa realizada, o fato das entrevistas serem dirigidas por mulheres pode ter interferido nas escolhas do que seria narrado pelos entrevistados, desfavorecendo assuntos sobre o processo produtivo, talvez por pensarem que não era do interesse de pesquisadoras, para citar um exemplo.

Como alertado, os entrevistados estão inseridos no mercado de trabalho através da fabricação ou consertos de calçados. Sabe-se que muitos se aposentaram, ou fecharam os locais de trabalho visto a pouca rentabilidade, porém aqueles que continuaram na atividade apresentam um campo de possibilidades de manutenção do ofício, que é representativo e caro aos objetivos desta pesquisa, o que justifica a escolha dos narradores. Portelli pensa a representatividade na História oral:

A palavra chave aqui é *possibilidade*. No plano textual, a representatividade das fontes orais e das memórias se mede pela capacidade de abrir e delinear o campo das possibilidades expressivas. No plano dos conteúdos, mede-se não tanto pela

<sup>386</sup> ALBERTI, *op. cit.*, 2005a, p. 164.

<sup>387</sup> FREITAS, Sônia Maria de. **História Oral: possibilidades e procedimentos**. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006, p. 19.

<sup>388</sup> Atualmente muitos projetos utilizam o recurso do vídeo e a elaboração de documentários, o que não foi feito aqui por acreditarmos que os sapateiros, pessoas mais humildes, poderiam ficar constrangidos. Mas a abordagem merece atenção, há inclusive a proposta de uma escrita neste suporte, a “escrita videográfica”. Para maiores informações visitar o site do Laboratório de História Oral e Imagem da Universidade Federal Fluminense: <http://www.labhoi.uff.br/>, acessado em 9 abril de 2014.

<sup>389</sup> FREITAS, *op. cit.*, 2006, p. 92.

<sup>390</sup> WEBER, Regina. *Relatos de quem colhe relatos: pesquisas em História oral e Ciências Sociais*. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 39, n. 1, p. 163-183, 1996.

reconstrução da experiência concreta, mas pelo delinear da esfera subjetiva da experiência imaginável<sup>391</sup>. [grifo no original]

A primeira etapa é a realização de pré-entrevistas, e sobre elas, Delgado expõe:

Nesses contatos sugere-se apresentar ou explicar o projeto de pesquisa, demonstrar a qual instituição ou instituições está vinculado, destacar a relevância do depoimento de cada um dos sujeitos históricos selecionados, explicitar, com absoluta clareza, os objetivos da pesquisa e as possíveis formas de divulgação de seus resultados e dos depoimentos recolhidos<sup>392</sup>.

Entre os entrevistados, alguns demonstraram motivação em conversar, mas Aguiar e Anderson relutaram em conceder as entrevistas, pois “para alguns, o fato de estar concedendo uma entrevista pode ser motivo de orgulho, porque sua experiência foi considerada importante para ser registrada. Para outros, a situação pode ser inibidora”<sup>393</sup>. Uma das tentativas de facilitar o contato foi realizar as entrevistas nos locais de trabalho, com base nas reflexões de Thompson, que acredita na influência do ambiente para a construção narrativa<sup>394</sup>, nesta pesquisa a relação do lugar e da temática da entrevista é evidente.

Foi preestabelecido um roteiro de perguntas, porém não é algo rígido, sendo suscetível a alterações durante a conversa, visando estabelecer uma conversa entre entrevistador e depoente<sup>395</sup>. O roteiro é composto por questões pessoais e depois há o direcionamento para os objetivos da entrevista<sup>396</sup>. Importante esclarecer que os depoentes conhecem os objetivos principais da entrevista: discutir aspectos do cotidiano da atividade, comparando os dias atuais ao passado; tratar da diminuição da necessidade do sapateiro (fabricante e reformador) nos dias atuais; e as táticas para manterem-se no mercado de trabalho.

A etapa que seguiu à entrevista foi a transcrição<sup>397</sup>. Optou-se em preservar a transcrição literal ou absoluta apenas para manuseio do investigador. Posteriormente, foi realizada a adaptação da linguagem escrita ao depoimento oral, com o auxílio da pontuação, mas seguindo as normas gramaticais e de redação, retirando interferências quando não relevantes ao sentido do relato. Como Portelli alerta, mudanças são normas do discurso e a

<sup>391</sup> PORTELLI, *op. cit.*, 1996, p. 65.

<sup>392</sup> DELGADO, Lucília. **História Oral**: memória, tempo, identidades. Belo Horizonte: Autêntica. 2010, p. 26.

<sup>393</sup> ALBERTI, *op. cit.*, 2005a, p. 171.

<sup>394</sup> Ver mais: THOMPSON, Paul. **A voz do passado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

<sup>395</sup> Na elaboração do roteiro foram consideradas as sugestões em: ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2005b.

<sup>396</sup> Observar o roteiro no Apêndice C.

<sup>397</sup> Para interessante contraste sobre a forma de transcrever, observar as obras: MEIHY, José Carlos Sebe B.; HOLANDA, Fabíola. Do oral para o escrito. In: \_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. **História Oral**: como fazer, como pensar. São Paulo: Contexto, 2007; ALBERTI, Verena. Processamento: passagem para a forma escrita. In: ALBERTI, *op. cit.*, 2005b. Ver também: PAGE, Shannon. El participante invisible: el papel del transcriptor. **História Oral**, Porto Alegre, v. 7, 2004, p. 61-75.

regularidade é norma da escrita<sup>398</sup>, neste sentido busca-se um diálogo entre as formas, pois a transcrição é uma representação da fonte e não sua reprodução. Entre os recursos adotados estão os colchetes que apontam comentários do transcritor e também o caderno de campo, que auxiliam ao leitor conhecer outros elementos que constituem o relato, como pausas, risos ou emoções. Contudo, sugere-se que o áudio deve ser retomado sempre que o investigador julgar necessário.

Com o texto transcrito em sua última versão, entrou-se novamente em contato com os entrevistados, que o analisaram e concordaram em assinar a carta de cessão. Estas versões, as cartas, o áudio e uma ficha técnica estão condicionadas no Laboratório de História Oral do NDH/UFPel e no Laboratório de História Oral e Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Este depósito tem duas finalidades: disponibilizar a fonte para futuras pesquisas; e legitimar a pesquisa, disponibilizando aos leitores e acadêmicos a fonte analisada.

### **3.1 Guardiões da memória de ofício: apresentação dos narradores e notas sobre a interpretação das fontes**

“Passado e o presente se iluminam mutuamente”<sup>399</sup>. Esta passagem do historiador Jacques Le Goff apresenta o objetivo desta categoria: apreender o passado pelo presente. Desde os escritos de Bergson, o tempo presente é fundamental para entender a rememoração, por exemplo, quando o autor afirma que para “evocar o passado em forma de imagem, é preciso poder abstrair-se da ação presente”<sup>400</sup>, ou ainda, quando Bosi escreve que “cada ato perceptual é um ato no presente, uma relação atual do organismo com o ambiente, é também verdade que cada ato de percepção é um novo ato”<sup>401</sup>.

Considerar as conjunturas sociais e culturais do momento em que o narrador concede a entrevista, assim como o reflexo deste passado na situação atual do depoente – “as preocupações do momento”<sup>402</sup> –, são fundamentais para fazer uma abordagem mais adequada e sensível das temáticas durante a entrevista; além do mais, a análise posterior precisa partir

<sup>398</sup> PORTELLI, *op. cit.*, 1997a, p. 28.

<sup>399</sup> LE GOFF, *op. cit.*, 1996, p. 36.

<sup>400</sup> BERGSON, Henri. **Matéria e memória**: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. 90.

<sup>401</sup> BOSI, Eclea. **Memória e Sociedade**: lembranças de velhos. Rio de Janeiro: Companhia da Letras, 1994, p. 45.

<sup>402</sup> POLLAK, Michael. Memória e identidade. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 204, 1992. Sobre o debate em relação ao tempo presente ver: VARELA, Flávia *et al.* (orgs.). **Tempo presente e usos do passado**. Rio de Janeiro: FGV, 2012.

desta perspectiva, pois a “autorrepresentação” que o narrador faz de si, pode ser compreendida deste modo, assim como silêncios, titubeações e “confusões”, entre outros signos.

Halbwachs considera a memória como um fenômeno coletivo e dinâmico, que responde aos anseios do presente, principalmente em relação aos grupos de convívio, porém compreende o espaço social (o quadro) como estável<sup>403</sup>. Pollak, por outro lado, pensa os fatos sociais e a memória em sua constituição (o enquadramento), alertando para o possível enquadramento da “própria memória em si. Ou seja: cada vez que uma memória está relativamente constituída, ela efetua um trabalho de manutenção, de coerência, de unidade, de continuidade, da organização”, mas há “pontos relativamente invariantes, imutáveis [...] em que o trabalho de solidificação da memória foi tão importante que impossibilitou a ocorrência de mudanças”<sup>404</sup>.

Conforme a posição do entrevistado na trama social se altera, pode-se alterar também sua interpretação sobre o seu passado. Os interesses e as motivações do narrador na interpretação da sua vida devem ser valorizados, pois “a subjetividade, o trabalho através do qual as pessoas constroem e atribuem significado à própria experiência e à própria identidade, constitui por si mesmo o argumento, o fim mesmo do discurso”<sup>405</sup>. Os depoentes buscam dar unidade física, continuidade dentro do tempo e sentimento de coerência – elementos que Pollak confere à construção da identidade, que, assim como a memória, pode ser negociada –, e traçam o tempo da trajetória laboral pelos marcos da vida social, com poucas menções aos fatos históricos<sup>406</sup>, todavia estes são inerentes às interpretações dos entrevistados.

Ainda em relação à memória coletiva, Portelli assume uma interessante posição, quando expõe que “ainda que esta esteja sempre moldada de diversas formas pelo meio social, em última análise, o ato e a arte de lembrar jamais deixam de ser profundamente pessoais”<sup>407</sup>. Já Ricoeur explora a complementaridade das abordagens – o olhar interior e o exterior – em que a lembrança é imagem, a recordação é uma busca e a memória é particular e singular. O autor compreende que há um plano intermediário entre a memória coletiva e pessoal, com variações de distância na relação entre si e os outros<sup>408</sup>. Pode-se observar que alguns

<sup>403</sup> HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice. 1990.

<sup>404</sup> POLLAK, *op. cit.*, 1992, p. 206.

<sup>405</sup> PORTELLI, *op. cit.*, 1996, p. 60.

<sup>406</sup> POLLAK, *op. cit.*, 1992, p. 204.

<sup>407</sup> PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na História Oral. **Projeto História**, São Paulo, v. 15, n. 14, p. 16-17, 1997b.

<sup>408</sup> RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Unicamp, 2007, p. 105-142.



momentos das entrevistas são marcados por reflexões bastante particulares, enquanto outros fragmentos parecem serem compartilhados entre os narradores.

Por fim, considera-se a abordagem de Alberti<sup>409</sup>, na qual as narrativas são analisadas como relatos e resíduos de ações. Os relatos são constituídos depois do momento da ação (cartas, memória, autobiografias), enquanto que os resíduos são “pedaços de uma ação passada”. Para a autora, a História oral produz fontes que preservam ambos os aspectos, pois, além dos fatos rememorados, as narrativas conservam o momento em que estes arquivos são provocados, resultado da concepção atual do narrador sobre seu passado (vivido *versus* concebido; fato *versus* representação) e sua interação com o pesquisador; deste modo propõe o estudo da subjetividade e das representações como dados objetivos, factuais.

A proposta da categoria é, considerando as assertivas acima, refletir sobre o sujeito que narra suas vivências, mas que alcança, por vezes, os aspectos coletivos, valorizando não só “o que conta”, mas “como conta”, privilegiando a perspectiva do tempo presente e a interação de resíduos e relatos de ações.

Entre os entrevistados, **José Maria Barbosa Aguiar**<sup>410</sup>, nascido em 1940, foi o sapateiro mais antigo. O ambiente da Sapataria Aguiar ofereceu indícios da relação do depoente com o seu trabalho; entre vidros de cola, saltinhos e sapatos para serem consertados, estão fotos dos filhos, dos netos, da casa que construiu e do seu antigo carro. Na pré-entrevista o sapateiro pareceu desconfortável com a proposta de ser entrevistado, argumentou que estava com muito trabalho e que não poderia receber os pesquisadores, mas com mais algum tempo de conversa concordou, desde que fosse durante o horário de trabalho e sem interromper suas atividades, condições que foram aceitas.

Alguns dias depois, pela manhã, buscando assim o menor movimento de clientes, a entrevista foi realizada. Aguiar deteve-se a elaborar respostas curtas nos primeiros minutos, mas aos poucos começou a compartilhar suas memórias e o resultado foi uma conversa que contemplou diversos assuntos, além daqueles previstos no roteiro de entrevista. A presença de sua esposa foi um fator positivo, contribuindo com observações pertinentes, pois:

---

<sup>409</sup> ALBERTI, Verena. **Ouvir contar**: textos em história oral. Rio de Janeiro: FGV, 2004, p. 33-44. O texto “O massacre de Civitella Val di Chiana” é um exemplo de pesquisa que buscou estudar o relato e o resíduo da narrativa, analisando a constituição da memória daqueles moradores, entendendo que “representações e ‘fatos’ não existem em esferas isoladas”. Texto em: PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29/06/1944): mito, política, luto e senso comum. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p 103-130.

<sup>410</sup> Entrevista realizada com **José Maria Barbosa Aguiar**, na Sapataria Aguiar. Pelotas. 2011. Entrevistadora: Micaele Irene Scheer. Acervo do Laboratório de História Oral da Universidade Federal de Pelotas.

*La negociación entre entrevistador y entrevistado se prolonga por otra parte en el transcurso de toda la entrevista, e incluye a veces a otras personas. [...] La intervención directa o indirecta de terceras personas en la entrevista, si bien es a veces generadora de dificultades, puede igualmente proveer preciosas informaciones<sup>411</sup>.*

Nascido em Canguçu, chegou aos 13 anos na cidade de Pelotas e seu primeiro trabalho foi aos 17 anos, na sapataria que trabalha até hoje. Após dois anos de contratação, alugou o espaço, tendo como sócio seu irmão; mas dois anos depois, o antigo proprietário retomou seu posto e os irmãos passaram a trabalhar por porcentagem, situação que perdurou por mais alguns anos, até que finalmente compraram o estabelecimento. Em 1965 decidiram ampliar os serviços prestados e, além das reformas, passaram a produzir calçados. As pretensões eram modestas, mas em pouco tempo empregavam cinco funcionários. Quando o irmão do senhor Aguiar se aposentou, deram “baixa” no registro para a fabricação e ele continuou sozinho com os consertos.

A sapataria oportunizou aos irmãos o negócio próprio. No desenrolar da entrevista são mencionadas recompensas materiais que indicam a satisfação com o ofício; outro exemplo foi o desejo efetivado de ensinar a atividade aos familiares, além da faixa declarando seu “amor à profissão” em lugar de destaque na sapataria. Para Portelli, as “mudanças que tenham subsequentemente tomado lugar na consciência subjetiva pessoal do narrador, ou em sua situação socioeconômica, podem afetar, se não o relato de eventos anteriores, pelo menos a avaliação e o ‘colorido’ da história”<sup>412</sup>, mas este “colorido” não foi consenso entre os entrevistados, como será visto a seguir.

O sapateiro e sua esposa atualmente realizam apenas consertos e para aumentar a lucratividade, variaram os bens reparados. Dificilmente produzem algum calçado, apesar disso mantém na oficina todos os moldes de madeira e ferramentas para a sua feitura. Embora aposentado, o sapateiro não tem previsão de encerrar as atividades, por ser uma renda complementar e por gostar do convívio com os clientes. Ressaltou o grande movimento do estabelecimento, o que foi observado durante as visitas. Aguiar contou: “passo entretido aqui. Vou fazer o que em casa? [...] Conversa com um, conversa com outro, o tempo passa rápido, é muito bom. [...] Vou trabalhando e conversando, isso que é bom. Passar parado enjoa!”.

---

<sup>411</sup> POLLAK, Michael; HEINICH, Natalie. El testimonio. In: POLLAK, Michael. **Memoria, olvido, silencio**: la producción social de identidades frente a situaciones límite. Buenos Aires: Al Margen, 2006, p. 75.

<sup>412</sup> PORTELLI, *op. cit.*, 1997a, p. 34.

Na mesma época em que Aguiar abriu sua fábrica, outro sapateiro surgia na cidade de Pelotas, **Dalmiro dos Santos**<sup>413</sup>, o proprietário da Sapataria Tamandaré, localizada na rua Tamandaré. Casa e sapataria compartilham o mesmo prédio, os consertos são realizados no sótão, um ambiente pequeno e pouco ventilado, onde o narrador fica sentado em uma bancada, manuseando ferramentas manuais, além da lixadeira e uma máquina de costura para calçados, enquanto sua esposa atende os clientes no térreo. O primeiro contato foi positivo e Dalmiro optou em receber as pesquisadoras no sábado à tarde, período em que não trabalha na sapataria.

O sapateiro também nasceu em Canguçu, no ano de 1937, chegando em Pelotas com 12 anos. Trabalhou desde muito jovem com seu pai no beneficiamento do arroz. Serviu ao Exército até os 21 anos; em 1960 um amigo lhe ofereceu uma sapataria, o que negou de imediato, alegando que não gostava do trabalho, mas a oferta chegou aos ouvidos do sogro e foi pressionado a fechar o negócio. Feita a compra, contratou um sapateiro para lhe ensinar o serviço, porém avaliou que poderia realizá-lo sozinho, mas o estabelecimento fechou após alguns meses; Dalmiro foi trabalhar em uma fábrica de calçados e, posteriormente, em uma sapataria que fazia consertos. Reconheceu que foi um período que adquiriu experiência no ramo, e que ainda relutava em seguir com a atividade, entretanto, em 1968, reabriu o seu negócio, alugando um espaço pequeno, mudou-se depois para um prédio maior devido ao aumento de trabalho, por fim o trabalho reduziu e hoje se resume a um espaço bastante pequeno.

Nos primeiros minutos de entrevista foi feita a pergunta: “e o senhor foi sempre sapateiro?”. A resposta recuperou um desenrolar de acontecimentos, mas uma unidade narrativa manteve-se: a vergonha de ser sapateiro na cidade de Pelotas na década de 1960.

[...] e decidi ser sapateiro, uma coisa que eu não pretendia, nunca na vida! É ser sapateiro! Eu vou te contar o porquê, porque eu tinha vergonha! [...] Bom, na época que eu comecei, ser sapateiro era uma coisa muito, muito, muito, muito baixa! Para tu entender, as pessoas até faziam farra! Então eu não posso me queixar da profissão, apesar... Eu tinha muita vergonha, isso eu não escondo de ninguém que eu tinha! Eu tinha mesmo, eu tinha vergonha que eu chegava a me esconder para não... Mas, graças a Deus eu superei tudo aquilo e ai chegou uma época que eu pensava assim ‘mas para aí, por que eu vou ter vergonha se eu já consegui comprar a casa, eu já comprei meu carro, eu tenho dinheiro no banco’ [...]. Então eu pensava assim ‘por que eu vou ter vergonha se eu, graças a Deus, a minha vida está muito boa, tem muita gente aí que está todo bonitinho, mas não tem a terça parte desse dinheiro que eu tenho!’.

<sup>413</sup>Entrevista realizada com **Dalmiro dos Santos**, na Sapataria Tamandaré. Pelotas. 2011. Entrevistadores: Lóren Nunes da Rocha e Eduarda Borges. Acervo do Laboratório de História Oral da Universidade Federal de Pelotas.

Para vocês terem ideia, um camarada... Não sei como é que ele descobriu que eu era sapateiro e ele se ‘dava’ comigo. Eu estava perto da Praça da Santa Casa e eu ouvi gritar: ‘sapateiro, sapateiro!’. Digo: ‘não pode ser para mim, ninguém me conhece por essa zona por sapateiro!’. Eu olhei e o cara vinha lá no meio da praça, era um amigo meu! Aquele troço me irritou tanto, mas me irrita mesmo, sabe?! Eu falei pra ele: ‘vem cá tchê, tinha necessidade de gritar desse jeito, lá do meio da praça?! Tu quis foi me rebaixar tchê!’.

O trecho longo justifica-se; pode-se notar interrupções, divagações, repetições, que são “procedimentos constitutivos da oralidade, graças aos quais o discurso oral se apresenta mais como um processo do que como um texto acabado”<sup>414</sup>. Portelli também chama atenção para a proporção dos eventos descritos durante a narração:

estas oscilações são significativas, embora não possamos estabelecer uma norma geral de interpretação: apoiar-se em um episódio pode ser um caminho para salientar sua importância, mas também pode ser uma estratégia para desviar a atenção de outros pontos mais delicados.<sup>415</sup>

Dalmiro citou brevemente sua trajetória na produção de calçados, com respostas curtas e quanto foi questionado diretamente sobre o assunto<sup>416</sup>, talvez por significar um fracasso e não se encaixar no seu processo de rememoração, pois buscava a coerência em uma história de superação desse constrangimento.

Assim como o sapateiro Aguiar, Dalmiro justificou por meio das conquistas materiais adquiridas através do trabalho, o orgulho (adquirido com o passar dos anos) pelo seu trabalho; reelaborações que “revelam o esforço dos narradores em buscar sentido no passado e dar forma às suas vidas, e colocar a entrevista e a narração em seu contexto histórico”<sup>417</sup>, contexto que pode estar vinculado à mudança do “valor do ócio, que marcou tão profundamente nossa formação cultural, [que] se transfigura na ideia tão contemporânea do trabalho como meio de obtenção do conforto material”<sup>418</sup>.

**Aristimundo Papini da Fonseca**<sup>419</sup> é gerente da Fábrica de Botas Bonini, com sede na rua Barão de Santa Tecla. A marca “Bonini” firmou-se no mercado como um bem de consumo desejado por aqueles que seguem o tradicionalismo ou trabalham no campo.

<sup>414</sup>PORTELLI, *op. cit.*, 1996, p. 6-7.

<sup>415</sup>*Idem*, *op. cit.*, 1997a, p. 29.

<sup>416</sup>Seguindo as orientações de Portelli e de Alberti não houve insistências durante as entrevistas, dando preferência àquilo que os narradores quisessem nos contar. ALBERTI, *op. cit.*, 2005b; PORTELLI, *op. cit.*, 1997b, p. 13-49.

<sup>417</sup>PORTELLI, *op. cit.*, 1997a, p. 33-34. Ver também: BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA; AMADO, *op. cit.*, 2006, p. 183-192.

<sup>418</sup>MELLO; NOVAIS, *op. cit.*, 2006, p. 605.

<sup>419</sup>Entrevista realizada com **Aristimundo Papini da Fonseca**, na Fábrica de Botas Bonini. Pelotas. 2012. Entrevistadora: Micaele Irene Scheer. Acervo do Laboratório de História Oral e Pesquisa da PUCRS.

Alicerçada pela tradição de qualidade, se mantém no mercado justamente pela manutenção do processo artesanal. Na segunda geração a empresa passou a ser gerenciada por um dos funcionários mais antigos, já que os filhos do último proprietário preferiram seguir outras ocupações. Fonseca, por sua posição na fábrica, questionou várias vezes o objetivo da conversa, mas, por fim, resolveu conceder a entrevista. Em uma tarde deixou o seu posto junto ao espaço de produção (ambas as peças estão no mesmo prédio) e recebeu a historiadora na loja.

O entrevistado é natural de Canguçu, onde nasceu em 1959, 14 anos depois, juntamente com os pais agricultores, passou a viver em Pelotas, quando aprendeu a fazer calçados. Há 20 anos trabalha na Botas Bonini, mas antes passou por diferentes fabriquetas e reformadoras, aperfeiçoando as suas habilidades.

Encontrou-se dificuldade no transcorrer da entrevista, pois, além de ser um senhor mais calado, que na maior parte do tempo se deteve a responder com respostas curtas, percebeu-se também uma preocupação em falar bem da empresa, propagandeando seus produtos e fortalecendo a imagem do último proprietário como um homem bom. Não falou em nenhum tipo de dificuldades. Foram feitas tentativas de desenvolver uma conversa focada no percurso laboral do narrador, afastando a relação com a empresa, porém sem êxito. Pode-se aproximar o relato de Fonseca, com os ditos “narradores oficiais”, que possuem uma narrativa comprometida com preceitos preestabelecidos, já que ele estava representando uma fábrica tradicional da cidade e procurou preservar, propagandar e enaltecer a imagem desta.

**Valdir Oliveira da Silva**<sup>420</sup> é pelotense, nascido em 1945 e a pré-entrevista foi uma rápida apresentação e no dia seguinte, um sábado pela manhã, ocorreu a entrevista. Recordou que em 1959 trabalhava como cobrador de ônibus e nas horas vagas começou a aprender o ofício na Tamancaria Esperança. O seu aprendizado tem ligação com a prosperidade da pequena tamancaria, pois inseriu um novo produto que gerou significativo lucro, surgindo assim a Fábrica de Calçados Esperança. Fábrica da qual se tornou gerente até o encerramento das atividades, em meados de 1970. Este período foi o mais ressaltado na narrativa e o próprio ritmo e tom da fala foi outro, mais rápido e alto<sup>421</sup>, talvez pelo entusiasmo em recordar da sua participação na construção de uma fábrica de calçados que chegou a empregar mais de 40 funcionários.

---

<sup>420</sup>Entrevista realizada com **Valdir Oliveira da Silva**, na Fabrica de Botas Bonini. Pelotas. 2013. Entrevistadora: Micaele Irene Scheer. Acervo do Laboratório de História Oral e Pesquisa da PUCRS.

<sup>421</sup>Reflexões a partir de: PORTELLI, *op. cit.*, 1997a; VODMAN, Danièle. Definições e usos. In: FERREIRA; AMADO, *op. cit.*, 2006, p. 33-42.

Valdir buscou trabalho na Fábrica de Calçados Forever, em Três Coroas, mas voltou para Pelotas poucos anos depois, quando estabeleceu a sapataria. A Sapataria Voluntários está localizada na rua que leva o mesmo nome; dois sapateiros compartilham o espaço, composto por duas bancadas, duas máquinas de costura, uma lixadeira e ferramentas diversas. Realizam consertos de poucos itens, concentrando-se nos calçados. Valdir ensinou o ofício ao Roni, que hoje é seu sócio, mas quando questionado se ele pensou em ensinar o serviço ao filho, a resposta foi positiva, porém a sua ex-esposa não deixou, com o argumento que não era um trabalho lucrativo. Entre risos, ele afirmou que é complicado “ficar rico” sendo um sapateiro, mas que gosta do trabalho que escolheu.

A entrevista transcorreu com naturalidade. Valdir estava confortável e disposto a falar sobre a sua trajetória e cotidiano, inserindo outros assuntos não vinculados às perguntas, caracterizando a entrevista como uma verdadeira conversa. “A arte essencial do historiador oral é a arte de ouvir”<sup>422</sup>, mas Portelli sugere: “mostre-se aberto, fale sobre você, responda as perguntas (se as fizerem)”<sup>423</sup>, pois esta relação pode auxiliar o narrador a ficar mais confortável durante o encontro.

Em 2011, nas mediações do Instituto de Ciências Humanas abriu a Sapataria 7 Estrelas, seu proprietário foi o primeiro entrevistado e foi através dele que se estabeleceu a rede de contato (bola de neve)<sup>424</sup>. **Volcei da Rosa**<sup>425</sup> (47 anos), depois de casar, foi trabalhar como pedreiro em Gravataí, mas, insatisfeito com o serviço, aceitou o convite do seu sogro José Aguiar para tornar-se sapateiro. Aprendeu trabalhando, sendo ajudante na Sapataria Aguiar, posteriormente o sogro o auxiliou na montagem da sapataria própria de Volcei. Desde o primeiro contato, o narrador demonstrou satisfação em participar do projeto, dias depois foi realizada a entrevista durante o expediente, mas ele deixou o serviço de lado para poder dar atenção às entrevistadoras. O prédio alugado tem dois andares, no primeiro ocorre o atendimento e a venda de cadarços e palmilhas, e o segundo comporta a máquina de costura e a lixadeira, compradas de um antigo sapateiro.

A narrativa foi elaborada com base na relação entre Valdir e Aguiar; são recorrentes as menções ao sogro, elogiando seu trabalho e exaltando a sua importância para que hoje ele fosse sapateiro e dono de uma sapataria. Valdir foi o que mais demonstrou entusiasmo com o

<sup>422</sup>PORTELLI, *op. cit.*, 1997b, p. 16.

<sup>423</sup>*Ibidem*, p. 17.

<sup>424</sup>Expressão usada para descrever o processo no qual o narrador indica possíveis entrevistadores, e assim sucessivamente. Utilizada, por exemplo em: WEBER, *op. cit.*, 1996, p. 168.

<sup>425</sup>Entrevista realizada com **Volcei da Rosa**, na Sapataria 7 Estrelas. Pelotas. 2011. Entrevistadora: Micaele Irene Scheer. Acervo do Laboratório de História Oral da UFPel.

trabalho, talvez porque sua atividade anterior era desgastante e prejudicava seus problemas de saúde; hoje, ele controla seu horário e intensidade de serviço, por ser seu próprio chefe.

**Anderson Gonçalves Garcia**<sup>426</sup> é o filho mais novo do sapateiro Aguiar, ajudava seu pai desde a adolescência, mas preferiu seguir a carreira de jogador de futebol, que acabou devido a uma fratura, depois trabalhou como moto táxi, entretanto essa atividade ficou pouco lucrativa. Anderson observou que seus irmãos estavam prosperando com suas sapatarias, então resolveu procurar seu pai para aprender o ofício. Hoje é dono da Sapataria Garcia, na rua Lobo da Costa. Afirmou que a liberdade de gerenciar sua rotina é o que mais lhe agrada, entretanto não foi tão enfático quanto o pai e o cunhado em relação à satisfação com a atividade.

Diferente de Volcei, este depoente questionou as intenções da entrevista, aparentado indisposição, mas aceitou. No dia seguinte ao primeiro encontro conversou-se em meio aos atendimentos, e apesar de curta, a entrevista foi importante para a pesquisa. Neste caso, o espaço para a entrevista foi inapropriado, pois foram muitas as interrupções, mas avaliando com base em todas as entrevistas feitas, o ambiente de trabalho favoreceu a construção narrativa. Anderson falou sobre sua trajetória e a de seu pai, mas também citou a Sapatolândia e a Sapataria do Porto, ambas responsáveis pela produção de calçados para as escolas de samba da cidade.

A Fábrica de Botas Tradição está localizada na rua General Deodoro, uma das principais ruas do Centro. O primeiro contato foi com uma senhora de idade avançada, que preferiu que a conversa fosse com o seu filho. Feito desta forma, o entrevistado foi **Gérson Soares**<sup>427</sup>. O projeto foi explicado e solicitou-se que a conversar fosse com a senhora, o que foi negado. A entrevista foi marcada para uma semana depois deste encontro e cancelada por três vezes. Finalmente feita, o resultado foi uma entrevista de poucos minutos, em que o administrador respondeu de forma pontual os questionamentos.

Os primeiros passos do empreendimento da família Soares foram no bairro Santa Terezinha, com uma correaria e serviços no conserto de calçados; ainda nessa época o avô de Gérson chegou a fabricar botas, com a marca Botas Búfalo. Há 30 anos consolidaram com o nome de Botas Tradição, alugando o espaço no centro da cidade de Pelotas. Fábrica e loja compartilham o mesmo espaço, e são oferecidos aos clientes outros produtos do segmento

<sup>426</sup>Entrevista realizada com **Anderson Gonçalves Garcia**, na Fabrica de Botas Bonini. Pelotas. 2013. Entrevistadora: Micaele Irene Scheer. Acervo do Laboratório de História Oral e Pesquisa da PUCRS.

<sup>427</sup>Entrevista realizada com **Gérson Soares**, na Fabrica de Botas Bonini. Pelotas. 2013. Entrevistadora: Micaele Irene Scheer. Acervo do Laboratório de História Oral e Pesquisa da PUCRS.

tradicionalista. Na opinião do narrador, a aquisição de maquinário e o foco nas botas e botinas campeiras viabilizaram o aumento da lucratividade.

Alberti chama a atenção para a riqueza das “histórias” dentro da narrativa<sup>428</sup>, e percebe-se que quanto maior o desejo de narrar, mais “histórias” foram contadas para exemplificar suas lembranças, o que foi fundamental nas construções narrativas, principalmente entre os sapateiros mais antigos. Ressalta-se a contribuição do contraponto entre “orgulho” e “vergonha” em relação ao trabalho nas narrativas de Aguiar e Dalmiro. Essas imagens podem ser construídas conscientemente ou não, porque “enquanto os historiadores estão interessados em reconstruir o passado, os narradores estão interessados em projetar uma imagem”<sup>429</sup>.

### **3.2 Aprender fazendo: reflexões sobre a relação entre mestre e aprendiz e a valorização do trabalho com calçados**

Thompson, em “A Formação da Classe Operária Inglesa”, indica a importância dos sapateiros entre os artesões ingleses no século XIX, tanto em aspectos numéricos quanto na sua inserção nos movimentos reivindicatórios<sup>430</sup>. Estes sapateiros dividiam-se entre “dignos” e “indignos”: os primeiros tinham sua formação comprovada por oficinas tradicionais da Inglaterra, que estavam organizadas com a finalidade de preservar o *status*, e, conseqüentemente, o preço do seu trabalho; já os segundos aprendiam sozinhos ou com outros sapateiros “indignos”, estes formaram as manufaturas. Hobsbawm e Scott<sup>431</sup> assinalam que os sapateiros ensinavam muitos meninos pobres, filhos de clientes humildes e não apenas seus descendentes ou perante o pagamento.

Em 1914 foi retirada a cláusula do Estatuto Elisabetano de Artífices referente ao ensino dos aprendizes, assim as oficinas vinculadas às corporações de ofício perdem o controle sobre o ensino e, portanto, sobre a quantidade de sapateiros formados. A distinção entre os produtos passa a ser menos evidenciada, gerando perda de *status* dos sapateiros e a queda nos preços, anteriormente fixados pelo costume<sup>432</sup>. Além do mais, as inovações no

<sup>428</sup> ALBERTI, *op. cit.*, 2004, p. 84.

<sup>429</sup> PORTELLI, Alessandro. O momento da minha vida: funções de tempo na História Oral. In: FELENON, Déa *et al.* (orgs.). **Muitas Memórias, Outras Histórias**. São Paulo: Olho d'Água, 2004, p. 300.

<sup>430</sup> THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 71-84. v. II.

<sup>431</sup> HOBBSAWM; SCOTT, *op. cit.*, 2008, p. 164.

<sup>432</sup> THOMPSON, E. P., *op. cit.*, 1988, p. 89.



maquinário geraram insegurança e revoltas, pois “as vantagens da ‘marcha do progresso’ pareciam sempre beneficiar a outra pessoa”<sup>433</sup>. “Muitos artífices remunerados foram forçados a deixar a tradicional estrutura de atividades e expectativas da corporação de ofício passando para uma militância sindical de trabalhadores especializados”<sup>434</sup>, entende-se que se tornaram funcionários de fábricas que se fortaleciam nas primeiras décadas do século XX.

Fiod estuda a passagem da aprendizagem das oficinas para aquela oferecida por escolas laicas e estatais, que surgem na passagem do artesanato para o da manufatura, mas que avança e se universaliza com o advento da indústria moderna<sup>435</sup>. Sobre seu impacto, discorre:

A divisão sistemática do trabalho manufatureiro evidencia que a mercadoria está deixando de ser produto individual do artífice independente [...], o produto do trabalho só adquire caráter social quando os indivíduos executam sempre, e sem parar, a mesma e única tarefa. Mas é justamente essa fixação do trabalhador em determinada função parcial que possibilita a criação de um novo homem: o trabalhador coletivo<sup>436</sup>.

A indisciplina era um elemento presente nas manufaturas, pois os trabalhadores não renunciavam facilmente o “trabalhar para si mesmo”. Esta resistência e a conquista da diminuição da jornada de trabalho aceleram o desenvolvimento das máquinas, gerando uma maior fragmentação e simplificação das tarefas. Foi exigido do trabalhador “apenas disposição para o trabalho”<sup>437</sup>, assim a educação tradicional para o trabalho não era mais necessária. Fiod reflete sobre o lugar do “treinamento teórico-prático” após a transformação do artesão em trabalhador coletivo:

Ao entrar na fábrica e ao deixar sua oficina, o ex-artesão está formalmente livre, como o capitalista também, dos velhos laços corporativos; mas, simultaneamente, foi libertado de toda a sua propriedade e transformado em um moderno proletário. Não possui mais nada: nem lugar de trabalho, nem a capacidade de desenvolver sozinho o processo produtivo integral, nem o produto do seu trabalho, nem a possibilidade de vendê-lo no mercado. Ao entrar na fábrica, que tem na ciência moderna sua maior força produtiva, ele foi expropriado também de sua pequena ciência, inerente ao seu trabalho; esta pertence a outros e não lhe serve para mais nada e com ele perdeu, apesar de tê-lo defendido até o fim, aquele treinamento

---

<sup>433</sup> *Ibidem*, p. 89.

<sup>434</sup> HOBBSAWM; SCOTT, *op. cit.*, 2008, p. 176.

<sup>435</sup> FIOD, Edna Garcia Maciel. Crise da educação e sociedade do trabalho. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 14, n. 26, p. 71-91, jul./dez. 1996.

<sup>436</sup> FIOD, Edna Garcia Maciel. Politecnicidade e educação do molusco que vira homem. In: AUED, Bernadete W. (org.) **Educação para o (des)emprego**: ou quando estar liberto da necessidade de emprego é um tormento. Rio de Janeiro: Vozes, 1999, p. 89.

<sup>437</sup> *Ibidem*, p. 96.

teórico-prático que, anteriormente, o levava ao domínio de todas as suas capacidades produtivas: o aprendizado<sup>438</sup>.

Para Sennett, o trabalho inato e sem treinamento deve ser observado com desconfiança, pois acredita que o trabalho é apreendido com repetições, e “à medida que uma pessoa desenvolve sua capacitação, muda o conteúdo daquilo que ela repete”<sup>439</sup>. Este processo de aprendizagem e desenvolvimento da prática é prejudicado quando as máquinas impedem as pessoas a aprenderem com as repetições, dissociando o entendimento mental das práticas manuais.

A historiografia brasileira pouco explorou o ensino de atividades manuais no local de trabalho, voltando-se às Escolas de Artes e Ofícios ou à legislação que normatizava as relações entre mestre e aprendizes nas corporações e irmandades do século XIX<sup>440</sup>. A relação entre mestre e aprendiz abordada no século XX pode parecer deslocada no tempo, pois é uma característica das relações de trabalho vinculada às guildas e corporações, que subsistem nas manufaturas, contudo findam a partir dos primeiros estágios da industrialização, mas fatores socioeconômicos vinculados a sua história no Brasil ofereceram as condições para que a prática de aprendizagem feita nos espaços das fábricas de porte médio e pequeno persistisse até o período deste estudo<sup>441</sup>.

Os espaços que produzem calçados são meios favoráveis para a obstinação da aprendizagem prática no ambiente laboral; o trabalho manual perpassou o artesanato, combinou-se com as ferramentas simples da manufatura e está ao lado das modernas máquinas da indústria<sup>442</sup>. Gracioli percebeu nas atuais indústrias calçadistas de Franca trocas de conhecimento entre os funcionários, “saberes que não são valorizados, mas apropriados pelo capital”<sup>443</sup> e que são constituídos socialmente através das relações de solidariedade e compõem a resistência contra a exploração do trabalho.

Feitas as considerações iniciais, volta-se a atenção para o ensino da sapataria em Pelotas. Não foram encontrados registros sobre cursos profissionais para trabalhadores calçadistas, eram os pais que buscavam alternativas de trabalho para os filhos, ou adolescentes que procuravam trabalho em fábricas de calçados ou reformadoras. Nesta categoria vai ser apresentado o começo da trajetória dos narradores e o ensino de aprendizes.

<sup>438</sup> MANACORDA, 1989, apud FIOD, *op. cit.*, 1999, p. 98.

<sup>439</sup> SENNETT, *op. cit.*, 2009, p. 49.

<sup>440</sup> CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata**. São Paulo: Unesp, 2000, p. 1-4.

<sup>441</sup> Para maiores informações ler o Capítulo 1 desta dissertação.

<sup>442</sup> Estas considerações são feitas a partir dos estudos que constataram a permanência significativa do trabalho manual no setor até os dias atuais. Ver: REZENDE, *op. cit.*, 2012; RUAS, *op. cit.*, 1985.

<sup>443</sup> GRACIOLI, Maria Madalena. Os saberes dos sapateiros. **Resgate**, Campinas, n. 10, p. 132, 2001

José Aguiar aos 17 anos procurou emprego na sapataria e com a disponibilidade da vaga iniciou o seu curto período de aprendizagem, pois em uma semana passou a ser ajudante. Aguiar contou: “trabalhei uma semana mais ou menos, ele me dava dicas de como era, e eu... Não sou muito bobo! Fui pegando [risos]”. O pagamento era diário e correspondia a 30% do que produzia.

Indagado sobre como resolveu seguir a mesma profissão que o pai, Anderson explicou que aos 12 anos frequentava a sapataria de Aguiar, ajudando e aprendendo o ofício, mas não demonstrou interesse. Há cerca de quatro anos, observando o avanço dos empreendimentos de seus irmãos, resolveu voltar para a atividade, e por aproximadamente meio ano trabalhou com seu pai, depois mais um ano na sapataria do irmão. Questionado sobre como se deu a aprendizagem, ele explicou que eram aulas práticas, nas quais seu pai lhe mostrava como executava o trabalho e depois pedia que repetisse. Anderson ainda frisou: “a gente está aprendendo sempre, até hoje, cada dia tem uma coisa nova aqui”.

Para o sapateiro a manutenção do ofício se dá no núcleo familiar, pois não existem cursos na cidade e a lei dificulta a oportunidade de aprender como antigamente; por isso, se o filho optar pela continuidade da tradição familiar vai apoiar a escolha. Na Sapataria Sete Estrelas encontrou-se um jovem acompanhando o pai na realização dos serviços, e Volcei prontamente avisou que o filho estuda no turno da tarde e às vezes o ajuda, todavia aproveitou para afirmar que deseja que o filho continue a sapataria. Sobre a sua trajetória, ressaltou o incentivo do sogro:

Ele disse: ‘vem para cá, trabalha com nós, a vida de sapateiro é outra vida, não se mata mais, ficar se arrebrandando’. Eu tenho problema de tendinite nesse braço [mostra] e na obra não estava mais dando. Então ele me convidou e eu vim [...]. Aprendi com ele, tudinho! Muita coisa... Ele ensina, mas a gente não sabe ainda.

Além do conhecimento, Volcei herdou o entusiasmo pelo ofício. É nítida a admiração pelo sogro quando ressaltou que vai demorar anos para saber tudo, mas que a aproximação familiar permite que compartilhem conhecimentos e experimentos. Como pode-se verificar no fragmento: “seguidamente ainda vou para lá [...]. Eu saio daqui de noite e vou para lá, fico olhando, ajudando e cada vez mais a gente vai aprimorando mais coisas. Cada minuto que você fica lá é uma coisa a mais que a gente aprende”. Anderson e Volcei não sabem produzir calçados, pois aprenderam o trabalho quando a fábrica do Aguiar já havia encerrado as atividades, contudo Volcei, mesmo entendendo que a procura por calçados artesanais é pouca, preocupa-se em ser um “sapateiro profissional”:

eu estou aprendendo com ele, quero aprender isso também, a fazer calçado [...] É raro, é lá de vez enquanto. Essa semana eu fiz um tamanquinho para uma senhora idosa, que ela queria daquele tipo antigo, aí o seu José, meu sogro, me ajudou a fazer [...]. Oh! Ficou bonito, ficou perfeito! Então tem essas coisas que a gente não sabe, ele é um profissional que sabe tudo, daí vou lá.

A distinção entre os sapateiros que fabricam calçados e os sapateiros remendões é observada no estudo de Hobsbawm e Scott, que constatam que “o conserto era nitidamente o ramo inferior do ofício [...]. Entretanto, a linha divisória entre os dois ramos era imprecisa [...] Viver somente de fazer calçados era praticamente impossível para mais de uns poucos. Na verdade, subentendia-se que os fabricantes consertassem”<sup>444</sup>. Aued também diferencia aqueles que consertam dos “sapateiros completos”<sup>445</sup>. Entre os entrevistados, Dalmiro e Aguiar sempre consertaram, mesmo quando possuíam as fábricas; a Botas Tradição faz reformas e a Botas Bonini conserta apenas os seus produtos.

Em 1960, Dalmiro contratou um funcionário para lhe ensinar o ofício, mas observando o trabalho, acreditou que conseguiria fazer sozinho, porém fechou as portas e foi trabalhar em uma fábrica de calçados, onde aprendeu maiores detalhes sobre a produção. O narrador sentia vergonha de ser sapateiro<sup>446</sup>, o que justifica a desmotivação em ensinar a sapataria aos seus filhos. Falou com orgulho que dois são advogados e lamentou que o mais velho optou por não estudar. Compartilhou o que conversava com o filho: “explicava para ele que se ele não estudasse, ele não ia ser ninguém na vida, ou ele ia ter que ser um sapateiro como o pai ou então ser um carroceiro, vendedor de carvão, coisas assim”. Aued foi ao encontro dessa perspectiva quando afirmou que nos dias atuais não “ensejamos que nossa filha case com um sapateiro, ou ainda, projetando nosso ideal de ascensão, nosso filho torne-se sapateiro”<sup>447</sup>.

Fonseca foi aprendiz em uma fábrica, fazendo “coisas corriqueiras, como montar caixas” e recebia meio salário mínimo. Entre as oficinas que trabalhou, citou o nome apenas de uma, Lusolindo, de propriedade de um português. O pagamento de meio salário mínimo destinava-se aos aprendizes, ou seja, menores de 18 anos “sujeitos à formação profissional metódica do ofício em que exerça o seu trabalho”<sup>448</sup> assegurada pela CLT, mas na prática,

<sup>444</sup> HOBBSAWM; SCOTT, *op. cit.*, 2008, p. 165.

<sup>445</sup> AUED, *op. cit.*, 2001, p. 3.

<sup>446</sup> Dalmiro parece representar uma exceção, os demais sapateiros não fazem menção a sentimentos similares. Rezende e Malatian em seus estudos em Franca, concluíram que os oficiais sapateiros tinham orgulho de sua trajetória e conhecimento. REZENDE, *op. cit.*, 2012, p. 72; MALATIAN, Teresa Maria. Memória e Identidade entre Sapateiros e Curtumeiros. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 16, n. 31-32, p. 193-206, 1996.

<sup>447</sup> AUED, *op. cit.*, 2001, p. 4.

<sup>448</sup> BRASIL, Ministério do Trabalho. **Consolidação das Leis Trabalhistas**. Seção I, Capítulo II, Artigo. 80. 1943.

nem sempre ocorria esta formação, sendo um mecanismo para o pagamento de salários mais baixos aos menores de idade, “tomando por base a idade e não o sistema de trabalho a que estavam efetivamente submetidos”<sup>449</sup>, situação que resultou em tensões entre “mestres” e aprendizes.

Além dos familiares, o sapateiro Aguiar ensinou cerca de quinze jovens, mas no início da década de 1970, um deles o processou, fazendo com que o entrevistado decidisse parar de ensinar. Na opinião do sapateiro, as leis antigamente eram mais “frouxas” e foram ficando mais exigentes com o passar dos anos, pois, conforme Aguiar, “se fosse como antes, estudavam para aprender uma profissão, as pessoas ensinavam as crianças, mas com essa nova lei... [expressão negativa]”. O momento da entrevista que envolveu o processo trabalhista foi permeado por um tom de ressentimento e de injustiça por entender que o jovem agiu de má fé, além do mais gerou uma situação financeira desconfortável, sendo o valor da indenização alto, maior que o valor da própria oficina, mas pode parcelar em dois anos. Sobre o funcionário:

Ele veio com oito anos [...]. Quando chegou a época do quartel, ele foi para o quartel... Ele voltou e dei serviço para ele de novo. Mandeí ele tirar a carteira profissional, ele trabalhou dois anos comigo aqui e não sei porque, decidiu ir embora. Aqui do outro lado era o sindicato dos sapateiros, fui lá na presença da presidenta do sindicato, paguei tudo direitinho, bonitinho, ele aceitou. Eu assinei, ele assinou. Daí deu uma semana veio o advogado aqui. O advogado, naquela época, queria dois mil. Eu não quis, eu sabia que tava tudo assinado... Para encurtar, foi para a justiça. Tive que pagar, perdi! Naquela época eram dois mil.

Dalmiro contou que os pais pediam para ele ensinar o ofício aos filhos, pedidos que aceitava quando haviam vagas, mas avisava que não pagaria salário, só um valor para os jovens comprarem algo no final de semana. Para o sapateiro a maior recompensa que o aprendiz teria era a oportunidade de aprender um ofício. Orgulha-se em afirmar que “pelo menos quatro ou cinco já saíram profissionais daqui!”.

Indagado sobre a Justiça do Trabalho, o narrador respondeu recuperando a sua inserção no mercado de trabalho: aos doze anos de idade, precisou de uma autorização do juiz para trabalhar, depois teve a carteira profissional assinada, recebendo seus direitos, as férias e o salário. Na lembrança do sapateiro, esta era a burocracia que envolvia os contratos de trabalho na década de 1950, e complementou sua opinião, afirmando: “hoje um empregado tem que receber fundo de garantia, décimo terceiro, férias e mais alguma coisa, sempre tem mais alguma coisa para pagar! Então isso veio atrapalhar muito o funcionamento de muitas

<sup>449</sup> REZENDE, *op. cit.*, 2012, p. 95.

empresinhas pequenas”. A Justiça do Trabalho e a CLT foram consolidadas na década de 1940, mas a popularização destas foi gradual entre os trabalhadores, os patrões acostumados com a não fiscalização das leis, resistiram em acatá-las<sup>450</sup>.

Dalmiro também passou por problemas envolvendo um funcionário, que começou como aprendiz aos 13 anos e trabalhou na sapataria até os 20, momento em que ameaçou processar o patrão. O entrevistado afirma que praticamente “criou” o menino, mas por este ser “bobinho”, se deixou influenciar por outros. O sapateiro soube das intenções do funcionário, assinou a carteira por algum tempo e depois o demitiu. Sobre a relação com o funcionário e sua opinião sobre o ocorrido:

Se a pessoa não tiver consideração contigo, não pode ter consideração com ele! Mas eu... ‘Puxa’!... Eu tratava esse rapaz como um filho! [...] Ensinei a profissão para ele, ele saiu daqui... Ele hoje é um profissional de mão cheia, hoje é um sapateiro de mão cheia, o cara é bom! O cara fabrica qualquer tipo de sapato, bota, o que quiser ele faz! [...] Ele trabalha numa loja que fabrica! Então eu acho que ele não teve consideração comigo, apesar de tudo que eu fiz! Se ele estava amolado de saúde, eu pegava o carro e ia até a casa dele, ele morava no Fragata, ia correndo lá: ‘vamos ver o que houve com o fulano!’, ‘está precisando de alguma coisa fulano?’. Se precisava já ia na farmácia, comprava remédio, tudo!

Rezende abordou a relação da “gratidão *versus* luta por direitos”<sup>451</sup>. O costume de ensinar aos jovens o ofício sem um vínculo empregatício formal, e muitas vezes sem a remuneração fixada por lei, passou a ser questionado conforme é divulgada e fortalecida a CLT. A partir de processos trabalhistas instaurados na década de 1970 na cidade de Franca, o historiador constata “a indignação dos industriais com o fato de responderem judicialmente às reclamações movidas por jovens que haviam tido a oportunidade de aprender tarefas da profissão de sapateiro no interior de suas unidades produtivas”<sup>452</sup>. Situação similar ao que se percebeu nas narrativas dos sapateiros pelotenses.

O sentimento de gratidão que era fortalecido pelo discurso do patrão generoso e da fábrica como segundo lar, que pretendia camuflar as tensões de classe, não impediu as reclusões de trabalhadores contra seus patrões. O historiador Luigi Negro, refletindo sobre o conceito de paternalismo através do livro “Costumes em comum” de Thompson, acredita que:

<sup>450</sup> A dissertação de Larissa Rosa Corrêa demonstra de maneira interessante a resistência dos empregadores em cumprir a lei. CORRÊA, *op. cit.*, 2007, p. 76-90.

<sup>451</sup> REZENDE, Vinícius. Da gratidão à luta por direitos: a regulamentação das relações de trabalho na “capital do calçado” (Franca-SP, 1940-1980). In: GOMES; SILVA, *op. cit.*, 2013, p. 426.

<sup>452</sup> *Idem.*

em forma de mito ou de ideologia, paternalismo promove uma visão retrospectiva, que idealiza o passado, confundindo ‘atributos reais e ideológicos’. De tudo isso resulta, o não-reconhecimento do conflito de classes e, portanto, o desconhecimento da história das classes subalternas<sup>453</sup>.

Com o gerente da Fábrica de Botas Bonini abordou-se uma alternativa de continuar com o sistema de aprendizagem. Nas palavras do depoente, “estávamos ensinando um rapazinho, teve um esquema, acho que do SENAC. Não se pode mais, era tanta complicação que a gente desistiu, íamos acabar pagando uma multa por ensinar um menor de idade, mesmo vindo pelo SENAC”. Nem mesmo os programas institucionais conseguem assegurar aos jovens e empresários a continuidade da prática de aprendizagem junto às pequenas fábricas.

Questionou-se o gerente Fonseca sobre o momento em que um aprendiz passa a ser um funcionário do estabelecimento e o narrador explicou que era solicitado ao jovem que fizesse sozinho um par de botas completo; tendo êxito era efetivado, prática que remonta as guildas medievais, quando “o trabalho apresentado pelo aprendiz centrava-se no princípio da imitação: a cópia como aprendizado”<sup>454</sup>. Nem todos eram mantidos no quadro de funcionários da fábrica, e o depoente lamentou ao lembrar que muitos dos aprendizes não seguiram produzindo calçados, pois as fábricas de Pelotas começaram a fechar suas portas.

Valdir aprendeu a fazer tamancos na pequena Tamancaria Esperança, quando estava com 14 anos de idade. Recordou que “ia [lá] de vez em quando, trabalhava de vez em quando, nesse meio tempo que eu trabalhava de cobrador de ônibus, [...] eu também trabalhava na Tamancaria nas horas vagas e aprendi a fazer tamanco, com um senhor e o filho dele, depois [...] me fixei na Tamancaria”. Ocorreu um fato curioso relacionado ao modo de como aprendeu a fazer sandálias, ramo que se tornou primordial na Esperança, transformando-a. Ao assistir “uma fita”, em um dos cinemas da cidade, Valdir se deparou com uma fábrica franciscana de sandálias:

Fixei no meu cérebro aquilo e cheguei no patrão, na tamancaria, disse para ele que tinha condições de fazer uma sandália, ele assim: ‘mas tu tem certeza?’, digo: ‘tenho, tenho certeza!’. Então ele tirou a sandália do pé e modelou ela em um papelão e cortou, tinha couro e tudo lá, cortou e me deu para eu fazer um par, fiz o par e dali em diante a gente foi fixando as ideias e sem aprender com ninguém, só olhando na tela.

O patrão perguntou quantas sandálias poderiam ser feitas em um dia e Valdir respondeu que achava ser possível fazer seis pares, mas com o passar das horas, perceberam

<sup>453</sup> NEGRO, Antonio Luigi. Paternalismo, Populismo e História Social. **Cadernos AEL**, v. 11, n. 20/21, p. 16, 2004.

<sup>454</sup> SENNETT, *op. cit.*, 2009, p. 73.

que poderiam produzir muito mais, e conforme praticavam e os movimentos ficavam cada vez mais seguros, observaram que a produção poderia ser alta e bastante lucrativa. O aprendizado de Valdir perpassou a imitação, mostrou saber empregar aquilo que aprendeu de forma mais complexa, e com o passar do tempo, através da incorporação, transformou as informações combinadas com a prática em conhecimento tácito<sup>455</sup>.

Por ser tácito, encontrou na aprendizagem prática a melhor maneira de ser transmitida. Nenhum dos depoentes mais antigos descreveu sua atividade como difícil, mencionando que o conserto, por vezes, era desafiador (interação entre conhecimento tácito e a consciência presente). Valdir declarou que é fácil ser sapateiro, bastando vontade para tornar-se um, talvez essa percepção justifique-se pelo fato de terem incorporado o conhecimento a suas rotinas. Já entre os mais jovens a busca pela solução de problemas é encontrada junto aos mais experientes, sendo o estágio de aprendizado ainda o de imitação.

Na Fábrica Esperança sempre havia jovens acompanhando o trabalho, o período de aprendizagem era de apenas 30 dias e, se avaliados positivamente, eram contratados. Valdir, quando abriu a sapataria de consertos, ensinou o trabalho para o seu atual sócio, que frequentava o espaço demonstrando interesse, até que o convidou para ser aprendiz, e a parceria já dura 30 anos. Lembra que o sócio aprendeu rápido e que, mesmo sendo formado em Administração, preferiu ser sapateiro.

Gérson, administrador da Botas Tradição, aprendeu o trabalho com o seu pai desde jovem. A fábrica ofereceu cursos na década de 1980, para interessados em produzir e consertar calçados, visto a inexistência de cursos na cidade, o que tornava difícil encontrar trabalhadores qualificados, situação que não mudou, na opinião do entrevistado. Fonseca e Gérson são os depoentes que gerenciam unidades produtivas hoje, e quando questionados sobre o atual meio de contratação e aprendizagem dos funcionários, as respostas foram vagas, mencionaram a confiança no trabalhador e a vontade de aprender como sendo os aspectos observados. Provavelmente, o ensino para o trabalho continua sendo feito no chão de fábrica, porém sem a preocupação em desenvolver nestes trabalhadores todas as funções.

Como pode-se observar durante as narrativas, o sucesso do aprendizado foi vinculado ao esforço e capacidade do aprendiz. Sennett fez uma interessante análise sobre esta questão:

Frequentemente se espera que o aprendiz absorva a lição do mestre por osmose; a demonstração do mestre apresenta um ato bem sucedido, e o aprendiz tem de descobrir o que foi que fez a chave girar a fechadura. O aprendizado através da

---

<sup>455</sup> *Ibidem.*



demonstração joga a responsabilidade nos ombros do aprendiz; e também parte do princípio de que é possível a imitação direta<sup>456</sup>.

Gérson e Anderson lembram que na cidade de Novo Hamburgo há cursos, mas que são voltados para funções muito específicas, reflexo da intensa fragmentação do trabalho nas indústrias modernas. Formato que não é adequado à Pelotas, onde a divisão das atividades é menor. O modelo de aprendizagem de Novo Hamburgo é o industrial, descrito por Cunha como sistemática, padronizada, voltada para muitos trabalhadores, por vezes em instituições externas<sup>457</sup>. A educação típica do período da manufatura é considerada intermediária e feita por escolas de aprendizes que formavam operários. Ambos os modelos diferenciam-se da educação artesanal, que não é sistemática, desenvolvida através da relação de um jovem aprendiz e um mestre, em que a observação da prática e sua reprodução compõem o método. “Enquanto na educação artesanal a finalidade, ao menos tendencial, é que o aprendiz possa vir a ser um mestre de ofício, que abra sua própria oficina, na educação industrial a finalidade é um posto bem delimitado numa divisão complexa de trabalho, como trabalhador assalariado”<sup>458</sup>.

Os narradores aprenderam a realizar o seu trabalho em fábricas ou reformadoras de calçados, e eram poucas as divisões de funções no processo de produção dos bens, não ocorrendo um distanciamento significativo entre a concepção e execução. A destreza e o conhecimento dos funcionários ainda eram importantes para a realização de um bom trabalho, mesmo no manuseio das esparsas máquinas. Estes fatores viabilizaram o ensino de jovens por funcionários ou pelo proprietário no ambiente fabril, situação que se aproxima do modelo de educação artesanal. Pode-se acrescentar que durante as narrativas de Aguiar e Dalmiro outro preceito do modelo de educação artesanal foi citado: a satisfação de saber que seus antigos aprendizes são bons sapateiros.

### **3.3 Produzir e reformar: memórias do cotidiano laboral**

Os depoimentos orais compreendem duas facetas distintas da mesma atividade laboral, a produção e reforma de calçados. O espaço de trabalho, as ferramentas, o maquinário, a divisão de tarefas, a relação entre os funcionários, e destes com os supervisores e patrões, são aspectos que serão abordados nesta categoria. Os historiadores orais, quando estudam o

---

<sup>456</sup> SENNETT, *op. cit.*, 2009, p. 203.

<sup>457</sup> CUNHA, *op. cit.*, 2000, p. 3.

<sup>458</sup> CUNHA, *op. cit.*, 2000, p. 3.

cotidiano, pedem aos narradores que recordem de ações rotineiras, o que não é fácil de ser respondido. São os fatos excepcionais que são facilmente lembradas e que os narradores acreditam que merecem ser contadas. Ocorre por vezes um jogo de perguntas e respostas sem muitas explicações por parte do narrador, e alerta-se ainda que “é preciso ter claro que a descrição do cotidiano sempre vem acompanhada de certa nostalgia, misturada a sentimentos de pesar ou alívio, que acabam marcando o sentido da narrativa”<sup>459</sup>.

Através da narrativa do senhor Aguiar sabe-se que havia poucas divisões na produção de calçados da sua fábrica, o depoente realizava o corte do couro e costurava. Também contratavam uma costureira de “fora”, ou seja, uma mulher que costurava as peças do calçado em sua própria residência. Seu irmão e os empregados faziam a montagem: um fazia a palmilha, outro fazia a sola, outro lixava e, por fim, Aguiar ainda dava o acabamento e encaixotava.

Às seis horas eu já estava aqui. Era muito serviço para mim! Fora isso eu tinha que viajar, um dia da semana eu tinha que sair, chegava de lá e já pegava no serviço que eu tinha que fazer aqui. Tinha que fazer o conserto. Na época eu tinha dois só para fazer o conserto, tinha dois funcionários só para fazer isso!

Na Fábrica Esperança, que chegou a ter cerca de 40 funcionários, a realização das atividades era feita por equipes de funcionários com as funções de costurar, cortar o couro, preparar a sola e palmilha, montar e revisar. Conforme cresciam, contratavam costureiras, setor no qual apenas um homem trabalhava, e no restante da fábrica predominava a presença masculina<sup>460</sup>. Entretanto, antes da expansão na década de 1960, empregava pai e filho, e eventualmente Valdir que os ajudava para aprender.

Dalmiro chegou a trabalhar com oito funcionários, mas não se deteve ao período que produziu. Os tributos burocráticos que precisava pagar quando fabricava são citados com sentimento de injustiça e como obstáculo no avanço do empreendimento. A Botas Tradição, atualmente emprega dez funcionários, sendo que cada um executa três ou quatro funções: envelopamento, limpeza, retoque e alguns cortes, entre outras. Gérson e sua mãe coordenam as atividades de venda, conserto e produção. O número de funcionários envolvidos na produção da Botas Bonini na maior parte do ano é baixo, cerca de quatro, mas que aumenta para o inverno.

<sup>459</sup> ALBERTI, *op. cit.*, 2004, p. 24.

<sup>460</sup> Na cidade de Novo Hamburgo também ocorria a divisão de atividades por gênero, inclusive ocorrendo separação dos espaços físicos, separando homens e mulheres. SCHMIDT, Benito Bisso. A sapateira insubordinada e a mãe extremosa: disciplina fabril, táticas de gênero e luta por direitos em um processo trabalhista (Novo Hamburgo-RS, 1958-1961). In: GOMES; SILVA, *op. cit.*, 2013, p. 157-202.

Fonseca explicou a divisão de tarefas: “cada um tem uma atividade; tem uma costureira, eu atendo aqui na frente, corto, faço os moldes, tem um montador que fecha a bota [...], é um serviço diferenciado, tudo é diferenciado, o couro sempre de primeira, tudo, tudo na bota é de primeira!”. Um montador da Bonini faz três pares e meio de botas por dia, enquanto que em outras fábricas é exigido mais que o dobro dessa produção, situação que o gerente afirmou interferir na qualidade do produto. Para o depoente, a preocupação com a quantidade interfere na qualidade do produto, o que resulta na queda do prestígio e o fechamento de muitos estabelecimentos.

O ambiente de trabalho é compartilhado por pessoas de confiança, escolhidas com cuidado. Fonseca utilizou o termo “família” para descrever a relação entre os funcionários e que, apesar do cargo, trabalha na produção e diferenciou a Botas Bonini das indústrias modernas: “na indústria não há tempo para conversar, tem uma esteira que vai passando, [...] aqui não, aqui é um serviço *light*”.

Na organização das “fabriquetas”, percebe-se que “no resultado do trabalho de um, está o ponto de partida para o trabalho do outro. Assim, um trabalhador ocupa diretamente o outro. O tempo de trabalho necessário para se obter o efeito útil visado em cada processo é fixado conforme a experiência”<sup>461</sup>, e a divisão de tarefas diminuiu o tempo de trabalho necessário para a produção do bem final. Nas sapatarias prevalece o trabalho solitário com a ajuda de familiares; Anderson e Volcei sempre trabalharam sozinhos, tendo como auxiliares eventuais suas esposas e filho. Presença diária é da esposa do sapateiro Aguiar, dona Elaine, que prepara os bens que serão restauradores e da esposa de Dalmiro, que faz o atendimento ao cliente. Valdir compartilhou os dias com Roni, ambos são sócios, mas executam as atividades individualmente.

No período em que fabricou calçados, o sapateiro Aguiar e seus funcionários utilizavam poucas máquinas, situação que não mudou:

Estou vivendo muito bem com o que tenho aqui. Eu tenho nos fundos uma lixadeira e vários aparelhos na lixadeira para trabalhar com o calçado. [É] a mesma lixadeira, desde que eu comecei aqui, é a mesma lixadeira... Essa máquina aqui [aponta para uma máquina de costura], quando eu vim para cá, tinha um cabeçote, aguentou 50 anos. Essa máquina aqui, eu trabalhei 50 anos nela! [...] Agora que eu mandei vir esse [cabeçote] aqui, porque aquele começou a falhar o ponto, daí liguei para Novo Hamburgo e falei: ‘me manda um cabeçote’. Mandaram este aqui [...], mas o outro se der uma arrumada, ainda vai mais uns cinquenta anos.

---

<sup>461</sup> MARX, *op. cit.*, 2013, p. 419.

Conversou-se sobre a maior durabilidade das máquinas antigas, momento em que o narrador lamentou o fato de não conseguir um cabeçote igual ao antigo, pois quando procurou o item em uma loja de Novo Hamburgo, o vendedor avisou – nas palavras do depoente: “Aguiar, isso não existe mais! Não fabricam mais essa máquina”; questionou sobre o motivo e o vendedor concluiu: “Não, agora é tudo diferente”.

O avanço tecnológico oferece ao mercado uma sucessão de máquinas, com o propósito de aumento produtivo. Movimento que foi exposto por Aguiar: a exigência de ferramentas, matéria-prima e maquinário diferentes daqueles utilizados na fabricação de sapatos fez com que a produção de tênis fracassasse. Em suas palavras, “tinha que ter máquina e eu sempre fabriquei manual [...]. Tinha que ter máquina para um monte de coisa e eu não tinha condições de comprar. Então eu parei [...]. Fica mais difícil para acompanhar, precisa de muito capital”.

Valdir citou algumas das aquisições da Fábrica Esperança na década de 1960: máquinas de costura, balancim, máquina para furar a palmilha e facilitar a costura, três lixadeiras e máquina para prensar o calçado. Uma passagem da conversa evidenciou que o esforço despendido pelo trabalhador diminuiu: “no início a gente ao invés de prensar o calçado, a gente batia com um martelo de borracha e usava um pé de ferro, depois já tinha máquina”. O proprietário da Sapataria Tamandaré, ao reabrir seu estabelecimento em 1968 só tinha “ferramentas de mão”, mas na opinião de Dalmiro eram suficientes naquela época, mas hoje, em sua opinião, ao menos uma máquina de costura e uma lixadeira o sapateiro precisa ter. Elucida sobre o trabalho manual, relatando:

Acabamento de beira de sola era tudo feito com os ferros que hoje nem... Eu tenho porque são daquela época, mas hoje não se usa mais, hoje se usa a máquina lixadeira para fazer o acabamento, a lixadeira já vem com fresa na ponta do eixo para fazer acabamento na volta da beirinha da sola, [...] mas naquela época era tudo feito a mão, tinha que botar um ‘fogareirinho’ com álcool para aquecer aqueles ferrinhos para depois passar na volta do sapato, depois de toda essa mão de obra tinha que ter um pedaço de tecido, pegava aquele tecido e passava na beira do sapato para tirar o excesso de cera que fica na volta, para ficar um acabamento bom, era uma mão de obra muito grande! Mas conseguia fazer tudo isso.

Todos os entrevistados contam atualmente com o aporte de ferramentas manuais, máquinas de costura e lixadeiras. Fonseca ressaltou o caráter manual da Botas Bonini, a maior parte da produção é feita sob medida e com o auxílio mecânico limitado, citou ainda uma máquina que facilita a montagem da parte frontal e do calcanhar das botas, as formas continuam sendo as de madeira. Para Gérson, a Botas Tradição ampliou sua produção graças ao investimento na aquisição de maquinário e se adaptando às exigências do mercado, dando

maior acabamento e agilidade para a produção, porém não descreveu o maquinário. Anderson planeja comprar uma máquina nova e específica para a costura de tênis. Volcei possui uma máquina de costura diferenciada, antiga e adquirida juntamente com a sapataria, que propicia melhor acabamento em sapatos que originalmente são costurados. Valdir e Roni também utilizam uma antiga máquina de costura alemã.

Volcei acredita que “90% [do trabalho] é manual, não adianta ter máquina [...] têm muitos calçados que a costura precisa ser a mão”, assim reflete-se sobre o principal instrumento de trabalho: o corpo do sapateiro. As mãos geralmente machucadas, acinzentadas pelo contato com o couro e a cola, são vestígios de anos de trabalho. Marcel Mauss afirma que:

o corpo é o primeiro e o mais natural instrumento do homem. O mais exatamente, sem falar de instrumento, o primeiro e mais natural objeto técnico, e ao mesmo tempo meio técnico do homem é seu corpo [...]. Antes das técnicas com instrumentos, há o conjunto de técnicas corporais.<sup>462</sup>

São estas mãos que vão manipular as ferramentas e as máquinas na produção de bens, e, por vezes, adaptar instrumentos para os tornarem mais úteis na execução do serviço.

Sennett propõe a divisão das ferramentas-espelho em replicantes e robôs. As replicantes são aquelas que imitam os movimentos dos trabalhadores e assim diminuem a necessidade de esforço do homem; as robôs ampliam a potencialidade do trabalhador. Para o autor, “a maneira esclarecida de usar uma máquina consiste em avaliar a sua força, adaptar seu uso à luz de nossos próprios limites, e não do potencial da máquina. Não devemos competir com ela. Como qualquer modelo, uma máquina deve propor e não ordenar”<sup>463</sup>. Pode-se concluir que os narradores utilizam “replicantes”, pois o homem, suas mãos e seu conhecimento ainda são fundamentais.

Conforme as entrevistas, a matéria-prima para a realização das reformas é adquirida em três estabelecimentos pelotenses: Correaria Padilha, Pazana e Casa do Sapateiro, com grande destaque para a última, que é tradicional e atende atualmente cerca de 30 sapatarias na cidade. A Casa do Sapateiro foi citada como um espaço de socialização<sup>464</sup>. Assim como na “época das fabriquetas”, parte do material vem de Novo Hamburgo, através de um viajante

<sup>462</sup> MAUSS, Marcel. As técnicas corporais. In: \_\_\_\_\_. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: EPU/EDUSP, 1974, p. 407.

<sup>463</sup> SENNETT, *op. cit.*, 2009, p. 122.

<sup>464</sup> Em 2013, ano em que a pesquisa foi realizada, não ocorreu o encontro a devido problemas de saúde do organizador.

que visita as sapatarias “mais fortes” todos os meses. As fábricas de botas adquirem couro nos curtumes das cidades vizinhas e os entrevistados ressaltam a boa qualidade deste produto.

Para Anderson, a falta de organização na aquisição de material gera perda da lucratividade, pois muitos sapateiros vão até a Casa do Sapateiro várias vezes por semana, precisando fechar o estabelecimento ou pagar um taxista para fazer a compra. Valdir faz parte dos pedidos com o vendedor de Novo Hamburgo, mas prefere comprar no seu vizinho, a Casa do Sapateiro, pois a relação próxima faz com que este lhe venda inclusive quando não tem dinheiro, podendo pagar no fim do mês. Entretanto, nem toda a matéria-prima necessária para a realização dos consertos é encontrada, precisando o sapateiro ser criativo. Volcei, por exemplo, transforma pedaços de pneu em sola para tênis.

Para a venda dos calçados fabricados pelos depoentes, nas décadas de 1960 e 1970, Dalmiro contratava um vendedor, ou nas suas palavras: “o cara era viajante mesmo, viajava no interior, nas cidades do interior, vendendo calçado!”.

Aguiar viajava para as cidades próximas, apresentando aos proprietários das lojas o mostruário contendo seus produtos. Sobre o seu cotidiano, contou: “vendia; chegava aqui e fabricava, na outra semana entregava. [...]. Chegou uma época que eu botei um vendedor, [ele] trazia o pedido, eu fabricava, depois ele levava e entregava. Assim levei 35 anos, nessa luta!”. Questionado sobre a procura dos seus produtos no momento que encerrou as atividades, ele não soube responder, mas dependendo do tamanho da loja, suas vendas poderiam variar entre “12 a 200 calçados”.

No caso da Botas Bonini era também o dono que nos primeiros tempos vendia para lojas de calçados os seus produtos. Hoje o principal meio de venda é a loja que acompanha a fábrica; alguns pedidos são feitos a distância: o cliente informa as medidas com orientação da fábrica, é feito o molde e enviado o produto pelo correio. Na Botas Tradição também a fábrica e a loja são no mesmo espaço.

Outro tema abordado foi o tempo. É notável durante todas as entrevistas que o trabalho diminui nos meses de calor: nos meses que faz mais frio a Botas Bonini dobra o número de funcionários; as jornadas de trabalho são mais longas para aqueles que consertam, pois entregam os pedidos em prazos curtos. Aguiar, seus filhos, enteado e genro trocam trabalhos, conforme o maquinário, habilidade e tempo disponível. Anderson trabalha nos finais de semana de portas fechadas quando acumula muito serviço, assim como seu pai. Valdir elogiou o seu sócio Roni: “ele faz o horário dele, se entrou dez pares de calçado ele

faz, se entrou 50 ou 100 ele faz aquilo, ele não tem hora para soltar, se precisar ficar até tarde da noite, ele fica”, ou seja, a produção flexiona o tempo de trabalho<sup>465</sup>.

Os que consertam demonstram flexibilidade no horário de trabalho quando necessário, assim como gerem o seu tempo durante o dia de trabalho em função dos serviços. Aqueles que produzem os calçados também veem sua rotina regrada pela necessidade de realizar tarefas, controlada e compartilhada com os gerentes, mas com maior liberdade se comparado com o ritmo das “esteiras” industriais. Thompson nota que “na medida em que a manufatura continuava a ser gerida em escala doméstica ou na pequena oficina, sem subdivisão complexa dos processos, o grau de sincronização exigido era pequeno e a orientação pelas tarefas ainda prevalecia”<sup>466</sup>.

### 3.4 Bens de consumo: entre a tradição e a modernidade

O calçado como bem de consumo será alvo de uma análise mais consistente nesta categoria, relacionando a concepção de bem simbólico e padrões de consumo. Há atributos intrínsecos à cultura material, no caso dos sapatos pode-se discorrer sobre sua forma, cor, durabilidade, conforto, ou ainda sobre possível método de feitura e sua funcionalidade. Contudo, seu reflexo na sociedade não pode ser limitado aos seus aspectos técnicos, os sapatos são instrumentos de distinção de gênero, classe social, podendo ainda representar distintas personalidades, estilos, inclusive sugerir o ambiente de trabalho. Configuram-se como suporte ou extensão da identidade. Quando há produção artesanal, o produto também retém aspectos próprios do seu idealizador<sup>467</sup>.

Miller define, com base em Bourdieu, bens de consumo como sendo um sistema simbólico, um reflexo da distinção de classes e o meio de reproduzi-las, ou seja, o consumo de certos produtos é atrelado ao *status*<sup>468</sup>. McCracken elabora um interesse organograma: o mundo culturalmente constituído é a base onde atuam “instrumentos de transferência de significados” (sistema de moda e publicidade) que transformam os “bens” em “mercadoria

<sup>465</sup> O sapateiro Anderson se lembrou do caso de um sapateiro que fecha as portas do estabelecimento no verão e trabalha como pedreiro, o que não acha necessário, precisando apenas organizar as finanças para enfrentar os meses de menor movimento.

<sup>466</sup> THOMPSON, E. P. *op. cit.*, 1998, p. 280.

<sup>467</sup> MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Memória e Cultura Material: documentos pessoais no Espaço Público. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 21, p. 90-92, 1998.

<sup>468</sup> MILLER, Daniel. Consumo como cultura material. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 13, n. 28, p. 33-63, 2007, p. 44.

sociais”<sup>469</sup>, mas estes significados podem mudar durante a existência desta mercadoria: “os bens são sistematicamente investidos e desinvestidos de suas propriedades significativas”<sup>470</sup>.

“Não existe desenvolvimento econômico que não seja ao mesmo tempo desenvolvimento ou mudança cultural”<sup>471</sup>, esses movimentos concomitantes são percebidos em algumas narrativas que relacionam as dificuldades na manutenção dos empreendimentos com o avanço da indústria moderna e as mudanças nos padrões de consumo. Os calçados feitos com materiais sintéticos que imitam o couro, o tênis, as sandálias e chinelos de plástico são apontados como vilões entre os narradores, pois não estavam preparados para a feitura desses e aqueles que reformam também encontram dificuldades técnicas na realização dos seus serviços. As indústrias modernas renovam-se conforme as tendências ditadas pela moda, contudo nem todo o empreendimento tem o capital necessário para acompanhar estes movimentos.

“No meu tempo não era assim...” é frase recorrente na conversa com os sapateiros mais antigos. Mas, que tempo é esse? Os anos de juventude, quando se casaram, tiveram os primeiros filhos, inseriram-se no mercado de trabalho, alguns adquiriram o negócio próprio, enfim, elementos que explicam a valorização do passado, neste caso as décadas de 1960 e 1970. Elaine<sup>472</sup> lembrou dos pelotenses daquele tempo: “andavam bem vestidos, agora as coisas andam bem relaxadas, não é? Os moços eram sempre bem arrumados, agora não! Andam de calça de *brim*, de... Muito! Muito diferente! [...] Agora ‘caiu’ a moda”. Outro elemento citado foi o “sapatinho escolar” que fazia parte do uniforme das escolas, costume que resultava em trabalho para as fabriquetas e que hoje não existe.

José Aguiar afirmou: “não existia o tênis, era só sapato!”. O narrador ainda recordou que usava chapéu e quando caminhava pelo Centro sempre usava gravata e camisa social. José é um consumidor que não alterou por completo suas preferências, pois não usa calça *jeans*, somente calças que podem ser frisadas, e a bermuda e a sandália são usadas apenas em situações mais privadas:

Até hoje a minha calça é assim, oh! [mostra] É social, calça de *brim*? Usei duas na minha vida e não gostei. Não gostei porque ela não pegava friso. Não gosto de calça de *brim*, de jeito nenhum. [...] Acho que nem existia bermuda, não é? Alguns anos atrás... Agora eu uso bermuda, mas se eu preciso ir para o centro eu não vou de bermuda.

<sup>469</sup> McCRAKEN, Grant. **Cultura & Consumo**: novas abordagens ao caráter Simbólico dos Bens e das Atividades de Consumo. Rio de Janeiro: Mauad, 2003, p. 100.

<sup>470</sup> Ibidem, p. 109. A indústria cultura no Brasil e seu papel na difusão dos padrões de consumo moderno e dos novos estilos de vida, principalmente a partir de 1964, é abordado em: MELLO; NOVAIS, *op. cit.*, 2006.

<sup>471</sup> HOBBSAWM, *op. cit.*, 2008, p. 304.

<sup>472</sup> Esposa do sapateiro José Aguiar.



Alguns dos seus clientes também fazem parte desse grupo de consumidores, que buscam perdurar a vida de seus bens, procurando o sapateiro para reformas. Volcei lembrou do pedido de uma senhora, fazer um tamanco, igual aos que ela usava antigamente e com a ajuda e conhecimento do sogro, eles fizeram. Bourdieu e Delsaut compreendem essa inconstância, que pode ser assimilada como um “ciclo”, ou indicada como um “tempo de curta duração” de bens simbólicos perecíveis<sup>473</sup>.

A moda precisa do conflito, pois é construída as custas do que passa a ser considerado *démodé*, entretanto este mesmo bem pode reaparecer em contextos e tempos distintos, podendo inclusive reinserir o produto artesanal no mercado. É fácil constatar nas prateleiras dos *shoppings* calçados que lembram os artesanais: saltos de tamancos de plástico que lembram madeira, ou costuras aparentes em botas, que um olhar mais atento revela que se trata de relevos no material sintético. Essa opção é amplamente aceita por uma fatia significativa de consumidores e produzida pelas indústrias voltadas para a produção em larga escala, mas Bourdieu e Delsaut apontam para outra possibilidade, a inserção de fato de produtos fabricados artesanalmente, pois observaram a distinção dos produtos que carregam o emblema de uma marca que lhe agregam *status* e que por vezes, é combinado com a unicidade<sup>474</sup>. A produção limitada de calçados de uma marca famosa dá suporte para a fixação de um preço propicie uma receita alta, mesmo sendo a produção artesanal.

As fábricas de botas campeiras da cidade de Pelotas executam trabalhos manufaturados e exclusivos. O couro de qualidade, o produto exclusivo e a método de produção são atributos das botas da marca Bonini, fatores que fazem destas botas o objeto de desejo para muitos, e é a combinação desses elementos que valoriza o preço do produto, pois “o valor jamais é inerente aos objetos, mas um julgamento que os sujeitos fazem sobre eles, [são] valiosos aqueles objetos que opõem resistência a nosso desejo de possuí-los”<sup>475</sup>.

A região sul do Rio Grande do Sul tem tradição junto à pecuária e a bota compõe o traje do trabalhador deste setor, que inspirou a vestimenta tradicional dos gaúchos, particularidades que influenciam a manutenção das antigas fábricas de botas. Aqueles que tentaram acompanhar as tendências da moda na cidade de Pelotas não tiveram sucesso.

<sup>473</sup> BOURDIEU, Pierre; DELSAUT, Yvette. O costureiro e sua grife: contribuição para uma teoria da magia. In: BOURDIEU, Pierre. **A produção da crença**: contribuição para uma economia dos bens simbólicos. Porto Alegre: Zouk, 2008, p. 113-190.

<sup>474</sup> BOURDIEU; DELSAUT, *op. cit.*, 2008, *passim*.

<sup>475</sup> APPADURAI, Arjun. Introdução: mercadorias e a política de valores. In: \_\_\_\_\_. **A vida social das coisas**: as mercadorias sob uma perspectiva cultural. Niterói: UFF, 2010, p. 15.

Os entrevistados não produziam, nas décadas de 1960 e 1970, produtos destinados à elite pelotense, antes, voltavam-se à maioria da população. Suas oficinas e nomes não marcaram a moda na cidade, porém seus trabalhos eram valorizados e tinham grande aceitabilidade entre os moradores, inclusive das cidades vizinhas. O alfaiate Milton Gonçalves da Silva contribuiu nessa perspectiva:

Essa fabricação de roupas em massa, em quantidade acabou com o artesanal. [...] Não sei explicar, mas eu acho. A fabricação em massa de roupa é como um calçado, hoje em dia a senhora não vê mais feira de calçado e o calçado antigamente era feito à mão. Tanto é que certos calçados tinham mais valor quando eram feitos à mão [...]. Hoje em dia nem tem mais sapateiro, não é? A indústria tomou conta de tudo.<sup>476</sup>

Outro agravante são os calçados importados, denominados de “chineses”, mas que são provenientes de diferentes países asiáticos. Estes são descritos pelos narradores como sendo de má qualidade, porém muito baratos. O sapateiro Volcei, neste sentido, afirmou que “os calçados estão muito baratos. Com a entrada dos calçados chineses, as pessoas nem tentam fazer conserto, são tão baratos que não vale a pena”. Anderson complementou: “são baratos e descartáveis”. Acostumado a fazer botas de couro, Fonseca se surpreendeu com modelos de calçados feitos totalmente em plástico, mas concluiu sua reflexão com a constatação de que “o povo quer o que é mais barato”.

O trabalhador rende-se às “recompensas palpáveis pelo consumo produtivo do tempo”<sup>477</sup>. “O desejo de alguém por um objeto é satisfeito pelo sacrifício de um outro objeto, que é o foco do desejo de outrem”<sup>478</sup> e a publicidade vincula o bem-estar com o consumo<sup>479</sup>. Há quem entenda que o marxismo se preocupa demasiadamente em provar que o consumo é ruim, configurando-o como “consumo de massas” e ponto final do capitalismo. Miller é um desses autores; para ele o marxismo, ao se preocupar com a produção, coloca o sujeito em um papel passivo e a mercadoria como contaminação das relações pessoais (fetichismo), o que impediria um estudo real do consumo e dos consumidores, não compreendendo, por exemplo, a possibilidade de o consumo ser uma negação da produção capitalista<sup>480</sup>, consumo de bens que, devido ao seu modelo ou método de produção, estão à margem da lógica capital.

<sup>476</sup> SCHEER, Micaele I.; GILL, Lorena A. Preservação de relatos de trabalhadores cujos ofícios estão em vias de desaparecer. In: BUSSOLETTI, Denise M. *et al.* (org.). **Pluralismo nas ciências sociais: da diferença à multiplicidade**. Pelotas: UFPel, 2001, p. 47.

<sup>477</sup> THOMPSON, *op. cit.*, 1998, p. 299.

<sup>478</sup> APPADURAI, *op. cit.*, 2010, p. 16.

<sup>479</sup> McCRAKEN, *op. cit.*, 2003, p. 106-109.

<sup>480</sup> MILLER, *op. cit.*, 2007, p. 33-40.

Entretanto, os bens feitos por artífices individuais ou organizados em cooperativas movimentam um mercado discreto em Pelotas.

A moda, a publicidade, os calçados importados e a produção industrial moderna acabam por marginalizar produtos e, conseqüentemente, aqueles que os produzem. As marcas famosas produzem marcadores de distinção, limitando através de seus altos preços sua clientela, mas ricos e pobres compartilham as mesmas convenções, são alvo dos mesmos “instrumentos de transferência de significado”<sup>481</sup>, por isso as indústrias produtoras de calçados populares utilizam os mesmos elementos (cor, textura, aplicativos, modelo) que as grandes marcas, mas com materiais diferentes; na mesma lógica ocorrem as falsificações.

Na cidade de Pelotas a produção de calçados resiste através de dois nichos de mercado, o que envolve as tradições gaúchas, já referidas anteriormente, e o carnaval. A Sapataria do Porto e a Sapatolândia<sup>482</sup> produzem os calçados dos componentes das escolas de samba da cidade. Anderson mencionou os altos preços que podem ser cobrados por uma bota de sambista, mas os justificou explicando a qualidade e resistência do produto para aguentar a noite de festa e desfile. Ambos os mercados são vinculados a tradições culturais e as narrativas indicaram a valorização pela qualidade do produto como o fator que justifica o alto investimento na sua aquisição, mas que não deixam de estar articulados aos aspectos simbólicos.

### **3.5 Táticas de um ofício: a manutenção dos sapateiros no mercado de trabalho**

No desenvolvimento da dissertação percebeu-se que a modernidade não substituiu os costumes facilmente, pois este último representa estabilidade e segurança. Aued descreveu o processo:

A luta entre o velho e o novo impele que os primeiros a serem quebrados, ela encontra arrefecimento quando novos costumes são instituídos. Mas até que isso se efetive, impõem-se uma significativa transição histórica. Para sobreviverem, os personagens sociais reinventam formas artesanais, disseminam práticas próprias de outros tempos históricos, que são expressões de busca de soluções para sobreviverem no sistema de transições.<sup>483</sup>

Essa resistência foi exemplificada na categoria que refletiu sobre a aprendizagem, pois a tentativa de conservação do modo de tornar-se sapateiro foi uma tática utilizada entre os

<sup>481</sup> Conforme: McCRAKEN, *op. cit.*, 2003, p. 106-113.

<sup>482</sup> Os proprietários destes estabelecimentos não aceitaram conceder entrevistas.

<sup>483</sup> AUED, *op. cit.*, 1999, p. 48.

artífices ingleses<sup>484</sup>. Hobsbawm também abordou as “transformações do assalariado manual na primeira nação industrial”<sup>485</sup>, e contribui com esta pesquisa apresentando a situação dos artífices, que caracterizou como um drama em cinco atos:

A história do artífice é desta forma um drama em cinco atos: o primeiro o posiciona em sua herança pré-industrial; o segundo trata de suas lutas no início do período industrial; o terceiro, de suas glórias, em meados do período vitoriano; o quarto, de sua bem-sucedida resistência a ataques renovados; o último, finalmente examina seu declínio gradual e nada suave, e sua queda desde o fim da expansão após a Primeira Guerra Mundial. [...] O trabalho qualificado continuou a deixar suas marcas até mesmo no século XX; sob alguns aspectos, ele sobreviveu vigorosamente até a Segunda Guerra Mundial.<sup>486</sup>

Em Pelotas, o artífice sapateiro está presente até hoje, mas não exercendo a completude do seu ofício. Trabalha nas fábricas onde prevalece uma organização semelhante à manufatura, chamadas pelos narradores de “fabriquetas”. Contudo, o conhecimento desses profissionais é pouco valorizado e suas funções cotidianas não abarcam todas as etapas da feitura do calçado, mesmo que saibam realizá-las. A entrada dos calçados importados de menor qualidade e com preços mais baixos, os incentivos fiscais nos polos calçadistas nacionais e as alterações na matéria-prima e mudanças nos padrões de consumo são, de forma sucinta, os fatores que exercem maior impacto sobre o pequeno fabricante calçadista.

Hoje os depoentes podem ser divididos entre: a) aqueles que aprenderam a fazer calçados em pequenas fábricas, alguns inclusive tiveram seus próprios empreendimentos, mas atualmente consertam; b) os que continuam a fabricar através de nichos de consumo específicos; e c) os sapateiros que aprenderam apenas a restaurar, mas também percebem dificuldades em continuar com suas funções.

No transcorrer das narrativas são expressas diferentes táticas em prol da manutenção dos seus espaços no mercado de trabalho. Para Certeau, “tática é a arte do mais fraco”<sup>487</sup>, que “deve jogar com o terreno que lhe é imposto”<sup>488</sup>, buscando nas brechas da “vigilância do poder proprietário”<sup>489</sup> o seu lugar, neste movimento de resistência identificam-se os narradores. O espaço em que eles desenvolvem sua tática é na sociedade que tornou seu ofício obsoleto, são nas fissuras do capitalismo que eles continuam a desenvolver seus trabalhos com astúcia. É através de nichos específicos do mercado e adaptações permanentes na

<sup>484</sup> THOMPSON, *op. cit.*, 1988, p. 74.

<sup>485</sup> HOBBSAWM, *op. cit.*, 2008, p. 358.

<sup>486</sup> *Ibidem*.

<sup>487</sup> CERTEAU, *op. cit.*, 1994, p. 101.

<sup>488</sup> *Ibidem*, p. 100.

<sup>489</sup> *Ibidem*, p.101.

execução dos serviços que conseguem o sustento, porém não possuem condições de alterar sua posição marginal.

Algumas medidas não tiveram sucesso. Aguiar tentou agregar a produção de tênis na sua modesta fábrica, mas não teve êxito, nas palavras do sapateiro: “tinha que ter máquina e eu sempre fabriquei manual [...]. Tinha que ter máquina para um monte de coisa e eu não tinha condições de comprar. Então eu parei [...]. Fica mais difícil para acompanhar, precisa de muito capital”. As dificuldades financeiras em acompanhar os avanços tecnológicos é uma das barreiras mais expressivas e que dificilmente é transposta pelos entrevistados. A competição de mercado com as indústrias de grande porte é desigual para os sapateiros com empreendimentos módicos.

Dalmiro restringiu seus serviços ao conserto e para aumentar a lucratividade, conciliou o espaço doméstico e laboral, para não precisar pagar aluguel, aspecto que destacou entre as dificuldades: “o problema são os aluguéis, ninguém tem dinheiro para pagar os aluguéis que eles cobram. Hoje se tu queres alugar uma ‘pecinha’, por exemplo, essa parte aqui assim, 600,00 reais, 400,00 reais!”. O alto valor dos aluguéis também foi citado por Anderson, que aluga um espaço no Centro de Pelotas e falou que nos meses de pouco movimento enfrenta dificuldades em pagar.

Os sapateiros mais antigos contam com a ajuda diária de suas esposas. Elaine, companheira de Aguiar, participou da entrevista e contou que recebe um valor mensal pelo trabalho. No balcão de atendimento da Sapataria Tamandaré o cliente é recebido pela esposa, mas quando questionado se ela trabalha, Dalmiro respondeu:

Nunca deixei ela trabalhar! [...] Eu achava assim, se eu ganhava o suficiente pra nós vivermos folgados, se eu tivesse necessidade até acredito que ela poderia trabalhar. Hoje ela me ajuda aqui, hoje em vez de pagar uma empregada para atender aqui, ela cuida pra mim [...]. Então economizo! Economizo não, porque ela também no fim da semana quer [gesto de dinheiro]! Então de qualquer maneira, mas é menos que pagar um funcionário!

As esposas de Anderson e Volcei, além do filho desse último, também desenvolvem atividades nas sapatarias quando há muito trabalho. Pode-se sugerir que os sapateiros optaram pelo trabalho dos cônjuges como uma forma de evitarem o contrato de funcionários, concentrando o lucro das sapatarias na família; não pagam encargos, pois as relações não são formalizadas e podem dispensar os serviços durante os meses de pouco movimento.

Dalmiro citou um caso que julga incomum, o de uma mulher que “faz qualquer serviço na sapataria” quando o marido não está na sapataria:

Que eu saiba só tem essa mulher aqui, de sapateira mesmo, que pega no batente mesmo! Creio que mais tem, têm mulheres que estão na sapataria, que ajudam! Eu tenho outro amigo aí que tem sapataria, a mulher dele ajuda ele na sapataria, mas essa eu acho que não faz nada, muda fecho, essas coisas assim, troca um fecho de uma bota, coisa assim ela faz...

Aguiar ensinou muitos jovens e, atualmente, cinco sapatarias do bairro Centro de Pelotas possuem vínculo familiar com o sapateiro, nas entrevistas com estes foram notadas algumas vantagens dessa situação: compartilham serviços para cumprir os prazos dados aos clientes; ou transferem o trabalho pela necessidade de uma máquina específica; compram matéria-prima em conjunto; e trocam experiências. O dono da Sapataria 7 Estrelas não recorre de imediato ao sogro defronte uma dificuldade, prefere exaurir-se em tentativas antes de procurar Aguiar, pois deseja aprender todas as especificidades da sua ocupação. Anderson também tem no pai e nos irmãos uma opção quando não consegue contornar os desafios diários na sapataria.

As trocas de experiências, contudo, não são limitadas aos núcleos familiares, o conhecimento é compartilhado entre os sapateiros da cidade, o que pode ser percebido nos trechos em que os narradores demonstram o orgulho dos antigos aprendizes que hoje possuem sapatarias; nos relatos envolvendo os encontros à beira do balcão da Casa do Sapateiro e os jantares anuais organizado pelo proprietário, ambos os espaços são apresentados como uma oportunidade de confraternização e troca de saberes. Anderson fez referência a um novo sapateiro na cidade, que abriu sua sapataria há poucos meses e quando tem dúvidas pergunta para os outros sapateiros e estes prontamente o ajudam.

O trabalho do artífice é, por vezes, envolto pelo segredo. Bourdieu e Delsaut discorrem sobre as dificuldades das grifes manterem-se após a morte do costureiro criador<sup>490</sup>; Sennett reflete sobre os desafios da transmissão dos conhecimentos que se tornam tácitos<sup>491</sup>; mas estes aspectos não prevalecem nas relações entre os sapateiros pelotenses, pois aparentemente existe uma relação de trocas de saberes que favorece a todos, os mais velhos parecem satisfeitos ao serem abordados com questionamentos e ao verem seus aprendizes abrindo negócios próprios. Há os especialistas sociáveis e antissociais, para Sennett:

A especialização sociável trata as outras pessoas em suas perspectivas em processo, assim como o artesão explora a mudança material; a capacidade de consertar é exercida na qualidade de mentor; os padrões que servem de orientação são transparentes, ou seja, compreensíveis para os não especialistas. A especialização

<sup>490</sup> Conforme: BOURDIEU; DELSAUT, *op. cit.*, 2008.

<sup>491</sup> SENNETT, *op. cit.*, 2009, p. 49.

antissocial envergonha os outros, deixando o especialista acuado e isolado. A comparação invejosa pode levar à perda de conteúdo da qualidade.<sup>492</sup>

Todos os entrevistados afirmaram que estão em processo contínuo de aprendizagem, movimento imposto pelos desafios apresentados pelos novos materiais e modelos de calçados. Os produtos sintéticos “são bem mais complicados de consertar”, contou Anderson. O sapateiro Valdir lembrou que um de seus clientes trouxe um calçado para consertar, e por desconhecer o material, precisou de três tentativas, misturando colas, até dar um resultado satisfatório ao cliente.

“A busca pela qualidade também é uma questão de iniciativa, o motivo propulsor no artífice”<sup>493</sup>, que é acompanhada por doses de obsessão, que devem ser moderadas, pois nem todos os problemas terão uma solução perfeita, como Volcei expôs: “a gente tenta fazer perfeito, como saiu da fábrica”. Aspecto que diferencia estes dos trabalhadores modernos, pois “para o absolutista que há em todo o artífice, cada imperfeição é um fracasso; para o profissional, a obsessão com a perfeição pode ser a receita do fracasso”<sup>494</sup>.

A qualidade do trabalho pode ser interpretada como uma tática de manutenção da clientela e da reputação do trabalhador. “O sociólogo Pierre Bourdieu sustenta que a retórica da qualidade serve aos indivíduos no interior de organizações e grupos étnicos como instrumento de reivindicação de *status*: eu/nós somos mais motivados, mais empenhados e mais ambiciosos que os outros”<sup>495</sup>. Esta distinção e apreço pela qualidade podem ser atrativos para os clientes, além de valorizar o seu trabalho, inferindo sobre seu preço.<sup>496</sup>

Acompanhou-se uma negociação entre o sapateiro Aguiar e uma cliente. A jovem explicou a ele qual resultado desejava com as alterações na alça de uma bolsa e, analisando as possibilidades, o sapateiro apresentou a melhor opção, mas quando a cliente questionou sobre o valor, passou a sugerir alternativas ao projeto, pois ela havia achado alto o preço. Aguiar se negou a fazer da forma proposta pela cliente, mas acabaram chegando a um acordo sobre o valor do serviço, sem alterar a proposta do sapateiro. Depois que a cliente saiu da sapataria, Aguiar foi questionado sobre o apreço pela qualidade e afirmou: “do jeito que ela queria ia

<sup>492</sup> *Ibidem*, p. 280-281.

<sup>493</sup> SENNETT, *op. cit.*, 2009, p. 113.

<sup>494</sup> *Ibidem*, p. 57.

<sup>495</sup> *Ibidem*, p. 273.

<sup>496</sup> Na pesquisa sobre a classe operária inglesa, Thompson observa que “o costume, mais que o custo (fato raramente compreendido), determina os preços em muitas vilas industriais” do século XIX. THOMPSON, *op. cit.*, 1988, p. 73.

ficar horrível. [...] Em último caso eu faço, mas eu gosto de dar o ‘meu pensar’ do que vai ficar melhor e bonito”.

Aguiar acredita que realizando trabalhos mal feitos perderá clientela, pois se alguém que vê uma bolsa mal feita e questiona sobre quem a fez, nunca vai trazer nada para a sua oficina. Elaine complementou, falando que o marido é muito perfeccionista: “é que ele é chato, se ficar torto, ele descola, tem que ser do jeito dele... [risos]”. Na mesma perspectiva, Valdir afirmou que “o salário da gente depende do trabalho bem feito”, pois o freguês tem o direito de ter “coisa boa” e por isso oferece a eles garantia. Para Dalmiro, os clientes de hoje pouco se importam com o acabamento de um trabalho bem feito, como se pode notar no fragmento:

Hoje o que interessa é o seguinte, tu pega um sapato, bota um solado, leva na fresa da máquina, passa na fresa, deu o acabamento, dá uma lustrada nele, bota na prateleira e está feito o serviço! Mas uma vez não, uma vez o freguês exigia que passasse cera na volta do sapato dele! [...] Tinha que ficar bonitinho, não tinha que ficar marquinha nenhuma, hoje ninguém dá bola para essas coisas!

A tática mais usada é o conserto. Fábricas e reformadoras poderiam ser estabelecimentos distintos, mas essas funções confundem-se. A Fábrica de Botas Tradição conserta toda variedade de calçados, a Botas Bonini restaura as botas feitas pela fábrica. Os demais continuam trabalhando através dos consertos. Na opinião de Sennett, “a restauração é um aspecto negligenciado, mal compreendido, mas de grande importância das técnicas de habilidade artesanal”<sup>497</sup>, e cita o sociólogo Douglas Harper para afirmar que “fazer” e “consertar” formam uma só atividade, um contínuo.

“Também hoje, o especialista é visto como aquele que é capaz igualmente de produzir e consertar”<sup>498</sup>, mas o autor diferencia o conserto estático do dinâmico: enquanto o primeiro se configura como um reparo mais simplista, como a substituição de um salto danificado de uma sandália por outro, o último “leva a uma mudança da forma ou da função atual depois de remontado”<sup>499</sup>, como as mudanças estruturais que os sapateiros fazem no calçado, tornando-o mais confortável, melhorando sua qualidade ou reforçando estruturas. Estes diferentes consertos refletem nas ferramentas usadas: algumas possuem finalidades específicas (ferramenta fixa); e outras são adaptadas em prol da finalidade desejada (múltiplas utilidades).

Pode-se observar alguns desses elementos na postura de Volcei. O tênis foi citado por todos os narradores como um produto que prejudicou as fabriquetas, pois estas só produziam

<sup>497</sup> SENNETT, *op. cit.*, 2009, p. 223.

<sup>498</sup> *Ibidem*, p. 276.

<sup>499</sup> *Ibidem*, p. 223.



sapatos, e foi apontado como de difícil conserto, por vezes seu reparo é desaconselhado pelos sapateiros, mas o depoente encontrou uma possibilidade:

O calçado diminuiu bastante por causa do tênis, mas o tênis te dá bastante retorno também, não é? Então a gente precisa se aprimorar no tênis [...] O tênis é muito mais difícil, muito pior trabalhar com o tênis. O sapato é bem mais simples. Tu pega ele, principalmente couro, até para cortar, costurar é melhor. O tênis já é bem pior para fazer, até a cola, a cola já não é do sapateiro, é uma cola especial. [...] Para o tênis não tem [material para o conserto], a gente precisa inventar [...] Um solado, era para existir... Tipo, solado para o tênis, já não existe [...] o material a gente mesmo faz, a gente criou ele para fazer [...], pego pedaço de protetor de pneu e faço solado de tênis, é o único que pode aguentar.

Como pode-se perceber, Volcei faz um conserto dinâmico e ampliou a utilização das matérias-primas e ferramentas através da experiência imaginativa. A mistura de colas para a colagem do tênis e um pedaço de protetor de pneu que substitui o solado danificado sugerem que o artífice trabalhou perante a resistência e improvisou para ter resultados satisfatórios. Alguns sapateiros também ampliaram os bens consertados, buscando maior rentabilidade. Aguiar, Anderson e Volcei reformam cadeiras de praia, colchonetes, malotes de empresa, estofamentos de cadeiras, bolsas, cintos, zíperes e pintura de calçados, entre outros. Valdir e seu sócio arrumam bolsas e trocam fechos.

Por fim, conclui-se que os trabalhadores e os pequenos empreendedores não aceitam facilmente a sua marginalização nos mundos dos trabalhos, criando táticas para a sua permanência no mercado de trabalho. Entre os que consertam, mesmo que as funções exercidas diariamente sejam diferentes daquelas do início das suas trajetórias laborais e a rentabilidade do resultado dos seus trabalhos tenha decaído, preservam o conhecimento relacionado à prática de confecção de calçados e sua autonomia, trabalhando para si. Os gestores e administradores de fábricas de botas também manifestam opções para manter seu produto no mercado, principalmente através da valorização de trabalho feito em “manufaturas”, isto é, bastante manual.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelotas, cidade localizada ao sul do Rio Grande do Sul, desenvolveu-se no século XIX através da produção de charque. Aproveitando esta produção, surgiram também os curtumes, que beneficiam o couro. A maior parte do produto beneficiado é destinada a outras regiões do então Império, sendo a mesma tendência percebida nas décadas seguintes. No início do século XX, Pelotas e Rio Grande perdem o posto de maior centro econômico do estado para Porto Alegre. Neste período, Pelotas possuía duas indústrias de calçados de porte significativo, movidas a vapor, além de inúmeras unidades produtivas menores do mesmo ramo.

A cidade sulina se diferenciava da região nordeste. Não contava com um contingente populacional tão expressivo, pois não ser destino de muitos imigrantes. A presença modesta de estrangeiros também interferiu na qualidade da mão de obra, visto que muitos alemães e italianos eram mestres de ofício em seus países e contribuíram para o desenvolvimento da indústria no Rio Grande do Sul. Alguns elementos que ajudam a entender a linha decrescente da produtividade de manufaturados em Pelotas são: a proximidade da cidade com a fronteira, e os contrabandos; a captação de braços para as charqueadas e a escassez dos mesmos em outros ramos produtivos; o reduzido mercado consumidor, já que muitos recebiam como salário a moradia e a alimentação; a valorização do ócio em detrimento ao trabalho em uma sociedade católica e elitista.

Imigrantes e seus descendentes, escravos e libertos executavam a atividade de fabricar calçados na cidade de Pelotas. O mestre sapateiro era reconhecido pela qualidade do produto feito, mas o prestígio era abonado principalmente aos imigrantes. As pequenas oficinas eram numerosas, mas também havia manufaturas, isto é, unidades em que as tarefas estavam fragmentadas de modo simples e utilizavam algumas máquinas. Empreendedores do ramo buscavam nos países vizinhos maquinário e trabalhadores qualificados. Neste período notou-se uma significativa inserção de sapateiros em organizações, nestas, a separação entre os patrões e os assalariados ocorreu gradualmente.

A década de 1930 marcou o declínio de Pelotas, que desde 1890 sofria com dificuldades econômicas. Após as dificuldades da Crise de 1929, houve incentivos para o desenvolvimento industrial do Brasil e para intensificar o mercado interno, mas essas medidas não favoreceram Pelotas. Os processos trabalhistas pesquisados indicam que a fabricação de calçados era de pouca expressão na cidade entre a década de 1940 e 1960. As manufaturas abarcadas pelas fontes empregavam poucos funcionários e maquinário; as tarefas eram divididas de modo simples, e o “saber fazer” todo o calçado foi mantido. A produção e a

venda são atividades próximas e parte dos bens poderia alcançar mercados nas diferentes regiões do estado, entretanto concentrava-se em Pelotas e nas cidades vizinhas.

O espaço laboral confundia-se com o doméstico, não só porque algumas unidades abrigavam a casa do proprietário ou dos gerentes, mas também pelas relações pessoais que eram estabelecidas. Irmãos, pais, filhos, genros e enteados trabalhavam juntos, pois o conhecimento sobre a atividade era passado pelas gerações e era comum favorecer familiares com o emprego. A presença de mulheres era pequena e elas estavam direcionadas para a tarefa de costurar, tendo, por vezes, a possibilidade de realizar o serviço em casa.

A maior parte dos trabalhadores era diarista, ou seja, recebiam por dia trabalhado, situação que causava tensões, pois muitos eram dispensados com a alegação de insubordinação, falta de matéria-prima ou de trabalho, afetando o salário. O salário era de duas formas, por hora trabalhada ou por peça/tarefa concretizada, sendo que a modalidade “por peça” era adotada quando se exigia maior habilidade na feitura. O tempo de execução e a qualidade na realização do trabalho eram pontos de tensão entre patrões e empregados. Muitos funcionários não aceitavam com facilidade questionamentos em relação ao seu conhecimento e destreza, e o mesmo acontecia com a perda do controle sobre o tempo, dois aspectos caros àqueles que ainda mantinham a aproximação com o bem produzido e valorizavam-se como oficiais-sapateiros.

Quanto mais fragmentada e mecanizada a produção, menor era o salário. Nos primeiros processos trabalhistas consultados era recorrente a identificação dos trabalhadores como sapateiros, isto é, profissional que domina todas as etapas da fabricação do calçado, mesmo que no cotidiano execute apenas algumas etapas. Quando as fontes permeiam o ano de 1960, os requerentes começaram a afirmar que eram operários e, por vezes, especificavam a atividade que realizavam. Por mais que as unidades produtivas não tivessem se desenvolvido tecnologicamente de maneira expressiva em Pelotas, houve um incremento dos anos 1940 até os anos 1960. A maior mecanização e fragmentação das atividades provocaram a fixação do salário mensal, e esta remuneração era mais baixa quando comparado aos salários dos sapateiros.

O que ocorreu foi um gradual processo de “metamorfose”, um período em que ocorreu um conflito entre o novo e o velho, em que os sujeitos agiram para a manutenção do seu modo de vida. Notaram-se, na pesquisa realizada, espaços de tensões microsociais, que se davam no cotidiano laboral e indiciam experiências de trabalhadores que interagem com as condições estruturantes. Homens e mulheres não aceitam facilmente as mudanças, principalmente quando intensificam a exploração do seu trabalho. A organização política e sindical foi pouco

observada, apesar da literatura vincular constantemente o sapateiro aos sindicatos, entretanto compreendeu-se que essas experiências no chão de fábrica são mecanismos de resistência.

Ultrapassado o período da estruturação fabril e da abertura do mercado interno (1930-1970), chegou-se aos anos ditados pelas políticas econômicas da Ditadura. Após 1970 ocorreu um desvio da produção de calçados para o exterior, e para que a produção nacional pudesse ser competitiva nesse mercado foi intensificado o seu processo de modernização. As cidades favorecidas pelas medidas governamentais direcionadas a esse ramo foram as que já possuíam alguma infraestrutura e tradição. Pelotas não estava entre essas cidades, pois como observado no segundo capítulo não acompanhou o crescimento observado em cidades como as do Vale do Rio dos Sinos (RS) e de Franca (SP).

Senhores que ainda hoje desenvolvem atividades atreladas aos calçados, seja na produção ou reforma, e que iniciaram sua trajetória laboral nessa atividade nos anos de 1960, afirmaram que havia muitas “fabriquetas” em Pelotas até a década de 1970, mas não grandes indústrias. Esses entrevistados começaram a trabalhar como aprendizes, foram funcionários, alguns foram proprietários de pequenas fábricas, mas hoje são gerentes ou donos de pequenas sapatarias (reformadoras) ou fábricas de botas e, como alertado, essa ambiguidade deve ser considerada. O estudo considerou a perspectiva da memória e o conceito de experiência foi usado com parcimônia quando se analisaram as narrativas, visto que a experiência na perspectiva *thompiana* é a da luta da classe dos trabalhadores.

Os narradores relataram alguns elementos similares aos percebidos através dos processos, como a aprendizagem, que era feita dentro das unidades e por meninos bastante jovens. Alguns aprendizes eram filhos dos proprietários, outros eram encaminhados pelos pais para que aprendessem uma profissão. A tensão em relação ao pagamento desses jovens apontada nos processos reforçou-se pela oralidade, muitos aprendizes não eram pagos, pois entendia-se que o “saber fazer” era a maior recompensa, entretanto com a popularização das leis trabalhistas muitos empregadores sofreram as consequências desse descumprimento.

As narrativas, apesar de citarem problemas entre patrões e empregados, aproximaram-se do teor paternalista, mas que deve ser contrastado com as experiências que foram explicitadas pelos processos trabalhistas. O período em que ocuparam as posições de mando foi o mais estimado nas entrevistas, e assim compreende-se o motivo de ressaltar aspectos que os reafirmaram como bons chefes. A necessidade de pouco capital para abrir uma “fabriqueta” de calçados justifica a interação dos empregadores e empregados, pois, assim como analisado nos processos, o proprietário permaneceu no espaço produtivo, em posição similar ao “mestre-sapateiro”, afastando-se às vezes para vender os calçados.

O cotidiano foi marcado por tensões e táticas, mas também pela rotina. Acredita-se que as fábricas arroladas pelos processos e citadas nas narrativas abrigavam trabalhadores que conheciam todas as etapas da confecção, porém a produção era dividida basicamente entre cortadores, costureiras e montadores, podendo ter trabalhadores fixados em funções ou máquinas específicas, mas isso pareceu menos recorrente. O maquinário citado era modesto: lixadeira, máquina de costura e balancim, e menos frequentes são as montadoras do bico e calcanhar. O tempo de execução das atividades era controlado pelo patrão, mas era composto pela sucessão de tarefas ordenadas, o que permitia uma maior inferência do trabalhador sobre o tempo e a qualidade do seu trabalho. Pode-se afirmar que o tempo era conduzido pela necessidade produtiva, isto é, o trabalho era intensificado ou suspenso conforme a exigência dos pedidos.

**Atividades** parcelares, mas que necessitavam da destreza e conhecimento do executor, utilização de ferramentas simples e de poucas máquinas caracterizaram o espaço de produção relatado. Hoje, a maior parte dos entrevistados concentra-se na reforma de calçados, fecharam suas fábricas por serem pouco rentáveis e justificam essa situação: pelo avanço tecnológico e crescimento da indústria moderna; pela mudança na moda, que aumentou o uso de tênis e calçados de plástico em detrimento do sapato de couro; e pela entrada dos calçados “chineses” no mercado brasileiro.

O trabalho com o calçado atual em Pelotas pode ser dividido em três frentes: a reforma, a produção de botas e botinas e a feitura de calçados para as escolas de samba. Lembra-se que nenhum dos sapateiros da última frente concedeu entrevista. Pontualmente são pedidos calçados de modelos ou tamanhos específicos e que não seriam encontradas no varejo. Os espaços de reforma que foram visitados para a realização das entrevistas são de antigos donos de fábricas, funcionários dessas fábricas ou de homens que só aprenderam a fazer consertos, contudo ser um “sapateiro completo” ainda foi um fator valorizado entre os entrevistados. No que versa sobre as fábricas de botas, os gestores começaram como aprendizes, sendo que um possui vínculo familiar.

As sapatarias, compreendida em seu sentido usual nos dias atuais, isto é, como espaço para a reforma, são mais numerosas e ampliaram os objetos consertados. Seus donos contam com a ajuda eventual das esposas e filhos, sendo que apenas um deles tem sócio. Os espaços são pequenos e os calçados feitos de variados materiais sintéticos tornam-se desafios para estes sapateiros. As fábricas de botas empregam de quatro a dez funcionários, cada um deles executando mais de uma função. O trabalho nas sapatarias aumenta no período do inverno, o que pode resultar em contratações.

Sapatarias e fábricas de botas ressaltaram a qualidade das suas atividades. As botas encontraram no trabalho manual, no material de qualidade e, especialmente, na feitura de uma bota exclusiva para cada cliente, elementos que valorizaram tais bens, assim a baixa produtividade foi recompensada pelo alto preço. Porém, o trabalho com a reforma pareceu pouco rentável.

As fontes ofereceram vestígios de empreendimentos módicos que empregavam trabalhadores com baixa remuneração e sem prestígio social. A satisfação com a atividade não foi unanimidade, José Aguiar e Dalmiro dos Santos, ambos foram funcionários e donos de fábricas e hoje possuem sapatarias, interpretam a atividade de forma distinta. José estima sua atividade e incentivou os familiares a seguir no mesmo ramo, e reconhece na sua trajetória laboral os meios pelos quais conquistou uma vida confortável. Os elementos materiais também foram citados por Dalmiro, mas este revelou que sentia muita vergonha por ser sapateiro e a entende como uma “profissão baixa”.

Os donos de sapatarias afirmaram que hoje a atividade não é muito rentável, porém ressaltaram que “trabalham para si” e controlam suas rotinas de trabalho. Contudo, notou-se que conforme se tornam escassos tais estabelecimentos, o trabalho prestado passa a ser de preço mais alto. Os narradores interpretaram durante os encontros que realizam uma atividade que está desaparecendo, mas afirmaram que ainda há muito serviço, e opinaram sobre o meio pelo qual poderá se formar novos sapateiros: a família dos atuais. Contratar funcionários com a finalidade de ensiná-los foi considerado inviável, devido aos compromissos fiscais e trabalhistas.

O processo produtivo foi compreendido como pouco mecanizado. As ferramentas simples, as habilidades e o conhecimento do trabalhador eram fundamentais. O processo de trabalho se alterou lentamente e o artesão se transformou em operário parcelar após um período longo de tensão. Concepção e execução do bem foi outra fissura que foi superada, passando para aquela em que o sapateiro controlava ao menos a execução, para enfim, ser apenas um dos vetores necessários para a confecção do bem de consumo.

O trabalhador se metamorfoseou, perdeu o espaço no qual as competências de um oficial sapateiro eram fundamentais e ocupou outro, o local da indústria, em que adquiriu novas aptidões. Em todas as fases existiram exploração da força de trabalho e resistência a essa exploração. A cidade de Pelotas não tem expressão nesse ramo e com o crescimento do setor em outras cidades, observou a gradual diminuição de suas fábricas de calçado, devido à perda na competição de mercado consumidor. Seus trabalhadores e proprietários buscaram alternativas e alguns mantiveram-se exercendo atividades junto aos calçados.

Alguns se tornaram assalariados em outros ramos, visto que a persistência de indústrias calçadistas em Pelotas foi de pouco fôlego. Ou adaptaram-se, lançando mão de táticas, produzindo calçados específicos em pequena escala e/ou que não são encontrados no varejo; ou se voltaram para realização de reformas. São compreendidos nessa dissertação os que se adaptaram. Enfim, toda investigação histórica é uma perspectiva com base nos objetivos da pesquisa e nas tendências teóricas do autor, com os limites que versam sobre a escolha das fontes e bibliografia consultadas, os quais, se acredita, foram apresentados durante a redação.

## FONTES

### 1. Acervo do Laboratório de História Oral da Universidade Federal de Pelotas:

Entrevista realizada com **Dalmiro dos Santos**, na Sapataria Tamandaré. Pelotas. 2011. Entrevistadores: Lóren Nunes da Rocha e Eduarda Borges. Acervo do Laboratório de História Oral da Universidade Federal de Pelotas.

Entrevista realizada com **José Maria Barbosa Aguiar**, na Sapataria Aguiar. Pelotas. 2011. Entrevistadora: Micaele Irene Scheer. Acervo do Laboratório de História Oral da Universidade Federal de Pelotas.

Entrevista realizada com **Volcei da Rosa**, na Sapataria 7 Estrelas. Pelotas. 2011. Entrevistadora: Micaele Irene Scheer. Acervo do Laboratório de História Oral da UFPel.

### 2. Acervo do Laboratório de História Oral e Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul:

Entrevista realizada com **Aristimundo Papini da Fonseca**, na Fabrica de Botas Bonini. Pelotas. 2012. Entrevistadora: Micaele Irene Scheer. Acervo do Laboratório de História Oral e Pesquisa da PUCRS.

Entrevista realizada com **Gérson Soares**, na Fabrica de Botas Bonini. Pelotas. 2013. Entrevistadora: Micaele Irene Scheer. Acervo do Laboratório de História Oral e Pesquisa da PUCRS.

Entrevista realizada com **Anderson Gonçalves Garcia**, na Fabrica de Botas Bonini. Pelotas. 2013. Entrevistadora: Micaele Irene Scheer. Acervo do Laboratório de História Oral e Pesquisa da PUCRS.

Entrevista realizada com **Valdir Oliveira da Silva**, na Fabrica de Botas Bonini. Pelotas. 2013. Entrevistadora: Micaele Irene Scheer. Acervo do Laboratório de História Oral e Pesquisa da PUCRS.

### 3. Biblioteca Pública Pelotense:

A Alvorada, Pelotas/RS, 1947.

### 4. Núcleo de Documentação Histórica do Rio Grande do Sul:

#### 4.1 Acervo da Delegacia Regional do Trabalho.

Ficha-espelho n° 17923. 1939.

Ficha-espelho n° 17638. 1939.

Ficha-espelho n° 17633. 1939.

Ficha-espelho n° 17639. 1939.



Ficha-espelho n° 17641. 1939.

Ficha-espelho n° 16294. 1939.

Ficha-espelho n° 17632. 1939.

Ficha-espelho n° 18000. 1939.

Ficha-espelho n° 18224. 1939.

Ficha-espelho n° 17926. 1939.

Ficha-espelho n° 18220. 1939.

Ficha-espelho n° 17640. 1939.

Ficha-espelho n° 18218. 1939.

Ficha-espelho n° 18219. 1939.

Ficha-espelho n° 18001. 1939.

Ficha-espelho n° 17922. 1939.

Ficha-espelho n° 34928. 1941.

Ficha-espelho n° 34931. 1941.

Ficha-espelho n° 34926. 1941.

Ficha-espelho n° 34924. 1941.

Ficha-espelho n° 34923. 1941.

Ficha-espelho n° 34922. 1941.

Ficha-espelho n° 34921. 1941.

Ficha-espelho n° 34920. 1941.

Ficha-espelho n° 34932. 1941.

Ficha-espelho n° 34933. 1941.

Ficha-espelho n° 34929. 1941.

Ficha-espelho n° 34927. 1941.

Ficha-espelho n° 34936. 1941.

Ficha-espelho n° 34937. 1941.

Ficha-espelho n° 42147. 1941.

Ficha-espelho n° 42148. 1941.

Ficha-espelho n° 34930. 1941.

Ficha-espelho n° 34895. 1941.

Ficha-espelho n° 40679. 1942.

Ficha-espelho n° 40568. 1942.

Ficha-espelho n° 40772. 1942.

Ficha-espelho n° 43266. 1943.

Ficha-espelho n° 43267. 1943.

Ficha-espelho n° 43290 . 1943.

#### **4.2 Acervo da Justiça do Trabalho da Comarca de Pelotas.**

Processo Trabalhista 22/90, 1942.

Processo Trabalhista NI/1968, 1943.

Processo Trabalhista 123/43, 1943.

Processo Trabalhista 240/61, 1944.

Processo Trabalhista 260/61, 1944.

Processo Trabalhista 43/44, 1945.

Processo Trabalhista 28/46, 1946.

Processo Trabalhista 28/47, 1947.

Processo Trabalhista 431/49, 1949.

Processo Trabalhista 573/49, 1949.

Processo Trabalhista 564/49, 1949.

Processo Trabalhista 396/50, 1950.

Processo Trabalhista 305/50, 1950.

Processo Trabalhista 455/51, 1951.

Processo Trabalhista 367/53, 1953.

Processo Trabalhista 312/54, 1954.

Processo Trabalhista 525/56, 1956.

Processo Trabalhista 787/57, 1957.

Processo Trabalhista 103/57, 1957.

Processo Trabalhista 161/57, 1957.

Processo Trabalhista 782/57, 1957.

Processo Trabalhista 645/57, 1957.

Processo Trabalhista 352/60, 1960.

Processo Trabalhista 873/63, 1963.

Processo Trabalhista 13/63, 1963.

Processo Trabalhista 852/65, 1965.

Processo Trabalhista 670/65, 1965.

## REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Verena. **Ouvir contar**: textos em história oral. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- \_\_\_\_\_. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanazi (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005a, p. 155-202.
- \_\_\_\_\_. **Manual de História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2005b.
- ALVES, Giovani; ARAÚJO, Renan. Thompson, Lukács e o conceito da experiência. **Revista Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 5, n. 10, p. 53-70, jul-dez 2013.
- ANJOS, Marcos Hallal dos Anjos. **Estrangeiros e Modernização**: a cidade de Pelotas no último quartel do Século XIX. Pelotas: Gráfica da UFPel, 2000.
- APPADURAI, Arjun. **Introdução**: mercadorias e a política de valores. In: \_\_\_\_\_. A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural. Niterói: UFF, 2010, p. 15-87.
- AUED, Bernardete Wrublewski. Sobre a extinção das profissões: implicações teóricas. In: \_\_\_\_\_. **Educação para o (des)emprego**. Rio de Janeiro: Vozes, 1999, p. 43-62.
- \_\_\_\_\_. Acerca da identidade coletiva do sapateiro militante. **Caderno de Pesquisa**, n. 29, p. 1-31. 2001. Disponível em: <<http://www.sociologia.ufsc.br/cadernos/Cadernos%20PPGSP%2029.pdf>>. Acesso em: 17 nov. 2011.
- BARBOSA, Agnaldo de Sousa; MENDES, Alexandre Marques. Capital, trabalho e formação de classe na indústria do calçado. **Políticas Públicas e Sociedade**, Fortaleza, n. 5, p. 63-71, 2003.
- BERGSON, Henri. **Matéria e memória**: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- BOSI, Eclea. **Memória e Sociedade**: lembranças de velhos. Rio de Janeiro: Companhia da Letras, 1994.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. **Usos e abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 183-192.
- \_\_\_\_\_; DELSAUT, Yvette. O costureiro e sua grife: contribuição para uma teoria da magia. In: \_\_\_\_\_. **A produção da crença**: contribuição para uma economia dos bens simbólicos. Porto Alegre: Zouk, 2008, p. 113-190.
- \_\_\_\_\_. A força do direito. Elementos para uma sociologia do campo jurídico. In: \_\_\_\_\_. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010, p. 209-254.
- BRASIL, **Lei n. 62 de 5 de junho de 1935**. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1930-1949/l0062.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1930-1949/l0062.htm)>. Acesso em: 12 set. 2013.

\_\_\_\_\_. **Lei n. 605 de janeiro de 1949.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/10605.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/10605.htm)>. Acessado em: 23 mar. 2014.

\_\_\_\_\_. **Decreto-lei n. 5.452 de 1º de maio de 1943** (Consolidação das Leis do Trabalho). Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del5452.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm)>. Acesso em: 20 ago. 2013.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Desenvolvimento econômico: a Revolução Industrial e Nacional.** In: \_\_\_\_\_. **Desenvolvimento e crise no Brasil: História, Economia e Política de Getúlio Vargas a Lula.** 5º ed, 2003, p. 41-75.

BRITTO, Natalia Daniela Soares Sá. **Industrialização e Desindustrialização do espaço urbano na cidade de Pelotas.** 2011. 107 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2011.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social.** Petrópolis: Vozes, 1998.

CASTRO, Hebe. **História Social.** In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia.** Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1997, p. 45-59.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer.** Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 1994.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da *belle époque*.** Campinas: Ed. da Unicamp, 2008.

\_\_\_\_\_; FONTES, Paulo. **História Social do Trabalho, História Pública.** *Perseu*, São Paulo, n. 4, ano 3, p. 220-228. 2009.

CONCEIÇÃO, Josuan Ávila da. **O couro como agente na produção do espaço geográfico em Pelotas (RS).** 2008. 115 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – Curso de Licenciatura em Geografia, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2008.

COSTA, Achyles Barcelos da. **A trajetória competitiva da indústria de calçados do Vale dos Sinos.** In: \_\_\_\_\_.; PASSOS, Maria Cristina (org.). **A indústria calçadista no Rio Grande do Sul.** São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2004, p. 9-24.

COSTA, Emília Viotti. **Estrutura versus Experiência. Novas tendências do movimento operário e das classes trabalhadoras na América Latina: o que se perde e o que se ganha.** *BIB*, Rio de Janeiro, n° 29, p. 3-16, jan./jun. de 1990.

CORRÊA, Larissa Rosa. **Trabalhadores têxteis e metalúrgicos a caminho da Justiça do Trabalho: leis e direitos na cidade de São Paulo, 1953 a 1964.** 2007. 243 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Campinas, Campinas, 2007.

CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata.** São Paulo: UNESP, 2000.

DELGADO, Lucília. **História Oral**: memória, tempo, identidades. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

DEMIER, Felipe. Trabalhadores e populismo visto sob outra perspectiva: a *corrente* historiográfica da Unicamp e a tese da *luta dos direitos*. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DO TRABALHO, 1, 2010, Santa Catarina. **Anais...** Santa Catarina: UFSC, 2010.

DOUGLAS, Mary. O Mundo dos Bens, vinte anos depois. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, n. 28, ano 13, p. 33-63, 2007.

FERREIRA, Jorge . Introdução. In: \_\_\_\_\_. (org.). **O imaginário trabalhista**: getulismo, PTB e cultura política popular 1945-1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2005, p. 21-95.

\_\_\_\_\_. A cultura política dos trabalhadores no primeiro governo Vargas. In: \_\_\_\_\_. **Trabalhadores do Brasil**: o imaginário do povo. Rio de Janeiro: FGV, 1997, p. 21-56.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História Oral: velhas questões, novos desafios. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Novos domínios da história**. Rio de Janeiro: Elsevier. 2012, p. 169-186.

FIOD, Edna Garcia Maciel. Crise da educação e sociedade do trabalho. **Perspectiva**. Florianópolis, v. 14, n.26, p. 71-91, jul./dez 1996.

\_\_\_\_\_. Politécnia: e educação do molusco que vira homem. In: AUED, Bernadete W. (org.). **Educação para o (des)emprego**: ou quando estar liberto da necessidade de emprego é um tormento. Rio de Janeiro: Vozes, 1999, p. 83-108.

FORTES, Alexandre; NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Fernando Teixeira da; COSTA, Hélio da; FONTES, Paulo. **Na luta por direitos**: estudos recentes em História Social do Trabalho. Campinas: Ed. da Unicamp, 1999.

\_\_\_\_\_. Introdução. In: \_\_\_\_\_. **Nós do Quarto Distrito**: a classe trabalhadora porto-alegrense e a era Vargas. 2001. 602 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Campinas, Campinas, 2001, p. XVI-XLIX.

\_\_\_\_\_. Formação de classe e participação política: E. P. Thompson e o populismo. **Anos 90**. Porto Alegre, v. 17, n. 31, p. 173-195, jul. 2010.

FREITAS, Sônia Maria de. **História Oral**: possibilidades e procedimentos. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

FRENCH, John David. **Afogados em leis**: a CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

GINZBURG, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: \_\_\_\_\_. **A micro-história e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1991, p. 169-178.

\_\_\_\_\_. **O queijo e os vermes**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

\_\_\_\_\_. Micro-história: duas ou três coisas que sei a respeito. In: \_\_\_\_\_. **O fio e os rastros**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 249-279.

\_\_\_\_\_. Sinais: Raízes de um paradigma indiciário. In: \_\_\_\_\_. **Mitos, Emblemas, Sinais**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 143-180.

GOMES, Angela de Castro e SILVA, Fernando Teixeira da (org.). **A Justiça do Trabalho e sua História**. Campinas: UNICAMP, 2013.

\_\_\_\_\_. Ideologia e trabalho no Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: FGV, 1999. p. 53-72.

\_\_\_\_\_. O populismo e as Ciências Sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. In: FERREIRA, Jorge (org.). **O populismo e sua história – debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 19-57.

\_\_\_\_\_. **Cidadania e direitos do trabalho**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

\_\_\_\_\_. **A invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

\_\_\_\_\_. Autoritarismo e corporativismo no Brasil: o legado de Vargas. **Revista USP**, São Paulo, n. 65, p. 105-119, mar./maio 2005.

\_\_\_\_\_. Retrato falado: a Justiça do Trabalho na visão de seus magistrados. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, n. 37, p. 50-80, 2006.

GRACIOLI, Maria Madalena. Os saberes dos sapateiros. **Resgate**, Campinas, n. 10, p. 131-136, 2001. Disponível em: <<http://www.cmu.unicamp.br/seer/index.php/resgate/article/view/146/148>>. Acesso em: 14 mar. 2014.

GRINBERG, Keila. A história nos porões dos arquivos judiciários. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de. **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2012, p. 119-140.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HELLER, Agnes. **O Cotidiano e a História**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

HOBBSBAWM, Eric. Da história social à história da sociedade. In: \_\_\_\_\_. **Sobre História**. São Paulo: Cia das Letras, 1998, p. 83-105.

\_\_\_\_\_; SCOTT, Joan W. Sapateiros Politizados. In: \_\_\_\_\_. **Mundos do Trabalho: novos estudos sobre a História Operária**. São Paulo: Paz e Terra, 2008, p. 149-191.

\_\_\_\_\_. Artífices e aristocratas do trabalho? In: \_\_\_\_\_. **Mundos do Trabalho: novos estudos sobre a História Operária**. São Paulo: Paz e Terra, 2008, p. 357-386.

ITAUNA, Gazeta de. **Valores do Salário Mínimo desde sua instituição até o dia de hoje**. Disponível em:

<[http://www.gazetadeitauna.com.br/valores\\_do\\_salario\\_minimo\\_desde\\_.htm](http://www.gazetadeitauna.com.br/valores_do_salario_minimo_desde_.htm)>. Acesso em: 18 mar. 2014.

LAGEMANN, Eugenio. O setor coureiro-calçadista na História do Rio Grande do Sul, **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 7, n. 2, p. 69-82, 1986.

LARA, Silvia Hunold; MENDONÇA, Joseli Maria Nunes (org.). **Direitos e Justiça no Brasil**: ensaios de história social. Campinas: UNICAMP, 2006.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 4. ed. Campinas: UNICAMP, 1996.

LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter (org.). **A escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo: UNESP, 1992, p. 133-161.

LIMA, Tania Andrade. Los zapateros descalzos: arqueología de una humillación en Río de Janeiro (siglo XIX). In: ACUTO, Felix; ZARANKIN, Andres (orgs.). **Sed non Satiata II**: acercamientos sociales en la Arqueología Latinoamericana. Buenos Aires: Encuentro Grupo, 2008, p. 135-157.

LONER, Beatriz Ana. **Classe operária**: organização e mobilização em Pelotas: 1888-1937. 1999. 729 f. 2 v. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999, p. 76.

\_\_\_\_\_. **Construção de Classe**: operários de Pelotas e Rio Grande. Pelotas: Gráfica Universitária UFPel, 2001.

\_\_\_\_\_. O acervo sobre trabalho do Núcleo de Documentação Histórica da UFPel. In: SCHMIDT, Benito Bisso (org.) **Trabalho, justiça e direitos no Brasil**: pesquisa histórica e preservação das fontes. São Leopoldo: Oikos, 2010, p. 09-24.

\_\_\_\_\_. Dois mestres sapateiros do século XIX: Justo e Giovanni. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DO TRABALHO, 2, 2012, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, 2012, p. 1-14.

LOPES, André Luís Borges. **A modernização do espaço urbano em Pelotas e a Companhia Telefônica**: melhoramento e resistência (1947-1957). 2007. 130 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

MALATIAN, Teresa Maria. Memória e Identidade entre Sapateiros e Curtumeiros. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 16, n. 31-32, p. 193-206, 1996.

MARTINS, Rodrigo Perla. **A produção calçadista em Novo Hamburgo e no Vale do Rio dos Sinos na industrialização brasileira**: exportação, inserção comercial e política externa (1969-1979). 2011. 198 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

MARX, Karl. **O capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.



MATOS, Maria Izilda Santos de. **Cotidiano e Cultura: história, cidade e trabalho**. São Paulo: EDUSC, 2002.

MATTOS, Marcelo Badaró (coord.). **Greves e repressão policial ao sindicalismo carioca (1945-1964)**. Rio de Janeiro: APERJ/FAPERJ, 2003.

MAUSS, Marcel. As Técnicas Corporais. In: \_\_\_\_\_. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: EPU/EDUSP, 1974, p. 399-422.

McCRAKEN, Grant. **Cultura & Consumo: novas abordagens ao caráter Simbólico dos Bens e das Atividades de Consumo**. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.

MEIHY, José Carlos Sebe B.; HOLANDA, Fabíola. Do oral para o escrito. In: \_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **História Oral: como fazer, como pensar**. São Paulo: Contexto, 2007, p. 133-138.

MELLO, João Manuel Cardoso de; NOVAIS, Fernando A. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: SCHWARCZ, Lollia Moritz. **História da vida privada no Brasil**. Rio de Janeiro: Companhia da Letras, 2006, p. 559-658.

MEMORIAL, **Acervo de processos da Justiça do Trabalho é reconhecido pela Unesco como patrimônio da humanidade**. 29 nov 2013. Disponível em: <<http://www.trt4.jus.br/portal/portal/memorial/noticia/info/NoticiaWindow?cod=817301&action=2&destaque=true>>. Acesso em: 16 mar. 2014.

\_\_\_\_\_, **Processos trabalhistas do TRT4/RS são reconhecidos no projeto Memória do Mundo da Unesco**. 27 mar 2014. Disponível em: <<http://www.trt4.jus.br/portal/portal/memorial>>. Acesso em: 28 jul. 2014.

MENDES, Alexandre Marques Mendes. Metamorfoses do trabalho no universo produtivo do calçado em Franca/ SP (Brasil). In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA ANPUH, 21, 2012, Campinas. **Anais...** Campinas: UNICAMP, 2012.

MENDES JUNIOR, Antonio; MARANHÃO, Ricardo. **Brasil história: texto e consulta: Era Vargas**. 4. ed. São Paulo: HUCITEC, 1991.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Memória e Cultura Material: documentos pessoais no Espaço Público. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 21, p. 89-103, 1998.

MERTZ, Marli. A burguesia industrial gaúcha e suas tentativas de organização: de sua origem a 1930. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 12, n. 2, p. 422-444, 1991.

MILLER, Daniel. Consumo como cultura material. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 13, n. 28, p.33-63, 2007.

MORAES, Roque. Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva. **Ciência & Educação**, Bauru, v. 9, n. 2, p. 191-211, 2003.

NEGRO, Antonio Luigi, SILVA, Sergio (org.). **E. P. Thompson. As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas: UNICAMP, 2001.

\_\_\_\_\_. Paternalismo, Populismo e História Social. **Cadernos AEL**, Campinas, v. 11, n. 20/21, p. 13-36, 2004.

\_\_\_\_\_. O que a Justiça do Trabalho não queimou: novas fontes para o estudo do trabalho no século XX. **Politeia**, Vitória da Conquista, v. 6, n. 1, p. 193-209, 2006.

PEREIRA NETO, Murilo Leal. **A reinvenção do trabalhismo no “Vulcão do Inferno”**: um estudo sobre metalúrgicos e têxteis de São Paulo. A fábrica, o bairro, o sindicato e a polícia (1950-1964). 2006. 505 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

NICOLAZZI, Fernando. A narrativa da experiência em Foucault e Thompson. **Anos 90**, Porto Alegre, v.11, n. 19-20, p. 53-70, jan./dez. 2004.

PAGE, Shannon. El participante invisible: el papel del transcriptor. **História Oral**, Porto Alegre, v. 7, p. 61-75, 2004.

PAOLI, Maria Célia. Os trabalhadores urbanos na fala dos outros. Tempo, espaço e classe na história operária brasileira. In: LOPES, José Sérgio Leite (coord.). **Cultura e Identidade operária**: aspectos da cultura da classe trabalhadora. Rio de Janeiro: UFRJ, 1987, p. 53-102.

PESAVENTO, Sandra. **História da Indústria Sul Rio-Grandense**. Porto Alegre: Riocell, 1985.

PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. Dilemas e desafios da historiografia brasileira: a temática da vida cotidiana. In: MESQUITA, Zilá; BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.). **Territórios do Cotidiano**. Porto Alegre/Santa Cruz do Sul: UFRGS/ Edunisc, 1995, p. 53-73.

\_\_\_\_\_. Cruzando fronteiras: as pesquisas regionais e a História operária brasileira. In: ARAÚJO, Angela Maria Carneiro (org.). **Trabalho, cultura e cidadania**: um balanço da História Social brasileira. São Paulo: Scritta, 1997, p. 85-101.

PICCININI, Valmíria Carolina; ANTUNES, Elaine Di Diego. Trajetórias e estratégias sindicais dos sapateiros do RS. **Revista Eletrônica Administração**, v. 6, n. 2, p. 1-24, jul./ago. 1997.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

\_\_\_\_\_; HEINICH, Natalie. El testimonio. In: \_\_\_\_\_. **Memoria, olvido, silencio**: la producción social de identidades frente a situaciones límite. La Plata/Buenos Aires: Al Margen, 2006, p. 53-112.

PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos. **Tempo**, Rio de Janeiro, n. 2, p. 59-72, dez. 1996.

\_\_\_\_\_. O que faz a história oral diferente, **Projeto História**, São Paulo, v. 14, p. 25-39, 1997a.

\_\_\_\_\_. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na História Oral, **Projeto História**, São Paulo, v. 15, n. 14, p. 13-49, 1997b.

\_\_\_\_\_. O momento da minha vida: funções de tempo na História Oral. In: FELENON, Déa; MACIEL, Laura; ALMEIDA, Paulo; KHOURY, Yara (org.). **Muitas Memórias, Outras Histórias**. São Paulo: Ed. Olho d'Água, 2004, p. 298-313.

\_\_\_\_\_. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29/06/1944): mito, política, luto e senso comum. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. **Usos & Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 103-130.

RANSOLIN, Antonio Francisco. Experiências do Memorial da Justiça do Trabalho no Rio Grande do Sul na preservação de fontes documentais da Justiça do Trabalho. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA ANPUH, 9, 2008, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: UFRGS, 2008.

REZENDE, Vinicius Donizete de. **Tempo, trabalho e conflitos social no complexo coureiro-calçadista de Franca-SP (1950-1980)**. 2012. 383 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Campinas, Campinas, 2012.

\_\_\_\_\_. Da gratidão à luta por direitos: a regulamentação das relações de trabalho na “capital do calçado” (Franca-SP, 1940-1980). In: In: GOMES, Angela de Castro; SILVA, Fernando Teixeira da (org.). **A Justiça do Trabalho e sua História**. Campinas: UNICAMP, 2013, p. 401-446.

REVEL, Jacques. Microanálise e construção do social. In: \_\_\_\_\_. **Jogos de escalas: a experiência da microanálise**, Rio de Janeiro: FGV, 1998, p. 16-38.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: UNICAMP, 2007.

RUAS, Roberto Lima. **Efeitos da modernização sobre o processo de trabalho: condições objetivas de controle na indústria de calçados**. Porto Alegre: FEE, 1985.

SANTOS, José Antônio dos. **Raiou a Alvorada: intelectuais negros e imprensa: Pelotas (1907-1957)**. Pelotas: Gráfica UFPel, 2003.

SARAMAGO, José. **A caverna**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SCHEER, Micaele Irene; GILL, Lorena Almeida Gill. Preservação de relatos de trabalhadores cujos ofícios estão em vias de desaparecer. In: BUSSOLETTI, Denise; CANAL, Carlos; GUEVERA, Angela; LANDÍN, David (org.). **Pluralismo nas ciências sociais: da diferença à multiplicidade**. Pelotas: UFPel, 2011, p. 39-54.

\_\_\_\_\_. **Fontes orais e processos trabalhistas: indícios sobre um antigo ofício em Pelotas**. In: JORNADAS REGIONAIS DO GT MUNDOS DO TRABALHO, 7, 2013, Pelotas. **Anais...** Pelotas: UFPel, 2013, p. 1-15.

SCHEMES, Claudia; PRODANOV, Cleber Cristiano; THÖN, Ida Helena; MARTINS, Rodrigo Perla Martins. **Memória do Setor Coureiro-Calçadista: pioneirismos e empreendedores do Vale do Rio dos Sinos**. Novo Hamburgo: Feevale, 2005.

\_\_\_\_\_. **Pedro Adams Filho**: empreendedorismo, indústria calçadista e emancipação de Novo Hamburgo (1901-1935). 2006. 445 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

\_\_\_\_\_; FAY, Cláudia Musa; PROFANOV, Cleber Cristiano. Arriscar e inovar: uma geração de empreendedores gaúchos do século XX. **História econômica & História de empresas**, Curitiba, v. XIII, n. 1, p. 157-186, jan./jun. 2010.

SCHMIDT, Benito Bisso. Práticas e Táticas: Michel Certeau (re) inventa o cotidiano, **Biblos**, Rio Grande, v. 6, p. 84, 1994.

\_\_\_\_\_. A sapateira insubordinada e a mãe extremosa: disciplina fabril, táticas de gênero e luta por direitos em um processo trabalhista (Novo Hamburgo-RS, 1958-1961). In: GOMES, Angela de Castro; SILVA; Fernando Teixeira da (orgs.). **A Justiça do Trabalho e sua História**. Campinas: UNICAMP, 2013, p. 157-202.

SCHNEIDER, Sergio. O mercado de trabalho da indústria coureiro-calçadista do Rio Grande do Sul: formação histórica e desenvolvimento. In: COSTA, Achyles Barcelos da; PASSOS, Maria Cristina (orgs.). **A indústria calçadista no Rio Grande do Sul**. São Leopoldo: Unisinos, 2004, p. 25-50.

\_\_\_\_\_. **Os colonos na indústria calçadista**: expansão industrial e as transformações da agricultura familiar no Rio Grande do Sul. 1994. 363 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade de Campinas, Campinas, 1994.

SCOTT, Joan W. A mulher trabalhadora. In: DUBY, G. e PERROT, M. **História das Mulheres no Ocidente**. Lisboa: Afrontamento, 1994, p. 443-475.

SENNETT, Richard. **O Artífice**. Rio de Janeiro: Record, 2009.

SILVA, Fernando Teixeira da. Nem crematório de fontes nem museu de curiosidades: por que preservar os documentos da Justiça do Trabalho. In: BIAVASCHI, Magda; LÜBBE, Anita; MIRANDA, Maria Guilhermina (orgs.). **Memória e Preservação de documentos**: direito do cidadão. São Paulo: LTr, 2007, p. 31-64.

SINGER, Paul. Interpretação do Brasil: uma experiência histórica de desenvolvimento. In: FAUTO, Boris (org). **História Geral da Civilização Brasileira**. III. O Brasil Republicano. 4. Economia e cultura (1930-1964). São Paulo: Difusão, 1995, p. 211-245.

SOUZA, Edinaldo Antonio de Oliveira. **Lei e Costume**: Experiências de Trabalhadores na Justiça do Trabalho (Recôncavo Sul, Bahia, 1940-1960). 2008. 181 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Bahia. 2008.

SPERANZA, Clarice. **A greve da oficina de chumbo**: o movimento de resistência dos trabalhadores da Empresa Jornalística Caldas Júnior (Porto Alegre, 1983 - 1984). 2007. 245 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pelotas, Porto Alegre, 2007.

\_\_\_\_\_. **Cavando direitos**: as leis trabalhistas e os conflitos entre trabalhadores e patrões nas minas do Rio Grande do Sul nos anos 40 e 50. 2012. 272 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2012.

THOMPSON, Edward Palmer. **Senhores e Caçadores**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. v. III.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. v. II.

\_\_\_\_\_. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Schwarcz, 1998.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

TRINDADE, Gestine Cássia; NOSELLA, Paolo. Profissões em vias de desaparecimento: a identidade dos trabalhadores de ofício frente à ofensiva do capita. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 19, n. 1, p. 95-108, 2010.

VARELA, Flávia; MOLLO, Helena; PEREIRA, Mateus; MATA, Sergio (org.). **Tempo presente e usos do passado**. Rio de Janeiro: FGV, 2012.

VODMAN, Danièle. Definições e usos. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. **Usos e abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 33-42.

WEBER, Regina. Relatos de quem colhe relatos: pesquisas em História oral e Ciências Sociais. **DADOS**, Rio de Janeiro, v. 39, n. 1, p. 163-183, 1996.

WEFFORT, Francisco. **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

**APÊNDICE A - Listagem dos trabalhadores arrolados nos Processos Trabalhistas da  
Comarca de Pelotas (1940-1965)**

Aldir Marques Gonçalves	Requerente no Processo Trabalhista 526/65 no ano de 1965, quando funcionário da Fábrica de Calçados Tejo & Filho há 20 meses. Solteiro, recebe a metade do salário mínimo. 17 anos.
Alberto Silva	Requerente no Processo Trabalhista 352/60 no ano de 1960, quando funcionário da Tamancaria Pelotense há quase sete anos. Natural de Passo Valdez, 18 anos, sempre recebeu a metade do salário mínimo, admitido como aprendiz de riscador.
Anacleta Rodrigues	Requerente no Processo Trabalhista 123/43 no ano de 1943, quando funcionária da Röhrig & Pacheco (Fábrica Brasil) há 42 meses. Recebia menos que o salário mínimo. Maior.
Antonio Soares	Consta na relação de funcionários da Fábrica de Calçados Tejo em 1934 e 1935. Tem 20 anos. É solteiro, oficial, recebe 4\$000 por peça, analfabeto. Natural de São Paulo.
Arivaldo M. Pereira	Funcionário estável na Fábrica de Calçados da Carvalho & Teixeira quando no encerramento das atividades em 1943. Recebia Cr\$ 13,50 por dia.
Armando S. Antunes	Funcionário estável na Fábrica de Calçados da Carvalho & Teixeira quando no encerramento das atividades em 1943. Rebebia Cr\$ 900,00 por mês.
Artur Rodrigues	Nos anos de 1956 e 1957 é testemunha nos Processos Trabalhistas 525/56 e 103/57. Funcionário da Reformadora de Calçados Solimar Ltda há 4 anos. Casado, motorista, subchefe, 23 anos.
Balbino Quadrado	Em 1956 é testemunha no processo 525/56. Funcionário da Reformadora de Calçados Solimar Ltda há 16 meses. Solteiro, sapateiro, 21 anos.
Celina Carvalho Bichet	Requerente no Processo Trabalhista 161/57 no ano de 1957, quando funcionário da Fábrica de Calçados Tejo & Filho há 14 meses. Solteira, recebia Cr\$ 60,00 por dia. Natural de Canguçu, 21 anos.
Dionízio da Rosa Lúcio	Requerente no Processo Trabalhista 103/57, quando funcionário da Reformadora de Calçados Solimar Ltda há 5 meses. Casado, operário, recebia Cr\$ 116,00 por dia, pagos semanalmente.
Edwar Dias	Em 1946 é testemunha no processo 240/61. Funcionário da Fábrica de Calçados Tejo há 6 anos. Solteiro, sapateiro.
Emilio Auguet	Funcionário estável na Fábrica de Calçados da Carvalho & Teixeira quando no encerramento das atividades em 1943. Rebebia Cr\$ 380,00 por mês. Em ata de assembleia do Sindicato, em 1942, anexo ao processo 22/90, compõe a mesa.
Emilio Palombo	Consta na relação de funcionários da Fábrica de Calçados Tejo em 1935. Tem 52 anos. É casado, italiano, cortador, recebe 13\$000 por dia, alfabetizado. Em 1942 é testemunha no processo 22/90, naquele momento ainda era funcionário de José Dias de Almeida.
Erocil Montiel	Requerente nos Processos Trabalhistas 525/56 e 782/57 nos anos de 1956 e 1957, quando funcionário da Reformadora de Calçados Solimar Ltda há 27 meses. Casado, sapateiro. Declara receber Cr\$

	4,00 por hora em 1956 e Cr\$ 3.100,00 em 1957. Natural de Jaguarão, 38 anos. Já foi funcionário da Soares & Pinto. No ano de 1954 é testemunha no Processo Trabalhista 312/54, quando funcionário da Reformadora.
Etevaldo Berger	Requerente do Processo Trabalhista 645/57 no ano de 1957, quando funcionário da Tamancaria Pelotense há menos de um ano. Casado, serrador, 20 anos. Declarou receber Cr\$ 105,00 por dia.
Felix Iorio	Dora, sua esposa, é a requerente no Processo Trabalhista 43/44 no ano de 1945. Seu falecido marido era viajante por conta própria, mas vinculado à Fábrica de Calçados Tejo de 1939 a 1942, no ano do afastamento tinha 57 anos. Natural do Rio de Janeiro.
Filadélfio Prestes	Em 1963 é testemunha no Processo Trabalhista 873/66 e no ano de 1965 é testemunha no Processo Trabalhista 670/65 no ano de 1965, ambas às vezes, quando funcionário da Fábrica de Calçados Giselda. Casado, sapateiro, com 51 anos e sete de serviços prestados em 1965.
Francisco de Paulo Decio	Requerente no Processo Trabalhista 28/47 no ano de 1947, quando funcionária da Fábrica de Calçados Tejo há 16 meses. Casado, recebe Cr\$ 22,50 por dia, pagos semanalmente.
Francisco Vincenzo Lopes	Requerente no Processo Trabalhista 396/50 no ano de 1950, quando funcionário da Fábrica de Calçados Tejo há 16 meses. Casado, sapateiro, recebe Cr\$ 30,00 por dia, referente às peças produzidas, pagos semanalmente. 46 anos. Trabalha a domicilio.
Francisco Victor	Consta na relação de funcionários da Fábrica de Calçados Tejo em 1935. Tem 57 anos. É solteiro, italiano, cortador, recebe 12\$000 por dia, alfabetizado.
Francisco M. Argoud	Funcionário estável na Fábrica de Calçados da Carvalho & Teixeira quando no encerramento das atividades em 1943. Rebebia Cr\$ 13,50 por dia.
Galdino Rosa	Em 1957 é testemunha no processo 787/57. Funcionário da Quino de Tal, mas antes trabalhava para a Reformadora de Calçados Solimar Ltda. Solteiro, sapateiro, 20 anos.
Hercylio Barbosa Silveira	Requerente no Processo Trabalhista 670/65 no ano de 1965, quando funcionário da Fábrica de Calçados Giselda há 4 anos. Casado, sapateiro, 51 anos, sendo 9 de profissão. Recebia por tarefas.
Houor(?) Sousa	Consta na relação de funcionários da Fábrica de Calçados Tejo em 1934. Tem 45 anos. É casado, cortador, recebe 10\$000 por dia, alfabetizado. Não consta na relação de 1935.
Idebar Dias	Consta na relação de funcionários da Fábrica de Calçados Tejo em 1935. Tem 21 anos. É solteiro, oficial, recebe 8\$000 por peça, analfabeto.
Ismael da Costa Farias	Em 1963 é testemunha no processo 873/63, quando funcionário da Fábrica de Calçados Giselda há 4 anos. Dois anos depois é requerente no Processo Trabalhista 852/65 contra o mesmo empregador. Casado, sapateiro, 36 anos (1963).
Ivo Asevedo	Consta na relação de funcionários da Fábrica de Calçados Tejo em 1935. Tem 21 anos. É solteiro, oficial, recebe 9\$000 por peça, analfabeto.
João Cunha	Em 1946 é testemunha no processo 240/61. Funcionário de

	Gustavo Montoni há dois anos, antes trabalhava na Fábrica de Calçados Tejo. Casado, sapateiro.
João Geraldo Lopes Vasconcellos	Em 1942 é testemunha no processo 22/90 e em 1944 é requerente do Processo Trabalhista 240/61 no ano de 1942, quando funcionário da Fábrica de Calçados Tejo há cerca de dez anos. Casado, sapateiro, 24 anos. Na fábrica foi aprendiz, caixa e por fim, auxiliar de sapateiro, recebendo Cr\$ 14,00 por dia.
João Madruga	Consta na relação de funcionários da Fábrica de Calçados Tejo em 1935. Tem 18 anos. É solteiro, oficial, recebe 8\$000 por peça, analfabeto.
João Monteiro	Consta na relação de funcionários da Fábrica de Calçados Tejo em 1934, mas é admitido em 1932. É casado, português, cortador, recebe 13\$000 por dia, alfabetizado. Tem 58 anos. Não consta na relação de 1935.
João Rafael Decio	Consta na relação de funcionários da Fábrica de Calçados Tejo em 1934. É casado, cortador, recebe 12\$500 por dia, alfabetizado. Tem 37 anos. Consta na relação de 1935, quando passa a receber 14\$000 por dia.
Jorge Alves de Oliveira	Requerente no Processo Trabalhista 455/51 no ano de 1951, quando funcionário da Carvalho & Teixeira há 3 anos. Solteiro, sapateiro, recebe Cr\$ 19,50 por dia, pagos semanalmente.
José Cesar Porto	Citado no processo 43/44 no ano de 1945, como viajante que substituiu Felix Iorio em 1942.
José Darci Dutra	Requerente no Processo Trabalhista 13/63 no ano de 1963, quando funcionário da Fábrica de Calçados Tejo & Filho há 11 meses. Casado, sapateiro, recebe o salário mínimo. 51 anos.
Julio Alves	Em 1946 é testemunha no processo 240/61. Funcionário da Fábrica de Calçados Tejo há 5 anos. Solteiro, sapateiro.
Manoel dos Santos Ribeiro	Requerente no Processo Trabalhista 305/50 no ano de 1950, quando funcionário da Fábrica de Calçados Tejo. Solteiro, motorista, recebe Cr\$ 40,00 por dia.
Manoel Ivo Soares Pinheiro	Em 1957 é testemunha no processo 787/57. Trabalha por “conta própria” há três anos, mas antes trabalhava para a Reformadora de Calçados Solimar Ltda. Solteiro, sapateiro/chefe, 42 anos.
Manoel Sacramento	Em 1946 é testemunha no processo 240/61. Funcionário de Serafim Soares há dois meses, antes trabalhava na Fábrica de Calçados Tejo. Casado, sapateiro.
Maurício Gavino	Requerente no Processo Trabalhista 28/46 no ano de 1946, quando funcionário da Carvalho & Teixeira há 18 anos. Viúvo, sapateiro, recebe Cr\$ 13,50 por dia.
Nildo de Jesus Barbosa	Requerente no Processo Trabalhista 312/54 no ano de 1954, quando funcionário da Reformadora de Calçados Solimar Ltda e do Processo Trabalhista 873/66 no ano de 1957, quando funcionário da Fábrica de Calçados Giselda há 5 meses. Solteiro (1954) Casado (1957), sapateiro, recebia Cr\$ 1.000,00 mensais (1954) e o salário mínimo recebido semanalmente (1957). Natural de Rio Grande.
Orfírio Aires Lopes	Requerente nos Processos Trabalhistas 431-573/49 no ano de 1949, quando funcionário da Tamancaria Pelotense há 5 meses. Casado,



	operário, recebe Cr\$ 30,00 por dia, referente às peças produzidas, pagos semanalmente. Natural de Canguçu, 31 anos.
Oscar Monteiro	Requerente no Processo Trabalhista 367/53 no ano de 1953, quando funcionário da Fábrica de Calçados Tejo há um ano. Casado, sapateiro, recebe Cr\$ 69,00 por dia, referente a três pares de calçados, pagos semanalmente.
Oswaldo Escobar	Requerente no Processo Trabalhista 564/49 no ano de 1949, quando funcionário da Fábrica de Calçados Tejo há um ano. Casado, sapateiro, recebe Cr\$ 30,00 por dia, pagos semanalmente. 49 anos.
Oswaldo Nunes	Consta na relação de funcionários da Fábrica de Calçados Tejo em 1934 e 1935. Tem 32 anos. É casado, oficial, recebe 12\$000 por peça, alfabetizado.
Rubens Gonçalves da Silva	Em 1963 é testemunha no Processo Trabalhista 873/66 e no ano de 1965 é testemunha no Processo Trabalhista 670/65, ambas às vezes, quando funcionário da Fábrica de Calçados Giselda. Solteiro, sapateiro, 28 anos (1965).
Valentim Pinheiro	Consta na relação de funcionários da Fábrica de Calçados Tejo em 1934 e 1935. Tem 41 anos. É casado, oficial, recebe 8\$000 por peça, analfabeto. Em 1946 é testemunha no processo 240/61, naquele momento era funcionário de Pascol Descimio.
Victor Souza	Em 1956 e 1957 é testemunha nos processos 525/56 e 103/57. Funcionário da Reformadora de Calçados Solimar Ltda há 8 meses. Casado, sapateiro, 38 anos.
Waldomiro Alves da Silva	Requerente no Processo Trabalhista 22/90 no ano de 1942, quando funcionário da Fábrica de Calçados Tejo há um ano. Viúvo, sapateiro, recebe 9\$000 por dia. 42 anos.

**APÊNDICE B - Listagem dos trabalhadores arrolados das fichas-espelho da Delegacia  
Regional do Trabalho (1939-1943)**

Ano/ N° da ficha	Nome	Cor	Natura- lidade	Instrução	Ida- de	Estado Civil	Estabele- cimento	Observa- ções
1939/ 17923	Victor Almeida Vetromilla	Branco	Pelotas	?	25	Solteiro	Carvalho& Teixeira	Cortador  Sind. dos sapateiros e classes anexas.
1939/ 17638	Dora Oliveira	Branco	Pelotas	Primário	19	Solteiro	Carvalho& Teixeira	Costureira  Sind. dos sapateiros e classes anexas.
1939/ 17633	?	Branco	Pelotas	Primário	49	Casado	Carvalho& Teixeira	Sind. dos sapateiros e classes anexas.
1939/ 17639	Francisco Vicencio Lopes	Branco	Pelotas	Primário	35	Casado	Carvalho& Teixeira	Idem.
1939/ 17641	Alcides Goulart	Pardo	Pelotas	Primário	21	Casado	Carvalho& Teixeira	Idem.
1939/ 16294	Ruy Ferreira Cardoso	Branco	Rio Grande	Primário	36	Casado	Carvalho& Teixeira	Idem.
1939/ 17632	João Gomes Vieira	Pardo	Pedras Altas	Primário	26	Solteiro	Carvalho& Teixeira	Idem.
1939/ 18000	Oracy Ferreira	Moreno	Pelotas	Primário	39	Viúvo	Carvalho& Teixeira	Idem.
1939/ 18224	Valentim dos Santos	Preto	Santa Maria	Analfa- beto	29	Casado	Carvalho& Teixeira	Idem.
1939/ 17926	Francisco Gomes	Pardo	Pelotas	?	28	Solteiro	Carvalho& Teixeira	Idem.
1939/ 18220	Mário Gomes de Lima	Preto	Pelotas	Primário	30	Solteiro	Desem- pregado	Idem.
1939/ 17640	Adalberto Conceição	Preto	Pelotas	Primário	46	Viúvo	Borig Pacheco	Idem.
1939/ 18218	Warelado Rodrigues de Oliveira	Preto	Pelotas	Primário	43	Casado	Borig Pacheco	Idem.

1939/ 18219	João Barcelos Vasconce- los	Preto	Pelotas	?	28	Casado	Borig Pacheco	Idem.
1939/ 18001	Antonio Joaquim Ramos	Preto	Pelotas	Primário	52	Casado	Edmundo Soares	Idem.
1939/ 17922	Juvenal Cunha	?	Pelotas	Primário	29	Casado	Borig Pacheco	
1941/ 34928	Antonio Celente Canto	Branco	Pelotas	Primário	19	Casado	Carvalho& Teixeira	Cortador
1941/ 34931	Alcebiades de Aquino Moreira	Pardo	Pelotas	?	28	Solteiro	Carvalho& Teixeira	
1941/ 34926	Leopoldo Lobo da Rocha	Branco	Pelotas	Primário	18	Solteiro	Carvalho& Teixeira	
1941/ 34924	Altino Barros	Branco	Pelotas	Primário	22	Solteiro	Carvalho& Teixeira	
1941/ 34923	Pedro Marques dos Santos	Preto	Pelotas	Primário	23	Solteiro	Carvalho& Teixeira	
1941/ 34922	Cauby Lobo	Branco	Pelotas	Primário	24	Solteiro	Carvalho& Teixeira	
1941/ 34921	Francisco Paula Lessa Pires	Pardo	Pelotas	Primário	31	Casado	Carvalho& Teixeira	
1941/ 34920	Antonio Castro	Branco	Málaga	Primário	55	Casado	Carvalho& Teixeira	Chegou ao Brasil em 1904
1941/ 34932	Oscar Braga	Branco	Pelotas	Primário	21	Solteiro	Carvalho& Teixeira	
1941/ 34933	Francisco Silveira	Pardo	Pelotas	Primário	20	Solteiro	Carvalho& Teixeira	
1941/ 34929	Geraldo Vaz da Silva	Branco	Pelotas	Primário	26	Solteiro	Carvalho& Teixeira	
1941/ 34927	João Candido	Preto	Pelotas	Primário	34	Casado	Carvalho& Teixeira	
1941/ 34936	Felisberto Monquelat	Branco	Pelotas	Primário	23	Casado	Carvalho& Teixeira	
1941/ 34937	Darci Macedo	Pardo	Guaíba	Primário	20	Solteiro	Carvalho& Teixeira	
1941/ 42147	Weirmar Ferreira	Branco	Pelotas	Primário	17	Solteiro	Carvalho& Teixeira	
1941/ 42148	Admar Ferreira	Branco	Pelotas	Primário	19	Solteiro	Carvalho& Teixeira	
1941/ 42148	Guerreiro	Branco	Pelotas	Primário	15	Solteiro	Carvalho&	Servente

34930	Peres						Teixeira	
1941/ 34895	Antonio Goularte	Preto	Pelotas	Primário	23	Solteiro	Fábrica de Calçados Tejo	
1942/ 40679	Valentim dos Santos	Pardo	Pelotas	Primário	32	Solteiro	Carvalho& Teixeira	
1942/ 40568	Nelci Souza Formam	Preto	Pelotas	Primário	19	Solteiro	Anglo	
1942/ 40772	Waldomiro Alves da Silva	Preto	Pelotas	Primário	54	Viúvo	Fábrica de Calçados Tejo	
1943/ 43266	Mario Veiga Alves	Branco	Pelotas	Sabe ler, escrever, assinar o nome.	26	Solteiro	Carvalho& Teixeira	Recebe 9\$000 por dia
1943/ 43267	Domingos Wilson Fernandes	Preto	Pelotas	Idem.	22	Solteiro	Carvalho& Teixeira	Recebe 8\$000 por dia
1943/ 43290	Germano de Assis	Misto	Pelotas	Idem.	21	Solteiro	Carvalho& Teixeira	Recebe 9\$000 por dia

### APÊNDICE C - Roteiro utilizado nas entrevistas

Temas gerais	Aspectos a serem contemplados
Identificação	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Nome</li> <li>✓ Data de nascimento</li> <li>✓ Local de nascimento</li> <li>✓ Nome dos pais</li> <li>✓ Profissão dos pais</li> <li>✓ Local onde mora atualmente</li> <li>✓ Profissão</li> <li>✓ Estado civil</li> <li>✓ Filhos</li> <li>✓ Profissão do cônjuge e dos filhos</li> </ul>
Início da trajetória laboral	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Primeira profissão</li> <li>✓ Início como sapateiro</li> <li>✓ Remuneração</li> <li>✓ Influências</li> </ul>
Cotidiano	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Divisão de tarefas</li> <li>✓ Horário</li> <li>✓ Ferramentas</li> <li>✓ Máquinas</li> <li>✓ Matéria-prima</li> <li>✓ Qualidade</li> <li>✓ Venda</li> </ul>
Aprendizagem	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Ensinou para alguém? Para os filhos?</li> <li>✓ Como funciona o aprendizado.</li> <li>✓ Quando o aprendiz torna-se funcionário?</li> <li>✓ Antigos funcionários ou aprendizes continuaram no ramo?</li> <li>✓ Leis trabalhistas</li> </ul>
Alterações no ramo	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Quantidade de fábricas em Pelotas</li> <li>✓ Outros sapateiros</li> <li>✓ Rendimento atual</li> <li>✓ Clientes</li> <li>✓ Satisfação com o trabalho.</li> <li>✓ Perspectivas para o futuro</li> <li>✓ Ofício em extinção?</li> </ul>